



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ**  
**INSTITUTO DE CULTURA E ARTE**  
**DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA**

**ALBERTINO SERVULO BARBOSA DE SOUSA**

**DIALÉTICA DA NATUREZA EM MARX: DIÁLOGO COM A CRÍTICA DO  
ECOSSOCIALISMO À DEGRADAÇÃO AMBIENTAL**

**FORTALEZA**

**2018**

ALBERTINO SERVULO BARBOSA DE SOUSA

DIALÉTICA DA NATUREZA EM MARX: DIÁLOGO COM A CRÍTICA DO  
ECOSSOCIALISMO À DEGRADAÇÃO AMBIENTAL

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Federal do Ceará, como requisito à obtenção do título de Doutor em Filosofia. Área de concentração: Filosofia Política.

Orientador: Prof. Dr. Eduardo Ferreira Chagas.

FORTALEZA

2018

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação  
Universidade Federal do Ceará  
Biblioteca Universitária  
Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

---

- S696d    Sousa, Albertino Servulo Barbosa de.  
          Dialética da natureza em Marx : diálogo com a crítica do ecossocialismo à degradação ambiental /  
          Albertino Servulo Barbosa de Sousa. – 2018.  
          174 f.
- Tese (doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Instituto de cultura e Arte, Programa de Pós-  
          Graduação em Filosofia, Fortaleza, 2018.  
          Orientação: Prof. Dr. Eduardo Ferreira Chagas.
1. Marxismo. 2. Natureza. 3. Ecossocialismo. I. Título.

CDD 100

---

ALBERTINO SERVULO BARBOSA DE SOUSA

DIALÉTICA DA NATUREZA EM MARX: DIÁLOGO COM A CRÍTICA DO  
ECOSSOCIALISMO À DEGRADAÇÃO AMBIENTAL

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Federal do Ceará, como requisito à obtenção do título de Doutor em Filosofia. Área de concentração: Filosofia Política.

Aprovada em: 06/12/2018.

BANCA EXAMINADORA

---

Prof. Dr. Eduardo Ferreira Chagas (Orientador)  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Prof. Dr. Renato Almeida de Oliveira  
Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA)

---

Prof. Dr. Antonio Glaudenir Brasil Maia  
Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA)

---

Prof. Dr. Evanildo Costeski  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Prof. Dr. Frederico Jorge Ferreira Costa  
Universidade Estadual do Ceará (UECE)

A Deus.

Aos meus pais, Maria do Carmo (*in  
memoriam*) e Raimundo Sousa.

## **AGRADECIMENTOS**

Ao Prof. Dr. Eduardo Ferreira Chagas, orientador dessa pesquisa, que com suas valiosas sugestões me ajudaram a construir a estrutura da pesquisa.

Ao Prof. Dr. Renato Almeida de Oliveira, pelo apoio e colaboração.

Aos professores participantes da banca examinadora pela disponibilidade, pelas valiosas colaborações e sugestões.

Aos amigos da turma de Doutorado e aos Professores, pelas reflexões, críticas e sugestões dadas.

A minha querida esposa (Antonia) pelo apoio, pela colaboração e incentivo nos momentos de dificuldade.

A minha saudosa mãe, Sra Maria do Carmo, pelos preciosos conselhos e pelo amor que sempre estão presentes.

“Que a vida física e mental do homem está interconectada com a natureza não tem outro sentido senão que a natureza está interconectada consigo mesma, pois o homem é uma parte da natureza.”

Karl Marx

## RESUMO

Esta tese de doutorado, desenvolvida no Programa de Pós-Graduação do Curso de Filosofia da Universidade Federal do Ceará, é uma pesquisa concisa sobre a relação entre o pensamento do filósofo alemão Karl Marx e o ecologismo contemporâneo com o objetivo de demonstrar que existe um diálogo entre a concepção marxiana de natureza e a crítica do ecossocialismo a degradação ambiental; contrariando, portanto, as ressalvas que o ecologismo faz ao conceito marxiano de natureza que o considera caudatário do economicismo moderno. A relevância desse estudo situa-se no fato de que a questão sobre a degradação da natureza é a principal discussão que envolve o pensamento de Marx na atualidade. A crítica marxiana a economia política do capital revela que o trabalho estranhado promove a segregação prático-teórica entre sociedade e natureza. Esse é o principal legado teórico de Marx, explicitado na vultosa obra, *O Capital*, que alerta sobre o caráter destrutivo da economia capitalista. Nas restrições à concepção marxiana verifica-se que são recorrentes as que fazem ressalvas ao conceito de natureza, reivindicando para este a tese de unilateralidade na fundamentação da relação dialética entre homem e natureza, caracterizando Marx como pensador economicista. Essa crítica do ecossocialismo afeta o fundamento da teoria de Marx, pois é a partir dela que o ecologismo afirma que o pensamento marxiano está fundado num esquematismo teórico que impossibilita a compreensão da crise ecológica. Porém, o que se encontra no conceito marxiano de natureza, é algo diametralmente oposto a essa objeção, pois ele ressalta a determinação dialética entre sociedade e natureza quando faz a redarguição da lógica especulativa contra a história do criacionismo da natureza. Nas obras, *Manuscritos de 1844*, *Ideologia alemã* e *O Capital*, Marx reitera essa determinação dialética da natureza no exame: do trabalho estranhado, da relação entre consciência e história e da mercadoria. Porém, considera que a natureza é o pressuposto fundamental, por ser munida de valor intrínseco. Na exposição sobre a dialética entre homem e natureza é evidenciado um processo de reciprocidade entre essas instâncias, inferido a partir da relação necessária de intercâmbio com a natureza, haja vista que esta diz respeito à produção e manutenção da vida material e social. Em suma, a verificação de que há uma dialética da natureza em Marx, demonstra que existe um diálogo entre esta e a crítica do ecossocialismo a degradação ambiental, pois o ecologismo quando denuncia a alienação entre homem e natureza critica o sistema econômico do capital e reivindica o restabelecimento da dialética entre homem e natureza.

**Palavras-chave:** Marxismo. Natureza. Ecossocialismo.

## ABSTRACT

This doctoral thesis, developed in the Postgraduate Program of the Philosophy Course of the Federal University of Ceara, is a concise research on the relationship between the thinking of the German philosopher Karl Marx and contemporary ecologism with the objective of demonstrating that there is a dialogue between the marxian conception of nature and the criticism of ecosocialism the environmental degradation; countering, therefore, the caveats that ecologism makes to the marxian concept of nature that considers it supporter of modern economism. The relevance of this study lies in the fact that the question about the degradation of nature is the main discussion that involves the thinking of Marx at the present time. Marx's criticism of the political economy of capital reveals that the alienation of labor promotes the practical-theoretical segregation between society and nature. This is the main theoretical legacy of Marx, made explicit in the indispensable work, *The Capital*, which warns of the destructive character of the capitalist economy. In the restrictions to the marxian conception it is verified that they are recurrent those that make caveats to the concept of nature, claiming for it's the thesis of unilaterality in the foundation of the dialectical relation between man and nature, characterizing Marx as economistic thinker. This critique of ecosocialism affects the foundation of Marx's theory, since it is from this that ecologism affirms that marxian thought is based on a theoretical schematism that precludes the understanding of the ecological crisis. However, what is found in the marxian concept of nature is diametrically opposed to this objection, for it emphasizes the dialectical determination between society and nature when it critic the history of nature creationism in speculative logic. In the works, *Manuscripts of 1844*, *German Ideology* and *Capital*, Marx reiterates this dialectical determination of nature in examining the alienation of labor, the relation between consciousness and history, and the commodity. However, he considers that nature is the fundamental presupposition, because it has value in itself. In the exposition on the dialectic between man and nature a process of reciprocity between these instances is evidenced, inferred from the necessary relation of exchange with nature, since it concerns the production and maintenance of material and social life. In short, the verification that there is a dialectic of nature in Marx, demonstrates that there is a dialogue between this and the critique of ecosocialismo the environmental degradation, because environmentalism when denouncing the alienation between man and nature critic the capitalist economy and claims the reestablishment of the dialectic between man and nature.

**Keywords:** Marxism. Nature. Ecosocialism.

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>11</b>
<b>2</b>	<b>DIALÉTICA DA NATUREZA EM MARX.....</b>	<b>16</b>
<b>2.1</b>	<b>Natureza em Marx: relação intrínseca entre homem, trabalho e natureza..</b>	<b>16</b>
<b>2.2</b>	<b>Dialética da natureza em Marx: crítica a essência abstrata da natureza.....</b>	<b>37</b>
<b>2.3</b>	<b>História e natureza: consciência como produto social.....</b>	<b>44</b>
<b>2.3.1</b>	<i>A crítica ao materialismo em geral.....</i>	<i>48</i>
<b>2.3.2</b>	<i>Crítica a economia política do capital.....</i>	<i>61</i>
<b>3</b>	<b>CRÍTICA DO ECOSSOCIALISMO AO MARXISMO.....</b>	<b>79</b>
<b>3.1</b>	<b>Ecologismo: o problema da relação entre homem e natureza e o critério marxiano que o supera.....</b>	<b>79</b>
<b>3.2</b>	<b>Crítica ecossocialista ao capitalismo e ao conceito de natureza em Marx...</b>	<b>83</b>
<b>3.3</b>	<b>A teoria social do ecossocialismo e as ressalvas ao marxismo.....</b>	<b>88</b>
<b>3.3.1</b>	<i>A crítica contemporânea ao programa baconiano.....</i>	<i>96</i>
<b>3.3.2</b>	<i>As lacunas do Marxismo: ideal baconiano, utopismo e industrialismo.....</i>	<i>99</i>
<b>3.3.3</b>	<i>Limites do marxismo: materialismo com fundamento no antropocentrismo..</i>	<i>103</i>
<b>4</b>	<b>ECOMARXISMO: DIÁLOGO ENTRE MARX E O ECOLOGISMO .....</b>	<b>114</b>
<b>4.1</b>	<b>A questão da ecologia em Marx.....</b>	<b>114</b>
<b>4.2</b>	<b>A análise da alienação do homem em relação à natureza.....</b>	<b>122</b>
<b>4.3</b>	<b>Crítica as concepções de conceito de natureza a-históricas.....</b>	<b>128</b>
<b>4.4</b>	<b>Prometeísmo: a dominação do homem sobre a natureza.....</b>	<b>129</b>
<b>4.5</b>	<b>O metabolismo da natureza na obra marxiana.....</b>	<b>136</b>
<b>4.5.1</b>	<i>A consciência ambiental no contexto de Marx.....</i>	<i>137</i>
<b>4.5.2</b>	<i>A ruptura metabólica.....</i>	<i>142</i>
<b>4.5.3</b>	<i>A concepção de sustentabilidade implícita na obra de Marx.....</i>	<i>144</i>
<b>4.6</b>	<b>Pensamento ecológico em Marx.....</b>	<b>154</b>
<b>4.6.1</b>	<i>A importância do pensamento marxista para o ecologismo.....</i>	<i>159</i>
<b>5</b>	<b>CONCLUSÃO .....</b>	<b>165</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>172</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa de doutorado é o resultado de nossa reflexão acerca da relação entre o pensamento do filósofo alemão Karl Marx e a questão da natureza na contemporaneidade. A tese que aqui é demonstrada revela que existe uma convergência entre o pensamento de Marx e a crítica do ecossocialismo a degradação ambiental, ou seja, uma concepção dialética da natureza que as ligam nessa oposição. O tema sobre a natureza é um dos mais importantes debates que envolvem o pensamento de Marx na atualidade, pois a principal discussão contemporânea é sobre a questão ambiental com pano de fundo na crítica ao economicismo moderno.<sup>1</sup> Os opositores mesmo criticando Marx sejam dizendo que ele precisa ser completado, corrigido ou que simplesmente não vislumbrou os problemas da natureza, ainda assim utilizam a teoria crítico sócio-econômica de Marx para compreender e explicar os problemas ecológicos. A relevância do pensamento de Marx está no seu principal legado teórico para o debate ecológico, isto é, a crítica a economia política do capital, que nas entrelinhas é a crítica a exploração do trabalho humano, divulgada ao público na vultosa obra, *O Capital*; que muito antes da ciência ecológica alertou o público sobre o caráter destrutivo do economicismo moderno.<sup>2</sup> Por sua vez, a importância da questão da natureza é constatada no significado que a crise ecológica revelou sobre a relação negativa entre as ações humanas e a natureza em consequência do atual modo de produção e consumo na sociedade contemporânea.<sup>3</sup>

O problema da degradação da natureza é a expressão de um fenômeno paradoxal, o crescimento econômico em si, que foi alcançado pela sociedade capitalista; que, contudo, gerou problemas ambientais de tão grande magnitude que pela primeira vez na história

---

<sup>1</sup>“A questão ecológica é, na minha visão, o grande desafio para uma renovação do pensamento marxista no início do século XXI. (...) O desafio é reorientar o progresso de maneira a torná-lo compatível com a preservação do equilíbrio ecológico do planeta.” (LÖWY, Michel. **O que é o ecossocialismo**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2014, p.37.).

<sup>2</sup>Não há dúvidas que a Ecologia, como nos alerta os ambientalistas, é a ciência que estuda as relações que ligam os organismos vivos ao seu meio ambiente; que revela o crescimento exponencial da poluição do ar, da água potável e do meio ambiente, o aquecimento do Planeta, a fusão das geleiras polares, a destruição da camada de ozônio, a destruição das florestas tropicais, a redução da biodiversidade devido a extinção de milhares de espécies de seres vivos, o esgotamento dos solos, a desertificação, acumulação de resíduos nucleares, poluição alimentar, manipulações genéticas, etc., etc., etc. Porém, atribuir a essa ciência a autoria de que foi ela que alertou sobre as consequências catastróficas do atual modo de produção e consumo é deixar de reconhecer a crítica a economia do capital realizada por Marx e divulgada na vultosa obra, *O Capital*. (N. do A.)

<sup>3</sup>“A crise ecológica é a própria face da crise cultural e civilizacional deste início de século e milênio. Ela dá ocasião a uma crítica radical à maneira como a sociedade organizou a produção de seus bens e o próprio convívio humano. Aponta para um novo paradigma de relação com a natureza e entre os seres humanos.” (JUNGES, José R. **Ecologia e criação: resposta cristã a crise ambiental**. São Paulo: Edições Loyola, 2001, p.07.).

colocou-se em risco a continuidade da vida humana, bem como o processo da vida no planeta.<sup>4</sup> É a partir desta constatação que se levanta no atual contexto histórico toda uma linha de pensamento teórico-política que se autoproclama de doutrina ecológica afirmando que estamos diante de uma crise ambiental, o problema mais importante e urgente a ser enfrentado pela humanidade.<sup>5</sup> O ecomarxismo ou ecossocialismo é uma das principais correntes desse ecologismo contemporâneo<sup>6</sup>, que se caracteriza por considerar a relação positiva entre marxismo e antiprodutivismo, isto é, que existe consenso entre a doutrina ecológica e o pensamento de Marx acerca da concepção de natureza que é reivindicada na crítica ecológica a degradação da natureza.<sup>7</sup>

Porém, não existe um consenso entre os ecossocialistas quanto à relação entre marxismo e ecologismo.<sup>8</sup> Eles se dividem quanto à consideração da filiação entre o pensamento de Marx e o economicismo moderno. Para uma vertente do ecomarxismo a concepção de natureza de Marx é caudatária do ideário do produtivismo moderno, necessitando, portanto, ser corrigida nessa lacuna; enquanto para outra linha, considera-se que

---

<sup>4</sup>SAAVEDRA, Fernando. **História do debate ambiental na política mundial 1945-1992**: a perspectiva latino-americana. Tradução de Daniel Rubens Cenci. IJUÍ-RS: Editora Unijuí, 2014, p.25.

<sup>5</sup>*Ibid.*, loc.cit.

<sup>6</sup>O ecologismo contemporâneo ou doutrina ecológica se divide em duas vertentes principais. A primeira é denominada de produtivista e a segunda de antiprodutivista. O primeiro grupo considera a existência de uma relação positiva entre ecologismo e produtivismo; sendo representado pelo *ecorreformismo* e o *partidarismo verde*, que por sua vez se distinguem por, respectivamente, considerarem a relação negativa entre produtivismo e capitalismo e a relação positiva entre proletariado e produtivismo. A segunda vertente sustenta que há uma relação negativa entre ecologismo e produtivismo. Dentre os antiprodutivistas, encontram-se a *deep ecology* (ecologismo radical), que defende o ecocentrismo; e, por fim, o *ecossocialismo*, que considera que existe uma relação positiva entre ecologismo e marxismo. Entretanto este último grupo, também denominado de ecomarxismo, não é consensual, se divide quando o tema é a filiação do marxismo com o economicismo moderno. É sobre essa vertente que nossa reflexão se debruça, pois esse flanco ecossocialista considera que a concepção de natureza de Marx é caudatária do economicismo moderno que tanto Marx critica. Ou seja, para essa ala Marx não apresenta uma concepção dialética de natureza; que no discurso ambiental corresponde ao conceito ecológico de natureza. (N. do A.)

<sup>7</sup>A crítica do ecossocialismo a degradação ambiental é a crítica a dinâmica do ‘crescimento’ infinito que é induzido pela expansão capitalista e que ameaça destruir os fundamentos naturais da vida no planeta Terra. Ou seja, esta crítica reivindica uma relação positiva entre homem e natureza no que diz respeito a consideração de que a produção humana deve levar em conta, como necessidade vital, o aspecto da finitude dos recursos da natureza. (N. do A.)

<sup>8</sup>“Aqueles que lidam com essas questões são ainda mais céticos sobre qualquer relação (ou mesmo flerte) entre ecologia e marxismo. Até recentemente, o marxismo e a ecologia não tinham nenhum tipo de associação, senão como temas opostos, que se excluíam reciprocamente. ‘Os ecologistas não são antropocêntricos; Marx é [...] Marx não se interessa pela natureza’, declara um crítico do marxismo. Outros criticaram as visões antropocêntricas de Marx e Engels, bem como a falta de qualquer visão especificamente ecológica. Esta imputação é apenas parcialmente correta.” *Los que se ocupan de estos asuntos se muestran aún más escépticos acerca de cualquier matrimonio (o hasta noviazgo) entre la ecología y el marxismo. Hasta hace poco marxismo y ecología no habían sido asociados entre sí excepto como términos opuestos y que se cancelaban reciprocamente. ‘Los ecologistas no son antropocéntricos; Marx lo es [...] a Marx no le gusta la naturaleza’, declara un crítico del marxismo. Otros han denostado las visiones antropocéntricas de Marx (y de Engels), así como su falta de toda visión específicamente ecológica. Esta imputación es justa sólo a medias.*(O’CONNOR, James. **Causas naturales**: ensayos de marxismo ecológico. México: Siglo XXI, 2001, p.16-17, tradução nossa).

já se encontra uma crítica ecológica em Marx, não precisando ajustá-lo ao pensamento ecológico.

Essa reconsideração que uma ala do ecossocialismo reivindica na teoria marxiana, não é simples ajuste como sugerem as assertivas dos ecomarxistas; porém, afeta os fundamentos da própria teoria crítica econômica de Marx. Pois, concebe-se que as categorias do marxismo estão fundadas num *esquematismo demasiado*<sup>9</sup> que impossibilita a compreensão da crise ecológica. De fato, partindo desta consideração acusam Marx de, no que tange sua concepção de natureza, não apresentar uma concepção dialética da natureza, mas, ao contrário, concebê-la a partir de uma lógica formal, nos mesmos meandros do economicismo moderno, isto é, como sendo simples objeto que é subjulgado pelo homem sem nenhum valor intrínseco e por isso com participação apenas instrumental na criação da riqueza social; afirmando, desse modo, que a doutrina de Marx é corresponsável pela crise ambiental. É por essa razão que o ecologismo minimiza a crítica do marxismo ao capitalismo, reivindicando para si a crítica fundamental ao economicismo moderno.<sup>10</sup>

É partindo desse debate que esta pesquisa é motivada; a discussão sobre a relação entre o pensamento de Marx e a crítica do ecologismo a degradação ambiental tem como substrato a crítica ao sistema capitalista e a instrumentalização da natureza que esta economia promoveu. Ou seja, a pesquisa fundamental de Marx se faz presente hoje mais atual do que nunca, mesmo que de modo sub-reptício lhe seja usurpada a crítica radical que ele realizou acerca do economicismo moderno.

Por essa razão esta pesquisa que apresentamos é relevante para a compreensão, a partir da exposição do conceito de natureza em Marx, dessa visão negativa da natureza que se instalou na sociedade industrial moderna; e para verificar que existe uma concepção dialética da natureza explicitada nos escritos marxianos. Estes expõem claramente uma crítica radical a produção capitalista devido as consequências que esta provoca na sociedade e no meio ambiente, configurando-se, portanto num alerta sobre o esgotamento da natureza.<sup>11</sup>

Para demonstrar o objeto perquirido, esta tese foi estruturada em três seções primárias,

---

<sup>9</sup>“As categorias teóricas do marxismo tradicional – modo de produção, formação econômico-social – resultam *demasiado esquemáticas* para se compreender a articulação das esferas ideológica, política e econômica, com os processos ecológicos, tecnológicos e culturais que constituem as bases e as condições de sustentabilidade da produção.” (LEFF, Enrique. **Ecologia, capital e cultura: a territorialização da racionalidade ambiental**. Tradução de Jorge E. Silva. Petrópolis-RJ: Vozes, 2009, p.282.).

<sup>10</sup>“A crítica ecológica ao capitalismo é muito mais radical que a do marxismo, porque vai á questão de fundo: o modo como o ser humano se relaciona com a natureza.” (*Id., loc.cit.*).

<sup>11</sup>“A produção capitalista, portanto, só desenvolve a técnica e a combinação do processo social de produção, exaurindo as fontes originais de toda a riqueza: a terra e o trabalhador.” (MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política: Livro I-Volume1**. Tradução de Reginaldo Sant’Anna. 27ªed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 571.)

estando estas divididas e subdivididas para um melhor ordenamento conceitual e com o propósito final de apresentar as principais determinações que caracterizam o conceito de natureza em Marx e a sua relação com a crítica do ecossocialismo à degradação ambiental que refutam a crítica ecologista ao pensamento marxiano quando afirma que a concepção de natureza em Marx não corresponde a teoria da natureza da crítica do ecologismo contemporâneo. Ou seja, nesta tese é demonstrado que existe uma dialética da natureza em Marx que não desconsidera o valor da natureza na relação entre sociedade e natureza e que converge com a concepção de natureza que o ecossocialismo reivindica na crítica a degradação ambiental.

Na primeira seção, intitulada, *Dialética da natureza em Marx*, é feito uma exposição das categorias que compõem o pensamento marxiano, com o intuito de apresentar as determinações que caracterizam a concepção dialética de natureza, a partir da obra marxiana, que refuta o ideário de uma relação entre homem e natureza fundada numa concepção abstrata da natureza.

Na segunda seção, a investigação se concentra na *Crítica do ecossocialismo ao marxismo*. O propósito nessa seção é verificar a relação entre ecologismo e marxismo. Por isso, essa pesquisa foi realizada a partir do ecologismo, isto é, buscando-se na historiografia ecológica a verificação desse escopo. Essa foi a metodologia empregada na segunda seção. Pressupondo que a relação entre ecologismo e marxismo se verifica, duas hipóteses se impõem, a primeira é acerca da relação negativa entre ecologismo e marxismo, ou seja, existem críticas do ecologismo ao pensamento de Marx. A segunda hipótese é sobre a relação positiva entre ecologismo e marxismo que significa dizer que há uma contribuição do pensamento de Marx ao ecologismo reconhecida por este. No desenvolvimento dessas análises verifica-se que a contribuição do pensamento de Marx ao ecologismo diz respeito a mudança de ideário que ele promoveu no problema da relação entre homem e natureza; e que as críticas do ecologismo a Marx se dirigem principalmente ao seu pensamento econômico, a sua teoria do valor, a sua doutrina materialista e ao seu conceito de natureza.

E por fim, na terceira seção, são apresentadas as teses do *Ecomarxismo* que defendem a existência de um diálogo entre o pensamento de Marx e o ecologismo. O objetivo desta exposição é verificar a relação entre marxismo e ecologismo.

Pressupondo que essa relação se confirma, duas hipóteses se impõem. A primeira é a verificação de uma relação positiva entre marxismo e ecologismo que significa verificar se existe uma questão ecológica em Marx. Se existe, qual é a questão ecológica em Marx? E por

que essa questão em Marx deve ser considerada ecológica?

A segunda hipótese é a verificação de uma relação negativa entre marxismo e ecologismo, que tem duplo significado, isto é, em primeiro lugar significa verificar se existem assertivas marxianas que demonstram a insuficiência das críticas do ecologismo ao pensamento de Marx. Se existem quais são essas assertivas marxianas? E em segundo lugar significa verificar se existe um fundamento que serve de base as assertivas marxianas que demonstram a insuficiência das críticas do ecologismo ao pensamento de Marx.

Nas considerações finais são expostos os resultados dessa investigação que demonstram a tese aqui perquirida, isto é, que existe um diálogo entre o conceito de natureza de Marx e a crítica do ecossocialismo à degradação ambiental, ou seja, é demonstrado que existe uma dialética da natureza em Marx, a partir dos escritos fundamentais, e que, portanto, o conceito marxiano de natureza não desconsidera o valor intrínseco da natureza na relação entre sociedade e natureza; convergindo, assim, com a concepção de natureza que o ecossocialismo contemporâneo reivindica na crítica à degradação ambiental ao mesmo tempo em que refuta as considerações desse de que o conceito marxiano de natureza tem o mesmo fundamento do economicismo moderno.

## 2 DIALÉTICA DA NATUREZA EM MARX

O propósito dessa seção é demonstrar, a partir de algumas passagens das obras, *Manuscritos econômico-filosóficos*, *Ideologia alemã* e *O Capital*, que existe no pensamento de Marx uma concepção dialética da natureza.<sup>12</sup> O objetivo é apresentar nessa análise as relações que caracterizam o conceito de natureza em Marx e o fundamento desta concepção, uma vez que se constata que a natureza é uma dessas categorias presentes no pensamento marxiano e que tem uma interação com as demais categorias apresentadas na crítica marxiana a sociedade capitalista.

### 2.1 Natureza em Marx: relação intrínseca entre homem, trabalho e natureza

Na crítica de Marx apresentada nos *Manuscritos econômico-filosóficos* contra a economia capitalista e a filosofia hegeliana, já encontramos os fundamentos da sua concepção de natureza que acompanham todo o seu percurso intelectual. No exame daquilo que dá valoração aos produtos da natureza, Marx (2004, p.29) ao afirmar que para a economia do capital o trabalho é o único meio pelo qual o homem aumenta o valor dos produtos da natureza,<sup>13</sup> esclarece o que concebe como determinações sobre a natureza. Em primeiro lugar, evidencia-se a relação intrínseca que há entre a natureza e o trabalho humano; e em segundo que a crítica a economia do capital indica a importância do trabalho na valoração dos produtos da natureza, quando estes se constituem em produtos elaborados, pois o valor é determinado pelo trabalho. A crítica que é feita a economia capitalista é a compreensão de que esse aspecto crucial da relação entre trabalho e produto natural não é levado em consideração na elevação do salário do trabalhador.<sup>14</sup>

Como Engels (1987, p.12) esclarece, a importância da investigação de Marx sobre a questão do valor do trabalho na produção é que Marx é o primeiro a demonstrar que o trabalho tem a propriedade de criar valor.<sup>15</sup>

---

<sup>12</sup>Em nossa pesquisa de dissertação de mestrado apresentamos o conceito de natureza a partir das obras marxianas. Cf. SOUSA, Albertino Servulo Barbosa de. **Conceito de natureza em Marx**: intercâmbio entre homem e natureza: produção e reprodução da vida material e social. 2013. 122f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-graduação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza (CE), 2013. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/6582>. Acesso em 24 de jan. 2015.

<sup>13</sup>MARX, Karl. **Manuscritos Econômico-Filosóficos**. Tradução Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004, p.29.

<sup>14</sup>*Ibid.*, p.45.

<sup>15</sup>Sobre essa questão do trabalho e salário do trabalhador é esclarecedor o comentário de Friedrich Engels na Introdução do ensaio marxiano de 1849, *Trabalho Assalariado e Capital*; que observa: “Segundo o texto

De acordo com Marx (2004, p.45) o produto natural elaborado aumenta o número de capitais possíveis de ganho.<sup>16</sup> Portanto, nessa análise se configura a concepção marxiana de uma relação entre trabalho e natureza, no que diz respeito à valoração da forma elaborada dos produtos naturais, onde o trabalho determina o valor. Conseqüentemente a natureza, na condição de natureza elaborada, tem sua valoração em função do trabalho humano. Essa concepção indica para alguns intérpretes que no pensamento de Marx a natureza não é partícipe na atividade de elaboração dos seus próprios produtos, que é pura exterioridade, que há dominação unilateral da atividade humana sobre a natureza e que a importância desta se reduz a fornecer matéria prima.<sup>17</sup> É o que passaremos a examinar com a crítica marxiana ao trabalho na sociedade capitalista e veremos que essas críticas não cabem na concepção de natureza apresentada por Marx.

De acordo com Marx (2004, p.31) a economia capitalista concebe o homem apenas na condição de trabalhador, pois está considerando que esse vive puramente do trabalho, não o reconhecendo como homem por toda sua extensão. Isso significa que há uma redução do homem, isto é, uma segregação na relação entre trabalho e natureza, uma vez que “a economia nacional conhece o trabalhador apenas como animal de trabalho, como uma besta reduzida as mais estritas necessidades corporais.” A consequência dessa visão estreita do trabalho, diz Marx (2004, p.35), é que “a economia nacional considera o trabalho abstratamente como uma coisa.” Essas considerações indicam que no contexto da sociedade capitalista o trabalho é concebido separadamente da natureza, é o que ocorre quando não se vê o trabalho como a vida do homem, mas como mera coisa, isto é, um objeto que não tem relação fundamental com o homem, que só tem utilidade para satisfação natural, o que significa conceber a natureza como uma instância *em si*, o que é na verdade uma aceção que postula a segregação entre homem e natureza.<sup>18</sup> Como se constata nos escritos marxianos de

---

original, o operário vende ao capitalista o seu trabalho em troca de salário: segundo o texto atual ele vende a sua força de trabalho. (...) A Economia Política Clássica tomou emprestado à prática industrial a ideia, divulgada entre os fabricantes, de que eles compram e pagam o trabalho dos seus operários. (...) Foi Marx quem primeiro estudou profundamente a propriedade que tem o trabalho de criar valor, e descobriu que nem todo o trabalho, aparente ou realmente necessário, à produção de uma mercadoria lhe dá, em todos os casos, uma quantidade de valor equivalente à quantidade de trabalho despendido.” (MARX, Karl. **Trabalho Assalariado e Capital**. Tradução de Olinto Beckerman. Rio de Janeiro: Global Editora, 1987, p.12-13).

<sup>16</sup>MARX, *op. cit.*, 2004, p.45.

<sup>17</sup>Existe claramente nessa crítica a visão de que Marx não leva em conta o valor intrínseco dos produtos da natureza na produção social; que ele, assim como a economia capitalista, defende de modo unilateral que o trabalho é a única fonte de valor do produto natural elaborado. Porém, verifica-se que as assertivas marxianas acerca da natureza contrapõem essa interpretação incorreta. (N. do A.)

<sup>18</sup>“É evidente por si mesmo que a economia nacional considere apenas como trabalhador o proletário, isto é, aquele que, sem capital e renda da terra, vive puramente do trabalho, e de um trabalho unilateral, abstrato. Ela pode por isso estabelecer a proposição de que ele, tal como todo cavalo, tem de receber o suficiente para poder

modo algum a concepção de natureza em Marx está assentada nesse fundamento, que faz separação entre instâncias como natureza e trabalho; pois isso é um abstracionismo que Marx claramente contrapõe em sua concepção de natureza.

Nos *Manuscritos econômico-filosóficos*, Marx (2004, p.79) explicita sua concepção sobre a natureza. Ele critica a economia política naquilo que é concebido como o fundamento da sociedade industrial moderna, isto é, a propriedade privada. Marx rejeita a justificativa de que esse fundamento é um fato natural, pois essa consideração oculta com explicações abstratas o processo histórico da propriedade privada.<sup>19</sup> Marx critica o abstracionismo usado pela economia política para justificar os fundamentos das relações entre trabalho, capital e terra. Ele enfatiza que seu ponto de partida para explicar esses fundamentos não é um estado imaginário e nem uma situação primitiva. Na realidade essas explicações desenvolvidas pela economia política tecem sorrateiramente um argumento contra o próprio naturalismo pretendido. Isto é, estão firmadas na doutrina de que há dois mundos, um é a sociedade, desenvolvida e elaborada pela humanidade, e outro é o mundo natural, que não tem a intervenção do homem ou sem historicidade. Nesse sentido está embutido o ideário de uma natureza primitiva, concebida como sendo separada do humano. Em suma, Marx (2004, p.80) parte de um fato histórico específico de seu presente histórico; como ele afirma, “Nós partimos de um fato nacional-econômico, presente.”

Esse fato histórico que Marx se refere é o estranhamento do produto do trabalho humano. O homem na condição de trabalhador perde, na sociedade do capital, a relação com a sua atividade fundamental e conseqüentemente com a natureza. Tendo como ponto de partida um fato histórico, Marx passa a examinar minuciosamente o processo de produção moderna que culminou nesse estranhamento.

Marx (2004, p.81) afirma que não há produção humana à revelia da natureza e explicita a relação fundamental entre trabalhador e natureza. Conforme suas palavras, “O trabalhador nada pode criar sem a natureza, sem o mundo exterior sensível.” Uma refutação a essa premissa marxiana só é possível na abstração, pois não há de fato uma produção que dispensou a natureza na história da sociedade humana. Em síntese, a produção humana

---

trabalhar. Ela não o considera como homem no seu tempo livre-de-trabalho.” (MARX, *op. cit.*, 2004, p.30).

<sup>19</sup>“A economia política parte do fato dado e acabado da propriedade privada. Não nos explica o mesmo. Ela percebe o processo material da propriedade privada, que passa, na realidade, por fórmulas gerais, abstratas, que passam a valer como leis para ela. Não concebe estas leis, isto é, não mostra como têm origem na essência da propriedade privada. A economia nacional não nos dá esclarecimento algum a respeito do fundamento da divisão entre trabalho e capital, entre capital e terra.” (*Id.*, p.79).

estabelece necessariamente a presença da natureza. A tentativa de interpretações que buscam estabelecer essa produção humana sem a natureza é sempre a partir de um referencial lógico que não leva em conta a polaridade entre homem, trabalho e natureza, o que não corresponde à realidade efetiva, mas sim a uma abstração desta, que em última instância é a abstração da natureza.

Marx afirma que é na natureza que o trabalho se concretiza, pois ela é a matéria por meio da qual o homem produz. Isso significa, em primeiro lugar, que não existe outro modo do trabalho se efetivar se não for por meio da natureza e, em segundo lugar, que não há trabalho efetivado sem a natureza, porque ela é a materialização dessa atividade fundamental do homem. Ou seja, mesmo que se fale em trabalho no sentido de planejamento como uma produção na esfera do pensamento, e queira com esse exemplo impor um momento do trabalho sem a natureza, esse argumento é equívoco, pois a atividade intelectual humana não se dá sobrenaturalmente; não se pode segregar a esfera da natureza da ação de pensar da humanidade.

Segundo Marx, é na natureza que o trabalho é ativo. Essa posição estabelece de forma inequívoca a importância da natureza na relação entre sociedade e trabalho na concepção de natureza em Marx. O que já foi comentado anteriormente sobre a relação entre natureza e produção da vida material e social do homem é aqui nessas premissas explicado com minúcias, isto é, para Marx (2004, p.81), “ela [natureza] é a matéria na qual o seu trabalho se efetiva, na qual o trabalho é ativo, e a partir da qual e por meio da qual o trabalho produz.” Nessa assertiva, Marx expõe a sua concepção sobre a relação intrínseca entre trabalho e natureza ao destacar aspectos da natureza como: a materialidade, pois é nela que o trabalho se concretiza; o caráter de lugar da atividade do trabalho e o aspecto de ser o meio para ocorrer à produção. Ou seja, a natureza é condição da concretude, da atividade e produção do trabalho humano. Em síntese, pelo exposto percebe-se que na concepção de Marx acerca da natureza, desde o início de sua análise crítica sobre a economia capitalista, ele se opõe ao naturalismo que serve de esquematismo lógico-formal para explicar e legitimar uma relação extrínseca entre sociedade e natureza, a partir de pressuposição de uma natureza primitiva, segregada da produção da vida material e social da humanidade.

O fenômeno do trabalho estranhado, que Marx denuncia como caráter histórico da sociedade capitalista, tem como consequência o estranhamento da natureza, o que já nos revela que em sua concepção de natureza Marx concebe uma relação intrínseca entre trabalho e natureza. De acordo com Marx (2004, p.81), “na determinação de que o trabalhador se

relaciona com o produto do seu trabalho como com um objeto estranho estão todas estas consequências.” E dentre essas consequências ocorre a perda do objeto do trabalho, ocorrendo conseqüentemente a desefetivação deste e do trabalhador.<sup>20</sup> Por conseguinte, ocorre o estranhamento da natureza, pois o homem perde a concretude, a efetividade, a atividade e a produção do seu trabalho que são determinações da natureza, como enfatizado por Marx. Se com o trabalho estranhado ocorrem: perda da atividade, perda da produção e desefetivação até o ponto de morte por inanição; então, nesse quadro do trabalho estranhado se tem uma natureza estranhada.<sup>21</sup>

Marx é categórico em relação à sua posição acerca da importância e do valor que tem a natureza, pois são explícitas as afirmações sobre a condição do homem em relação à natureza, isto é, os meios de subsistência corporal, que significam a manutenção da vida através da natureza, que nesse contexto do trabalho estranhado é ameaçada.<sup>22</sup>

Portanto, temos nesta consideração uma determinação fundamental da natureza na concepção marxiana. Isto é, a natureza é condição indispensável para a manutenção da vida, o homem não pode se dispor da natureza sem se dispor de si mesmo, pois é a natureza que fornece as condições de sua existência. Um homem independente da natureza é um homem imaginário, sem pele, carne e osso, sem natureza, e, portanto temos um ser sem vida. Nessa consideração aparece ainda mais categórica aquela determinação da natureza que foi apreciada em termos do valor dos produtos da natureza, ou seja, que há uma relação intrínseca entre homem e natureza, pois, enquanto ali foi enfatizada a relação laboral do homem sobre a natureza, aqui ela surge como uma relação vital da natureza com o homem. Há nessas concisas proposições de Marx sobre a natureza uma exposição positiva da concepção de natureza, que se contrapõem as concepções de natureza da tradição filosófica e em parte da

---

<sup>20</sup>“A efetivação do trabalho tanto aparece como desefetivação que o trabalhador é desefetivado até morrer de fome. A objetivação tanto aparece como perda do objeto que o trabalhador é despojado dos objetos mais necessários não somente à vida, mas também dos objetos do trabalho.” (MARX, *op. cit.*, 2004, p.80).

<sup>21</sup> Segundo Marx, o estranhamento da natureza é decorrência do trabalho estranhado. “Na medida em que o trabalho estranhado 1) estranha do homem a natureza. (...) O trabalho estranhado por conseguinte: (...) Estranha do homem o seu próprio corpo, assim como a natureza fora dele.” (*Id.*, p.84-85). O trabalho, a atividade vital do homem, é a forma por meio da qual a apropriação da natureza é a apropriação humana. Na definição de trabalho estranhado encontra-se a de estranhamento da natureza. Segundo Marx, um dos aspectos do estranhamento do trabalho “é a relação do trabalhador com o produto do trabalho como objeto estranho e poderoso sobre ele. Esta relação é ao mesmo tempo a relação com o mundo exterior sensível, com os objetos da natureza como um mundo alheio que se lhe defronta hostilmente.” (*Id.*, p.83).

<sup>22</sup>“Mas como a natureza oferece os meios de vida, no sentido de que o trabalho não pode viver sem objetos nos quais se exerça, assim também oferece, por outro lado, os meios de vida no sentido mais estrito, isto é, o meio de subsistência física do trabalhador mesmo.” (*Id.*, p.81).

ciência moderna. Em suma, a natureza não é concebida como uma instância segregada, secundária e passiva na relação com a produção da vida material e social dos homens.

Examinando de perto a premissa marxiana que considera que a natureza oferece os meios de vida, verifica-se uma dupla determinação da natureza; pois, por um lado a natureza dá condições de existência à produção do trabalhador, e por outro lado, também fornece os meios de subsistência do corpo natural do trabalhador. Ou seja, a natureza dá as condições de existência do homem e de sua atividade laboral. Portanto, na concepção de natureza em Marx a contribuição da natureza para a produção social e material da humanidade é vital. Não cabe nesse pensamento a determinação de concepção produtivista ou que despreza o valor da natureza, pois é exatamente contrária a este ideário a determinação vital que Marx concebe ser própria da natureza.

Marx explica que o processo do estranhamento da natureza se revela através de um duplo aspecto; por um lado a natureza deixa de ser objeto pertencente ao trabalho, e por outro lado que a natureza deixa de ser condição de existência do trabalhador.<sup>23</sup> Com esse esclarecimento ele aponta as determinações da natureza que estão presentes em sua concepção de natureza. Essa explicação de Marx mostra o estranhamento da natureza que pode ser visto na afirmação da privação dos meios de existência que, como já frisado, são fornecidos pela natureza. Esse processo letal, pelas assertivas acima, ocorre porque, por um lado, o mundo exterior sensível deixa de ser objeto do trabalho humano e, por outro, esse mundo exterior sensível deixa de ser meio imediato de subsistência da vida do homem. As consequências são a dependência do homem e o esgotamento da natureza; pois, Marx (2004, p.81) considera, “segundo esse duplo sentido, o trabalhador se torna, portanto, um servo do seu objeto.” Essas considerações podem ser compreendidas do seguinte modo. Para Marx na sociedade do trabalho estranhado o homem, na condição de trabalhador, tem uma relação invertida com o mundo que ele mesmo cria, isto é, este passa a ser mundo independente o que significa que o homem passa a ser considerado objeto externo ao próprio trabalho. Enquanto isso, o esgotamento da natureza pode ser visto a partir da constatação da perda da natureza como meio de vida no sentido imediato, que é substituído pelo mundo criado pelo próprio trabalho e que passa a fornecer os meios de subsistência.

---

<sup>23</sup>“Quanto mais, portanto, o trabalhador se apropria do mundo externo, da natureza sensível, por meio do seu trabalho, tanto mais ele se priva dos meios de vida segundo um duplo sentido: primeiro, que sempre mais o mundo exterior sensível deixa de ser um objeto pertencente ao seu trabalho, um meio de vida do seu trabalho; segundo, que o mundo exterior sensível cessa, cada vez mais, de ser meio de vida no sentido imediato, meio para a subsistência física do trabalhador.” (MARX, *op. cit.*, 2004, p.81).

Nesse contexto da sociedade capitalista, a lógica que impera é a da inversão na relação entre homem, trabalho e natureza. Quanto mais o homem trabalha, menos ele tem acesso ao que produz; quanto mais valor ele cria, por meio da sua atividade laboral, mais ele se desvaloriza, e quanto mais elaborado é o produto do trabalho, mais deformada e esgotada é a natureza. Marx chama a atenção para a limitação da análise acrítica da econômica política, que apenas positiva o trabalho na sociedade moderna e oculta o estranhamento da relação entre trabalho e a produção.

Segundo Marx, o estranhamento da natureza se dá porque a relação entre o homem com a produção do seu trabalho lhe aparece como objeto estranhado, como se não lhe pertencesse, essa relação é ao mesmo tempo a relação com a natureza que nesse processo aparece alheia, exterior ao homem. Marx discorre sobre o estranhamento do trabalho, mostrando que há o estranhamento entre o trabalho e a produção e o estranhamento do trabalho com o próprio trabalho. No primeiro caso tem-se o estranhamento do objeto do trabalho e neste, como já exposto, se mostra o estranhamento da natureza. No segundo caso ocorre o estranhamento do trabalho, isto é, o homem relaciona-se com o seu trabalho como se fosse uma atividade externa, isto é, como se não lhe pertencesse.<sup>24</sup>

Uma terceira determinação do trabalho estranhado é explicada por Marx como o estranhamento da vida genérica do homem e nela a concepção marxiana indica a determinação de que a natureza não é uma instância imutável, assim também como a defesa de que a natureza é a origem tanto da vida física quanto da esfera mental do homem. Para Marx, o homem é um ser genérico, pois faz da natureza seu objeto. O gênero humano tem sua base vital na natureza, que Marx chama de natureza inorgânica para indicar que fisicamente o homem vive dos produtos naturais. Segundo Marx, esse aspecto do homem, isto é, de fazer da natureza seu objeto, é visto no domínio da natureza inorgânica na qual ele vive. Pois é dela que o homem retira os meios de vida e o material para a sua atividade vital.<sup>25</sup>

---

<sup>24</sup>“Examinamos o ato do estranhamento da atividade humana prática, o trabalho, sob dois aspectos. 1) A relação do trabalhador com o produto do trabalho como objeto estranho e poderoso sobre ele. Esta relação é ao mesmo tempo a relação com o mundo exterior sensível, com os objetos da natureza como um mundo alheio que se lhe defronta hostilmente. 2) A relação do trabalho com ato da produção no interior do trabalho. Esta relação é a relação do trabalhador com a sua própria atividade como uma atividade estranha não pertencente a ele.” (MARX, *op. cit.*, 2004, p.83).

<sup>25</sup>“A vida genérica, tanto no homem quanto no animal, consiste fisicamente, em primeiro lugar nisto: que o homem (tal qual o animal) vive da natureza inorgânica, e quanto mais universal o homem é do que o animal, tanto mais universal é o domínio da natureza inorgânica da qual ele vive. Assim como plantas, animais, pedras, ar, luz, etc., formam teoricamente uma parte da consciência humana, em parte como objetos da ciência natural, em parte como objetos de arte – sua natureza inorgânica, meios de vida espirituais, que ele tem de preparar prioritariamente como fruição e digestão -, formam também uma parte da vida humana e da atividade humana. Fisicamente o homem vive somente destes produtos da natureza, possam eles aparecer na forma de alimento, aquecimento, vestuário, habitação etc. Praticamente, a universalidade do homem aparece precisamente na

Marx concebe a relação intrínseca entre homem e natureza, indicando que o homem é parte da natureza, tanto no sentido físico como intelectual, pois, para ele, a esfera mental não é desvinculada da natureza, não há, portanto, uma origem extranatural dessa esfera do homem. Para Marx até mesmo o pensamento é dependente da natureza material. Por isso, Marx explicita que a vida física e mental do homem tem a mesma origem, isto é, a natureza, quando afirma que a relação entre a vida física e mental do homem com a natureza nada mais é do que a relação da natureza com ela mesma. Portanto, Marx indica como determinação da natureza na sua concepção de natureza a afirmação de que esta é o princípio tanto da vida física quanto da vida mental do homem. Ademais ao afirmar que a natureza é o corpo do homem com o qual deve manter-se em processo contínuo a fim de não perecer, Marx está também indicando que concebe a determinação de mutabilidade em sua concepção de natureza, isto é, a natureza sofre transformação.<sup>26</sup>

Portanto, a vida genérica do homem consiste em dizer que, fisicamente, o homem vive da natureza necessariamente e que sua universalidade se mostra no domínio da natureza da qual ele vive. Porém, Marx afirma que o trabalho estranhado promove o estranhamento da vida genérica do homem, pois, ao estranhar a natureza do homem, a vida genérica dele transforma-se em simples meio da vida individual.<sup>27</sup> Dessa conclusão de Marx se pode deduzir como consequências dessa vida genérica estranhada à ênfase no individualismo e a dominação unilateral da natureza sem levar em consideração o gênero humano.

Apesar dessa interdependência do homem com a natureza, Marx chama a atenção para a singularidade do homem como um ser consciente. Ele afirma que a construção de um mundo objetivo a partir da elaboração da natureza inorgânica confirma esse aspecto de que o homem é um ser da natureza, porém dotado de certa liberdade em relação a ela, pois enquanto os demais seres da natureza só produzem unilateralmente, o homem produz universalmente. De acordo com Marx a distinção ou a supremacia do homem em relação à natureza se deve ao fato de sua produção e atividade não se limitarem apenas à carência natural, mas o homem

---

universalidade que faz da natureza inteira o seu corpo inorgânico, tanto na medida em que ela é 1) um meio de vida imediato, quanto na medida em que ela é o objeto/matéria e o instrumento de sua atividade vital.” (MARX, *op. cit.*, 2004, p.84).

<sup>26</sup>“A natureza é o corpo inorgânico do homem, a saber, a natureza enquanto ela mesma não é corpo humano. O homem vive da natureza significa a natureza é o seu corpo, com o qual ele tem de ficar num processo contínuo para não morrer. Que a vida física e mental do homem está interconectada com a natureza não tem outro sentido senão que a natureza está interconectada consigo mesma, pois o homem é uma parte da natureza.” (*Id.*, p.84).

<sup>27</sup>“Na medida em que o trabalho estranhado 1) estranha do homem a natureza, 2) e o homem de si mesmo, de sua própria função ativa, de sua atividade vital; ela estranha do homem o gênero humano.. Faz-lhe da vida genérica apenas um meio da vida individual. Primeiro, estranha a vida genérica, assim como a vida individual. Segundo, faz da última em sua abstração um fim da primeira, igualmente em sua forma abstrata e estranhada.” (*Id.*, *loc.cit.*).

tem a capacidade de reinventar a natureza.<sup>28</sup> E, nesse aspecto a natureza também é para o gênero humano objeto produzido pela ciência e pelas artes.

Marx, ao afirmar que é na elaboração de um mundo objetivo que o homem se mostra um ser consciente e, por isso singular, mostra-nos mais uma determinação da natureza em sua concepção acerca dessa instância. Ou seja, como Marx (2004, p.85) afirma sobre a produção humana perante a natureza: “através dela a natureza aparece como a sua obra e a sua efetividade” Temos aqui a indicação de uma natureza elaborada pela atividade humana. A natureza é, portanto, na concepção marxiana, passiva de manipulação, ela pode devido ao caráter singular do homem sofrer a intervenção deste e ser transformada.

Acerca dessa capacidade da atividade humana, Marx comenta, ao examinar a quem pertence à atividade estranhada do homem na sociedade, que a responsabilidade do trabalho estranhado, e com ele todas as consequências que lhe advém, não são devido a uma natureza em si e nem tão pouco a algo extranatural, mas é devido ao próprio homem que subjuga seus semelhantes e a natureza.<sup>29</sup> A consequência do trabalho estranhado, denunciado nas proposições marxianas, é o estabelecimento da propriedade privada. Portanto, Marx explica que o aparecimento da propriedade privada como um fato histórico é causado pela relação estranhada do trabalhador com a natureza.<sup>30</sup>

O equívoco da economia política está em desconsiderar a produção como fundamento da propriedade privada e considerar esta como a razão daquela. Para Marx, a análise do

---

<sup>28</sup>“O engendrar prático de um mundo objetivo, a elaboração da natureza inorgânica é a prova do homem enquanto um ser genérico consciente, isto é, um ser que se relaciona com seu gênero enquanto sua própria essência ou se relaciona consigo enquanto ser genérico. É verdade que também o animal produz. Constrói para si um ninho, habitações, como a abelha, castor, formigas etc. No entanto, produz apenas aquilo de que necessita imediatamente para si ou sua cria; produz unilateralmente, enquanto o homem produz universalmente; o animal produz apenas sob o domínio da carência física imediata, enquanto o homem produz mesmo livre da carência física, e só produz, primeira e verdadeiramente, na sua liberdade com relação a ela; o animal só produz a si mesmo, enquanto o homem reproduz a natureza inteira; no animal, o seu produto pertence imediatamente ao seu corpo físico, enquanto o homem se defronta livremente com o seu produto. O animal forma apenas segundo a medida e a carência da *species* à qual pertence, enquanto o homem sabe produzir segundo a medida de qualquer *species*, e sabe considerar, por toda a parte, a medida inerente ao objeto; o homem também forma, por isso, segundo as leis da beleza. Precisamente por isso, na elaboração do mundo objetivo é que o homem se confirma, em primeiro lugar e efetivamente, como ser genérico. Esta produção é a sua vida genérica operativa.” (MARX, *op. cit.*, 2004, p.85).

<sup>29</sup>“Se minha própria atividade não me pertence, é uma atividade estranha, forçada, a quem ela pertence, então? A outro ser que não sou eu. Quem é este ser? Os deuses? Evidentemente nas primeiras épocas a produção principal, como por exemplo, a construção de templos etc., no Egito, na Índia, México, aparece tanto a serviço dos deuses, como também o produto pertence a eles. Sozinhos, porém, os deuses nunca foram os senhores do trabalho. Tampouco a natureza. E que contradição seria também se o homem, quanto mais subjugasse a natureza pelo seu trabalho, quanto mais os prodígios dos deuses se tornassem obsoletos mediante os prodígios da indústria, tivesse de renunciar à alegria na produção e à fruição do produto por amor a esses poderes. O ser estranho ao qual pertence o trabalho e o produto do trabalho, para o qual o trabalho está a serviço e para a fruição do qual está o produto do trabalho, só pode ser o homem mesmo.” (*Id.*, p.86.).

<sup>30</sup>“A propriedade privada é, portanto, o produto, o resultado, a consequência necessária do trabalho exteriorizado, da relação externa do trabalhador com a natureza e consigo mesmo.” (*Id.*, p. 87).

conceito de propriedade privada mostra que na verdade o trabalho exteriorizado é a sua causa fundamental. O mistério de sua origem é esse aspecto, isto é, a propriedade privada é por um lado o produto desse trabalho e por outro lado o meio para a realização do mesmo.<sup>31</sup> Por essa última proposição pode-se concluir que a propriedade privada é uma espécie de representação efetiva da relação estranhada do homem com a natureza.

Marx, como já explicitado, parte de um acontecimento histórico, um fenômeno econômico, a saber, o trabalho estranhado que se estabeleceu na sociedade capitalista. Como Marx (2004, p.86) enfatiza: “partimos de um factum nacional-econômico, do estranhamento do trabalhador e de sua produção. Expressamos o conceito deste factum, o trabalho estranhado, exteriorizado.” Contudo, Marx (2004, p.87) também analisa como o trabalho estranhado exteriorizado se expressa e se revela objetivamente: “Continuemos agora a observar como tem de se enunciar e expor, na efetividade, o conceito de trabalho estranhado, exteriorizado.” As proposições marxianas até aqui examinadas explicitam que o resultado, a expressão do trabalho estranhado exteriorizado, é a propriedade privada, consequência necessária da relação estranhada do homem, na condição de trabalhador, com a natureza.

Marx explica o funcionamento do sistema sócio-econômico moderno a partir do trabalho, pois é certo que ele concebe o trabalho como a instância fundamental do homem, pois o trabalho é a atividade vital, livre e consciente do homem, ou seja, é o seu caráter distintivo como gênero na natureza. Marx ((2004, p.84) explica: “no modo da atividade vital encontra-se o caráter inteiro de uma espécie, seu caráter genérico, e a atividade consciente livre é o caráter genérico do homem.” Por isso, essa análise da economia ou da vida produtiva é central em todo o seu pensamento.

Partindo dessas considerações, isto é, do lugar do trabalho na concepção marxiana e do significado da propriedade privada no sistema econômico capitalista, a saber, como a expressão do trabalho estranhado, exteriorizado; examinemos nos *Manuscritos econômico-filosóficos* que tratam sobre a relação entre trabalho e propriedade privada, na concatenação dessas categorias, as determinações da natureza que se revelam na concepção marxiana de natureza.

---

<sup>31</sup>“Her damos certamente o conceito de trabalho exteriorizado (da vida exteriorizada) da economia nacional como resultado do movimento da propriedade privada. Mas evidencia-se na análise desse conceito que, se a propriedade privada aparece como fundamento, como razão do trabalho exteriorizado, ela é antes uma consequência do mesmo, assim como também os deuses são originariamente, não a causa, mas o efeito do erro do entendimento humano. Mais tarde esta relação se transforma em relação recíproca. Somente no derradeiro ponto de culminância do desenvolvimento da propriedade privada vem à tona novamente este seu mistério, qual seja: que é, por um lado, o produto do trabalho exteriorizado e, em segundo lugar, que é meio através do qual o trabalho se exterioriza, a realização dessa exteriorização.” (MARX, *op. cit.*, 2004, p.88).

O debate escrutinado por Marx na relação entre propriedade privada e trabalho é em torno da origem da riqueza da produção. E, nesse sentido, explica Marx, a economia política é a economia *per excellence*, pois foi a doutrina econômica que verdadeiramente descobriu a origem da riqueza social, demonstrando que ela se deve a existência da essência subjetiva da riqueza; superando, portanto, o mercantilismo e os fisiocratas; pois, de fato, em ambas doutrinas econômicas prevalece o pensamento de uma relação extrínseca entre homem, trabalho e natureza, que pode ser vista na postulação dessas que reconhecem apenas a essência objetiva da propriedade privada.<sup>32</sup>

O mercantilismo se limitou a considerar um elemento particular da natureza como a origem da riqueza.<sup>33</sup> Os fisiocratas reconheceram a natureza em sua totalidade como a única capaz de produzir riqueza.<sup>34</sup> Para essa doutrina econômica o trabalho na indústria não é trabalho produtivo porque não cria matéria, esta é dada somente pela natureza; a indústria apenas se limita a modificá-la.<sup>35</sup>

Apesar da unilateralidade da doutrina fisiocrática, por desconsiderar o trabalho como fonte de riqueza, Marx não deixa de reconhecê-la como a verdadeira fundadora da economia moderna.<sup>36</sup> Para Marx, o grande mérito dos fisiocratas foi ter colocado sob investigação as condições materiais que permitem a existência do capital e que se mostram no processo do trabalho.<sup>37</sup>

Todavia, o erro dos fisiocratas foi considerar essas condições materiais separadas das condições sociais que caracterizam a produção capitalista.<sup>38</sup>

---

<sup>32</sup>“Como fetichistas, como católicos aparecem, por isso, a essa economia nacional esclarecida que descobriu a essência subjetiva da riqueza – no interior da propriedade privada – os partidários do sistema monetário e do sistema mercantilista, que sabem a propriedade privada enquanto uma essência somente objetiva para o homem.” (MARX, *op. cit.*, 2004, p.99).

<sup>33</sup>“o sistema mercantilista somente conhece como existência da riqueza o metal nobre. O objeto da riqueza, sua matéria, recebeu logo, portanto, a mais alta universalidade no interior da fronteira natural – enquanto que como natureza é imediatamente riqueza objetiva. (*Id.*, p.101).

<sup>34</sup>“O trabalho agrícola é para os fisiocratas o único trabalho produtivo, porque é o único que cria mais-valia, e eles não conhecem outra forma de mais-valia além da renda do solo. (MARX, Karl. **Teoria da mais-valia: os fisiocratas.** Tradução de Márcio Pugliesi. 2ªed. São Paulo: Global Editora, 1978, p.38).

<sup>35</sup>“Segundo eles [fisiocratas] o operário industrial não cria matéria, apenas se limita a modificar sua forma. É a agricultura que fornece a matéria.” (*Ibid.*, *loc. cit.*).

<sup>36</sup>“Pertence aos fisiocratas à honra de haver analisado o capital na sociedade moderna. Isto lhes dá o direito de se considerarem como os verdadeiros fundadores da economia moderna. Foram os primeiros a analisar os diversos elementos materiais, nos quais o capital existe e se manifesta durante o processo de trabalho.” (*Ibid.*, p.36).

<sup>37</sup>*Ibid.*, *loc. cit.*

<sup>38</sup>“(…) Por focar todas estas condições materiais, os instrumentos de trabalho, as matérias primas, etc., separadas das condições sociais que as rodeiam na produção capitalista; em outras palavras, de considerá-las através da forma que assumem como elementos do processo de trabalho em geral, omitindo sua forma social de capital e, criando assim, a forma capitalista de produção em uma forma natural pré-estabelecida e permanente. (*Ibid.*, p.36).

(…) Os fisiocratas, entretanto, incorreram no erro de ver nestas leis materiais de uma determinada sociedade histórica, leis abstratas, aplicáveis igualmente, a todas as formas sociais.” (MARX, *op. cit.*, 1978, p.36).

Dizendo de outro modo, os fisiocratas desconsideraram a forma social da riqueza, concebendo a produção capitalista como uma forma natural e eterna.<sup>39</sup> Essa crítica de Marx revela que ele não concebe uma relação abstrata entre trabalho, sociedade e natureza. Marx afirma que os fisiocratas corretamente conceberam as condições materiais como formas fisiológicas da sociedade, o que se configura como uma necessidade natural da produção.<sup>40</sup> O equívoco dos fisiocratas ocorre por considerarem a forma capitalista de produção como essa forma natural de produção.

Desse modo, explica Marx, a doutrina fisiocrática só concebe parcialmente o trabalho. Ele é visto apenas como modo particular exteriorizado e determinado pela natureza, ou seja, o trabalho é concebido unicamente como exterior ao homem.<sup>41</sup>

O motivo desse tratamento dado ao trabalho é que os fisiocratas concebem a existência da terra independente do homem, entendendo a terra não como um momento do trabalho, mas este é que lhe aparece como momento da natureza.<sup>42</sup> A tal consideração, Marx designa de fetichismo da riqueza externa, pois a riqueza só é concebida como objeto externo ao homem, reduzida a uma natureza simples, sendo a produtividade considerada tão somente como um dom da natureza.<sup>43</sup> Nessas considerações são explícitas as críticas de Marx a lógica abstrata aplicada para explicar a riqueza social. Ele se opõe ao reducionismo e abstracionismo em que são postas a natureza, o trabalho e o homem, como se fossem instancias em si, completamente separadas.

Segundo Marx, foi a economia política, em particular o economista Adam Smith, que reconheceu a essência subjetiva da propriedade privada, não a concebendo unicamente como um estado externo ao homem. Essa consideração, diz Marx, significa que o trabalho é

---

<sup>39</sup>(MARX, *op. cit.*, 1978, p.36).

<sup>40</sup>“É claro que eles não podiam ver formas burguesas de produção, formas naturais. Mas, acertaram em conceber estas formas como formas fisiológicas da sociedade, impostas pela necessidade natural de produção.” (*Id., loc. cit.*).

<sup>41</sup>“Assim, o trabalho não é ainda apreendido em sua universalidade e abstração, ainda está ligado a um elemento natural particular como sendo sua matéria, portanto ele também ainda é reconhecido apenas num modo de existência particular determinado pela natureza. O trabalho é, por isso, primeiramente uma exteriorização determinada, particular do homem, da mesma maneira que o seu produto também é apreendido como um produto determinado – riqueza que cabe mais ainda à natureza que a ele próprio.” (MARX, 2004, p.101.).

<sup>42</sup>“A terra ainda é, aqui, reconhecida como uma existência da natureza (*Naturdasein*) independente do homem, ainda não como capital, isto é, como um momento do trabalho mesmo. O trabalho aparece antes como momento dela. Mas enquanto o fetichismo da velha riqueza externa, existente apenas como objeto, se reduz a um elemento natural muito simples, e sua essência já é reconhecida dentro de sua existência subjetiva, mesmo que parcialmente e de uma forma particular, o necessário passo a frente é que a essência universal da riqueza seja reconhecida e, portanto, o trabalho, em sua completa absolutude (*Absolutheit*), isto é, abstração, seja elevado a princípio.” (*Id., loc. cit.*).

<sup>43</sup>“segundo os fisiocratas, a mais-valia se deve a produtividade de uma classe especial de trabalho, a agricultura. E esta produtividade é, afinal de contas, um dom da própria natureza.” (MARX, *op. cit.*, 1978, p.38).

reconhecido como princípio da riqueza.<sup>44</sup> Porém, Marx critica a economia política, quando declara que o reconhecimento do homem realizado por essa doutrina é somente uma aparência.<sup>45</sup>

Para Marx, a economia política não explica a propriedade privada, pois concebe o fundamento da economia capitalista exterior à própria sociedade moderna. Considerar a sociedade capitalista nesses termos, isto é, sem contextualizar a propriedade privada, é fundar novamente o reconhecimento do homem numa esfera independente. Se anteriormente havia só a consideração da propriedade privada externa ao homem, sendo por isso uma espécie de naturalismo, porque considera uma natureza em si separada do homem; agora, com a economia política, temos uma consideração que reconhece a propriedade privada pertencente à essência humana, porém, sem considerar a origem real desta relação, o que significa conceber a propriedade privada novamente isolada do homem.

Porém, esse reconhecimento, ainda que Marx o considere aparente, significa a superação da expressão da natureza estranhada, isto é, da propriedade privada como *ser-externo-a-si* ou instância externa ao homem; pois a propriedade privada enquanto sujeito após essa consideração não pode ser mais condicionada pelas determinações particulares da propriedade privada como uma essência fora dela. Portanto, o que está expresso na consideração da essência subjetiva da propriedade privada, isto é, o trabalho, é a afirmação da relação entre homem e natureza. Marx ao explicar detidamente essa questão expõe as determinações que concebe sobre a relação entre homem, trabalho e natureza. Fica clara a ideia de que se trata de uma relação intrínseca entre essas instâncias. Contra o naturalismo dos fisiocratas vemos que Marx não concebe a natureza separada do trabalho humano na produção

---

<sup>44</sup>“A essência subjetiva da propriedade privada, a propriedade privada enquanto atividade sendo para si, enquanto sujeito, enquanto pessoa é o trabalho. Compreende-se, portanto, que só a economia nacional, que reconheceu o trabalho como seu princípio – Adam Smith – não sabia a propriedade privada apenas como um estado exterior ao homem.” (MARX, *op. cit.*, 2004, p.99).

<sup>45</sup> “Sob a aparência de um reconhecimento do homem, também a economia nacional, cujo princípio é o trabalho, é antes de tudo apenas a realização consequente da renegação do homem, na medida em que ele próprio não mais está numa tensão externa com a essência externa da propriedade privada. O que antes era *ser-externo-a-si* (*sich Äusserlichsein*), exteriorização (*Entäusserung*) real do homem, tornou-se apenas ato de exteriorização, de venda (*Veräusserung*). Se, portanto aquela economia nacional inicia sob a aparência do reconhecimento do homem, de sua independência, de sua auto-atividade, e do jeito que ela desloca a propriedade privada para a própria essência do homem, que já não pode mais ser condicionado pelas determinações locais, nacionais etc. da propriedade privada como uma essência existente fora dela, desenvolvendo, portanto, uma energia cosmopolita, universal, que derruba toda barreira, todo vínculo, para se colocar na posição de única política, [única] universalidade, [única] barreira e [único] vínculo, então ela tem de, junto do desenvolvimento mais avançado, deitar abaixo esta hipocrisia, distingue-se no seu pleno cinismo. [...] O cinismo da economia nacional não apenas aumenta relativamente ao passar de Smith para Say, para chegar enfim até Ricardo, Mill etc.; mais que isso, aos olhos dos últimos as consequências da indústria surgem mais desenvolvidas e mais contraditórias, mas também, positivamente, eles vão sempre e consequentemente mais longe no estranhamento contra o homem do que seus predecessores, porém apenas porque a sua ciência se desenvolve mais consequente e verdadeiramente.” (*Id.*, p.100).

da riqueza. Ambos, trabalho e natureza, são considerados como princípios da riqueza, daí a referência a economia clássica que reconheceu o papel do trabalho na produção social, ainda que a origem da propriedade privada não tenha sido levada em consideração.

Nesta última consideração, pode ser visto como Marx em sua análise sobre a relação entre trabalho e natureza não degenerou sua concepção de natureza num discurso economicista, pois mesmo reconhecendo o mérito da economia política no reconhecimento do trabalho, revelou a parcialidade dessa economia acerca da origem da propriedade privada, o que significa, em primeiro lugar, mostrar a parcialidade na concepção de trabalho e, em segundo lugar, mostrar a ênfase economicista do capital.

Na explicação da contradição que se encontra na origem do processo de formação da propriedade privada, Marx critica os teóricos que examinavam a dinâmica sócio-econômica, tais como: Proudhon, Fourier e Saint-Simon; pois, ou eliminavam completamente a propriedade privada ou consideravam o trabalho unilateralmente; representando, portanto, teorias que apresentam apenas a forma negativa da propriedade.<sup>46</sup> Logo, prevalece nas bases lógicas desse tipo de acepção a desconsideração de que a propriedade privada é uma contradição que tem origem na oposição entre trabalho e capital. E mais uma vez explicita-se nas considerações de Marx uma compreensão de uma relação dialética entre sociedade, trabalho e natureza.

Marx apresenta o comunismo como a expressão positiva da eliminação da propriedade, isto é, a supra-sunção da propriedade privada. Portanto, para a teoria marxiana essa forma de organização social é a superação positiva do capitalismo e do socialismo. Marx afirma que o comunismo como supra-sunção da propriedade privada se define por um lado como naturalismo humanista e por outro como humanismo naturalista; que significa, segundo Marx, a eliminação do antagonismo entre o homem e a natureza.<sup>47</sup>

---

<sup>46</sup>“A suprasunção do estranhamento-de-si faz o mesmo caminho que o estranhamento-de-si. Considera-se, primeiro, a propriedade privada só em seu aspecto objetivo – mas, ainda assim, o trabalho como a sua essência. A sua forma de existência é, portanto, o capital, que deve ser suprimido “enquanto tal” (Proudhon). Ou o modo particular do trabalho – enquanto trabalho nivelado, parcelado e por isso não-livre – é apreendido como a fonte da nocividade da propriedade privada e da sua existência e da sua existência estranhada do homem – Fourier, que correspondentemente aos fisiocratas apreende mais uma vez o trabalho da agricultura pelo menos como o [trabalho] por excelência, ao passo que Saint-Simon, ao contrário, declara o trabalho da indústria como tal como a essência e pretende também a dominação exclusiva dos industriais e a melhoria da situação dos trabalhadores.” (MARX, *op. cit.*, 2004, p.103).

<sup>47</sup>“O comunismo na condição de suprasunção (*Aufhebung*) positiva da propriedade privada, enquanto estranhamento de si (*Selbstentfremdung*) humano, e por isso enquanto apropriação efetiva da essência humana pelo e para o homem. Por isso, trata-se do retorno pleno, tornado consciente e interior a toda riqueza do desenvolvimento até aqui realizado, retorno do homem para si enquanto homem social, isto é, humano. Este comunismo é, enquanto naturalismo consumado = humanismo, e enquanto humanismo consumado =

Essa posição mostra que a resolução do antagonismo entre homem e natureza tem uma determinação sócio-histórica, aliás, para Marx, a natureza só tem sentido para o homem na relação social, pois nesta a natureza se revela como o fundamento, a instância vital da realidade humana. Portanto, segundo Marx a sociedade é a síntese efetivada entre homem e natureza, pois nesta condição a natureza é o laço que une todos os homens e a base de sua existência. Essa consideração mostra que a essência humana da natureza ou concepção de homem natural é sempre imbricada na relação homem, sociedade e natureza, isto é, para Marx não há homem isolado dessa configuração, seja no sentido prático, seja no sentido teórico, pois seria o mesmo que dizer que há uma natureza em si.<sup>48</sup>

Não há na concepção de natureza de Marx uma determinação de uma suposta essência em si. Pois, ao se reportar à atividade fundamental do homem e à formação da consciência humana essa posição não as segrega como se fossem instâncias independentes, isto é, para Marx o homem não exerce atividade social, seja do ponto de vista prático ou intelectual, como sendo atividade exclusiva do âmbito social ou do mundo natural. Segundo Marx, mesmo quando essas atividades do homem são consideradas não sendo executadas em direta associação social, ainda assim não se pode falar de uma natureza em si, pois é o homem que as executa, e nesta condição não se tem um ser segregado da natureza e da sociedade, amálgama este que se revela na própria existência do homem, pois este não é um ser isolado.

O homem, para Marx, não é um ser simples, como se fosse um ser separado da natureza, pois é esta que garante a sua existência. Por isso, alertando contra a separação entre sociedade e indivíduo, Marx assevera que a vida genérica não é distinta em absoluto da vida individual, mas a existência da vida do homem é tão somente uma especificidade, que deve ser compreendida como especificidade da natureza, pois o homem é indissociável dessa condição, e isto implica na sua própria existência.<sup>49</sup> O homem é na concepção de Marx um

---

naturalismo. Ele é a verdadeira dissolução (*Auflösung*) do antagonismo do homem com a natureza e com o homem.” (MARX, *op. cit.*, 2004, p.105).

<sup>48</sup>“A essência humana da natureza está, em primeiro lugar, para o homem social; pois é primeiro aqui que ela existe para ele na condição de elo com o homem, na condição de existência sua para o outro e do outro para ele; é primeiro aqui que ela existe como fundamento da sua própria existência humana, assim como também na condição de elemento vital da efetividade humana. É primeiro aqui que a sua existência natural se lhe tornou a sua existência humana e a natureza [se tornou] para ele o homem. Portanto, a sociedade é a unidade essencial completada (*vollendet*) do homem com a natureza, a verdadeira ressurreição da natureza, o naturalismo realizado do homem e o humanismo da natureza levado a efeito.” (*Id.*, p.106-107).

<sup>49</sup>“Acima de tudo é preciso evitar fixar mais uma vez a “sociedade” como abstração frente ao indivíduo. O indivíduo é o ser social. Sua manifestação de vida – mesmo que ela também não apareça na forma imediata de uma manifestação comunitária de vida, realizada simultaneamente com outros – é, por isso, uma externalização e confirmação da vida social. A vida individual e a vida genérica do homem não são diversas, por mais que também – e isto necessariamente – o modo de existência da vida individual seja um modo mais particular ou mais universal da vida genérica, ou quanto mais a vida genérica seja uma vida individual mais particular ou

indivíduo porque se revela como específico da natureza, mas ao mesmo tempo é uma totalidade, isto é, ser social, pois representa a sua espécie natural.

Quanto à distinção entre pensamento e ser, Marx não os considera em oposição absoluta, mas formando simultaneamente a mesma unidade. Contudo, o homem é, para Marx, um ser objetivo, que pode ser visto na propriedade privada que representa esse fato natural, isto é, do homem ser *para si* algo de objetivo e que por isso se torna para si um objeto estranhado ou vice-versa. Ou ainda, essa objetividade se revela no fato da manifestação da vida ser o estranhamento desta, ou seja, que a sua realização seja a desrealização, por exemplo: a vida, realização, “caminha” para a morte, desrealização.<sup>50</sup> Em suma, é essa contradição da existência que mostra que o homem é um ser *para si*, isto é, um ser objetivo, de limites, que se define em relação a outro, e este é a natureza. Por isso, Marx afirma que a eliminação positiva da propriedade privada significa a apreensão sensível do ser e da existência do homem, ou seja, é a apreensão do ser objetivo, por isso essa apreensão não deve ser considerada apenas no sentido do “ter”, mas do “ter” e do “ser”.<sup>51</sup>

Para Marx, com a supressão positiva da propriedade privada acontecerá a emancipação de todos os sentidos humanos, inclusive os sentidos que qualificam os objetos, pois os sentidos humanos não são puros sentidos. Segundo Marx, os sentidos são sentidos tanto do ponto de vista objetivo como subjetivo, pois a beleza que os sentidos apreciam é uma construção social do homem a partir dos sentidos, pois além dos órgãos diretos dos quais os homens são dotados, há os órgãos sociais forjados na sociedade humana, em termos exatos isso significa que o objeto advém da atividade, do comportamento social dos homens. Por isso Marx afirma que os sentidos são teóricos na prática, isto é, na práxis, uma vez que não se pode desvincular o aspecto humano da relação do sentido com a coisa que se apresenta a este, ambos só podem se relacionar na relação humana, caso contrário não há como se relacionarem. Pois sem essa comunidade o que ocorre é uma relação egoísta, onde, por exemplo, a natureza tem uma relação apenas utilitarista com o homem. Pode-se afirmar que a

---

universal.” (MARX, *op. cit.*, 2004, p.106).

<sup>50</sup>“Pensar e ser são, portanto, certamente diferentes, mas estão ao mesmo tempo em unidade mútua. A morte aparece como uma dura vitória do gênero sobre o indivíduo determinado e contradiz a sua unidade; mas o indivíduo determinado é apenas um ser genérico determinado, e, enquanto tal, mortal. Assim como a propriedade privada é apenas a expressão sensível de que o homem se torna simultaneamente objetivo para si e simultaneamente se torna antes um objeto estranho e não humano, que sua exteriorização de vida é sua exteriorização de vida, sua efetivação a negação da efetivação, uma efetividade estranha, assim a suprasunção positiva da propriedade privada, ou seja, a apropriação sensível da essência e da vida humanas, do ser humano objetivo, da obra humana para e pelo homem, não pode ser apreendida apenas no sentido da fruição imediata, unilateral, não somente no sentido da posse, no sentido do ter. O homem se apropria da sua essência omnilateral de uma maneira omnilateral, portanto como homem total.” (*Id.*, p.107).

<sup>51</sup>*Id.*, p.108.

partir da supressão da propriedade privada acontecerá a emancipação da natureza, uma vez que os sentidos sociais são aqueles relacionados à externalização e apropriação da existência.<sup>52</sup>

Em suma, enquanto permanecer a propriedade privada na forma estabelecida pela economia capitalista, a natureza não será considerada objeto social para a emancipação humana, mas tão somente objeto de uso visando o lucro.

Para Marx, o homem não se afirma no mundo objetivo exclusivamente por via do pensamento, como considera a filosofia especulativa, mas por meio de todos os seus sentidos.<sup>53</sup> Todavia, Marx compreende que os sentidos humanos têm sua existência na natureza, mas também são uma construção social, uma elaboração da história da humanidade.<sup>54</sup>

Marx explica que a própria resolução das oposições teóricas, que a filosofia especulativa não conseguiu solucionar, por atribuir a sua solução apenas um viés teórico, só tem possibilidade de resolução quando contextualizados no âmbito da vida prática da sociedade humana, isto é, na práxis do homem. Marx afirma que se deve analisar a história das práticas do homem, isto é, das suas invenções, decorrente de sua habilidade singular, ou seja, através do trabalho o homem transforma a natureza a seu favor.<sup>55</sup>

---

<sup>52</sup>“A supra-sunção da propriedade privada é, por conseguinte, a emancipação completa de todas as qualidades e sentidos humanos; mas ela é esta emancipação justamente pelo fato desses sentidos e propriedades terem se tornado humanos, tanto subjetiva quanto objetivamente. O olho se tornou olho humano, da mesma forma como o seu objeto se tornou objeto social, humano, proveniente do homem para o homem. Por isso, imediatamente em sua práxis, os sentidos se tornaram teóricos. Relacionam-se com a coisa por querer a coisa, mas a coisa mesma é um comportamento humano objetivo consigo própria e com o homem, e vice-versa. Eu só posso, em termos práticos, relacionar-me humanamente com a coisa se a coisa se relaciona humanamente com o homem. A carência ou a fruição perderam, assim, a sua natureza egoísta e a natureza a sua mera utilidade, na medida em que a utilidade se tornou utilidade humana. Da mesma maneira, os sentidos e o espírito do outro homem se tornaram a minha própria apropriação. Além destes órgãos imediatos formam-se, por isso, órgãos sociais, na forma da sociedade, logo, por exemplo, a atividade em imediata sociedade com outros etc., tornou-se um órgão da minha externalização de vida e um modo de apropriação da vida humana. (...) O homem só não se perde em seu objeto se este lhe vem a ser como objeto humano ou homem objetivo. Isto só é possível na medida em que ele vem a se objeto social para ele, em que ele próprio se torna ser social, assim como a sociedade se torna ser para ele neste objeto.” (MARX, *op. cit.*, 2004, p.109.).

<sup>53</sup>“Não só no pensar, portanto, mas com todos os sentidos o homem é afirmado no mundo objetivo.” (*Id.*, p.110.).

<sup>54</sup>“Por outro lado, subjetivamente apreendido: assim como a música desperta primeiramente o sentido musical do homem, assim como para o ouvido não musical a mais bela música não tem nenhum sentido, é nenhum objeto, porque o meu objeto só pode ser a confirmação de uma das minhas forças essenciais, portanto só pode ser para mim da maneira como a minha força essencial é para si como capacidade subjetiva, porque o sentido de um objeto para mim (só tem sentido para um sentido que lhe corresponda) vai precisamente tão longe quanto vai o meu sentido, por causa disso é que os sentidos do homem social são sentidos outros que não os do não social. (...) Pois não só os cinco sentidos, mas também os assim chamados sentidos espirituais, os sentidos práticos (vontade, amor etc.), numa palavra o sentido humano, a humanidade dos sentidos, vem a ser primeiramente pela existência do seu objeto, pela natureza humanizada. A formação dos cinco sentidos é um trabalho de toda a história do mundo até aqui.” (*Id.*, *loc. cit.*).

<sup>55</sup>“Vê-se como a própria resolução das oposições teóricas só é possível de um modo prático, só pela energia prática do homem e, por isso, a sua solução de maneira alguma é apenas uma tarefa do conhecimento, mas uma efetiva tarefa vital que a filosofia não pode resolver, precisamente porque a tornou apenas como tarefa teórica.

Marx concebe que um estudo que se propõe a investigar as capacidades intelectuais do homem e não leva em conta a história da indústria, isto é, a história do trabalho humano, não extrai do seu propósito um conhecimento real, pois se fundamenta num conteúdo parcial. Fazendo uma digressão breve sobre o estudo investigativo e dos procedimentos das ciências e da filosofia, Marx afirma que enquanto as ciências da natureza aumentaram suas atividades acumulando e catalogando no seu progresso uma grande quantidade de invenções práticas, a filosofia manteve-se alheia a essas atividades e resultados das ciências, assim também como estas se isolaram da contribuição teórica da filosofia.<sup>56</sup>

A filosofia do conhecimento, proposta no contexto da *Aufklärung*, que parecia mostrar a fusão entre ambas, isto é, a união das ciências da natureza com a filosofia, não passou de uma teoria do intelectualismo, pois a historiografia oficial só apresenta as ciências da natureza como conhecimento das grandes invenções individuais, isto é, das grandes descobertas científicas que são atribuídas aos chamados “gênios” da humanidade, desprezando dessa forma toda a construção coletiva, e assim o trabalho dos homens, que proporcionou o desenvolvimento da indústria e da própria ciência.<sup>57</sup>

Para Marx, as ciências da natureza penetraram, por intermédio da indústria, em todos os âmbitos (social, econômico, político etc.) da vida prática dos homens, modificando-a e sendo o início da emancipação dos homens. A indústria é a externalização das capacidades do homem, ou seja, ela representa a um só tempo a essência humana da natureza e a essência natural do homem. Por isso, Marx afirma que as ciências naturais, abandonando seu viés idealista, é a base do conhecimento dos homens sobre a natureza, conseqüentemente sobre a sua própria vida efetiva.<sup>58</sup>

Portanto, já se encontra nessa consideração marxiana uma crítica a neutralidade das

Vê-se como a história da indústria e a existência objetiva da indústria conforme veio a ser são o livro aberto das forças essenciais humanas.” (MARX, *op. cit.*, 2004, p.111.).

<sup>56</sup>“As ciências naturais desenvolveram uma enorme atividade e se apropriaram de um material sempre crescente. Entretanto, a filosofia permaneceu para elas tão estranha justamente quanto elas permaneceram estranhas para a filosofia.” (*Id.*, p.112.).

<sup>57</sup>“A própria historiografia só de passagem leva em consideração a ciência natural como momento do esclarecimento (*Aufklärung*), da utilidade, de grandes descobertas singulares. Mas quanto mais a ciência natural interveio de modo prático na vida humana mediante a indústria, reconfigurou-a e preparou a emancipação humana.” (*Id.*, *loc. cit.*).

<sup>58</sup>“A indústria é a relação histórica efetiva da natureza e, portanto, da ciência natural com o homem; por isso, se ela é apreendida como revelação exotérica das forças essenciais humanas, então também a essência humana da natureza ou a essência natural do homem é compreendida dessa forma, e por isso a ciência natural perde a sua orientação abstratamente material, ou antes idealista, tornando-se a base da ciência humana, como agora já se tornou – ainda que em figura estranhada – a base da vida efetivamente humana; uma outra base para a vida, uma outra para a ciência é de antemão uma mentira. A natureza que vem a ser na história humana – no ato de surgimento da história humana – é a natureza efetiva do homem, por isso a natureza, assim como vem a ser por intermédio da indústria, ainda que em figura estranhada, é a natureza antropológica verdadeira.” (*Id.*, *loc. cit.*).

ciências da natureza, ou seja, para Marx, não há distinção entre os fundamentos da vida concreta do homem e das ciências.

É partindo desta posição que Marx reforça a afirmação da determinação de sua concepção de natureza, considerando que a natureza para o homem é aquela que se desenvolve por intermédio da indústria, o que significa que a natureza é histórica, ou seja, ela se desenvolve na história dos homens, que se dá na atividade destes ampliando a sociedade humana.

Acerca das bases do conhecimento genuíno, para Marx, a ciência é aquela cujo fundamento é a sensibilidade, como indica Feuerbach, ou seja, a ciência só é ciência exata quando parte da natureza. E nesse sentido não se concebe uma ruptura na sensibilidade, o que significa dizer que tanto a consciência quanto a necessidade humana são aspectos da natureza.<sup>59</sup>

Logo, não há objetos distintos da sensibilidade, como se um fosse o objeto da consciência e outro o da experiência, pois tal concepção tem como pressuposto a separação radical entre homem e natureza, o que é uma abstração. Para Marx, o objeto da ciência natural é o homem e da ciência humana é a natureza, os demais são objetos indiretos, pois no procedimento investigativo da natureza imediata o que prevalece é a sensibilidade humana.<sup>60</sup> Marx esclarece que o homem é objeto direto da ciência da natureza porque ele concebe a consciência da natureza imediata do homem tendo origem na sensibilidade humana. Dizendo de outro modo, a natureza que se apresenta à sensibilidade do homem não lhe aparece como pura natureza, pois a sensibilidade só existe para o homem enquanto sensibilidade humana. Nem tão pouco essa sensibilidade é pura experiência humana, pois a natureza é o primeiro objeto da consciência. Tentar refutar essa assertiva, indicando que há o objeto da pura consciência, isto é, a autoconsciência, é insustentável. A consciência humana e a natureza não são independentes, pois, de acordo com Marx, a consciência de si, a característica singular do

---

<sup>59</sup>“A sensibilidade (vide Feuerbach) tem de ser a base de toda ciência. Apenas quando esta parte daquela na dupla figura tanto da consciência sensível quanto da carência sensível – portanto apenas quando a ciência parte da natureza – ela é ciência efetiva. A fim de que o “homem” se torne objeto da consciência sensível e a carência do “homem enquanto homem” se torne necessidade, para isso a história inteira é a história da preparação; a história do desenvolvimento. A história mesma é uma parte efetiva da história natural, do devir da natureza até ao homem.” (MARX, *op. cit.*, 2004, p.112).

<sup>60</sup>“O homem é o objeto imediato da ciência natural; pois a natureza sensível imediata para o homem é imediatamente a sensibilidade humana (uma expressão idêntica), imediatamente como o homem outro existindo sensivelmente para ele; pois sua própria sensibilidade primeiramente existe por intermédio do outro homem enquanto sensibilidade humana para ele mesmo. Mas a natureza é o objeto imediato da ciência do homem. O primeiro objeto do homem – o homem – é natureza, sensibilidade, e as forças essenciais humanas sensíveis particulares; tal como encontraram apenas em objetos naturais sua efetivação objetiva, [essas forças essenciais humanas] podem encontrar apenas na ciência do ser natural em geral seu conhecimento de si.” (*Id., loc. cit.*).

homem, deve ser entendida, ou só alcança essa condição, na natureza, ou seja, não há consciência à revelia do ser natural.

Em suma, no conceito de natureza de Marx, a consciência é inerente à natureza; é dependente dela, e não algo *em-si* segregado da sensibilidade.<sup>61</sup>

Marx comenta que algo é *em-si*, isto é, considerado completamente independente, somente na condição de fundamento da sua própria existência.<sup>62</sup> O homem, que em todos os aspectos de sua constituição, seja na sua manutenção, na sua geração, na sua atividade, nos objetos de sua atividade, não é um ser *em-si*, pois em todos esses aspectos o homem é dependente da natureza, ou seja, deve sua existência à natureza.<sup>63</sup> O que nos faz concluir nessa consideração que, na concepção de natureza de Marx, a natureza é concebida como o fundamento da vida do homem, e, portanto, significa que a natureza é o substrato da existência. Porém, apesar dessa determinação, Marx deixa claro que não concebe a natureza no sentido de ser absoluto como postula a tese do criacionismo defendida no senso-comum. Marx explica que o criacionismo, a afirmação de que a causa da natureza é extrínseca à própria natureza, já recebeu uma significativa refutação da ciência, isto é, a afirmação da possibilidade da geração espontânea da natureza. Segundo Marx, esse argumento de que o homem deve sua existência à natureza, já foi considerado pela filosofia, nesse caso na doutrina aristotélica que postulou a famosa tese da geração espontânea.<sup>64</sup>

Contudo, Marx afirma que, na explicação da geração da natureza, especificamente do homem, não se deve considerar apenas o aspecto da progressão infinita da geração, mas também do aspecto circular dessa geração, pois ele indica que o homem é o sujeito da sua própria geração.<sup>65</sup>

---

<sup>61</sup>“O elemento do próprio pensar, o elemento da externalização de vida do pensamento, a linguagem, é de natureza sensível.” (MARX, *op. cit.*, 2004, p.112).

<sup>62</sup>“Um ser se considera primeiramente como independente tão logo se sustente sobre os próprios pés, e só se sustenta primeiramente sobre os próprios pés tão logo deva sua existência a si mesmo.” (*Id.*, p.114.).

<sup>63</sup>“Um homem que vive dos favores de outro se considera como um ser dependente. Mas eu vivo completamente dos favores de outro quando lhe devo não apenas a manutenção da minha vida, mas quando ele, além disso, ainda criou a minha vida; quando ele é a fonte da minha vida, e minha vida tem necessariamente um tal fundamento fora de si quando ela não é a minha própria criação.” (*Id.*, *loc. cit.*).

<sup>64</sup>“A criação é, portanto, uma representação muito difícil de ser eliminada da consciência do povo. O ser-por-si-mesmo da natureza e do homem é inconcebível para ele porque contradiz todas as possibilidades da vida prática. A criação da terra recebeu um violento golpe da *geognosia*, isto é, da ciência que expõe a formação da terra, o vir a ser da terra como um processo, como auto-engendramento. A *generatio aequivoca* [geração espontânea] é a única refutação prática da teoria da criação.” (*Id.*, *loc. cit.*).

<sup>65</sup>“Ora, é certamente fácil dizer ao indivíduo singular o que já diz Aristóteles: foste gerado por teu pai e tua mãe, portanto, a cópula de dois seres humanos, logo um ato genérico do ser humano, produziu o ser humano em ti. Vês, portanto, que também fisicamente o ser humano deve sua existência ao ser humano. Tens de manter, portanto, não apenas um dos lados sob os olhos, o progresso infinito, segundo o qual continuas a perguntar: quem gerou o meu pai, quem gerou o seu avô etc. Tens também de não largar o movimento circular, que é

Quando não se leva em consideração esse movimento circular da geração, surge a indagação da teoria criacionista, sobre a origem da natureza, que em termos gerais se resume na pergunta sobre *a criação da natureza*.<sup>66</sup> Contudo, essa questão esconde uma deturpação, isto é, quando se indaga sobre a causa responsável pela origem da natureza, a base lógica dessa formulação é uma abstração da natureza, ou seja, a consideração da segregação radical da natureza do seu fundamento, que é ela própria, por isso a deturpação e a impossibilidade de solução para a questão, uma vez que a pretensa causa, buscada, é extranatural e ao mesmo tempo a origem da natureza.<sup>67</sup> Em outros termos, seria a busca do “nada” da natureza, o que é um contra-senso teórico e prático.

Para Marx, mesmo que se argumente que a questão não é a pergunta pela causa sobrenatural da natureza a partir do nada e sim acerca de como foi sua formação, ainda assim a autonomia da natureza prevalece, pois a história da sociedade humana deve sua formação e desenvolvimento ao trabalho humano a partir da natureza, e esse aspecto é a prova do processo de autoengendrar da natureza.<sup>68</sup>

De acordo com Marx no socialismo, à medida que o homem e a natureza, o primeiro como ser natural e a segunda como existência humana, se evidencia na vida prática, perde-se o sentido da pergunta pela essência sobrenatural da natureza porque essa indagação pressupõe a inexistência da natureza.<sup>69</sup>

No socialismo, diz Marx, se estabelece a consciência de si positiva do homem, não é

sensivelmente intuitivo naquela progressão, segundo o qual o homem repete a si próprio na procriação, portanto, o ser humano permanecendo sempre sujeito.” (MARX, *op. cit.*, 2004, p.114).

<sup>66</sup>“Responderás, porém: concedido a ti este movimento circular, concede-me tu o progresso, que sempre me impele a continuar, até que eu pergunte: quem gerou o primeiro ser humano e a natureza em geral?” (*Id., loc. cit.*).

<sup>67</sup>“Só posso responderte: a tua pergunta é, ela mesma, um produto da abstração. Pergunta-te como chegas àquela pergunta; interroga-te se a tua pergunta não ocorre a partir de um ponto de vista ao qual eu não posso responder porque ele é um ponto de vista invertido. Pergunta-te se aquele progresso como tal existe para um pensar racional. Se tu te perguntas pela criação da natureza e do ser humano, abstraís, portanto, do ser humano e da natureza. Tu os assentas como não-sendo e ainda queres, contudo, que eu te os prove como sendo. Digo-te eu, agora: se renuncias à tua abstração também renuncias à tua pergunta ou, se quiseres manter a tua abstração, sê então conseqüente, e quando pensando pensas o ser humano e a natureza como não-sendo, então pensa-te a ti mesmo como não sendo, tu que também és natureza e ser humano. Não penses, não me perguntes, pois, tão logo pensas e perguntas, tua abstração do ser da natureza e do homem não tem sentido algum.” (*Id., loc. cit.*).

<sup>68</sup>“Tu replicar podes a mim: eu não quero assentar o nada da natureza etc.; pergunto-te pelo ato de surgimento dela, assim como perguntas ao anatomista pela formação dos ossos, etc. Mas, na medida em que, para o homem socialista, toda a assim denominada história mundial nada mais é do que o engendramento do homem mediante o trabalho humano, enquanto o vir a ser da natureza para o homem, então ele tem, portanto, a prova intuitiva, irresistível, do seu nascimento por meio de si mesmo, do seu processo de geração.” (*Id., loc. cit.*).

<sup>69</sup>“Na medida em que a essencialidade do ser humano e da natureza se tornou prática, sensivelmente intuitivo; na medida em que o homem se tornou prática, sensivelmente intuitivo para o homem enquanto existência da natureza e a natureza para o homem enquanto existência do homem, a pergunta por um ser estranho, por um ser acima da natureza e do homem – uma pergunta que contém a confissão da inessencialidade da natureza do homem – tornou-se praticamente impossível.” (*Id., loc. cit.*).

autoconsciência alcançada devido à eliminação da religião, mas devida a consciência de que o ser é a natureza.<sup>70</sup>

## 2.2 Dialética da natureza em Marx: crítica a essência abstrata da natureza

Na crítica a lógica dialética hegeliana que postula o ser abstrato como a essência da natureza, Marx se referencia em Feuerbach, a quem considera ter apresentado uma crítica verdadeira acerca da lógica dialética hegeliana.<sup>71</sup> Segundo Marx, o grande feito da crítica de Feuerbach é ter mostrado, em primeiro lugar, que a filosofia em geral se desenvolveu similarmente nas mesmas bases lógicas da religião, ou seja, permaneceu apenas no âmbito da abstração. O segundo empreendimento da crítica feuerbachiana, foi ter lançado as bases da fundamentação do materialismo verdadeiro e da ciência positiva, na medida em que fez da relação social (a relação do homem com a natureza rejeitando a relação supranatural) o fundamento de sua teoria. E, por fim, a sua última grande realização foi ter se oposto ao ser abstrato hegeliano como a essência da natureza.<sup>72</sup>

Marx afirma que Feuerbach esclarece a dialética hegeliana critica o ser abstrato da lógica dialética de Hegel, considerando que esse princípio não passa da contradição do pensamento consigo mesmo, isto é, de fato nega-se a segregação radical entre *ser* e natureza ao mesmo tempo em que se considera a oposição entre ambos; porém a natureza nessa base lógica é pura abstração, isto é, não é natureza, pois: o *ser*, o *não-ser* e o *pensar* são idênticos; o que significa que a objetividade é a abstração absoluta.<sup>73</sup> Essa postulação é insustentável

<sup>70</sup>“O socialismo enquanto socialismo não carece mais de uma tal mediação; ele começa a partir da consciência teórica e praticamente sensível do homem e da natureza como consciência do ser. Ele é consciência de si positiva do homem não mais mediada pela superação da religião, assim como a vida efetiva é a efetividade positiva do homem não mais mediada pela supra-sunção da propriedade privada, o comunismo.” (MARX, *op. cit.*, 2004, p.114).

<sup>71</sup>“Feuerbach é o único que tem para com a dialética hegeliana um comportamento sério, crítico, e [o único] que fez verdadeiras descobertas nesse domínio, [ele é] em geral o verdadeiro triunfador da velha filosofia.” (*Id.*, p.118.).

<sup>72</sup>“O grande feito de Feuerbach é: 1) a prova de que a filosofia não é outra coisa senão a religião trazida para o pensamento e conduzida pensadamente; portanto, deve ser igualmente condenada; uma outra forma e [outro] modo de existência do estranhamento da essência humana; 2) a fundação do verdadeiro materialismo e da ciência real, na medida em que Feuerbach toma, do mesmo modo, a relação social, a do “homem com o homem”, como princípio fundamental da teoria; 3) na medida em que ele confronta a negação da negação, que afirma ser o absolutamente positivo, o positivo que descansa sobre si mesmo e positivamente se funda sobre si próprio.” (*Id.*, *loc. cit.*).

<sup>73</sup>“Feuerbach esclarece à dialética hegeliana – (e fundamenta com isso o ponto de partida do positivo, da consciência sensível) – do seguinte modo: Hegel parte do estranhamento (logicamente: do infinito, do abstratamente universal), da substância, da abstração absoluta e fixa; isto é, expresso popularmente, parte da religião e da teologia. Segundo: ele supra-sume o infinito, assenta o efetivo, o sensível, o real, o finito, o particular. (Filosofia, supra-sunção da religião e teologia). Terceiro: Ele supra-sume novamente o positivo; estabelece novamente a abstração, o infinito.” (*Id.*, *loc. cit.*).

porque carece demonstrar a sua existência. Contudo, Marx observa que de fato Hegel, com sua especulação sobre o ser absoluto, descobriu a expressão lógica do processo histórico, ainda que sua especulação seja apenas a história do criacionismo da natureza e não a história real que tem o homem e a natureza como pressupostos.<sup>74</sup>

Marx, se referenciando nas obras: *Essência do cristianismo*, de Feuerbach, *Fenomenologia do espírito* e *Enciclopédia* de Hegel, aprofunda sua análise explicando a diferença entre a lógica dialética concebida por Hegel e por Feuerbach, ou seja, demonstrando no que consiste a forma abstrata da lógica hegeliana criticada por Feuerbach.<sup>75</sup> Segundo Marx, o ponto de partida da dialética hegeliana é o pensamento especulativo puro que é considerado a essência totalmente diferente da natureza porque não há nele nenhum caráter determinado, nenhum pressuposto que lhe escape; seus aspectos são fundados apenas na pura lógica.<sup>76</sup>

Em suma, pressupõem-se que o pensamento abstrato é pressuposto da natureza.<sup>77</sup> Esta é concebida como a externalização daquele, isto é, a natureza é pensamento abstrato alienado, o que significa dizer que nessa proposição há uma concepção negativa de natureza, pois lhe é negado o aspecto objetivo uma vez que a abstração é considerada como a verdadeira existência.<sup>78</sup>

Segundo Marx, há um duplo equívoco na lógica hegeliana; é a consideração de que

---

<sup>74</sup>“Mas na medida em que Hegel apreendeu a negação da negação – conforme a relação positiva que nela reside, como a única e verdadeiramente positiva, e conforme a relação negativa que nela reside, como o ato unicamente verdadeiro e como o ato de auto-acionamento de todo o ser -, ele somente encontrou a expressão abstrata, lógica, especulativa para o movimento da história, a história ainda não efetiva do homem enquanto um sujeito pressuposto, mas em primeiro lugar ato de produção, história da geração do homem.” (MARX, *op. cit.*, 2004, p.118).

<sup>75</sup>“Esclarecemos tanto a forma abstrata quanto a diferença que este movimento tem em Hegel, em oposição à moderna crítica, ao mesmo processo em a *Essência do cristianismo*, de Feuerbach; ou antes, a figura crítica deste movimento ainda acrítico em Hegel. Um olhar sobre o sistema hegeliano tem de iniciar-se com a *Fenomenologia* hegeliana, o verdadeiro lugar do nascimento e o segredo da filosofia de Hegel. (...) Assim como a *Enciclopédia* de Hegel começa com a lógica, com o pensamento especulativo puro, e termina com o saber absoluto, o [espírito] consciente-de-si, [espírito] filosófico ou absoluto apreendendo-se a si próprio, isto é, o espírito abstrato sobre-humano, a *Enciclopédia* toda acaba sendo nada mais do que a essência propagada do espírito filosófico, sua auto-objetivação.” (*Id.*, p.119.).

<sup>76</sup>“Assim, o espírito filosófico nada mais é do que o espírito pensante [a partir] do interior de seu estranhamento-de-si, isto é, espírito estranhado do mundo, [espírito] que se concebe abstratamente. – A lógica – o dinheiro do espírito, o valor do pensamento, o valor especulativo do homem e da natureza – sua essência tornada totalmente indiferente contra toda determinidade efetiva e, portanto, essência não-efetiva – é o pensar exteriorizado que, por essa razão, faz abstração da natureza e do ser humano efetivo; o pensar abstrato.” (*Id.*, *loc. cit.*).

<sup>77</sup>“A externalidade desse pensar abstrato...a natureza, tal como ela é para este pensar abstrato. Ela lhe é exterior, sua perda-de-si; e ele a concebe também exteriormente, enquanto pensamento abstrato, mas enquanto pensamento abstrato exteriorizado.” (*Id.*, *loc. cit.*).

<sup>78</sup>“Finalmente o espírito, este pensamento retornando ao seu próprio lugar de origem, o qual, enquanto espírito antropológico, fenomenológico, psicológico, ético, artístico, religioso, não vale ainda para si mesmo até que finalmente se encontre e auto-afirme enquanto saber absoluto e, por conseguinte, espírito absoluto, isto é, espírito absoluto, [até que] encerre sua existência consciente, e [a existência] que lhe corresponde. Pois sua existência é a abstração.” (*Id.*, *loc. cit.*).

tanto a riqueza quanto o poder do Estado são apenas instâncias alienadas do pensamento do homem, ou seja, produtos da abstração.<sup>79</sup>

Na dialética hegeliana todo o desenrolar da história, iniciando com o pensamento puro, objetiva a consciência de si, que é o saber absoluto e por isso não passa da história da produção do pensamento lógico.<sup>80</sup> Para a lógica dialética hegeliana a única contradição que interessa e que deve ser transcendida é a oposição entre o *em-si* e o *para-si*, isto é, entre o pensar abstrato e a realidade sensível real concebida como pensamento abstrato alienado. Nesse sentido as contradições naturais são tidas como meras aparências, apenas figuras exteriorizadas.<sup>81</sup>

Segundo Marx, o exame da lógica dialética hegeliana se iniciou pela *Fenomenologia do Espírito* porque essa obra revela a origem e o segredo do sistema hegeliano. Para Marx, nela já se encontra o idealismo acrítico das obras posteriores de Hegel e a exigência do mundo objetivo para o homem, mesmo que a essência da natureza, a natureza produzida na história, apareça como produto do espírito abstrato.<sup>82</sup>

Desse modo, assevera Marx, a *Fenomenologia* contém uma crítica velada do estranhamento do homem e da natureza, embora a realidade considerada na dialética hegeliana seja a abstração; contudo os elementos da crítica verdadeira já estão preparados e elaborados.<sup>83</sup> Por isso Marx afirma que o mérito hegeliano é a dialética negativa como princípio motor e gerador, pois Hegel concebe a autoprodução do homem como um processo, a saber, a objetivação como exteriorização e supra-sunção dessa exteriorização, o que

<sup>79</sup>“Um duplo erro em Hegel. 1. Distingue-se mais claramente na “Fenomenologia”, enquanto lugar de nascimento da filosofia hegeliana. Quando ele apreendeu, por exemplo, a riqueza, o poder de Estado etc. como a essência estranhada da essência humana, isso acontece somente na sua forma de pensamento. Eles são seres de pensamento – por isso simplesmente um estranhamento do pensar puro, isto é, do pensar abstrato-filosófico. O movimento todo termina, assim, com o saber absoluto. De que esses objetos estão estranhados e a quem eles se opõem com a petulância de efetividade, isto é precisamente o pensar abstrato.” (MARX, *op. cit.*, 2004, p.121).

<sup>80</sup>“Toda a *história da exteriorização* e toda retirada da exteriorização não é, assim, nada além da *história da produção* do pensar abstrato, do [pensar] absoluto, do pensar lógico, especulativo.” (*Id.*, *loc. cit.*).

<sup>81</sup>“O estranhamento, que forma, portanto, o interesse intrínseco dessa exteriorização e a supra-sunção dessa exteriorização, é a oposição do *em-si* e do *para-si*, de consciência e consciência-de-si, de objeto e sujeito, isto é, a oposição do pensar abstrato e da efetividade sensível ou da sensibilidade efetiva no interior do pensamento mesmo. Todas as outras oposições e movimentos dessas oposições são apenas a aparência, o envoltório, a figura exotérica dessas oposições unicamente interessantes, que formam o sentido das outras oposições profanas.” (*Id.*, *loc. cit.*).

<sup>82</sup>“Já na *Fenomenologia* – apesar do seu aspecto absolutamente negativo e crítico (...) já está lançado enquanto germen, enquanto potência, como mistério, o positivismo acrítico e do mesmo modo o idealismo acrítico das obras hegelianas posteriores. (...) A vindicação do mundo objetivo para o homem. (...) A humanidade da natureza e da natureza criada pela história, dos produtos do homem, aparecem no fato de estes serem produtos do espírito abstrato e nessa medida, portanto, momentos espirituais, *seres de pensamento*.” (*Id.*, *loc. cit.*).

<sup>83</sup>“A “Fenomenologia” é, por isso, a crítica oculta, em si mesma ainda obscura e mistificadora; mas na medida em que ela retém o estranhamento do homem – ainda que também este último apareça apenas na figura do espírito -, encontram-se nela ocultos todos os elementos da crítica, muitas vezes preparados e elaborados de modo que suplantam largamente o ponto de vista hegeliano.” (*Id.*, p.122.).

proporciona conceber o homem objetivo como resultado de seu próprio trabalho.<sup>84</sup>

Marx (2004, p.123) afirma que o sistema hegeliano é unilateral, esclarece que na dialética hegeliana o homem efetivo não é verdadeiramente sujeito porque é considerado apenas exteriorização do homem real, o sujeito abstrato. (a natureza efetiva não é verdadeira natureza porque é considerada apenas exteriorização da natureza real) O *espírito ou pensamento puro* é a verdadeira essência do homem, e a mesma consideração é dada a natureza.<sup>85</sup>

Nesse esclarecimento temos na concepção de natureza de Marx, a determinação de que o homem é natureza, a determinação de que a natureza é o verdadeiro fundamento do homem e ainda há uma terceira, revelando que Marx não segrega a natureza do homem como acontece na lógica hegeliana ao fazer separação entre o pensar puro e a natureza.

Vale dizer que, para a concepção marxiana, a natureza não é puro objeto como é a *consciência-de-si* na dialética hegeliana e que por isso desconsidera a objetividade da natureza. Nem tão pouco a natureza em Marx é puro sujeito, como ocorre com a *consciência-de-si* na dialética hegeliana, pois a natureza não é pura natureza, existe a natureza humana.

Um resultado consequente dessas determinações do conceito de natureza é a compreensão de que a lógica dialética hegeliana é unilateral e paradoxal, pois essencialmente é um método que propõe o saber absoluto, contudo ao estabelecer que o objeto da consciência é somente a *consciência-de-si*, fez com que o objeto correspondesse ao sujeito reduzindo a natureza a um único domínio da realidade, pois tanto o sujeito como o objeto só têm existência no pensamento.

Segundo Marx, nada há de ininteligível quando se considera que um ser natural deve a sua existência à natureza. E o mesmo pode ser considerado quando se afirma que a

---

<sup>84</sup>“A grandeza da “Fenomenologia” hegeliana e de seu resultado final – a dialética, a negatividade enquanto princípio motor e gerador – é que Hegel toma, por um lado, a autoprodução do homem como um processo, a objetivação como desobjetivação, como exteriorização e supra-sunção dessa exteriorização; é que compreende a essência do trabalho e concebe o homem objetivo, verdadeiro, porque homem efetivo, como resultado de seu próprio trabalho.” (MARX, *op. cit.*, 2004, p.123).

<sup>85</sup>“Apresentaremos a unilateralidade e os limites de Hegel pormenorizadamente no capítulo final da ‘Fenomenologia’ – ‘O Saber absoluto’–, um capítulo que compreende tanto o espírito concentrado da fenomenologia, a sua relação com a dialética especulativa, quanto também à *consciência* de Hegel a respeito de ambos e da sua relação recíproca. (...) A questão principal é que o objeto da consciência nada mais é do que a *consciência-de-si*, ou que o objeto é somente a *consciência-de-si* objetivada, a *consciência-de-si* enquanto objeto. (...) A exteriorização da *consciência-de-si* põe a *coisidade*. Porque o homem = *consciência-de-si*, então sua essência objetiva exteriorizada, ou a *coisidade* – ([*coisidade*] é o que para ele é objeto, e objeto é verdadeiramente para ele apenas o que lhe é objeto essencial, o que é, consequentemente sua essência objetiva. Como o homem efetivo enquanto tal não é construído como sujeito, e por isto a natureza também não – o homem é a natureza humana –, mas apenas a abstração do homem, a *consciência-de-si*, então a *coisidade* só pode ser a *consciência-de-si* exteriorizada) = a *consciência-de-si* exteriorizada, e a *coisidade* é posta por meio desta exteriorização.” (*Id.*, p.123-124.).

*consciência-de-si* determina apenas o ser da abstração.<sup>86</sup> Entretanto, Marx chama a atenção para a incompreensibilidade da proposição da lógica hegeliana que apresenta a natureza como produto da autoconsciência, isto é, do ser abstrato. Ou seja, a dialética hegeliana faz uma separação radical entre essas instâncias, impossibilitando a sua relação. A um só tempo, a lógica hegeliana cai em dois contra-sensos. O primeiro já exposto nessa separação radical, e o segundo decorre da negação da objetividade da natureza ou absolutização da esfera da abstração como o lugar da verdadeira objetividade, o que faz com que Hegel permaneça no *solipsismo* do idealismo tradicional.

O sujeito não pode ser tomado segregado do objeto. Isto é, não existe para Marx uma subjetividade pura desvinculada completamente da natureza e vice-versa. Marx explica que a dialética hegeliana faz essa segregação, quando o homem real, cuja essência humana não pode ser tomada como separada da natureza, põe suas capacidades naturais como objetos estranhados, mediante a exteriorização de uma pretensa *consciência-de-si*. Pois, o sujeito dessa atividade não é a natureza, isto é, a essência humana que não se separa da natureza, porque o objeto abstrato é assentado pelo sujeito abstrato, mas se é assim, essa atividade abstrata não tem nenhum sujeito e nenhum objeto, porque mesmo a pretensa atividade pura, para pôr o objeto, não constitui o sujeito.

Pois, a subjetividade ou atividade do sujeito não pode ocorrer à revelia do objeto. Logo, não há o começo da atividade do sujeito para pôr o objeto, como se seguisse essa ordem: primeiro o sujeito e a seguir o objeto. A atividade do sujeito, postulada na dialética hegeliana, mesmo no âmbito da abstração, está fundamentada dessa forma, isto é, primeiramente é o ser, *a consciência-de-si*, que põe o não-ser, a natureza, essa hierarquia cai no mesmo impasse da tradição, isto é, ao buscar a origem da natureza, isto é, o princípio fundamental, fez separação entre ser e natureza, pois postula uma subjetividade pura, isto é, segregação entre ser e natureza, que é o mesmo que postular a separação da natureza dela mesma.

Porém, para Marx (2004, p.126), o ser objetivo é a natureza, pois ela produz e põe apenas objetos porque está fundada em objetos.<sup>87</sup> A natureza na sua atividade de produção dos

---

<sup>86</sup>“É completamente plausível que um ser vivo, natural, provido e dotado de forças essenciais objetivas, isto é, materiais, tenha objetos efetivo-naturais de seu ser, na mesma medida que sua auto-exteriorização seja o assentamento de um mundo efetivo, mas sob a forma da externalidade, um mundo proponente e objetivo, não pertencente ao seu ser. (...) Misterioso seria, antes, o contrário. Mas é igualmente claro que uma consciência-de-si, por meio de sua exteriorização, possa pôr apenas a coisidade, isto é, unicamente uma coisa abstrata, uma coisa da abstração e nenhuma coisa efetiva.” (MARX, *op. cit.*, 2004, p.126).

<sup>87</sup>“Quando o homem efetivo, corpóreo, com os pés bem firmes sobre a terra aspirando e expirando suas forças naturais, assenta suas forças essenciais objetivas e efetivas como objetos estranhos mediante sua exteriorização

objetos não se deslocou de uma pretensa “atividade natural pura” para “criar” os objetos; pelo contrário, a produção de objeto pela natureza endossa que a sua atividade tem objetos.<sup>88</sup> Com essas considerações Marx afirma que expôs as bases que diferenciam a doutrina do naturalismo humanista ou humanismo naturalista da doutrina do idealismo e do materialismo, ao mesmo tempo em que mostra como as unifica.<sup>89</sup> Além disso, Marx afirma que só a concepção fundada na compreensão da natureza é capaz de explicar o processo histórico.<sup>90</sup>

Marx critica a dialética hegeliana que concebe o homem como um ser abstrato, isto é, determinado e ativado por uma pretensa *consciência-de-si*. Para Marx, o homem é um ser natural, isto é, determinado pela natureza.

Nessa consideração, Marx termina por apresentar determinações da sua concepção de natureza. Marx afirma que o homem é, por um lado, um ser ativo, porque como é um ser da natureza é dotado das forças desta. Essas forças da natureza são determinações que Marx em suas considerações apresenta como pulsões naturais. Por outro lado, o homem é um ser dependente, pois como é um ser da natureza é afetado por esta. Essa afecção da natureza no homem é vista na sua limitação corpórea totalmente dependente da natureza.<sup>91</sup> E mais, essa condição de dependência mostra que o objeto das pulsões, das necessidades do homem, existe fora dele como objeto independente, ou seja, é a natureza.<sup>92</sup> Para Marx, o ser objetivo é aquele que ao mesmo tempo é natureza e tem fora de si o seu objeto que é natureza, e também é objeto e natureza para um terceiro.<sup>93</sup> Essa consideração na concepção marxiana de natureza diverge completamente do movimento do *ser* da lógica dialética hegeliana, pois, uma vez que

(*Entäusserung*), este [ato de] assentar não é o sujeito; é a subjetividade de forças essenciais objetivas, cuja ação, por isso, tem também que ser objetiva. O ser objetivo atua objetivamente e não atuaria objetivamente se o objetivo (*Gegenständliche*) não estivesse posto em sua determinação essencial. Ele cria, assenta apenas objetos, porque ele é assentado mediante esses objetos, porque é, desde a origem, natureza (*weil es Von Haus Natur ist*).” (MARX, *op. cit.*, 2004, p.126).

<sup>88</sup>“No ato assentar não baixa, pois, de sua “pura atividade” a um criar do objeto, mas sim seu produto objetivo apenas confirma sua atividade objetiva, sua atividade enquanto atividade de um ser natural objetivo.” (*Id.*, p.127.).

<sup>89</sup>“Vemos aqui como o naturalismo realizado, ou humanismo, se diferencia tanto do idealismo quanto do materialismo e é, a um só tempo, a verdade unificadora de um e de outro.” (*Id.*, *loc. cit.*).

<sup>90</sup>“Vemos igualmente como só o naturalismo é capaz de compreender o ato da história universal.” (*Id.*, *loc. cit.*).

<sup>91</sup>“O homem é imediatamente ser natural. Como ser natural, e como ser natural vivo, está, por um lado, munido de forças naturais, de forças vitais, é um ser natural ativo; estas forças existem nele como possibilidades e capacidades (*Anlagen und Fähigkeiten*), como pulsões; por outro, enquanto ser natural, corpóreo, sensível, objetivo, ele é um ser que sofre, dependente e limitado, assim como o animal e a planta, isto é, os objetos de suas pulsões existem fora dele, como objetos independentes dele.” (*Id.*, *loc. cit.*).

<sup>92</sup>“Mas esses objetos são objetos de seu crescimento, objetos essenciais, indispensáveis para a atuação e confirmação de suas forças essenciais. Que o homem é um ser corpóreo, dotado de forças naturais, vivo, efetivo, objetivo, sensível significa que ele tem objetos efetivos, sensíveis como objetos de seu ser, de sua manifestação de vida, ou que ele pode somente manifestar sua vida em objetos sensíveis efetivos.” (*Id.*, *loc. cit.*).

<sup>93</sup>“É idêntico: ser (*sein*) objetivo, natural, sensível e ao mesmo tempo ter fora de si objeto, natureza, sentido, ou ser objeto mesmo, natureza, sentido para um terceiro.” (*Id.*, *loc. cit.*).

o *absoluto* de Hegel é a identidade da autoconsciência com a consciência, isto é, a dialética do pensamento puro, então o movimento não é para fora, mas ocorre em si mesmo<sup>94</sup>.

Observa-se que as considerações de Marx acerca do ‘ser objetivo’, que explicitamente contrapõem o ser *em-si* da dialética hegeliana, indicam que a concepção de natureza de Marx é determinante para se compreender a diferença entre as dialéticas de Marx e Hegel e também a crítica marxiana à lógica dialética hegeliana.

É explícita, no conceito de natureza de Marx, a posição de que a natureza é o ser objetivo, isto é, o ser real, porque a sua objetividade é fora de si mesmo. Marx exemplifica essa determinação com a fome, uma pulsão da natureza, que mostra que para ser aplacada exige um objeto natural fora de si.<sup>95</sup>

Marx explica a ilogicidade de um ser que não é objeto para um terceiro ser, argumentando que se esse ser não tem relação objetiva, ele não existe como objeto; logo ele é um ser não objetivo, o que significa que ele é o *não-ser*.<sup>96</sup>

Mas, supondo que seja assim, isto é, o ser considerado não é ele próprio objeto para um terceiro ser, ou seja, ele não é nem objeto, nem tem qualquer objeto; mas se é assim ele é o único ser.<sup>97</sup>

Mas a natureza contrapõe essas suposições, pois se há objetos fora do homem, necessários para sua efetivação; é porque este em relação aqueles é uma realidade distinta, e, portanto, não há isolamento do ser objetivo, porque ele não é o único absolutamente, mas o outro do objeto fora de si.<sup>98</sup>

Segundo Marx, essa configuração do ser que não se constitui em objeto de outro ser, é a afirmação de que não existe ser objetivo, pois um ser que não é objeto para outro, não é um ser que se efetiva, logo é um ser da abstração, pois não é um ser sensível, pois o ser real é

<sup>94</sup>“Como, em si (*an sich*), a consciência abstrata – pois é assim que o objeto é concebido – é puramente um momento da diferenciação da consciência-de-si, assim também surge como resultado do movimento a identidade da consciência-de-si com a consciência, o saber absoluto, o movimento realizado (*vorgehende*) do pensamento abstrato enquanto resultado que não [se passa] mais fora de si, mas somente em si mesmo como resultado; isto é, a dialética do pensamento puro é o resultado.” (MARX, *op. cit.*, 2004, p.123).

<sup>95</sup>“A fome é uma carência natural; ela necessita, por conseguinte, de uma natureza fora de si, de um objeto fora de si, para se satisfazer, para se saciar. A fome é a carência confessada de meu corpo por um objeto existente fora dele, indispensável à sua integração e externalização essencial. (*Id.*, p.128.).

<sup>96</sup>“Um ser que não tenha sua natureza fora de si não é nenhum ser natural, não toma parte na essência da natureza. Um ser que não tenha nenhum objeto fora de si não é nenhum ser objetivo. Um ser que não seja ele mesmo objeto para um terceiro ser não tem nenhum ser para seu objeto, isto é, não se comporta objetivamente, seu ser não é nenhum [ser] objetivo. Um ser não-objetivo é um *não-ser*.” (*Id.*, *loc. cit.*).

<sup>97</sup>“Assenta um ser, que nem é ele próprio objeto nem tem um objeto. Tal ser seria, em primeiro lugar, o único ser, não existiria nenhum ser fora dele, ele existiria isolado e solitariamente.” (*Id.*, *loc. cit.*).

<sup>98</sup>“Pois, tão logo existam objetos fora de mim, tão logo eu não esteja só, sou outro, outra efetividade que não o objeto fora de mim. Para este terceiro objeto eu sou, portanto, efetividade que não ele, isto é, [sou] seu objeto.” (*Id.*, *loc. cit.*).

afetado pela natureza.<sup>99</sup> Por isso o homem é um ser da natureza, pois suas pulsões se efetivam na natureza.<sup>100</sup> Contudo, Marx afirma que o homem não é apenas um ser da natureza; o homem é um ser genérico, isto é, um ser que tem consciência de si e da natureza; devido a isso ele se expressa e se efetiva não só como ser natural, mas também no seu conhecer.<sup>101</sup> Por isso que nem os objetos humanos são puramente objetos da natureza, nem tão pouco os sentidos humanos são puramente sensibilidade humana, ou seja, a natureza não se apresenta puramente, porque ela não é imutável, ela tem uma gênese, e esta é a história.<sup>102</sup>

Nessas considerações de Marx de que a natureza é o ser objetivo porque a sua objetividade é fora de si mesmo, ou seja, a objetividade é dada pela natureza; e que o homem é um ser natural porque sua efetivação se dá na natureza, ou seja, o ser objetivo é aquele que tem objeto fora de si, sendo que esse objeto para o homem não é puramente objeto da natureza; e por fim a afirmação de que se o ser tem objeto fora de si, também significa dizer que esse objeto tem esse ser como objeto. Temos nestas afirmações a determinação explícita de que Marx defende uma concepção dialética da natureza; uma concepção que se opõe a concepção abstrata (ou a-histórica) da natureza apresentada na dialética hegeliana. Esse aspecto dialético que Marx concebe acerca da natureza é a relação desta com a história humana.

### 2.3 História e natureza: consciência como produto social

Na obra, *A Ideologia Alemã*, encontra-se uma crítica ao materialismo feuerbachiano que revela que Marx concebe uma determinação histórica na natureza. A chave de compreensão da crítica marxiana encontra-se no conceito de produção material, concebida como elemento determinante da formação da consciência humana. É a partir da produção

<sup>99</sup>“Um ser que não é objeto de outro ser, supõe, pois, que não existe nenhum ser objetivo. Tão logo eu tenha um objeto, este objeto tem a mim como objeto. Mas um ser não objetivo é um ser não efetivo, não sensível, apenas pensado, isto é, apenas imaginado, um ser da abstração.” (MARX, *op. cit.*, 2004, p.128).

<sup>100</sup>“Ser sensível, isto é, ser efetivo, é ser objeto do sentido, ser objeto sensível, e, portanto, ter objetos sensíveis fora de si, ter objetos de sua sensibilidade. Ser sensível é ser padecente. O homem enquanto ser objetivo sensível é, por conseguinte, um padecedor, e, porque é um ser que sente o seu tormento, um ser apaixonado. A paixão é a força humana essencial que caminha energicamente em direção ao seu objeto.” (*Id.*, *loc. cit.*).

<sup>101</sup>“Mas o homem não é apenas ser natural, mas ser natural humano, isto é, ser existente para si mesmo, por isso, ser genérico, que, enquanto tal, tem de atuar e confirmar-se tanto em seu ser quanto em seu saber.” (*Id.*, *loc. cit.*).

<sup>102</sup>“Consequentemente, nem os objetos humanos são os objetos naturais assim como estes se oferecem imediatamente, nem o sentido humano, tal como é imediata e objetivamente, é sensibilidade humana, objetividade humana. A natureza não está, nem objetiva nem subjetivamente, imediatamente disponível ao ser humano de modo adequado. E como tudo o que é natural tem de começar, assim também o homem tem como seu ato de gênese a história, que é, porém para ele, uma [história] sabida e, por isso, enquanto ato de gênese com consciência, é ato de gênese que se supra-sume. A história é a verdadeira história natural do homem.” (*Id.*, *loc. cit.*).

material que se revela a insuficiência do materialismo feuerbachiano e do idealismo em geral, pois para estes a relação entre homem e natureza, como produção social da vida, é excluída da história; o idealismo interpreta a história como processo independente do homem e da natureza, invertendo a realidade, isto é, sendo a história produto da consciência, e, desse modo, a natureza é concebida como uma instância a-histórica.

Marx (2007, p.29) comentando o problema da libertação do homem, critica a filosofia que reduziu essa questão a pretensa libertação da consciência. Marx se contrapondo a essa posição, afirma que a libertação real só ocorre através de meios materiais, isto é, não é possível libertar os homens enquanto estes forem incapazes de obterem condições materiais em quantidade e qualidade apropriadas.<sup>103</sup> Marx considera que a libertação do homem depende de condições históricas que podem ser sintetizadas a partir das condições da produção social dos homens, isto é, do desenvolvimento da indústria humana.<sup>104</sup> Marx explica que, na Alemanha de sua época, o discurso da liberdade aparece fundado na filosofia da consciência ou na teologia, porque seu país ainda se encontra em um estágio trivial de desenvolvimento histórico. Nesse caso, a busca absoluta do desenvolvimento intelectual não tem abrangência histórica, porque é particular, não é efetivo, pois se trata apenas de uma revolução do pensamento, ou seja, não tem resultados práticos de caráter histórico geral.

Marx afirma que para o materialismo prático a revolução para libertar os homens é dada por uma ação histórica que tem o propósito de transformar o mundo constituído. Nessa consideração, Marx dá início às ressalvas acerca do pensamento feuerbachiano. Segundo Marx, se neste encontra-se algo parecido com a assertiva do materialismo prático, não vai além da simples intuição.<sup>105</sup> Marx explicita sua crítica a concepção de natureza em Feuerbach

---

<sup>103</sup>“Não nos daremos, naturalmente, ao trabalho de esclarecer a nossos sábios filósofos que eles não fizeram a “libertação” do “homem” avançar um único passo ao terem reduzido a filosofia, a teologia, a substância e todo esse lixo à “autoconsciência”, e ao terem libertado o “homem” da dominação dessas fraseologias, dominação que nunca o manteve escravizado. Nem lhes explicaremos que só é possível conquistar a libertação real [*wirklich Befreiung*] no mundo real e pelo emprego de meios reais, que a escravidão não pode ser superada sem a máquina a vapor e a *Mule-Jenny*, nem a servidão sem a melhora da agricultura, e que, em geral, não é possível libertar os homens enquanto estes forem incapazes de obter alimentação e bebida, habitação e vestimenta, em qualidade e quantidade adequadas.” (MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. Tradução de Rubens Enderle, Nélcio Schneider e Luciano Cavini Martorano. São Paulo: Boitempo, 2007, p.29).

<sup>104</sup>“A ‘libertação’ é um ato histórico e não um ato de pensamento, e é ocasionada por condições históricas, pelas condições da indústria, do comércio, da agricultura, do intercâmbio [...] e então, posteriormente, conforme suas diferentes fases de desenvolvimento, o absurdo da substância, do sujeito, da autoconsciência e da crítica pura, assim como o absurdo religioso e teológico, são novamente eliminados quando se encontram suficientemente desenvolvidos.” (*Id., loc. cit.*).

<sup>105</sup>“Na realidade, e para o materialista prático, isto é, para o comunista, trata-se de revolucionar o mundo, de enfrentar e de transformar praticamente o estado de coisas por ele encontrado. Se, em certos momentos, encontram-se em Feuerbach pontos de vista desse tipo, eles não vão além de intuições isoladas e têm sobre sua intuição geral muito pouca influência para que se possa considerá-los como algo além de embriões capazes de desenvolvimento.” (*Id., p.30.*).

afirmando que esta é unilateral em duas vias, pois está assentada em um materialismo contemplativo, uma vez que, por um lado, a natureza é concebida como sendo uma coisa completamente em si mesma e imutável; e, por outro lado, é um materialismo que não concebe a natureza histórica.<sup>106</sup> Segundo Marx, o mundo sensível é um produto histórico porque resulta das atividades desenvolvidas na sociedade humana que transmitidas às gerações posteriores possibilitam as mudanças no mundo sensível através do progresso da indústria.<sup>107</sup> Marx sublinha que mesmo a natureza mais imediata, que aparece no mundo sensível, ainda assim é uma produção da atividade social, pois, por exemplo, citando uma espécie de árvore, a cerejeira, conhecida no contexto de Feuerbach; Marx informa que essa planta só veio a se constituir como árvore comum na Alemanha porque foi transplantada pelo intercâmbio comercial, tendo, portanto, origem datada historicamente e sendo constituída pela ação de uma sociedade determinada.<sup>108</sup>

Em suma, na crítica de Marx à concepção feuerbachiana de natureza se explicita a determinação histórica da natureza na sua concepção de natureza; pois, em suas ressalvas ao pensamento de Feuerbach, Marx afirma que na concepção feuerbachiana do mundo sensível o materialismo é restrito. Pois, por um lado, é um materialismo contemplativo, isto é, o materialismo feuerbachiano limita-se à mera contemplação da natureza; consideração que limita a natureza a um só aspecto, isto é, nesse conceito a atividade sensível da natureza não é considerada, o que em última instância significa a negação da intervenção humana na natureza que é o mesmo que desconsiderar a historicidade como aspecto da natureza. O que, por outro lado, se configura como materialismo abstrato, porque Feuerbach limita-se a mera sensação, isto é, não concebe a natureza histórica, mas uma natureza isolada, abstraída da história. Para Marx, a natureza, o mundo sensível, é também o produto da indústria e do

---

<sup>106</sup>“A concepção feuerbachiana do mundo sensível limita-se, por um lado, à mera contemplação deste último e, por outro lado, à mera sensação; ele diz ‘o homem’ em vez de os ‘homens históricos reais’(...) No primeiro caso, na contemplação do mundo sensível, ele se choca necessariamente com coisas que contradizem sua consciência e seu sentimento, que perturbam a harmonia, por ele pressuposta, de todas as partes do mundo sensível e sobretudo do homem com a natureza. Para remover essas coisas, ele tem, portanto, que buscar refúgio numa dupla contemplação: uma contemplação profana, que capta somente o que é “palpável”, e uma contemplação mais elevada, filosófica, que capta a “verdadeira essência” das coisas.” (MARX, *op. cit.*, 2007, p.30).

<sup>107</sup>“Ele não vê como o mundo sensível que o rodeia não é uma coisa dada imediatamente por toda a eternidade e sempre igual a si mesma, mas o produto da indústria e do estado de coisas da sociedade, e isso precisamente no sentido de que é um produto histórico, o resultado da atividade de toda uma série de gerações, que, cada uma delas sobre os ombros da precedente, desenvolveram sua indústria e seu comércio e modificaram sua ordem social de acordo com as necessidades alteradas.” (*Id.*, *loc. cit.*).

<sup>108</sup>“Mesmo os objetos da mais simples “certeza sensível” de Feuerbach apenas por meio do desenvolvimento social, da indústria e do intercâmbio comercial. Como se sabe, a cerejeira, como quase todas as árvores frutíferas, foi transplantada para nossa região pelo comércio, há apenas alguns séculos e, portanto, foi dada à ‘certeza sensível’ de feuerbach apenas mediante essa ação de uma sociedade determinada numa determinada época.” (*Id.*, *loc. cit.*).

estado de coisas da sociedade, ou seja, é um produto histórico, é o resultado da atividade dos homens vivendo em sociedade; a natureza sofre a intervenção de toda uma série de gerações.

Por isso, Marx (2007, p.29) explica que mesmo os objetos da “certeza sensível” de Feuerbach, fazendo alusão ao saber imediato da *Fenomenologia do Espírito* de Hegel, são o resultado do desenvolvimento histórico.

Marx (2007, p.29) demonstra essa afirmação, já dito anteriormente, com o exemplo da cerejeira, dizendo que esta árvore frutífera existente na Alemanha daquele contexto tinha sido transplantada; sendo, portanto, dada a “certeza sensível” de Feuerbach mediante a ação de uma sociedade histórica determinada.

Marx (2007, p.31) também exemplifica essa consideração recorrendo ao propalado problema da relação do homem com a natureza, que alguns filósofos apresentam como se fossem coisas separadas uma da outra, como se os homens não tivessem diante de si uma natureza histórica e uma história natural.<sup>109</sup> Esse problema da relação do homem com a natureza, equivocadamente pressupondo tratar-se de uma relação entre duas instâncias fundamentalmente distintas, fez surgir, considera Marx, as teses sobre a substância e a autoconsciência.<sup>110</sup> Segundo Marx, essa questão se desfaz na concepção de que a unidade do homem com a natureza sempre se deu na indústria e apresenta-se de modo diferente em cada época de acordo com o menor ou maior desenvolvimento da indústria.<sup>111</sup> Marx diz que Feuerbach fala como um cientista natural, que se vale de uma linguagem que só um erudito, como um físico ou químico, conseguem compreender. Contudo, assevera Marx, até a ciência natural, tida como pura, depende da atividade sensível dos homens, é um produto da ação do homem; depende da indústria.<sup>112</sup> Ademais, a natureza que precede à história humana, tal como concebe Feuerbach, não é a natureza na qual ele vive, pois é uma natureza que não existe em

---

<sup>109</sup>“Nessa concepção das coisas tal como realmente são e tal como se deram, todo profundo problema filosófico é simplesmente dissolvido num fato empírico, como será mostrado mais claramente adiante. Por exemplo, a importante questão sobre a relação do homem com a natureza (ou então, como afirma Bruno na p.110, as “oposições em natureza e história”, como se as duas “coisas” fossem coisas separadas uma da outra, como se o homem não tivesse sempre diante de si uma natureza histórica e uma história natural), da qual surgiram todas as “obras de insondável grandeza” sobre a “substância” e a “autoconsciência”. (MARX, *op. cit.*, 2007, p.31).

<sup>110</sup>*Id.*, *loc. cit.*

<sup>111</sup>“(…) desfaz-se em si mesma na concepção de que a célebre “unidade do homem com a natureza” sempre se deu na indústria e apresenta-se de modo diferente em cada época de acordo com o menor ou maior desenvolvimento da indústria; o mesmo vale no que diz respeito à “luta” do homem com a natureza, até o desenvolvimento de suas forças produtivas sobre uma base correspondente. A indústria e o comércio, a produção e o intercâmbio das necessidades vitais condicionam, por seu lado, a distribuição, a estrutura das diferentes classes sociais e são, por sua vez, condicionadas por elas no modo de seu funcionamento.” (*Id.*, *loc. cit.*).

<sup>112</sup>“Feuerbach fala especialmente do ponto de vista da ciência natural; ele menciona segredos que só se mostram aos olhos do físico e do químico; mas onde estaria a ciência natural sem a indústria e o comércio? Mesmo essa ciência natural “pura” obtém tanto sua finalidade como seu material apenas por meio do comércio e da indústria, por meio da atividade sensível dos homens.” (*Id.*, *loc. cit.*).

lugar nenhum, ou seja, não há natureza separada do homem.<sup>113</sup> É a produção humana, a atividade sensível dos homens, ou seja, o trabalho, a base da existência do mundo sensível em todos os aspectos. Essa atividade humana caso fosse cessada, diz Marx, a própria contemplação da natureza de Feuerbach não existiria, o que significa que não existiriam os homens, e com eles o próprio Feuerbach.<sup>114</sup> Mas esse modo de conceber a existência da natureza, isto é, na produção social da vida humana, afirma Marx, não é aplicado pela ciência na origem dos homens; o trabalho é desconsiderado, e o surgimento dos homens é explicado por uma pretensa teoria da geração espontânea. Segundo Marx, essa tese só é estabelecida porque pressupõe uma completa distinção entre homem e natureza.<sup>115</sup> Portanto, em seu conceito de natureza, Marx não concebe a natureza separada da atividade sensível dos homens, isto é, o trabalho é o fundamento da existência natural do homem ou da natureza do homem. Estas considerações demonstram que Marx defende em sua concepção de natureza uma concepção dialética da natureza.

### ***2.3.1 A crítica ao materialismo em geral***

Retornando a crítica ao pensamento feuerbachiano, Marx (2007, p.31) considera que Feuerbach tem uma concepção de natureza para além do idealismo absoluto e do materialismo puro. Visto que, Feuerbach diferentemente da filosofia idealista, admite o homem como objeto sensível. E, enquanto o materialismo em geral concebe o homem apenas como puro objeto, Feuerbach não nega a dimensão subjetiva do humano; o que significa dizer que Feuerbach concebe a relação dialética entre homem e natureza em sua concepção de natureza, a saber, o homem não é fundamentalmente diferente da natureza.

Porém, afirma Marx (2007, p.32), apesar de Feuerbach apresentar uma concepção para além do materialismo em geral, sua concepção de natureza é unilateral, pois permanece ainda na esfera da teoria, já que concebe o homem apenas como objeto sensível e não como atividade sensível, isto significa que o trabalho é desconsiderado por Feuerbach, na dimensão

---

<sup>113</sup>“De resto, essa natureza que precede a história humana não é a natureza na qual vive Feuerbach; é uma natureza que hoje em dia, salvo talvez em recentes formações de ilhas de corais australianas, não existe mais em lugar nenhum e, portanto, também não existe para Feuerbach.” (MARX, *op. cit.*, 2007, p.31).

<sup>114</sup>“E de tal modo é essa atividade, esse contínuo trabalhar e criar sensíveis, essa produção, a base de todo o mundo sensível, tal como ele existe agora, que, se ela fosse interrompida mesmo por um ano apenas, Feuerbach não só encontraria uma enorme mudança no mundo natural, como também sentiria falta de todo o mundo dos homens e de seu próprio dom contemplativo, e até mesmo de sua própria existência.” (*id.*, *loc. cit.*).

<sup>115</sup>“Nisso subsiste, sem dúvida, a prioridade da natureza exterior, e isso tudo não tem nenhuma aplicação aos homens primitivos, produzidos por *generatio aequivoca*; mas essa diferenciação só tem sentido na medida em que se considerem os homens como distintos da natureza.” (*Id.*, *loc. cit.*).

subjetiva, ou seja, conforme Marx (2007, p.32), Feuerbach tem uma concepção de que a subjetividade é passiva em relação à natureza.<sup>116</sup> Ademais, ao dar primazia à natureza em relação ao trabalho e ao homem, Feuerbach promove uma ruptura interna na relação dialética entre homem, trabalho e natureza em sua concepção materialista, pois a natureza, nesse sentido, se estabelece como o *em-si*, justificado na consideração de que a natureza não sofre a atividade sensível do homem.<sup>117</sup> Segundo Marx (2007, p.32), desse modo Feuerbach não concebe os homens historicamente, isto é, em suas condições e relações de vida existente, logo Feuerbach permanece no plano da abstração, que tanto se opõe.

Para Marx (2007, p.32), as únicas relações do homem com o homem que Feuerbach reconhece se limitam ao plano sentimental, a saber, as do amor e da amizade; e mesmo assim de forma hipostasiada, isto é, o amor e a amizade são pressupostos de forma incondicionada.<sup>118</sup> Não há em Feuerbach, diz Marx (2007, p.32), nenhuma crítica das condições de vida existentes.<sup>119</sup> Por isso, Marx (2007, p.32) faz reservas ao materialismo feuerbachiano, isto é, critica essa concepção de natureza. De acordo com Marx (2007, p.32), na medida em que Feuerbach é materialista, isto é, considera o homem como natureza, ele nega a história, pois não considera a atividade sensível do homem, transformadora da natureza; e na medida em que toma em consideração a história, ou seja, concebe o mundo sensível como pressuposto, ele hipostasia a natureza, pois o mundo sensível é concebido como algo dado imediatamente por toda a eternidade e sempre igual a si mesmo, sem conceber a intervenção humana.<sup>120</sup> Em suma, a partir desse debate em torno do conceito de natureza na concepção de natureza em Feuerbach, Marx (2007, p.32) deixa clara a determinação histórica de seu conceito de natureza, a saber, a relação entre homem, trabalho e natureza é uma relação dialética, onde a mediação fundamental é o trabalho.

Essa concepção de uma determinação histórica da natureza na concepção marxiana de natureza é uma novidade no conhecimento acerca da natureza, pois tanto a ciência moderna

---

<sup>116</sup>“E certo que Feuerbach tem em relação aos materialistas “puros” a grande vantagem de que ele compreende que o homem é também “objeto sensível”; mas, fora o fato de que ele apreende o homem apenas como “objeto sensível” e não como “atividade sensível” – pois se detém ainda no plano da teoria -, e não concebe os homens em sua conexão social dada, em suas condições de vida existentes, que fizeram deles o que eles são, ele não chega nunca até os homens ativos, realmente existentes, mas permanece na abstração “o homem”. (MARX, *op. cit.*, 2007, p.32).

<sup>117</sup> *Id.*, *loc. cit.*

<sup>118</sup>“(…) E não vai além de reconhecer no plano sentimental o “homem real, individual, corporal”, isto é, não conhece quaisquer outras “relações humanas” do “homem com o homem” que não sejam as do amor e da amizade, e ainda assim idealizadas.” (*Id.*, *loc. cit.*).

<sup>119</sup> *Id.*, *loc. cit.*

<sup>120</sup>“Na medida em que Feuerbach é materialista, nele não se encontra a história, e na medida em que toma em consideração a história ele não é materialista. Nele, materialismo e história divergem completamente, o que aliás se explica pelo que dissemos até aqui.” (*Id.*, *loc. cit.*).

quanto a tradição filosófica postulam uma natureza isolada, em si mesma. Ao desconsiderar a atividade sensível na natureza, Feuerbach nega a intervenção do homem no mundo sensível, por isso sofre de Marx a acusação de cair no mesmo equívoco do idealismo, isto é, sua análise dos homens despossuídos é negativa, porque vê esses homens arraigados na religião, entendida como a concepção do supranatural. Porém, essa forma de criticar a vida social dos homens já obriga Feuerbach a permanecer nessa mesma dimensão abstrata, por isso a sua contraposição, isto é, de que é preciso conhecer que o ser supranatural nada mais é do que o gênero humano superestimado; é de fato uma tentativa frustrada de afirmar a natureza, pois novamente é reposto um ideal, pois se postula apenas mudança de consciência. Segundo Marx (2007), isso ocorre porque não se levou em conta aquilo que realmente tem necessidade primordial de mudança, que é a indústria e a estrutura da vida dos homens em sociedade; somente o verdadeiro materialismo concebe essa transformação.<sup>121</sup> Além disso, não há por parte de Feuerbach a consideração de que a consciência é um produto histórico, isto é, depende da produção material.

Marx, argumentando contra a posição de uma história da sociedade humana sem pressupostos, afirma que o pressuposto fundamental da existência da sociedade humana é que os homens têm que ter condições de vida; e essas condições são dadas pela natureza, pois as condições básicas de vida requerem comida, bebida, abrigo, vestuário etc.<sup>122</sup> Nesse sentido, assevera Marx, a primeira ação dos homens, que deve ser vista como primeira ação social ou ato histórico é exatamente a produção dos meios das condições de sua vida natural, que logicamente se dá pela natureza.<sup>123</sup> Vê-se, desse modo, a imbricação da história na natureza e vice-versa, demonstrando que Marx defende uma concepção dialética da natureza.

Marx (2007, p.34) afirma que esse pressuposto é indispensável, pois é contínuo, uma vez que está em questão à manutenção da vida dos homens.<sup>124</sup> O verdadeiro historiador, não

---

<sup>121</sup>“Não consegue nunca, portanto, conceber o mundo sensível como atividade sensível, viva e conjunta dos indivíduos que o constituem, e por isso é obrigado, quando vê, por exemplo, em vez de homens sadios um bando de coitados, escrofulosos, depauperados e típicos, a buscar refúgio numa “concepção superior” e na ideal “igualização no gênero”; é obrigado, por conseguinte, a recair no idealismo justamente lá onde o materialista comunista vê a necessidade e simultaneamente a condição de uma transformação, tanto na indústria como da estrutura social.” (MARX, *op. cit.*, 2007, p.32).

<sup>122</sup>“devemos começar por constatar o primeiro pressuposto de toda a existência humana e também, portanto, de toda a história, a saber, o pressuposto de que os homens têm de estar em condições de viver para poder ‘fazer história’. Mas, para viver, precisa-se, antes de tudo, de comida, bebida, moradia, vestimenta e algumas coisas mais.” (*Id.*, p.34).

<sup>123</sup>“O primeiro ato histórico é, pois, a produção dos meios para a satisfação das necessidades, a produção da própria vida material, e este é sem dúvida, um ato histórico, uma condição fundamental de toda a história, que ainda hoje, assim como há milênios, tem de ser cumprida diariamente, a cada hora, simplesmente para manter os homens vivos.” (*Id.*, *loc. cit.*).

<sup>124</sup>*Id.*, *loc. cit.*

desconsidera essa base, isto é, que a história da sociedade dos homens tem como pressuposto fundamental a produção dos meios para a manutenção da vida por meio da natureza. Por isso, a verdadeira história não despreza a história da natureza, porque a história ocorre no exato momento da produção da própria vida natural. Abordar a vida social dos homens diferente desse fato fundamental é desconsiderar a verdadeira história da humanidade. Marx (2007, p.34) enumera três aspectos ou condições que devem ser considerados para revelar a relação interna entre natureza e história ou desenvolvimento da sociedade humana. A primeira, já exposta anteriormente, é a produção dos meios de vida dos homens, o que implica a manutenção necessária da natureza humana pela natureza.<sup>125</sup> O segundo aspecto é que, uma vez satisfeita essas condições de manutenção da vida natural dos homens, essa satisfação conduz os homens a novas necessidades, cuja realização ocorre pelos meios materiais, uma vez mais pela natureza.<sup>126</sup> O terceiro aspecto diz respeito à procriação, ao surgimento da família.<sup>127</sup>

Marx (2007, p.34) explica que a primeira condição do desenvolvimento histórico, melhor dizendo, primeiro ato histórico, a saber, a produção da vida, tem uma relação dupla. Por um lado, a produção da vida no sentido de procriação, deve ser vista como relação social no estabelecimento da família, porque se estabelece por meio da cooperação entre os indivíduos humanos; por outro lado a produção da vida por meio do trabalho significa a relação do homem com a natureza, por necessidade de manter a vida, que é dependente da natureza.<sup>128</sup>

O homem produz a sua própria vida por meio do trabalho a partir da natureza, porque esta é condição necessária da vida. A manutenção da vida do homem mantém uma relação necessária com a natureza. Já a procriação é a produção da vida de outrem, e nesse sentido se tem uma relação social, pois surge a comunidade de homens com seu modo próprio de sociedade, visando à manutenção da vida natural. Marx (2007, p.34) identifica na história da humanidade a fase de desenvolvimento da indústria do homem, porque no modo de

---

<sup>125</sup> “A primeira coisa a fazer em qualquer concepção histórica é, portanto, observar esse fato fundamental em toda a sua significação e em todo o seu alcance e a ele fazer justiça.” (MARX, *op. cit.*, 2007, p.34).

<sup>126</sup> “O segundo ponto é que a satisfação dessa primeira necessidade, a ação de satisfazê-la e o instrumento de satisfação já adquirido conduzem a novas necessidades – e essa produção de novas necessidades constitui o primeiro ato histórico.” (*Id., loc. cit.*).

<sup>127</sup> “A terceira condição que já de início intervém no desenvolvimento histórico é que os homens, que renovam diariamente sua própria vida, começam a criar outros homens, a procriar – a relação entre homem e mulher, entre pais e filhos, a família.” (*Id., loc. cit.*).

<sup>128</sup> “A produção da vida, tanto da própria, no trabalho, quanto da alheia, na procriação, aparece desde já como uma relação dupla – de um lado, como relação natural, de outro como relação social -, social no sentido de que por ela entende a cooperação de vários indivíduos, sejam quais forem as condições, o modo e a finalidade.” (*Id., loc. cit.*).

cooperação está a força produtiva da sociedade humana. A história da humanidade deve ser estudada em conexão com a história da indústria e das trocas.<sup>129</sup> A indústria é concebida como toda atividade humana que por meio do trabalho, transforma os produtos da natureza, que na ciência econômica têm o termo técnico de matéria-prima, em outros produtos ao seu favor; estes, por sua vez, são usados nas trocas entre as comunidades humanas. A atividade humana ou produção humana visa, em primeiro lugar, a produção da vida. Esta pode ser a produção da própria vida, que o homem realiza por meio do trabalho; como pode ser a produção da vida de outrem, que acontece através da procriação. Logo, a produção da vida, com esse duplo aspecto, revela também uma dupla relação. No caso da produção da própria vida, temos uma relação natural, pois os homens mantêm uma relação necessária com a natureza para manter a sua própria vida. No caso da produção da vida de um terceiro, temos uma relação social, pois ocorre a cooperação entre os homens.

Logo, em Marx a história verdadeira da humanidade tem uma relação necessária dos homens com a natureza, pois essa relação é interna ou de interdependência (dialética), isto é, diz respeito à produção da vida dos homens; numa palavra no surgimento e na conservação de sua própria existência. Essa relação dos homens com a natureza assume sempre novas formas, isto é, o modo de produção ou ainda as forças produtivas que os homens dispõem em determinada fase da sociedade, é que fazem a “história”.<sup>130</sup>

Portanto, para Marx (2007, p.34), a base da história humana é material, o que significa que essa história não tem um fundamento metafísico, visto que a produção da vida, a saber, a relação dos homens com a natureza, ocorre através do trabalho, que é o substrato histórico. Logo, se vê que na concepção de natureza em Marx, a partir de seus primeiros escritos, já se encontra de forma explícita a determinação de que a natureza é à base da produção vital da sociedade humana, ao mesmo tempo se revela o entendimento marxiano da interdependência entre história e natureza ou relação dialética entre homem, trabalho e natureza. Como já observado anteriormente essa consideração de uma dimensão histórica da natureza é uma nova visão no conhecimento sobre natureza, pois até então a natureza é apresentada pela tradição filosófica e da ciência moderna como uma instância secundária, postulação que acarretou como consequência a compreensão de que a natureza é dotada de recursos sempre

---

<sup>129</sup>“Segue-se daí que um determinado modo de produção ou uma determinada fase industrial estão sempre ligados a um determinado modo de cooperação ou a uma determinada fase social – modo de cooperação que é, ele próprio, uma “força produtiva” -, que a soma das forças produtivas acessíveis ao homem condiciona o estado social e que portanto, a “história da humanidade” deve ser estudada e elaborada sempre em conexão com a história da indústria e das trocas.” (MARX, *op. cit.*, 2007, p.34).

<sup>130</sup> *Id.*, *loc. cit.*

disponíveis para uma produção ilimitada que não provoca implicações estruturais na história da humanidade.

Discorrendo sobre a formação da consciência histórica, Marx (2007, p.33) afirma que o fundamento estrutural dessa história que a tradição do conhecimento reconhece recai sobre a formação de uma pretensa consciência “pura”, (como a dos homens primitivos que não tinham ainda a *escrita*, o pretense fundamento que desencadeou a história da humanidade) que aparece sob a forma de uma especulação histórica que postula uma pré-história e especula a concepção de uma história sem pressupostos. Mas essa posição é uma incoerência, pois não há como mostrar a conexão entre os “tempos pré-históricos” e à história propriamente dita.<sup>131</sup> Como já exposto anteriormente, há condições que intervêm no desenvolvimento da história, que não podem ser separados dela; enumeradas a partir do ato histórico fundamental, a saber, a produção da vida material; que significa a natureza como substrato indispensável da história da humanidade.

Para Marx (2007, p.34), a própria consciência dos homens não está em sua origem desconectada da natureza, ela também está imbricada na produção material da vida dos homens, e pode ser vista na linguagem humana que Marx considera como a expressão natural da consciência, isto é, significa a consciência prática dos homens, pois surge devido a necessidades naturais dos homens e precisa do meio natural para se efetivar.<sup>132</sup> Marx (2007, p.35) considera que a consciência tem um fundamento material, pois afirma que a consciência é sempre uma produção social dos homens.<sup>133</sup>

Acerca desse momento original da consciência, Marx (2007, p.35) explica que a consciência não é uma dimensão supranatural, ao contrário, ela é por um lado o conhecimento imediato do mundo sensível e por outro lado o conhecimento da alteridade. Em suma, é a consciência da natureza, que nesse momento aparece aos homens como pura natureza, isto é, como uma natureza imutável e onipotente, tal como concebe a religião natural; e por esse

---

<sup>131</sup>“Nada nos oferecem sobre a história, mas sim sobre os “tempos pré-históricos”, contudo sem nos explicar como se passa desse absurdo da “pré-história” à história propriamente dita – ainda que, por outra parte, sua especulação histórica se detenha em especial sobre essa “pré-história”, porque nesse terreno ela se crê a salvo de interferência dos “fatos crus” e, ao mesmo tempo, porque ali ela pode dar rédeas soltas aos seus impulso especulativos e produzir e destruir milhares de hipóteses.” (MARX, *op. cit.*, 2007, p.33.).

<sup>132</sup>“Mas esta também não é, desde o início, consciência pura. O ‘espírito’ sofre, desde o início, a maldição de estar ‘contaminado’ pela matéria, que, aqui, se manifesta sob a forma de camadas de ar em movimento, de sons, em suma, sob a forma de linguagem. A linguagem é tão antiga quanto à consciência – a linguagem é a consciência real, prática, que existe para os outros homens e que, portanto, também existe para mim mesmo; e a linguagem nasce, tal como a consciência, do carecimento, da necessidade de intercâmbio com outros homens.” (*Id.*, p.34.).

<sup>133</sup>“Desde o início, portanto, a consciência já é um produto social e continuará sendo enquanto existirem homens.” (*Id.*, p.35.).

motivo também é consciência de que o homem não é indivíduo isolado, e sim indivíduo naturalmente social.<sup>134</sup> A consciência da natureza aparece aqui concebendo a natureza como pura natureza, porque essa consciência depende da forma da sociedade, ou seja, os homens tendem a diferenciar a natureza porque tem uma relação humano-social limitada e esse aspecto significa ao mesmo tempo uma relação limitada entre os homens e a natureza.<sup>135</sup> Segundo Marx (2007, p.35), esse momento inicial da consciência natural, que ele designa de consciência tribal, tende a se modificar no desenvolvimento e aperfeiçoamento ulteriores da produção da vida em sociedade.<sup>136</sup> Com o advento do aumento da população e consequentemente da produtividade, surge a divisão do trabalho, que nesse primeiro momento era divisão natural do trabalho, isto é, essa divisão era relativa às disposições naturais como, sexo e força corporal.<sup>137</sup>

Porém, afirma Marx (2007, p.35), a divisão mesma do trabalho, como separação de atividades, ocorre com a concepção de que o trabalho material é distinto de trabalho espiritual.<sup>138</sup> Essa segregação é a responsável pelo estabelecimento da concepção de uma consciência que se forma à revelia da práxis; o que significa dizer que se estabeleceu a ruptura entre homem, trabalho e natureza. Pelo exposto, evidencia-se que, para Marx (2007, p.35), a consciência tem seu desenvolvimento condicionado pela interdependência entre homem e natureza, que deve ser vista a partir do grau do trabalho dos homens sobre a natureza.

Marx se detém a considerar inicialmente o trabalho dos homens sobre a natureza, que

---

<sup>134</sup>“A consciência é, naturalmente, antes de tudo a mera consciência do meio sensível mais imediato e consciência do vínculo limitado com outras pessoas e coisas exteriores ao indivíduo que se torna consciente; ela é, ao mesmo tempo, consciência da natureza que, inicialmente, se apresenta aos homens como um poder totalmente estranho, onipotente e inabalável, com o qual os homens se relacionam de um modo puramente animal e diante do qual se deixam impressionar como o gado; é, desse modo, uma consciência puramente animal da natureza (religião da natureza) – e, por outro lado, a consciência da necessidade de firmar relações com os indivíduos que o cercam constitui o começo da consciência de que o homem definitivamente vive numa sociedade.” (MARX, *op. cit.*, 2007, p.35).

<sup>135</sup>“Esse começo é algo tão animal quanto a própria vida social nessa fase; é uma mera consciência gregária, e o homem se diferencia do carneiro, aqui, somente pelo fato de que, no homem, sua consciência toma o lugar do instinto ou de que seu instinto é uma instinto consciente.” (*Id., loc. cit.*).

<sup>136</sup>“Essa consciência de carneiro ou consciência tribal obtém seu desenvolvimento e seu aperfeiçoamento ulteriores por meio da produtividade aumentada, do incremento das necessidades e do aumento da população, que é a base dos dois primeiros. Com isso, desenvolve-se a divisão do trabalho, que originalmente nada mais era do que a divisão do trabalho no ato sexual e, em seguida, divisão do trabalho que, em consequência de disposições naturais (por exemplo, a força corporal), necessidades, casualidades etc. etc. , desenvolve-se por si própria ou ‘naturalmente’.” (*Id., loc. cit.*).

<sup>137</sup>*Id., loc. cit.*

<sup>138</sup>“A divisão do trabalho só se torna realmente divisão a partir do momento em que surge uma divisão entre trabalho material e trabalho [espiritual]. A partir desse momento, a consciência pode realmente imaginar ser outra coisa diferente da consciência da práxis existente, representar algo realmente sem representar algo real – a partir de então, a consciência está em condições de emancipar-se do mundo e lançar-se á construção da teoria, da teologia, da filosofia, da moral, etc.” (*Id., loc. cit.*).

é a análise do intercâmbio e forças produtivas na história da humanidade.<sup>139</sup>

Como visto anteriormente a consciência é social, pois nasce da necessidade do intercâmbio entre os homens; a natureza não é imutável, ela sofre a intervenção do homem, visando à produção da vida. Segundo Marx (2007, p.39), a força de produção aumentada surge da cooperação dos homens condicionada pela divisão do trabalho. Porém, essa força produtiva não aparece a esses homens, no decorrer do processo da divisão radical do trabalho, como sua própria força unificada; força natural, ou seja, a atividade necessária da relação entre homem e natureza para a produção da vida. Pois, se estabelece na sociedade da divisão radical do trabalho a fixação da atividade social, o que ocasiona a distribuição do trabalho onde cada indivíduo social, passa a ter um campo de atividade exclusivo e determinado, desse modo a força produtiva aparece como poder de outrem, isto é, na esfera do trabalho individual, e desse modo concebe-se a força natural da produção como uma potência separada do próprio homem, quando de fato essa potência é da própria natureza, a base da vida humana.<sup>140</sup>

Marx (2007, p.39) afirma que, essa concepção explica a dominação econômica baseada na lei da oferta e da procura, que é concebida como uma lei da natureza do comércio, que não depende da atividade produtiva dos homens.<sup>141</sup>

Marx (2007, p.42) apresenta uma concepção de história que diverge da concepção dominante da história da sociedade humana, que ele denomina de concepção idealista da história, pois diferentemente desta não apresenta a práxis humana fundamentada a partir de categorias supranaturais, estabelecendo assim uma práxis hipostasiada; mas inversamente explica as formas de consciência, como religião e filosofia, partindo da práxis material, isto é, a partir do processo da produção natural da vida.<sup>142</sup> E nesse sentido a história da humanidade sustentada por Marx não tem como ponto de inflexão uma pretensa autoconsciência à revelia

---

<sup>139</sup> “Até o momento consideramos principalmente apenas um aspecto da atividade humana, o trabalho dos homens sobre a natureza.” (MARX, *op. cit.*, 2007, p.39).

<sup>140</sup>“(…) o poder social, isto é, a força de produção multiplicada que nasce da cooperação dos diversos indivíduos condicionada pela divisão do trabalho, aparece a esses indivíduos, porque a própria cooperação não é voluntária, mas natural, não como seu próprio poder unificado, mas sim como uma potência estranha, situado fora deles.” (*Id.*, *loc. cit.*).

<sup>141</sup>“(…) Ou como se explica que o comércio, que não é mais do que a troca de produtos de indivíduos e países diferentes, domine o mundo inteiro por meio da relação de oferta e procura – uma relação que, como diz um economista inglês, paira sobre a terra igual ao destino dos antigos e distribui com mão invisível a felicidade e a desgraça dos homens.” (*Id.*, *loc. cit.*).

<sup>142</sup>“Essa concepção da história consiste, portanto, em desenvolver o processo real de produção a partir da produção material da vida imediata e em conceber a forma de intercâmbio conectada a esse modo de produção e por ele engendrada, quer dizer, a sociedade civil em seus diferentes estágios, como o fundamento de toda a história, tanto a apresentando em sua ação como Estado como explicando a partir dela o conjunto das diferentes criações teóricas e formas da consciência – religião, filosofia, moral etc. etc.” (*Id.*, p.42.).

da natureza, mas ao contrário a história da sociedade humana apresenta necessariamente em cada uma de suas fases uma produção material que é passada às gerações posteriores e que Marx identifica como a relação historicamente estabelecida com a natureza.<sup>143</sup>

Segundo Marx (2007, p.43), a história tradicional desconsidera, seja de forma total ou parcial, o fundamento real da história da sociedade humana.<sup>144</sup>

E, portanto, a história é apresentada a partir de um padrão a-histórico, pois a produção natural da vida, necessária da sociedade, aparece na pré-história, e o fundamento histórico como sendo extranatural.<sup>145</sup>

Desse modo, explica Marx (2007, p.43), a natureza é obviamente considerada como algo não essencial da história, pois a relação dos homens com esta é excluída da história da sua formação; o que é contado e repassado é sempre a pretensa relação pura da atividade do homem sobre o homem. E, assim, se estabelece uma ruptura entre história e natureza.<sup>146</sup>

A história da sociedade humana é apresentada como sendo determinada puramente por causas políticas ou religiosas<sup>147</sup>; por isso a ênfase em ações individuais de reis e estadistas e nas guerras religiosas; o que significa dizer que em Marx já se encontra a crítica à história oficial, que desconsidera a base real da história, isto é, a produção material da vida, porque na verdade se trata apenas da versão dos dominadores, exploradores e saqueadores da natureza.

Essa história estabelecida, por exemplo, explica as milenares sociedades egípcias e hindus, suas formas sociais rudimentares de divisão do trabalho, como sendo formas causadas pelo sistema de castas superiores fundamentado na religião dessas civilizações históricas, ou seja, promove uma inversão, a práxis material, produtora da vida, passa a ser produto das formas de consciência, quando na verdade estas são resultado daquela.

<sup>143</sup> “(...) Ela não tem necessidade, como na concepção idealista da história, de procurar uma categoria em cada período, mas sim de permanecer constantemente sobre o solo da história real; não de explicar a práxis partindo da ideia, mas de explicar as formações ideais a partir da práxis material e chegar, com isso, ao resultado de que todas as formas e [todos os] produtos da consciência não podem ser dissolvidos por obra da crítica espiritual, por sua dissolução na ‘autoconsciência’. (...) Essa concepção mostra que a história não termina por dissolver-se, como “espírito do espírito”, na “autoconsciência”, mas que em cada um dos seus estágios encontra-se um resultado material, uma soma de forças de produção, uma relação historicamente estabelecida com a natureza e que os indivíduos estabelecem uns com os outros; relação que cada geração recebe da geração passada.” (MARX, *op. cit.*, 2007, p.43).

<sup>144</sup>“Toda concepção histórica existente até então ou tem deixado completamente desconsiderada essa base real da história, ou a tem considerado apenas como algo acessório, fora de toda e qualquer conexão com o fluxo histórico.” (*Id.*, *loc. cit.*).

<sup>145</sup>“A história deve, por isso, ser sempre escrita segundo um padrão situado fora dela; a produção real da vida aparece como algo pré-histórico, enquanto o elemento histórico aparece como algo separado da vida comum, como algo extra e supraterrâneo.” (*Id.*, *loc. cit.*).

<sup>146</sup>“Com isso, a relação dos homens com a natureza é excluída da história, o que engendra a oposição entre natureza e história.” (*Id.*, *loc. cit.*).

<sup>147</sup>“Daí que tal concepção veja na história apenas ações políticas dos príncipes e dos Estados, lutas religiosas e simplesmente teóricas e, especialmente, que ela tenha de compartilhar, em cada época histórica, da ilusão dessa época.” (*Id.*, p.44.).

O que se depreende desse entendimento é que as ações nessa pretensa história são independentes das relações materiais existentes e que as criações teóricas, representação da história da sociedade humana determinada pela práxis material dos homens, se estabelecem como a principal força determinante da história da humanidade.<sup>148</sup>

Contudo, para Marx (2007, p.45), essas representações da consciência, são derivadas da produção material da vida; e sua dissolução, portanto, só pode acontecer a partir de modificações das atividades práticas dos homens e não a partir delas mesmas.<sup>149</sup>

Segundo Marx (2007, p.47), em cada fase da história há aquelas ideias dominadoras da sociedade, que é equivalente à consciência comum dos indivíduos sociais. Marx (2007, p.47) explica que essa consciência dominante é posta pela classe que tem o controle dos meios da produção natural da vida; por dispor dessas condições materiais, essa classe subjuga os pensamentos daqueles que não têm os meios da produção espiritual.<sup>150</sup> Desse modo as ideias dominantes são expressões das relações materiais dominantes, ou seja, elas servem para justificar a dominação de uma classe numa dada época do desenvolvimento da produção material.<sup>151</sup> Nesse sentido, podemos ver que quanto maior é a dominação sobre a natureza, por uma dada classe, maior é a dominação que ela exerce sobre a sociedade em que está estabelecida. Evidentemente, que o primeiro aspecto que surge sobre essa determinação é acerca da dominação técnica da natureza por meio das ciências naturais; e Marx, não deixa reconhecer a importância das ciências naturais para a emancipação dos homens.<sup>152</sup>

Portanto, há uma referência de Marx, que revela sua compreensão do importante papel das ciências naturais na produção da vida dos homens na história da sociedade, do papel

---

<sup>148</sup>“Por exemplo, se uma época se imagina determinada por motivos puramente “políticos” ou “religiosos”, embora “religião” e “política” sejam tão-somente formas de seus motivos reais, então o historiador dessa época aceita essa opinião. A “imaginação”, a “representação” desses homens determinados sobre a sua práxis real é transformada na única força determinante e ativa que domina e determina a prática desses homens. Quando a forma rudimentar em que a divisão do trabalho se apresenta entre os hindus e entre os egípcios provoca nesses povos o surgimento de um sistema de castas próprio de seu Estado e de sua religião, então o historiador crê que o sistema de castas é a força que criou essa forma social rudimentar.” (MARX, *op. cit.*, 2007, p.44).

<sup>149</sup>“A dissolução real, prática, dessas fraseologias, o afastamento dessas representações da consciência dos homens, só será realizada, como já dissemos, por circunstâncias modificadas e não por deduções teóricas.” (*Id.*, p.45.).

<sup>150</sup>“(…) As ideias da classe dominante são em cada época, as ideias dominantes, isto é, a classe que é a força material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força espiritual dominante. A classe que tem a sua disposição os meios de produção material dispõe também dos meios da produção espiritual, de modo que a ela estão submetidos aproximadamente ao mesmo tempo os pensamentos daqueles aos quais faltam os meios da produção espiritual.” (*Id.*, p.47.).

<sup>151</sup>“As ideias dominantes não são nada mais do que a expressão ideal das relações materiais dominantes, são as relações materiais dominantes apreendidas como ideias; portanto, são a expressão das relações que fazem de uma classe a classe dominante, são as ideias de sua dominação.” (*Id.*, *loc. cit.*).

<sup>152</sup>“As ciências naturais desenvolveram uma enorme atividade e se apropriaram de um material sempre crescente. (...) Mas quanto mais a ciência natural interveio de modo prático na vida humana mediante a indústria, reconfigurou-a e preparou a emancipação humana.” (MARX, *op. cit.* 2004, p.112.).

crucial dessas para a emancipação humana, uma vez que possibilita o domínio técnico da natureza. Todavia, a questão que decorre dessa dominação, é o problema da práxis humana em relação a natureza, que se refere à discussão sobre o equilíbrio entre as instâncias na relação entre homem e natureza. O que se evidencia aqui nesses escritos marxianos acerca da concepção de natureza é que o domínio sobre a consciência só pode ser superado a partir de modificações práticas, e estas passam necessariamente pela suplantação humana sobre a natureza. Isto significa que não há relação entre sociedade e natureza sem pressupor a relação entre homem, trabalho e natureza. O domínio técnico da natureza expressa essa relação necessária e se configura como uma clara determinação do conceito marxiano de natureza. Por isso a referência sobre a importância das ciências da natureza para a emancipação humana.

Marx (2007, p.51), ao comentar a distinção acerca dos instrumentos de produção e fazendo uma digressão histórica sobre eles, explica essa questão do domínio sobre a natureza exercido pelos homens.

Marx (2007, p.51) concebe os instrumentos de produção da vida em duas categorias, a saber, os instrumentos naturais e os sociais. Cita como exemplo dos primeiros, os elementos da natureza, como a água, o campo etc.<sup>153</sup> E explica que nesse primeiro caso os homens são compreendidos na esfera da produção natural, como ele mesmo afirma; “*subsumidos à natureza*” (MARX, 2007, p. 51). No segundo exemplo, isto é, dos instrumentos criados pela sociedade, os próprios homens aparecem como produtos do trabalho.<sup>154</sup> No caso dos instrumentos de produção natural, Marx explica (2007, p.51) que a propriedade aparece como domínio imediato da natureza, por conseguinte nesse estágio da produção da vida os homens são mais integrados uns com os outros. É porque há laços naturais que os unem, como, por exemplo, a terra no caso de uma tribo de aborígenes. Nesse caso, a relação de troca é fundamentalmente entre homem e natureza.<sup>155</sup> Segundo Marx (2007, p.51), nesse estágio não

---

<sup>153</sup> “Aqui aparece, portanto, a diferença entre os instrumentos de produção naturais e aqueles criados pela civilização. O campo (a água etc.) pode ser considerado como instrumento de produção natural.” (MARX, *op. cit.* 2007, p.51.).

<sup>154</sup> “No primeiro caso, o dos instrumentos de produção naturais, os indivíduos são subsumidos à natureza; no segundo caso, são subsumidos a um produto do trabalho. Daí que, no primeiro caso, a propriedade (propriedade da terra) também aparece como dominação imediata e natural; no segundo caso, ela aparece como dominação do trabalho, especialmente do trabalho acumulado, do capital.” (*Id., loc. cit.*).

<sup>155</sup> “No primeiro caso, a troca é fundamentalmente entre os homens e a natureza, uma troca na qual o trabalho daqueles é trocado pelos produtos desta última; no segundo caso, é predominantemente uma troca dos homens entre si.” (*Id., loc. cit.*).

há ainda a segregação entre trabalho intelectual e corporal.<sup>156</sup> Marx explica (2007, p.51) que nessa configuração a dominação entre os homens aparece como relações pessoais, isto é, no respeito mútuo, tido como natural. No caso da sociedade como sociedade do capital ou da produção da vida a partir dos instrumentos criados pela civilização, ocorre uma reviravolta, a propriedade agora aparece como sendo a dominação sobre o trabalho. Nessa consideração, os homens tornam-se mais independentes uns dos outros, uma vez que o laço que os unem se dá por meio da simples troca que se configura nessa ordenação social como a simples relação dos homens entre si, pois, nesse estágio, afirma Marx (2007, p.51), a dominação entre os homens aparece como relação puramente instrumental, isto é, baseada em um objeto criado pela própria sociedade humana.<sup>157</sup>

Em suma, Marx (2007, p.51) expõe em seu conceito de natureza a determinação da relação necessária entre sociedade e natureza. Ou seja, na concepção marxiana não há a consideração de uma natureza pura, isolada da sociedade humana. Essa determinação é uma oposição à concepção tradicional de natureza e a concepção feuerbachiana de natureza que Marx critica como simples contemplação da natureza.

Marx (2007, p.51) explica que o erro fundamental da concepção feuerbachiana de natureza consiste em não apreender o objeto sensível como atividade humana sensível.<sup>158</sup> Essa desconsideração é interpretada por Marx (2007, p.51) como a negação da inerência da dimensão da capacidade transformadora do homem na natureza, o que significa dizer que nesse sentido a relação entre homem e natureza na concepção feuerbachiana de natureza faz ruptura na dimensão dinâmica entre sujeito e objeto, sendo, portanto uma visão reduzida da relação dialética entre homem e natureza, pois Marx (2007, p.51) compreende que Feuerbach faz essa ruptura quando considera apenas a atividade teórica como sendo exclusiva no homem e não na natureza, portanto desconsiderando o duplo aspecto da atividade, que a um só tempo é atividade do pensamento e por outro é atividade natural.<sup>159</sup>

---

<sup>156</sup>“No primeiro caso, é suficiente o entendimento médio dos homens, a atividade corporal e a espiritual ainda não estão de forma alguma separadas; no segundo caso, a divisão entre trabalho espiritual e corporal já tem de estar realizado na prática.” (MARX, *op. cit.* 2007, p.51).

<sup>157</sup> “No primeiro caso, a dominação dos proprietários sobre os não-proprietários pode se basear em relações pessoais, numa forma de comunidade; no segundo caso, ela tem de ter assumido uma forma coisificada num terceiro elemento, o dinheiro.” (*Id., loc. cit.*).

<sup>158</sup>“O principal defeito de todo o materialismo existente até agora, o de Feuerbach incluído, é que o objeto, *Gegenstand*, a realidade, o sensível, só é apreendido sob a forma do objeto [*Objekt*] ou da contemplação, mas não como atividade humana sensível, como prática; não subjetivamente.” (*Id.*, p.533).

<sup>159</sup>“Feuerbach quer objetos sensíveis [*sinnliche Objekte*], efetivamente diferenciados dos objetos do pensamento: mas ele não apreende a própria atividade humana como atividade objetiva [*gegenständliche Tätigkeit*]. Razão pela qual ele enxerga, n’A essência do cristianismo, apenas o comportamento teórico como o autenticamente humano, enquanto a prática é apreendida e fixada apenas em sua forma de manifestação judaica, suja. Ele não entende, por isso, o significado da atividade “revolucionária”, “prático-crítica”. (*Id., loc. cit.*).

Segundo Marx (2007, p.533), o idealismo, nesse aspecto, sobrepuja o materialismo, pois não desprezou a atividade do sujeito como um aspecto que atua na natureza e, portanto, faz uma crítica ao materialismo.<sup>160</sup>

Porém, diz Marx (2007, p.533), esse desenvolvimento do lado ativo do sujeito que intervém na natureza foi tão somente considerado pelo idealismo de forma abstrata, ou seja, o idealismo em geral não considera a atividade do sujeito como uma relação dialética entre o pensar e o real, pois só considera a primeira dimensão da atividade como aspecto fundamental. Se, por um lado, o materialismo não reconhece a atividade humana sensível, porque não reconhece a relação dialética entre a atividade do sujeito de intervenção na natureza; por outro lado, o idealismo, apesar de reconhecer essa atividade, não considera a relação dessa atividade com a natureza de modo concreto. Essas posições têm em comum o erro fundamental de não conceber o trabalho como a essência fundamental do homem. Logo, pode-se afirmar que Marx com sua concepção de natureza, que afirma o trabalho como fundamento da sociedade humana, apresenta uma concepção da relação entre homem e natureza mais dialética do que as do idealismo e do materialismo, incluindo o de Feuerbach.

Segundo Marx (2007, p.537), há um equívoco na verificação do problema da relação entre pensamento e natureza, pois essa questão é tratada como um problema estritamente teórico, quando de fato é uma questão que só pode ser analisada a partir da práxis.<sup>161</sup> Ou seja, o debate que se desenvolve sobre a natureza do pensamento é uma questão puramente teórica, porque não considera o lado prático da relação entre homem e natureza.

Acerca da posição equivocada do materialismo sobre essa questão, Marx (2007, p.537) afirma que essa doutrina se equivoca por não levar em conta que as modificações sociais e da educação são produzidas pelos próprios homens. Ou seja, os homens não são produtos de uma educação absoluta que se encontra acima de suas relações materiais.<sup>162</sup>

A concepção feuerbachiana de natureza critica o pensamento abstrato opondo a este a intuição sensível; contudo essa concepção permanece na contemplação, pois não apreende essa intuição natural como atividade prática, ou seja, como atividade humano-sensível. Marx explica que isso ocorre porque Feuerbach, se detendo na auto-alienação religiosa, explica que

<sup>160</sup>“Daí o lado ativo, em oposição ao materialismo, [ter sido] abstratamente desenvolvido pelo idealismo; que, naturalmente, não conhece a atividade real, sensível, como tal.” (MARX, *op. cit.* 2007, p.533).

<sup>161</sup>“A questão de saber se ao pensamento humano cabe alguma verdade objetiva [*gegenständliche Wahrheit*] não é uma questão da teoria, mas uma questão prática. Na prática tem o homem de provar a verdade, isto é, a realidade e o poder, a natureza interior [*Diesseitigkeit*] de seu pensamento.” (*Id.*, p.537).

<sup>162</sup>“A doutrina materialista de que os homens são produtos das circunstâncias e da educação, de que homens modificados são, portanto, produto de outras circunstâncias e de uma educação modificada, esquece que as circunstâncias são modificadas precisamente pelos homens e que o próprio educador tem de ser educado.” (*Id.*, *loc. cit.*).

esse processo é responsável pela postulação dos dois mundos, a saber, o mundo natural ou natureza e o mundo da representação ou religião.<sup>163</sup> Segundo Marx (2007, p.538), Feuerbach, em sua concepção de natureza, se limita em criticar a religião, demonstrando que o fundamento desta encontra-se na natureza.

Contudo, diz Marx (2007, p.538), Feuerbach reduziu esse fundamento ao aspecto da essência humana, como se ela fosse uma abstração de um pretense indivíduo isolado, o que significa dizer que a concepção feuerbachiana cai numa essência humana à revelia da natureza. De acordo com Marx (2007, 538), em primeiro lugar, o homem não é desvinculado da natureza, como já explicado anteriormente, ela é o pressuposto fundamental. E, em segundo lugar, a ideia de uma essência humana deve ser considerada como sendo, junto com a primeira consideração, produto das relações sociais.<sup>164</sup> Marx (2007, p.538) explica que Feuerbach ao desconsiderar a atividade humana sensível termina fazendo abstração da história e desse modo postula um indivíduo isolado.<sup>165</sup> Nesta consideração indivíduo isolado da própria natureza, porque Feuerbach não concebe o sensível como atividade prática.

### 2.3.2 *Crítica a economia política do capital*

Na obra o *Capital*, Marx diz que seu propósito é investigar o modo de produção da sociedade industrial moderna e as correspondentes relações de produção e circulação.<sup>166</sup> A questão que Marx põe no centro do debate não é de forma alguma a gradação do progresso dos antagonismos sociais originados das leis naturais da produção capitalista; porém, são estas pretensas leis naturais da economia política moderna que são criticadas.<sup>167</sup>

O objetivo de Marx é descobrir a lei econômica do desenvolvimento da sociedade industrial moderna, isso não significa que não haja interesse pelos indivíduos; contudo, estes

---

<sup>163</sup>“Feuerbach parte do fato da auto-alienação [*Selbsentfremdung*] religiosa, da duplicação do mundo num mundo religioso, imaginado, e um mundo real [*wirkliche Welt*]. Seu trabalho consiste em dissolver o mundo religioso em seu fundamento mundano.” (MARX, *op. cit.* 2007, p.538).

<sup>164</sup>“(…) Feuerbach, não satisfeito com o pensamento abstrato, apela à contemplação sensível; mas ele não apreende o sensível [*die Sinnlichkeit*] como atividade prática, humano-sensível. Feuerbach dissolve a essência religiosa na essência humana. Mas a essência humana não é uma abstração intrínseca ao indivíduo isolado. Em sua realidade, ela é o conjunto das relações sociais.” (*Id., loc. cit.*).

<sup>165</sup>“Feuerbach, que não penetra na crítica dessa essência real, é forçada, por isso: a fazer abstração do curso da história, fixando o sentimento religioso para si mesmo, e a pressupor um indivíduo humano abstrato-isolado.” (*Id., loc. cit.*).

<sup>166</sup>“Nesta obra o que tenho de pesquisar é o modo de produção capitalista e as correspondentes relações de produção e circulação.” (MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política: Livro I-Volume 1.** Tradução de Reginaldo Sant’Anna . 27ªed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 16.).

<sup>167</sup>“(…) A questão que se debate aqui não é o maior ou menor grau de desenvolvimento dos antagonismos sociais oriundos das leis naturais da produção capitalista, mas estas leis naturais, estas tendências que se operam e se impõem com férrea necessidade.” (*Id., loc. cit.*).

não são analisados isoladamente, nesse sentido os indivíduos são concebidos a partir de relações de classes, de interesses de classes econômicas; isso se deve porque no método de pesquisa marxiano o desenvolvimento da formação socioeconômica é concebido como um processo histórico-natural, e dessa forma não há lugar para a concepção de que as pessoas são indivíduos acima da formação socioeconômica, como se tratassem de indivíduos a-históricos.<sup>168</sup>

Na introdução à *Crítica da economia política*, Marx afirma que seu objeto de investigação é a produção material, compreendendo-se nesse sentido que o ponto de partida de seu método de investigação é a produção dos indivíduos socialmente determinada.<sup>169</sup>

Marx faz uma crítica aos pontos de partida dos economistas clássicos, que partem de indivíduos singulares e isolados, pertencentes a um puro estado de natureza tido como anterior à sociedade.<sup>170</sup> E essa crítica também é dirigida ao filósofo Rousseau, que, em seu ensaio, *Contrato Social*, postula um estado de natureza onde os indivíduos se encontravam independentes e isolados, vindo a estabelecer a sociedade por meio de um pacto.<sup>171</sup>

Nessas duas posições fica patente a oposição entre natureza e história, por isso Marx as identifica com as teses burguesas, que defendem a sociedade do capital, pois nessa ordenação o indivíduo aparece isolado da natureza.<sup>172</sup> Segundo Marx, portanto, para essas teses burguesas, que servem de substrato para a economia política clássica, o indivíduo é concebido como um ideal, e não como um produto histórico.<sup>173</sup>

---

<sup>168</sup>“Mas, aqui, as pessoas só interessam na medida em que representam categorias econômicas, em que simbolizam relações de classe e interesses de classe. Minha concepção do desenvolvimento da formação econômico-social como um processo histórico-natural exclui, mais do que qualquer outra, a responsabilidade do indivíduo por relações, das quais ele continua sendo, socialmente, criatura, por mais que, subjetivamente, se julgue acima delas.” (MARX, *op. cit.* 2010, p.18).

<sup>169</sup>“O objeto nesse caso é, primeiramente, a produção material. Indivíduos produzindo em sociedade – por isso, o ponto de partida é, naturalmente, a produção dos indivíduos socialmente determinada.” (MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. Tradução de Maria H. B. Alves e Carlos R. F. Nogueira. 3ªed. São Paulo: Martins Fontes, 2003, p. 39.).

<sup>170</sup>“O caçador e o pescador, singulares e isolados, pelos que começam Smith e Ricardo, pertencem às ilusões desprovidas de fantasia das robinsonadas do século XVIII, ilusões que de forma alguma expressam como imaginam os historiadores da cultura, simplesmente uma reação ao excesso de refinamento e um retorno a uma vida natural mal-entendida.” (*Ibid.*, *loc. cit.*).

<sup>171</sup>“Da mesma maneira que o ‘contrato social’ de Rousseau, que pelo contrato põe em relação e conexão sujeitos por natureza independentes, não está fundado em tal naturalismo. Essa é a aparência, apenas a aparência estética das pequenas e grandes robinsonadas.” (*Ibid.*, *loc. cit.*).

<sup>172</sup>“Trata-se, ao contrário, da antecipação da ‘sociedade burguesa’, que se preparou desde o século XVI e que, no século XVIII, deu largos passos para sua maturidade.” (*Ibid.*, *loc. cit.*).

<sup>173</sup>“Nessa sociedade da livre concorrência, o indivíduo aparece desprendido dos laços naturais etc. que, em épocas históricas anteriores o faziam um acessório de um conglomerado humano determinado e limitado. Aos profetas do século XVIII, sobre cujo ombros Smith e Ricardo ainda se apóiam inteiramente, tal indivíduo do século XVIII – produto por um lado, da dissolução das formas feudais de sociedade e, por outro, das novas forças produtivas desenvolvidas desde o século XVI – aparece como um ideal cuja a existência estaria no passado. Não como um resultado histórico, mas como ponto de partida da história.” (*Ibid.*, p.40.).

Elas fazem claramente uma separação entre a natureza e a história, pois fazem desse indivíduo ideal o ponto de partida da história, apresentando uma concepção de que o indivíduo relacionado à natureza encontra-se fora da história, ou seja, que o homem existiu numa época remota, anterior a sociedade numa pretensa natureza original.<sup>174</sup>

Notadamente Marx dá continuidade a sua concepção dialética, já apresentada em suas obras, *Manuscritos de 1844* e *Ideologia Alemã*, acerca da relação entre natureza e história; reafirmando, de forma contundente, que seu método de investigação não desconsidera a base real da história, isto é, a produção social da vida, que se dá na relação dos homens com a natureza. Não levar em conta essa condição no fluxo da história, é afirmar uma pretensa relação pura da atividade do homem sobre o homem, e desse modo engendrar a oposição entre natureza e história.

Essa relação desconsiderada entre natureza e história é revelada quando a luta de classes se estabelece, pois, de acordo com Marx, a economia política moderna, que afirma o sistema do capital como a configuração final da produção social, é tomada como lei natural somente enquanto a luta de classes não se acentua, pois quando ela se desenvolve revela que a ordem capitalista é uma particularidade histórica.<sup>175</sup>

Foi o que ocorreu, diz Marx, na Inglaterra; a economia política clássica surgiu quando a luta de classes não estava desenvolvida, e, assim, Ricardo, um de seus mais significativos teóricos, pôde tomar a contradição entre os interesses de classe como sendo uma lei natural da sociedade, isto é, fundada num pretenso naturalismo, que significa considerar a oposição entre natureza e história; sendo, portanto, uma lei natural, é um fenômeno que está para além da vontade humana, sendo por isso uma lei científica, isto é, configurando a sociedade moderna numa ordem universal e eterna.<sup>176</sup>

Marx afirma que a publicação de sua obra, *O Capital*, foi reprimida com violência pelos defensores da ciência econômica política do capital, mas quando perceberam que essa tática era contraposta pelas condições do contexto histórico, começaram a escrever críticas

---

<sup>174</sup>“Visto que o indivíduo natural, conforme sua representação da natureza humana, não se origina na história, mas é posto pela natureza.”

<sup>175</sup>“A economia política burguesa, isto é, a que vê na ordem capitalista a configuração definitiva e última da produção social, só pode assumir caráter científico enquanto a luta de classes permaneça latente ou se revele apenas em manifestações esporádicas.” (MARX, *op. cit.* 2010, p.22.).

<sup>176</sup>“Vejam os exemplos da Inglaterra. Sua economia política clássica aparece no período em que a luta de classes não estava desenvolvida. Ricardo, seu último grande representante, toma, por fim, conscientemente, como ponto de partida de suas pesquisas, a oposição entre os interesses de classe, entre o salário e o lucro, entre o lucro e a renda da terra, considerando, ingenuamente, essa ocorrência uma lei perene e natural da sociedade.” (*Ibid.*, *loc. cit.*).

diretas a esse livro.<sup>177</sup> Uma dessas acusações é a de que o método marxiano trata a economia metafisicamente.<sup>178</sup>

Outra crítica considerou que apesar do método de pesquisa de Marx, apresentar na obra *O Capital* uma crítica realista sobre as questões econômicas; porém, o seu método de expor é ruim, por ser dialético.<sup>179</sup>

Marx responde a essas acusações a partir das próprias críticas, de fato, elas estão corretas, seu método é dialético, e, portanto, esclarece que realmente é necessário distinguir o método de pesquisa do método de exposição, pois no primeiro aspecto busca-se a apropriação detalhada do conteúdo investigado, suas várias formas de desenvolvimento e também rastrear a sua conexão íntima.<sup>180</sup> De acordo com Marx, somente após esse trabalho minucioso é que se pode descrever o movimento real do objeto pesquisado. Quando se consegue esse propósito, parece que se está tratando de uma construção metafísica.<sup>181</sup>

Porém, Marx afirma que seu método dialético é completamente diferente dessa construção, que tem similitude ao método dialético hegeliano. A diferença, explica Marx, está no fundamento, por exemplo, para o método dialético hegeliano o processo de pensamento, que é concebido como sujeito independente, é o fundamento que cria a realidade material, sendo esta apenas a manifestação externa desse sujeito ideal. Para o método dialético de Marx, é o contrário, o ideal nada mais é do que o material transposto e traduzido pelo pensamento.<sup>182</sup>

Apesar de mostrar essa diferença fundamental de seu método dialético em relação ao

<sup>177</sup> “Os porta-vozes da burguesia teuta, cultos ou não, procuraram, com a violência, evitar qualquer repercussão desta obra, conforme tinham conseguido fazer com minhas publicações anteriores. Quando viram que essa tática não servia mais para as condições da época, passaram a escrever, sob o pretexto de criticar meu livro.” (MARX, *op. cit.* 2010, p.25).

<sup>178</sup> “Assim a *Revue Positiviste*, de Paris, increpa-me que trato a economia metafisicamente e, ao mesmo tempo – advinhem –, que me limito à análise crítica de uma situação dada.” (*Ibid.*, p.26.).

<sup>179</sup> “O periódico de São Petersburgo Mensageiro europeu, em artigo que trata apenas de *O Capital* (número de maio de 1872, pp. 427 a 436), considera meu método de pesquisa rigorosamente realista; mas, meu método de expor, por desgraça, dialético.” (*Ibid.*, *loc. cit.*).

<sup>180</sup> “A melhor resposta que posso dar ao autor do artigo, encontro em alguns trechos de sua própria crítica. (...) ao retratar fielmente, o que chama de meu verdadeiro método, pintando o emprego que a ele dei com cores benévolas, que faz o autor senão caracterizar o método dialético? (...) É mister, sem dúvida, distinguir, formalmente, o método de exposição do método de pesquisa. A investigação tem de apoderar-se da matéria, em seus pormenores, de analisar suas diferentes formas de desenvolvimento e de perquirir a conexão íntima que há entre elas.” (*Ibid.*, p.28.).

<sup>181</sup> “Só depois de concluído esse trabalho é que se pode descrever, adequadamente, o movimento real. Se isto se consegue, ficará espelhada, no plano ideal, a vida da realidade pesquisada, o que pode dar a impressão de uma construção a priori.” (*Ibid.*, *loc. cit.*).

<sup>182</sup> “Meu método dialético, por seu fundamento, difere do método hegeliano, sendo a ele inteiramente oposto. Para Hegel, o processo do pensamento – que ele transforma em sujeito autônomo sob o nome de ideia – é o criador do real, e o real é apenas sua manifestação externa. Para mim, ao contrário, o ideal não é mais do que o material transposto para a cabeça do ser humano e por ela interpretado.” (*Ibid.*, *loc. cit.*).

método hegeliano, Marx, refuta os resenhistas que atacavam a dialética hegeliana e tentavam identificá-la de forma absoluta com seu método de pesquisa. Marx explica que sua crítica à lógica dialética hegeliana se dirige ao seu lado mistificador, a saber, a defesa de que a *ideia* é completamente autônoma, ou se quisermos dizer de outro modo, de que a natureza é o resultado do puro pensar.

Contudo, Marx explica que essa mistificação não tira o mérito de Hegel, pois ele deve ser considerado como o primeiro a expor as formas gerais do movimento dialético da realidade; porém, para descobrir o cerne racional deste é necessário inverter o seu fundamento. E essa configuração racional escandaliza os arautos da sociedade burguesa, pois seu conceito de realidade é crítico e revolucionário.<sup>183</sup>

Portanto, nessas passagens de *O Capital*, Marx confirma o método dialético como sendo o seu procedimento de investigação da realidade, o que já tinha sido apresentado minuciosamente em sua *Crítica a dialética hegeliana* contida na obra *Manuscritos econômico-filosóficos*. O que vale ressaltar nessa reafirmação é a explicação direta da distinção entre a dialética de Marx em relação à lógica dialética de Hegel, que na obra *O Capital* é definitivamente esclarecida por Marx, isto é, a diferença essencial encontra-se no fundamento. E isso significa que, enquanto na lógica dialética hegeliana a natureza é apenas produto do pensamento puro, em Marx ela é o próprio fundamento da realidade, pois é indispensável para a produção da vida.

Em sua análise do processo de produção da sociedade capitalista, Marx começa pela mercadoria. Como ele já advertiu aos leitores de sua obra, seu procedimento de investigação da realidade é a lógica dialética, porém, segundo ele, seu ponto de partida é material. Marx observa que esse método não foi utilizado na análise das questões econômicas e que por isso torna árdua a leitura inicial de *O Capital*.<sup>184</sup> Esse procedimento é o que Marx utiliza na análise da mercadoria na produção do sistema econômico do capital.

A mercadoria é considerada por Marx como a célula econômica da sociedade industrial moderna; pois, ela é a forma elementar da riqueza na sociedade capitalista, uma vez que a riqueza de uma sociedade dominada pela produção capitalista é caracterizada pela

---

<sup>183</sup>“A mistificação por que passa a dialética nas mãos de Hegel não o impediu de ser o primeiro apresentar suas formas gerais de movimento, de maneira ampla e consciente. Em Hegel, a dialética está de cabeça para baixo. É necessário pô-la de cabeça para cima, a fim de descobrir a substância racional dentro do invólucro místico. A dialética mistificada tornou-se moda na Alemanha, porque parecia sublimar a situação existente. Mas, na sua forma racional, causa escândalo e horror à burguesia e aos porta-vozes de sua doutrina, porque sua concepção do existente, afirmando-o, encerra, ao mesmo tempo, o reconhecimento da negação e da necessária destruição dele.” (MARX, *op. cit.* 2010, p.29).

<sup>184</sup>“O método de análise que utilizei e que ainda não fora aplicado aos problemas econômicos torna bastante árdua a leitura dos primeiros capítulos.” (*Ibid.*, p.31.).

acumulação de mercadorias, por isso a lógica econômica dessa sociedade tem como propósito a produção ilimitada de mercadorias.<sup>185</sup> Segundo Marx, a mercadoria é essencialmente um objeto externo com a função de satisfazer as necessidades humanas, sejam as corporais, sejam as intelectuais.<sup>186</sup> Ela pode satisfazer de forma direta, nesse caso a mercadoria é um objeto de consumo, e de modo indireto, como meio de produção. Ademais, a utilidade de uma mercadoria faz com que ela tenha valor, nesse aspecto, valor concebido como valor de uso.<sup>187</sup> A utilidade de uma mercadoria é determinada pelas propriedades intrínsecas a ela.<sup>188</sup>

Segundo Marx, esse caráter da mercadoria, isto é, de valor de uso, não depende da quantidade de trabalho para obter qualidades úteis. Ou seja, a própria matéria prima encontrada na natureza é tida como um bem, pois tem valor, isto é, tem utilidade tanto para ser usada na produção de mercadorias quanto para suprir as necessidades naturais dos homens.<sup>189</sup>

Nestas conclusões retiradas do exame da mercadoria está explícita a consideração de que a natureza tem valor intrínseco, isto é, a matéria prima é um bem, uma vez que esse valor, diz Marx, é determinado somente pela utilidade da matéria natural.<sup>190</sup> Apesar do valor da matéria prima não depender da quantidade de trabalho, todavia, o exame dos valores de uso da mercadoria (transformação da matéria prima que envolve trabalho) pressupõe uma determinação quantitativa.

É por meio dos valores de uso que se revela outro aspecto do valor da mercadoria, isto é, o valor de troca que se mostra a partir da relação quantitativa entre valores de uso de espécies diferentes. Essa relação quantitativa, isto é, a proporção na qual, valores de uso de

<sup>185</sup>“A riqueza das sociedades onde rege a produção capitalista configura-se em ‘imensa acumulação de mercadorias’, e a mercadoria, isoladamente considerada, é a forma elementar dessa riqueza. Por isso, nossa investigação começa com a análise da mercadoria.” (MARX, *op. cit.* 2010, p.57).

<sup>186</sup>“A mercadoria é, antes de mais nada, um objeto externo, uma coisa que, por suas propriedades, satisfaz necessidades humanas, seja qual for a natureza, a origem delas, provenham do estômago ou da fantasia.” (*Ibid.*, *loc. cit.*).

<sup>187</sup>“Não importa a maneira como a coisa satisfaz a necessidade humana, se diretamente, como meio de subsistência, objeto de consumo, ou indiretamente, como meio de produção. A utilidade de uma coisa faz dela um valor de uso.” (*Ibid.*, *loc. cit.*).

<sup>188</sup>“Mas essa utilidade não é algo aéreo. Determinada pelas propriedades materialmente inerentes à mercadoria, só existe através dela.” (*Ibid.*, *loc. cit.*).

<sup>189</sup>“A própria mercadoria, como ferro, trigo, diamante etc., é, por isso, um valor de uso, um bem. Esse caráter da mercadoria não depende da quantidade de trabalho empregado para obter suas qualidades úteis.” (*Ibid.*, *loc. cit.*).

<sup>190</sup> “O valor natural de qualquer coisa consiste na sua capacidade de prover as necessidades ou de servir as comodidades da vida humana.” (*Ibid.*, p. 58).

espécie diferentes se trocam, muda constantemente, o que nos mostra que o valor de troca não é um aspecto intrínseco a mercadoria, como é o valor de uso.<sup>191</sup>

O que se revela comum na relação de troca das mercadorias é o trabalho nelas armazenado, a substância social comum a todas elas; doravante o valor investigado está associado a essa generalidade, pois é o comum dos valores de troca; chamado de modo geral de valor da mercadoria.<sup>192</sup> Nesse sentido se tem que dizer que o valor útil de uma mercadoria só tem valor porque nela existe trabalho humano abstrato.<sup>193</sup>

A produção de mercadorias é de acordo com a força produtiva do trabalho, ou seja, o tempo necessário para a produção varia de acordo com a mudança das forças produtivas do trabalho, que por sua vez são de um modo geral, determinadas: pelo grau médio de habilidade dos trabalhadores, pelo nível de desenvolvimento da ciência e sua aplicabilidade tecnológica, pela combinação social do processo de produção, pelo volume e a eficácia dos meios de produção e pelas condições da natureza.<sup>194</sup>

Retornando a discorrer sobre o valor de uso, Marx explicita sua consideração sobre o valor intrínseco de que é munida a natureza. Segundo Marx, há coisas que podem ser valor de uso e produto do trabalho humano, porém não são mercadorias.<sup>195</sup> Existem outras que são mercadorias. E há ainda as que podem ser valor de uso sem ser valor mercadoria. Marx exemplifica a primeira assertiva dizendo que isto ocorre com aqueles que com seu produto visam apenas satisfazer suas necessidades naturais. No caso do valor relacionado à mercadoria, Marx considera que para gerar mercadoria é necessário além do valor de uso, que seja produzido valor de uso social.<sup>196</sup> Finalmente, na consideração do valor de uso que é munida a natureza, Marx explicita que uma coisa pode ser valor de uso sem, contudo ser valor

<sup>191</sup>“O valor de troca revela-se, de início, na relação quantitativa entre valores de uso de espécies diferentes, na proporção em que se trocam, relação que muda constantemente no tempo e no espaço. Por isso, o valor de troca parece algo casual e puramente relativo, e, portanto, uma contradição em termos.” (MARX, *op. cit.* 2010, p.58).

<sup>192</sup>“Esses produtos passam a representar apenas a força de trabalho humana gasta em sua produção, o trabalho humano que neles se armazenou. Como configuração dessa substância social que lhes é comum, são valores, valores mercadorias.” (*Ibid.*, p. 60).

<sup>193</sup>“Pondo-se de lado o valor de uso dos produtos do trabalho, obtém-se seu valor como acaba de ser definido. O que se evidencia comum na relação de permuta ou no valor de troca é, portanto, o valor das mercadorias. (...) Um valor de uso ou um bem só possui, portanto, valor, porque nele está corporificado, materializado, trabalho humano abstrato.” (*Ibid.*, *loc. cit.*).

<sup>194</sup>“A grandeza do valor de uma mercadoria permaneceria, portanto, invariável, se fosse constante o tempo do trabalho requerido para a sua produção. Mas este muda com qualquer variação na produtividade (força produtiva) do trabalho. A produtividade do trabalho é determinada pelas mais diversas circunstâncias, dentre elas a destreza média dos trabalhadores, o grau de desenvolvimento da ciência e sua aplicação tecnológica, a organização social do processo de produção, o volume e a eficácia dos meios de produção e as condições naturais.” (*Ibid.*, *loc. cit.*).

<sup>195</sup>“Uma coisa pode ser útil e produto do trabalho humano sem ser mercadoria. Quem com seu produto, satisfaz a própria necessidade gera valor de uso, mas não mercadoria.” (*Ibid.*, p. 62).

<sup>196</sup>“Para criar mercadorias, é mister não só produzir valor de uso, mas produzi-lo para outros, dar origem a valor de uso social.” (*Ibid.*, *loc. cit.*).

mercadoria, isto é, sem ser mediada pelo trabalho. Nessa consideração Marx dá como exemplos os objetos da natureza.<sup>197</sup>

Marx afirma que essa análise da mercadoria mostra que a um só tempo ela é valor de troca e valor de uso; e que por sua vez a análise desses valores revela o duplo aspecto do trabalho humano, a saber, ele é trabalho concreto, visto nas forças produtivas sociais, e trabalho abstrato, forma geral das diferentes formas de trabalho concreto que se encontram armazenado na mercadoria; essa descoberta tem um significado crucial para a crítica que ele perpetrrou acerca da economia política. Marx afirma que é o primeiro a fazer essa análise da natureza do trabalho, que revela o seu duplo aspecto. Segundo Marx, somente é possível compreender a crítica a economia política moderna, partindo dessa descoberta fundamental.<sup>198</sup>

Para Marx, o trabalho é criador de valor de uso, devido a esse aspecto ele é condição necessária para a existência dos homens, porque é uma necessidade natural de intercâmbio material entre homem e natureza e, portanto, da produção e manutenção da vida humana.<sup>199</sup>

Nessa consideração, Marx ao explicitar que o trabalho faz a mediação entre homem e natureza, mostra que a natureza é pressuposto na relação dialética entre homem, trabalho e natureza, pois o trabalho efetiva o intercâmbio material entre homem e natureza, mas ele mesmo nada mais é do que uma externalização de uma força da natureza.

Marx argumenta que examinando as mercadorias descobre-se que essas são constituídas de dois elementos, o trabalho necessário para produzi-la e a matéria fornecida pela natureza.<sup>200</sup> Caso seja extraído o trabalho incorporado na mercadoria, resta o substrato material fornecido pela natureza sem a interferência do homem, portanto, a natureza é pressuposto fundamental para a efetivação do trabalho.<sup>201</sup> Ademais, Marx afirma que o homem ao produzir só pode atuar como a própria natureza atua, isto é, transformando-se.<sup>202</sup> O homem, nesse trabalho de mudança das formas da matéria da natureza, se vale das próprias

<sup>197</sup>“Uma coisa pode ser valor de uso sem ser valor. É o que sucede quando sua utilidade para o ser humano não decorre do trabalho. Exemplos: o ar, a terra virgem, seus pastos naturais, a madeira que cresce espontaneamente na selva etc.” (MARX, *op. cit.* 2010, p.63).

<sup>198</sup>“A mercadoria apareceu-nos, inicialmente, como duas coisas: valor de uso e valor de troca. Mais tarde, verificou-se que o trabalho também possui duplo caráter: quando se expressa como valor, não possui mais as mesmas características que lhe pertencem como gerador de valores de uso. Fui quem primeiro analisou e pôs em evidência essa natureza dupla do trabalho contido na mercadoria. Para compreender a economia política, é essencial conhecer essa questão, que, por isso, deve ser estudada mais de perto.” (*Ibid.*, p. 62).

<sup>199</sup>“O trabalho, como criador de valores de uso, como trabalho útil, é indispensável à existência do homem – quaisquer que sejam as formas de sociedade –, é necessidade natural e eterna de efetivar o intercâmbio material entre o homem e a natureza e, portanto, de manter a vida humana.” (*Ibid.*, p. 64).

<sup>200</sup> “As mercadorias, são conjunções de dois fatores, matéria fornecida pela natureza e trabalho.” (*Ibid.*, p. 65).

<sup>201</sup>“Extraíndo-se a totalidade dos diferentes trabalhos úteis incorporados (...) resta sempre um substrato material, que a natureza, sem interferência do homem oferece.” (*Ibid.*, *loc. cit.*).

<sup>202</sup>“O homem, ao produzir, só pode atuar como a própria natureza, isto é, mudando as forma da matéria.” (*Ibid.*, *loc. cit.*).

forças da natureza.<sup>203</sup> E por fim Marx declara que o trabalho não é a única fonte da riqueza material.<sup>204</sup>

Ao definir a mercadoria como objeto útil e portadora de valor, sendo somente o que é, devido a essa duplicidade, isto é, tendo a um só tempo a forma da natureza e a forma do valor, Marx evidencia com essa compreensão que na sua forma natural, isto é, material, esse objeto não é um produto do trabalho, ou seja, objetos da natureza como: a água, o ar etc., não são produtos do trabalho humano, no sentido de produtos que são valor de uso com a intervenção humana, criados pelo homem. Ou seja, o “produto” natural não é mercadoria, pois não tem a sua forma de valor dada pelo dispêndio do trabalho humano.<sup>205</sup>

Portanto, fica evidente que o produto natural é por si só um bem, tem uma utilidade necessária. Portanto, a natureza tem valor em si mesmo, e como valor de uso necessário, ela é o fundamento da existência e manutenção da vida.

Mesmo que na atualidade esses objetos da natureza, como água e outros produtos da natureza, tenham sido transformados em mercadorias, o que de fato é real, contudo o que Marx nos chama a atenção é o fato de que a natureza é como visto em assertivas anteriores, fonte de valor de uso, independente da interferência do trabalho e de uma determinada sociedade.

Em síntese, a natureza, no que diz respeito ao valor intrínseco, tem sua independência em relação ao trabalho, e nesse sentido não é mercadoria (ainda que na sociedade do capital este aspecto esteja estabelecido), pois tem valor em si. Além disso, a natureza tem valor universal, isto é, diz respeito a todos, e não a particulares, pois dela depende a produção da vida e a própria efetivação do trabalho.

Marx é categórico ao afirmar que o trabalho humano é criador de valor de uso, mas, nunca como trabalho em si, isto é que dispensa a natureza, ele não é criador da natureza, mas

---

<sup>203</sup>“E mais. Nesse trabalho de transformação, é constantemente ajudado pelas forças naturais.” (MARX, *op. cit.* 2010, p.65).

<sup>204</sup>“O trabalho não é, por conseguinte, a única fonte dos valores de uso que produz, a riqueza material.” (*Ibid.*, *loc. cit.*).

<sup>205</sup>“As mercadorias vêm ao mundo sob a forma de valores de uso, de objetos materiais, como ferro, linho, trigo etc. É a sua forma natural, prosaica. Todavia, só são mercadorias por sua duplicidade, por serem ao mesmo tempo objetos úteis e veículos de valor. Por isso, patenteiam-se como mercadorias, assumem a feição de mercadoria, apenas na medida em que possuam dupla forma, aquela forma natural e a de valor. (...) Em contraste direto com a palpável materialidade da mercadoria, nenhum átomo de matéria se encerra no seu valor. (...) As mercadorias, recordemos, só encarnam valor na medida em que são expressões de uma mesma substância social, o trabalho humano; seu valor é, portanto, uma realidade apenas social, só podendo manifestar-se, evidentemente, na relação social em que uma mercadoria se troca por outra.” (*Ibid.*, p. 69.).

é criador do valor de uso quando transforma a natureza.<sup>206</sup> Portanto, Marx não desconsidera o papel da natureza no processo de formação do valor.

Dando continuidade à análise da mercadoria, Marx afirma que a mercadoria não é um simples objeto material, nela estão dissimulados aspectos “metafísicos” e até mesmo “teológicos”.<sup>207</sup> Seu segredo não está no seu caráter valor de uso, pois este, como dito anteriormente, se estabelece por fatores determinantes, isto é, por propriedades naturais, a saber, o objeto que se destina a satisfazer necessidades humanas e que só adquire esse aspecto devido ao trabalho humano.<sup>208</sup> Marx explica que os homens com sua atividade natural, o trabalho, transformam de modo útil os elementos da natureza. Mesmo depois de transformados esses produtos da natureza, agora produtos do trabalho, não deixam de ser o que são, ou seja, não perdem seus aspectos naturais.<sup>209</sup> Porém, uma vez modificados e atingindo a condição de mercadorias esses elementos da natureza tornam-se simultaneamente um produto perceptível e impalpável.<sup>210</sup>

Segundo Marx, o segredo da mercadoria encontra-se no fato de que um de seus fatores determinantes, a saber, o aspecto de que a mercadoria é um produto do trabalho humano, encontra-se encoberto pela própria forma que esse produto assumiu, isto é, a de mercadoria.<sup>211</sup> Ou seja, o aspecto social do trabalho humano é escamoteado quando o produto do trabalho toma a forma de mercadoria, e isto é específico da sociedade moderna.<sup>212</sup> Pois, nesta ordenação social, a relação que dá origem a esse aspecto do trabalho, a saber, os homens trabalham uns para os outros, é ocultada na mercadoria quando ela é concebida como simples

---

<sup>206</sup>“A força humana de trabalho em ação ou o trabalho humano cria valor, mas não é valor. Vem a ser valor, torna-se valor, quando se cristaliza na forma de um objeto.” (MARX, *op. cit.*, 2010, p. 61.).

<sup>207</sup>“À primeira vista, a mercadoria parece ser coisa trivial, imediatamente compreensível. Analisando-a, vê-se que ela é algo muito estranho, cheio de sutilezas metafísicas e argúcias teológicas.” (*Ibid.*, p. 93.).

<sup>208</sup>“Como valor de uso, nada há de misterioso nela, quer a observemos sob o aspecto de que se destina a satisfazer necessidades humanas, com suas propriedades, quer sob o ângulo de que só adquire essas propriedades em consequência do trabalho humano.” (*Ibid.*, *loc. cit.*).

<sup>209</sup>“É evidente que o ser humano, por sua atividade, modifica do modo que lhe é útil a forma dos elementos naturais. Modifica, por exemplo, a forma da madeira, quando dela faz uma mesa. Não obstante, a mesa ainda é madeira, coisa prosaica, material.” (*Ibid.*, *loc. cit.*).

<sup>210</sup>“Mas, logo que se revela mercadoria, transforma-se em algo ao mesmo tempo perceptível e impalpável.” (*Ibid.*, *loc. cit.*).

<sup>211</sup>“O caráter misterioso que o produto do trabalho apresenta ao assumir a forma de mercadoria, donde provém? Dessa própria forma, claro.” (*Ibid.*, *loc. cit.*).

<sup>212</sup>“A igualdade dos trabalhos humanos fica disfarçada sob a forma da igualdade dos produtos do trabalho como valores; a medida, por meio da duração, do dispêndio da força humana de trabalho, toma a forma de quantidade de valor dos produtos do trabalho; finalmente, as relações entre os produtores, nas quais se afirma o caráter social dos seus trabalhos, assumem a forma de relação social entre os produtos do trabalho.” (*Ibid.*, p. 94.).

objeto material, quando na verdade nela encontram-se aspectos sociais do trabalho e o trabalho total, a conjunção das diferentes forças produtivas sociais.<sup>213</sup>

Tem-se, portanto, uma naturalização dos produtos do trabalho, isto é, eles são apresentados como simples coisas, como sendo somente produtos materiais. Nesse sentido, as características sociais do trabalho humano são dissimuladas. Ao ocultar os aspectos sociais do trabalho se estabelece de modo implícito, a consideração de uma natureza segregada da sociedade.

Marx explica que esse aspecto de naturalização que assume as mercadorias, isto é, concebidas como sendo simples objetos, não se sustenta, pois na verdade a relação estabelecida entre as mercadorias não se trata de uma relação puramente entre objetos. Marx recorrendo a um exemplo de um fenômeno natural, as impressões luminosas no nervo óptico; explica que nesse fenômeno natural temos realmente uma relação entre objetos da natureza, visto que a impressão da luz sobre o nervo óptico não é uma sensação subjetiva, mas uma sensação física, uma vez que a luz se projeta realmente de um objeto que existe fora do nervo óptico.<sup>214</sup> Porém, não é o que ocorre com a relação entre as mercadorias, porque a relação de valor entre os pretensos produtos do trabalho naturalizados sob a forma de mercadoria nada tem a ver com as propriedades físicas desses produtos nem tão pouco com as relações materiais que se originam dessas propriedades.<sup>215</sup>

O “produto” natural não é mercadoria, pois não tem a forma de valor, que é dada pelo dispêndio do trabalho humano. Ele tem valor intrínseco. A mercadoria por sua vez se define por possuir dupla forma, isto é, tem forma natural e forma de valor. Contudo, só possui valor útil dado pelo dispêndio do trabalho humano. O que ocorre, afirma Marx, é que na relação de valor entre as mercadorias esse valor útil não está associado a essa atividade natural humana. Isto acontece porque uma relação social definida entre homens assume a forma irreal de relação entre simples coisas naturais. Segundo Marx, o que ocorre com as mercadorias é semelhante ao que acontece na fantasia, em que entidades imaginadas pelos homens passam a ter vida própria e a sobrepujar os próprios homens. No caso das mercadorias, é o valor

---

<sup>213</sup> A mercadoria é misteriosa simplesmente por encobrir as características sociais do próprio trabalho dos homens, apresentando-as como características materiais e propriedades sociais inerentes aos produtos do trabalho; por ocultar, portanto, a relação social entre os trabalhadores individuais dos produtores e o trabalho total, ao refleti-la como relação social existente, à margem deles, entre os produtores do seu próprio trabalho.

<sup>214</sup> “A impressão luminosa de uma coisa sobre o nervo óptico não se apresenta como sensação subjetiva desse nervo, mas como forma sensível desse nervo, mas como forma sensível de uma coisa existente fora do órgão da visão. Mas, aí, a luz se projeta realmente de uma coisa, o objeto externo, para outra, o olho. Há uma relação física entre coisas físicas.” (MARX, *op. cit.*, 2010, p. 94.).

<sup>215</sup> “Mas a forma mercadoria e a relação de valor entre os produtos do trabalho, a qual caracteriza essa forma, nada têm a ver com a natureza física desses produtos nem com as relações materiais decorrentes.” (*Ibid.*, *loc. cit.*).

mercadoria que assume autonomia em relação ao trabalho dos homens. É esse aspecto intrínseco à mercadoria que Marx chama de fetichismo.<sup>216</sup>

Marx afirma que o fetichismo da mercadoria é decorrente do aspecto social que tomou o trabalho no estabelecimento da produção capitalista.<sup>217</sup> Marx explica que nessa ordenação social os objetos úteis se tornam mercadorias por serem simplesmente produtos de trabalhos privados, independentes uns dos outros.<sup>218</sup> Desse modo, as relações sociais não aparecem como relações diretas entre indivíduos em seus trabalhos, mas se faz uma segregação, estabelecendo-se uma relação social entre os produtos do trabalho separada das relações materiais entre os homens.<sup>219</sup> Ou seja, o trabalho é concebido como uma autodeterminação quando assume a forma de mercadoria.

Pelas considerações de Marx aqui expostas explicitam-se as posições de que a natureza tem valor intrínseco; que o trabalho é criador de valor útil sem, contudo, ter valor em si, porque depende da natureza para criar valor; e, por fim, a mercadoria tem valor determinado pelo trabalho e não um valor intrínseco a ela, pois a mesma não é um produto natural sem a determinação do trabalho. Portanto, se na produção das mercadorias, concebe-se o valor mercadoria como uma autodeterminação, se tem a subordinação do valor da natureza, que é necessário, pois é vital, pelo valor social, porém particular, pois o valor mercadoria é um valor relativo a uma determinada ordenação sócio-histórica; então, constata-se que essa atribuição do valor mercadoria que rege as relações sociais na sociedade capitalista faz uma ruptura radical na relação entre homem, trabalho e natureza, visto que naturaliza a mercadoria, quando de fato ela é uma construção social, isto é, produto do trabalho dos homens, que é negado na autodeterminação do valor útil da mercadoria. Também nega o valor útil verdadeiro, que é o valor intrínseco dos produtos da natureza, substituindo por um valor relativo, que é a negação do trabalho como único criador do valor útil da mercadoria.

---

<sup>216</sup>“Uma relação social definida, estabelecida entre os homens, assume a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas. (...) É o que ocorre com os produtos da mão humana, no mundo das mercadorias. Chamo a isso de fetichismo, que está sempre grudado aos produtos do trabalho, quando são gerados como mercadorias.” (MARX, *op. cit.*, 2010, p. 94.).

<sup>217</sup>“Esse fetichismo do mundo das mercadorias decorre, conforme demonstra a análise precedente, do caráter social próprio do trabalho que produz mercadorias.” (*Ibid.*, p. 95.).

<sup>218</sup>“Objetos úteis se tornaram mercadorias, por serem simplesmente produtos de trabalhos privados, independentes uns dos outros. O conjunto desses trabalhos particulares forma a totalidade do trabalho social.” (*Ibid.*, *loc. cit.*).

<sup>219</sup>“(…) Em outras palavras, os trabalhos privados atuam como partes componentes do conjunto do trabalho social, apenas através das relações que a troca estabelece entre os produtos do trabalho e, por meio destes, entre os produtores. Por isso, para os últimos, as relações sociais entre seus trabalhos privados aparecem de acordo com o que realmente são, como relações materiais entre pessoas e relações sociais entre coisas, e não como relações sociais diretas entre indivíduos em seus trabalhos.” (*Ibid.*, *loc. cit.*).

Marx critica a economia política moderna por fazer o que ele chama de experimentos robinsonianos, alusão à obra do escritor britânico Daniel Defoe, o romance *Robinson Crusóé*, que conta a história fictícia de um náufrago que viveu metade de sua vida sozinho numa ilha. A economia política moderna procura mostrar esse pretensso aspecto de autodeterminação do valor da mercadoria nesses experimentos de produção primitiva. Porém, diz Marx a categoria valor, que aparece nesses exemplos, não pode ser considerado como o valor mercadoria que aparece na sociedade do capital, pois são produções completamente distintas. No primeiro caso estamos tratando de indivíduos independentes e não de indivíduos dependentes.<sup>220</sup> Há uma diferença crucial, no caso das produções primitivas o valor não está escamoteado. E mesmo no caso da produção do regime onde predominava o feudalismo, o valor ainda não estava dissimulado.<sup>221</sup>

Marx explica que essas comunidades de produção da sociedade são mais transparentes, no que diz respeito às relações entre os produtores, do que a sociedade capitalista. Porém, a sociabilidade é inibida, as relações pessoais são individuais devido ao baixo nível de desenvolvimento das forças produtivas que pode ser vista nos cultos religiosos onde a natureza é idealizada.<sup>222</sup>

Segundo Marx, a imagem religiosa do mundo real, isto é, das relações sociais individuais, de servidão e de desigualdades, só desaparecerão quando as atividades práticas da

---

<sup>220</sup>“A economia política adora imaginar experimentos robinsonianos. Façamos, por isso, Robinson aparecer em sua ilha. Moderado por natureza tem, entretanto, de satisfazer diferentes necessidades e, por isso, é compelido a executar trabalhos úteis diversos, fazer instrumentos, fabricar móveis, domesticar lamas, pescar, caçar. Apesar da diversidade de suas funções produtivas, sabe que não passam de formas diversas de sua própria atividade, portanto, de formas diferentes de trabalho humano. (...) Todas as relações entre Robinson e as coisas que formam a riqueza por ele mesmo criada são tão simples e límpidas que até Max Wirth as entenderia, sem grande esforço intelectual. Elas já contêm, no entanto, tudo o que é essencial para caracterizar o valor. Deixemos a ilha de Robinson, cheia de sol, e penetremos na sombria idade média européia. Nela não há o indivíduo independente; todos são dependentes: servos e senhores feudais, vassallos e suseranos, leigos e clérigos. A dependência pessoal caracteriza tanto as relações sociais da produção material quanto as outras esferas da vida baseadas nessa produção. Mas, justamente porque as relações de dependência pessoal constituem o fundamento social incontroverso, não se faz mister que os trabalhos e os produtos assumam feição fantasmagórica, diversa da sua realidade. Eles entram na engrenagem social como serviços e pagamentos em produtos. A forma diretamente social do trabalho é aqui a forma concreta do trabalho, sua particularidade, e não sua generalidade abstrata, como ocorre com a produção de mercadorias.” (MARX, *op. cit.*, 2010, p. 99.).

<sup>221</sup>“A corvéia, como o trabalho que produz mercadorias, mede-se pelo tempo, mas cada servo sabe que quantidade de sua força pessoal de trabalho despende no serviço do senhor. O dízimo pago ao cura é mais palpável que sua benção. No regime feudal, sejam quais forem os papéis que os homens desempenham ao se confrontarem, as relações sociais entre as pessoas na realização de seus trabalhos revelam-se como suas próprias relações pessoais, não se dissimulando em relações entre coisas, entre produtos do trabalho.” (*Ibid.*, *loc. cit.*).

<sup>222</sup>“Aqueles organismos de produção da sociedade antiga são bem mais simples e transparentes que o burguês. (...) Têm por condição, baixo nível de desenvolvimento das forças produtivas do trabalho, correspondendo-lhes relações inibidas, nas esferas da vida material, sejam entre os homens ou entre estes e a natureza. Essa inibição real se reflete, de maneira idealizada, nos velhos cultos da natureza e nas antigas religiões nacionais.” (*Ibid.*, p. 101.).

vida cotidiana representar para os homens relações transparentes e racionais entre eles e a natureza.<sup>223</sup>

Ou seja, a base do processo vital da sociedade, a natureza, só será desmistificada quando os homens em livre associação a submeterem ao seu controle consciente e planejado.<sup>224</sup>

Esta posição de Marx, não deve ser confundida como defesa do ideário de domínio da produção sobre a natureza. Pois, quando Marx afirma que a análise da categoria valor mercadoria pela economia do capital é incompleta, porque não explica porque o valor da mercadoria é concebido como uma autodeterminação, ele revela que esse aspecto do valor mercadoria é à base da sociedade do capital em que o processo de produção domina o homem e não o contrário.<sup>225</sup> Portanto, Marx critica a dominação que a economia capitalista realiza através de seu modo de produção.

Segundo Marx, a economia política moderna ao polemizar sobre o papel da natureza na criação do valor de troca assume a ideia dominante da sociedade do capital de que o valor mercadoria tem elementos materiais, ou seja, é uma autodeterminação, quando na verdade essa forma não passa de uma determinação histórica, uma mera representação de relações sociais de produção. Conceber essa categoria como uma fórmula da própria natureza, isto é, de uma pretensa natureza *em si*, é está iludido pelo fetichismo das mercadorias.<sup>226</sup>

Sobre esse tema do domínio do homem sobre a natureza, encontra-se em Marx uma posição que revela que em sua concepção de natureza, ele valoriza a relação dialética entre trabalho e natureza, e não somente uma dessas esferas. De fato, concebe-se que o homem transforma a natureza, contudo se reconhece que o homem também sofre a mudança.

---

<sup>223</sup>“O reflexo religioso do mundo real só pode desaparecer quando as condições práticas das atividades cotidianas do homem representem, normalmente, relações racionais claras entre os homens e entre estes e a natureza.” (MARX, *op. cit.*, 2010, p. 101.).

<sup>224</sup>“A estrutura do processo vital da sociedade, isto é, do processo da produção material, só pode desprender-se do seu véu nebuloso e místico no dia em que for obra de homens livremente associados, submetida a seu controle consciente e planejado.” (*Ibid.*, *loc. cit.*).

<sup>225</sup>“A economia política analisou, de fato, embora de maneira incompleta, o valor e sua magnitude, e descobriu o conteúdo que ocultam. Mas nunca se perguntou por que ocultaram esse conteúdo, por que o trabalho é representado pelo valor do produto do trabalho, e a duração do tempo de trabalho, pela magnitude desse valor. Fórmulas que pertencem, claramente, a uma formação social em que o processo de produção domina o homem, e não o homem o processo de produção, são consideradas pela consciência burguesa uma necessidade tão natural quanto o próprio trabalho produtivo. (*Ibid.*, *loc. cit.*).

<sup>226</sup>“A polêmica monótona e estulta sobre o papel da natureza na criação do valor de troca, além de outros fatos, demonstra que uma parte dos economistas está iludida pelo fetichismo dominante no mundo das mercadorias ou pela aparência material que encobre as características sociais do trabalho.”

Marx explica que o trabalho é um processo entre o homem e a natureza, onde o homem, através da sua própria ação, controla o intercâmbio material com a natureza.<sup>227</sup> Nesse processo, o homem confronta a natureza por meio da própria natureza, pois sua ação é uma força natural. Pondo em ação essas forças naturais que dispõe na sua própria corporalidade o homem apropria-se dos recursos da natureza, transformando-os em formas úteis para a sua própria vida.<sup>228</sup> Nesse processo de intercâmbio material com a natureza, quando o homem a transforma através de sua ação, também transforma simultaneamente a sua própria natureza, pois ele próprio é natureza.<sup>229</sup> Ademais, o homem por meio de sua atividade natural desenvolve as potências da natureza e passa a submeter às forças desta ao seu domínio.<sup>230</sup>

O significado implícito de domínio do homem sobre a natureza que Marx explicita tem claramente o sentido de indicar que o homem dispõe da natureza como sendo uma necessidade da sua própria condição natural. Não é aquele domínio onde o homem detém o poder irrestrito sobre a natureza, como se esta fosse uma coisa separada dele e que por isso suas ações sobre ela não implicaria reações sobre ele. Essa dominação sobre a natureza não cabe no pensamento marxiano, visto que ele tem uma visão dialética do trabalho sobre a natureza, isto é, o homem quando a modifica, promove também em si uma transformação.

Além disso, esse domínio se explica pela própria atuação do homem na natureza, que tem uma atividade diferenciada em relação a qualquer outro ser vivo da natureza.<sup>231</sup> Segundo Marx, a atividade do homem sobre a natureza não é uma mera ação instintiva como acontece nos demais seres vivos.<sup>232</sup> O trabalho é uma atividade natural, porém é diferenciada porque é uma atividade consciente, planejada, que se concretiza somente na natureza.

Nessa exposição, Marx afirma que nesse processo do trabalho, onde o produto já está na imaginação do executor, o que ele chama de objeto idealizado, a natureza, que no caso fornece a matéria para a concretização desse produto, não sofre apenas mudança de forma

---

<sup>227</sup>“Antes de tudo, o trabalho é um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano, com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza.” (MARX, *op. cit.*, 2010, p. 211.).

<sup>228</sup>“Defronta-se com a natureza como uma de suas forças. Põe em movimento as forças naturais de seu corpo – braços e pernas, cabeça e mãos –, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhes forma útil à vida humana.” (*Ibid.*, *loc. cit.*).

<sup>229</sup>“Atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza.” (*Ibid.*, *loc. cit.*).

<sup>230</sup>“Desenvolve as potencialidades nela adormecidas e submete ao seu domínio o jogo das forças naturais.” (*Ibid.*, *loc. cit.*).

<sup>231</sup>“Não se trata aqui de formas instintivas, animais, de trabalho. (...) Pressupomos o trabalho sob forma exclusivamente humana.” (*Ibid.*, *loc. cit.*).

<sup>232</sup>“Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha supera mais de um arquiteto ao construir sua colméia. Mas o que distingue o pior arquiteto da melhor abelha é que ele figura na mente sua construção antes de transformá-la em realidade.” (*Ibid.*, *loc. cit.*).

pelo executor, mas também este realiza nela o seu propósito previamente planejado, e por isso esse propósito determina toda a sua atividade e subordina a vontade do executor como uma lei.<sup>233</sup>

É essa dominação do homem sobre a natureza que Marx considera, a saber, o trabalho é uma atividade consciente sobre a natureza, ou seja, as forças naturais orientadas a uma finalidade, que no final do seu processo um material da natureza foi transformado pelo trabalho para atender as necessidades humanas. O trabalho, portanto, pode executar sobre a matéria natural uma transformação, ademais ele fica incorporado na matéria da natureza que sofreu a mudança.<sup>234</sup> E isto significa que há na concepção de natureza de Marx a determinação na natureza de que existe uma capacidade do homem sobre a natureza, mas isso não significa que Marx defende que a ação do homem sobre a natureza não o afeta.

Engels comentando sobre a distinção natural do homem e sobre o domínio que esse exerce sobre a natureza tem a mesma consideração de Marx, isto é, o trabalho é a distinção essencial do homem em relação a natureza, ou seja, ele modifica a natureza, e as ações do homem sobre a natureza tem consequências práticas sobre o próprio homem.<sup>235</sup>

Ademais, observa-se que Marx considera no processo de trabalho a predominância da natureza, pois ao discorrer sobre suas etapas, isto é, a sua atividade, o seu objeto e seus instrumentos, afirma que todos esses elementos são concedidos pela natureza.<sup>236</sup> Essa posição

---

<sup>233</sup>“No fim do processo do trabalho aparece um resultado que já existia antes idealmente na imaginação do trabalhador. Ele não transforma apenas o material sobre o qual opera; ele imprime ao material o projeto que tinha conscientemente em mira; o qual constitui a lei determinante do seu modo de operar e ao qual tem de subordinar sua vontade.” (MARX, *op. cit.*, 2010, p. 212.).

<sup>234</sup>“No processo de trabalho, a atividade do homem opera uma transformação, subordinada a um determinado fim, no objeto sobre que atua por meio do instrumental de trabalho. O processo extingue-se ao concluir-se o produto. O produto é um valor de uso, um material da natureza adaptado às necessidades humanas através da mudança da forma. O trabalho está incorporado ao objeto sobre que atuou. Concretizou-se, e a matéria está trabalhada. O que se manifestava em movimento, do lado do trabalhador, se revela agora qualidade fixa, na forma de ser, do lado do produto.” (*Ibid.*, *loc. cit.*).

<sup>235</sup>“Numa palavra, o animal apenas utiliza a natureza exterior e provoca nela modificações apenas pela sua presença; por seu lado, o homem transforma-a para que ela sirva os seus fins; domina-a. E é nisto que consiste a última diferença entre os homens e os animais; tal diferença, deve-a o homem mais uma vez ao trabalho. No entanto, não nos lisonjeemos demasiado com as nossas vitórias sobre a natureza. A cada uma delas, ela vingá-se. Cada vitória tem é claro, as consequências que enumeramos, mas, em segundo lugar, tem efeitos muito diferentes, imprevistos, que na maior parte das vezes destroem as primeiras consequências. As populações que na Mesopotâmia, na Grécia, na Ásia Menor e noutras regiões, devastavam florestas para conquistar terra arável, estavam longe de antever que assim lançavam as bases da atual secura e desolação daqueles lugares pois que, com as florestas, destruíam os centros de acumulação e de conservação da umidade.” (ENGELS, Friedrich. O Papel do Trabalho na Transformação do Macaco em Homem. In: IDEM. **Dialética da Natureza**. Tradução de José Moura Ramos e Eduardo Lúcio Nogueira. Lisboa: Editorial Presença, 1974, p.182-183.).

<sup>236</sup>“Os elementos componentes do processo do trabalho são: 1) a atividade adequada a um fim, isto é, o próprio trabalho; 2) a matéria a que se aplica o trabalho, o objeto de trabalho; 3) os meios de trabalho, o instrumental de trabalho. A terra (do ponto de vista econômico, compreende a água), que, ao surgir o homem, o provê com meios de subsistência prontos para utilização imediata, existe independente da ação dele, sendo objeto universal do trabalho humano.” (MARX, *op. cit.*, 2010, p. 212.).

se configura como a indicação explícita de que se considera, apesar da capacidade do trabalho de transformar a natureza, a dependência do trabalho humano em relação à natureza. Ou seja, explicita-se, na análise do processo do trabalho, a determinação, na concepção marxiana de natureza, o reconhecimento explícito do valor fundamental da natureza para a realização e efetivação do processo do trabalho.

Segundo Marx, a natureza é objeto do trabalho humano, mesmo quando este não intervém diretamente na transformação das formas materiais daquela. Isto é, quando o homem apenas separa da natureza aqueles produtos naturais que servem como meios de subsistência para os homens.<sup>237</sup> Nessa consideração observa-se que Marx afirma que a natureza é a condição de vida dos homens, uma vez que, a natureza apresenta produtos já prontos para esse fim, isto é, cuja existência é independente do trabalho humano, o que significa dizer também que esses produtos da natureza, que são meios de subsistência do homem, têm um aspecto de autonomia em relação à atividade exclusiva da humanidade. Ademais, a primeira coisa que o trabalhador se apossa são os meios de trabalho, e mesmo assim a natureza ainda é pressuposto, pois quando o homem colhe produtos dados pela natureza, como frutos, para sua subsistência, ele faz usando a força natural de seus membros corporais.<sup>238</sup> O mesmo não pode se dizer do trabalho humano em relação à natureza, cuja dependência se vê na predominância dessa última nos elementos que compõem o processo do primeiro. Nessa explicação Marx deixa claro que todo produto natural é objeto de trabalho, porém nem todo objeto de trabalho é produto natural, isto é, objeto fornecido pela natureza para o trabalho, pois, quando sofre modificações efetuadas pelo trabalho humano, é chamado de matéria transformada pela atividade humana. Portanto, Marx faz uma distinção clara entre produto natural e produto do trabalho.<sup>239</sup>

As forças produtivas são potências próprias da relação de interdependência entre homem, trabalho e natureza. Há um aspecto de subordinação da natureza em relação à atividade exclusiva do homem (o trabalho pode transformar a matéria natural), mas não como domínio absoluto, unilateral e irrestrito.

---

<sup>237</sup>“Todas as coisas que o trabalho apenas separa de sua conexão imediata com seu meio natural constituem objetos de trabalho, fornecidos pela natureza. Assim, os peixes que se pescam, que são tirados do seu elemento, a água; a madeira derrubada na floresta virgem; o minério arrancado dos filões.” (MARX, *op. cit.*, 2010, p. 212.).

<sup>238</sup>“A coisa de que o trabalhador se apossa imediatamente – excetuados meios de subsistência colhidos já prontos, tais como frutas, quando seus próprios membros servem de meio de trabalho – não é o objeto de trabalho, mas o meio de trabalho. Desse modo, faz de uma coisa da natureza órgão de sua própria atividade.” (*Ibid.*, *loc. cit.*).

<sup>239</sup>“Excetuadas as indústrias extrativas, cujo objeto de trabalho é fornecido pela natureza (mineração, caça, pesca etc.; a agricultura se compreende nessa categoria apenas quando desbrava terras virgens), todos os ramos industriais têm por objeto de trabalho a matéria prima, isto é, um objeto já filtrado pelo trabalho, um produto do próprio trabalho.” (*Ibid.*, *loc. cit.*).

Na obra marxiana é explícita a concepção dialética que Marx apresenta acerca da relação entre homem, trabalho e natureza, que significa conceber a interdependência entre essas instâncias.

Ademais, a natureza apresenta objetos de trabalho, como já indicado anteriormente, produtos prontos, sem a transformação do trabalho, revelando a determinação de pressuposto fundamental da natureza para a realização do trabalho, o que significa dizer que no conceito marxiano de natureza não há uma desconsideração do valor da natureza.

Essa determinação de interdependência entre homem, trabalho e natureza que se explicita em Marx é a demonstração de que nele encontra-se uma concepção dialética da natureza. Essa determinação aparece na exposição do tema do intercâmbio natural. Nela verificamos que o trabalho é um processo; é quem regula e medeia o metabolismo material entre homem e natureza.<sup>240</sup> Nesse movimento de troca, as instâncias em destaque, estão dentro de uma unidade, visto que, o trabalho é ao mesmo tempo uma força da natureza e uma necessidade desta, que a transforma ou lhe extrai objetos para a subsistência humana. Além disso, tanto o objeto do trabalho como os meios para a realização dele dependem da natureza.

Portanto, a relação entre homem e natureza ocorre numa mesma unidade natural, como partes de um processo. Ou seja, não existe homem independente da natureza, pois esta é a condição necessária da existência daquele. Porém, essa unidade entre homem e natureza não é uma síntese indiferenciada.<sup>241</sup> E essa unidade entre homem e natureza não exige explicação, pois é uma necessidade natural que promove a própria existência.

Pelo contrário, o que requer esclarecimento é a segregação do homem das suas condições de existência, que tem consequências nas suas funções vitais.<sup>242</sup> Essas considerações expostas sobre a relação entre homem e natureza apresentada na investigação marxiana sobre a economia política do capital, demonstra de modo contundente uma concepção dialética de natureza no pensamento de Marx, pois, a relação entre o homem e a natureza é uma unidade diferenciada, contudo é uma totalidade correlata, interdependente e intercambiável.

---

<sup>240</sup>“O trabalho é um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano, com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza.” (MARX, *op. cit.*, 2010, p. 211.).

<sup>241</sup>“O homem isolado não pode atuar sobre a natureza sem pôr em ação seus músculos sob o controle do seu cérebro. Fisiologicamente, cabeça e mãos são partes de um sistema; do mesmo modo, o processo de trabalho conjuga o trabalho do cérebro e das mãos.” (*Ibid.*, p.577.).

<sup>242</sup>“Não é a unidade da humanidade viva e ativa com as condições naturais, inorgânicas, de sua troca metabólica com a natureza, e portanto sua apropriação da natureza, que exige explicação, ou é resultado de um processo histórico, mas sim sua separação em relação a essas condições inorgânicas da existência humana e essa existência ativa, separação que só é completamente postulada na relação entre trabalho assalariado e capital.” (*Ibid.*, p.188.).

### 3 CRÍTICA DO ECOSSOCIALISMO AO MARXISMO

Neste capítulo é apresentado um breve delineamento, a partir da historiografia ecológica, sobre o problema da relação entre homem e natureza que se tornou a base da crítica ecologista. De passagem aborda-se sobre as separações subjetivas entre sociedade e natureza e o critério objetivo que as superam, mostrando assim o conceito singular de Marx e sua contribuição na história da discussão sobre a natureza que foi fundamental para a concepção do ecologismo a respeito da relação entre sociedade e natureza.

Em seguida, nos concentramos na parte central desse capítulo, isto é, apresenta-se a crítica do ecossocialismo ao conceito de natureza em Marx.

Por fim são expostas as principais críticas do ecossocialismo ao marxismo.

#### 3.1 Ecologismo: o problema da relação entre homem e natureza e o critério marxiano que o supera

Para Acot, é no livro, *Homem e natureza ou Geografia física modificada pela ação humana*,<sup>243</sup> que se encontra uma reflexão objetiva sobre o problema da relação entre homem e natureza que se tornou a base fundamental para a constituição da ideologia ecologista contemporânea; uma vez que essa obra alerta sobre o problema da degradação da natureza e denuncia o otimismo manipulador da tradição científica.<sup>244</sup>

Seu propósito é revelar a extensão das modificações na natureza devida às ações dos homens que coloca em evidência os perigos da imprudência e a necessidade de vigilância de todas as atividades humanas que interferem no equilíbrio da natureza.<sup>245</sup> Apesar de toda essa diligência, Acot observa que é importante perceber que o pensamento nessa obra ainda não supera a contradição entre homem e natureza, isto é, certas intervenções dos homens na

---

<sup>243</sup>O autor dessa obra é o norte-americano George Perkins Marsh, considerado o precursor do conceito de sustentabilidade que é a defesa central do pensamento ecologista contemporâneo. (N. do A.)

<sup>244</sup>“Todavia, é em Georges Perkins Marsh que encontramos a reflexão mais completa nessa área. Em 1864, ele publicou uma obra intitulada *Man and Nature or Physical Geography as Modified by Human Action*. (...) Essa obra representa uma das mais importantes etapas no caminho da constituição da ideologia ecologista, por afirmar ao mesmo tempo a nova necessidade histórica de dar um grito de alarme e o otimismo manipulador da tradição lineana.” (ACOT, Pascal. **História da ecologia**. Tradução Carlota Gomes. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1990, p.140.).

<sup>245</sup>“O presente volume tem por objeto indicar a natureza e, aproximadamente, a extensão das modificações devidas à ação humana nas condições físicas do mundo que habitamos, colocar em evidência os perigos da imprudência e a necessidade de vigilância em todas as obras que, em grande escala, interferem nos arranjos espontâneos do mundo orgânico e inorgânico; sugerir a possibilidade e a importância de restaurar as harmonias alteradas e de melhorar materialmente as regiões danificadas e esgotadas.” (MARSH *apud* ACOT, *loc. cit.*).

natureza apesar de perigosas não deixam de ser consideradas, porque simplesmente compensam.<sup>246</sup> Porém, no século XIX, essa contradição se tornou cada vez mais aguda, de tal modo que o discurso de legitimação das intervenções humanas na natureza se tornou difícil de ser defendido, devido a eventos como: a fragilização que o espaço agrícola foi submetido com a introdução das monoculturas; aos transtornos nos modos de vida nos campos, causados pelo êxodo rural e pela precarização tanto das condições de sobrevivência quanto do trabalho exercido pelos operários, que foi provocada pelo crescimento da poluição industrial.<sup>247</sup>

A partir dessas condições constatou-se que a degradação da natureza e consequentemente a dos modos de vida é uma decorrência direta do ideário de progresso.<sup>248</sup>

Segundo Acot, a sociedade industrial do século XIX, diante desses fatos, buscou rapidamente superar essa contradição com uma ideologia que legitimasse seu modo de produção sócio-econômico a partir de um fundamento natural.<sup>249</sup> Nesse sentido, o darwinismo desempenhou papel central, pois estabeleceu que a seleção natural é a lei geral da economia da natureza.<sup>250</sup>

Essa postulação significa, do ponto de vista científico, considerar que as leis biológicas operam nas sociedades humanas com a função de progresso e proteção social. Partindo deste fundamento, tanto a exploração do homem pelo homem quanto a da natureza pelo homem são consideradas nessa visão como necessidades de preservação dos equilíbrios

---

<sup>246</sup>“É importante notar que, em Marsh, estamos frente a um pensamento que ainda integra dois termos da contradição que, como vimos, trabalha toda reflexão global sobre as relações entre homem e a natureza. De fato, nesse autor, os perigos que certas atividades humanas representam para os equilíbrios naturais são compensados, ou compensáveis, por outros tipos de atividades.” (ACOT, *op.cit.*, p.141.).

<sup>247</sup>“Todavia, no decorrer do século XIX, a contradição tenderá a se radicalizar, tornando a legitimação das intervenções humanas, cada vez mais difícil: o espaço agrícola é gravemente fragilizado pelo desenvolvimento das monoculturas e das comunicações comerciais internacionais, com seu cortejo de pululações de elementos nocivos, indígenas ou acidentalmente introduzidos (o caso mais tragicamente célebre sendo o da filoxera da videira). Os modos de vida nos campos são transtornados pelo êxodo rural consecutivo ao desenvolvimento de grandes centros industriais. As condições de sobrevivência e de trabalho dos operários tornaram-se extremamente precárias em razão, entre outras, do crescimento das poluições industriais e domésticas.” (*Ibid.*, *loc. cit.*).

<sup>248</sup>“a partir de então começa a triunfar a ideia segundo a qual a degradação da natureza e do quadro de vida é uma fatalidade ligada à necessidade do ‘progresso’. E, sob, esse ponto de vista, o pensamento darwiniano vai desempenhar um papel considerável.” (*Ibid.*, *loc. cit.*).

<sup>249</sup>“A transposição desse darwinismo ‘naturalista’, no que foi chamado de ‘darwinismo social’, para a sociedade industrial da segunda metade do século XIX será tanto mais fácil quanto, por um lado, desde essa época, a urgência de uma ideologia de legitimação já se fazia sentir fortemente (ela contribuirá para que os próprios subordinados aceitem sua submissão) e quanto, por outro lado, o texto darwiniano autoriza esse deslocamento da interface natureza-sociedade.” (*Ibid.*, *loc. cit.*).

<sup>250</sup>“De fato, A origem das espécies conclui, em todos os sentidos do termo, a mecanização do pensamento lineano, já amplamente encetado por Lyell. Mas enquanto neste último as leis da ‘economia da natureza’ permaneciam inacessíveis, Darwin enuncia as leis mais gerais: seleção natural, sobrevivência dos mais aptos e adaptação. (...) De fato, Darwin, preocupado em salvar a unidade material do mundo (com Lyell, Marx, Engels, Spencer, ele é um dos pensadores mais importantes), somente com muita dificuldade estabelece o que considera ser a especificidade das sociedades humanas, numa passagem de *A descendência do homem*, onde, deve-se notar, a seleção natural operando.” (*Ibid.*, *loc. cit.*).

naturais e sociais.<sup>251</sup> Portanto, este ponto de vista ainda é marcado pela contradição entre sociedade e natureza, revelando que a seleção natural não dá conta de explicar a especificidade humana.

Segundo Acot, esse debate sobre a existência de uma separação objetiva entre sociedade e natureza se intensificou a partir do último quartel do século XIX. Até então, todas as discussões sobre a sociedade humana sempre terminam fazendo separações subjetivas entre homem e natureza.

Ora, a natureza é considerada como algo que não é bom e, portanto deve ser separada do homem. Ora, a natureza é concebida como uma instância mítica que foi violada pelo humano.<sup>252</sup>

Acot explica, que a causa dessa unilateralidade foi o pensamento arraigado em concepções filosófico-religiosas dualistas.<sup>253</sup>

Contudo, esse ideário mudou radicalmente com a Revolução Francesa e o Iluminismo que provocaram o fim das concepções universalizantes e eternizantes das sociedades humanas.<sup>254</sup>

Ademais, observa Acot, contribuiu para essa mudança, os progressos da ciência que desde a época do Renascimento abalou as bases do pensamento metafísico e que no começo do século XIX foram impulsionados pelas necessidades da indústria moderna.<sup>255</sup>

Aliado a tudo isto, contribuiu decisivamente para a virada de mentalidade, a degradação acelerada dos modos de vida, o questionamento as tradições e o êxodo rural.

Tudo isto fez surgir no proletário nascente e em pensadores progressistas uma nova forma de pensar e explicar a relação entre sociedade e natureza. Foi por isso que a discussão sobre a unidade material do mundo recebeu tanta importância no decorrer do século XIX.<sup>256</sup>

<sup>251</sup>“Assim, no raiar do século XX, a ‘crueldade’ da natureza, a selvageria da exploração do homem pelo homem e da natureza pelo homem são consideradas como necessidades de preservação dos equilíbrios naturais e sociais, ou melhor, naturais, portanto sociais, pois as sociedades humanas são tidas por organismos.” (ACOT, *op.cit.*, p.142.).

<sup>252</sup>“A ideia da existência de uma separação objetiva entre natureza e sociedade cresce lentamente na segunda metade do século XIX. Anteriormente, qualquer reflexão sobre sociedade humana era marcada, no melhor dos casos, pela ambigüidade: a natureza era ou aquilo de que deveríamos nos separar violentamente (a barbárie) ou aquilo cujo valor original, miticamente ou não, foi degradado pelas sociedades humanas.” (*Ibid.*, p.152.).

<sup>253</sup>“Durante séculos, o pensamento humano produzira sistemas de direito natural, garantindo poderes de direito divino e ‘filosofias da natureza’. Ele caminhava num espaço epistemológico em que as representações filosófico-religiosas dualistas ainda não eram sentidas, pelo menos potencialmente, como entrando em contradição com a realidade vivida pela maioria e o saber científico crescente de alguns.” (*Ibid.*, *loc. cit.*).

<sup>254</sup>“Tudo muda no raiar do século XIX. Os efeitos ideológicos da Revolução Francesa anunciam o fim das concepções universalizantes e eternizantes das sociedades humanas que as Luzes já haviam devastado.” (*Ibid.*, p.153.).

<sup>255</sup>“Os progressos científicos que, desde o Renascimento, também haviam contribuído fortemente para abalar os edifícios metafísicos tomam, no começo do século XIX, um impulso favorecido pela necessidade que a indústria nascente tinha de recolher frutos.” (*Ibid.*, *loc. cit.*).

Segundo Acot, foram Marx e Engels, que pela primeira vez na história apresentaram um critério objetivo que indicava a linha tênue entre sociedade e natureza.<sup>257</sup> Esse critério está assentado no conceito de trabalho.<sup>258</sup> Acot faz em sua retrospectiva histórica da ecologia um reconhecimento público de que o marxismo é que estabeleceu, pela primeira vez, uma separação objetiva entre homem e natureza. Citando Marx, ele esclarece que os fundadores do marxismo consideram que a diferença essencial entre sociedade e natureza está na capacidade de trabalho que em toda a natureza só é própria da humanidade, o que também esclarece a concepção de homem.<sup>259</sup>

Entretanto, Acot informa que a filosofia marxista não se voltou para uma antropologia cultural devido a motivos políticos e ideológicos. Por essa razão a separação entre natureza e sociedade aparece fundamentada, em ciências humanas, em outros critérios que apresentam uma distinção imperfeita dessas instâncias.<sup>260</sup>

Acot esclarecendo a importância do conceito de trabalho como critério de separação entre sociedade e natureza, afirma, que tanto em relação à ecologia humana quanto às ciências humanas, a categoria trabalho é um critério muito superior a outros propostos em abordagens anteriores.<sup>261</sup>

Acot afirma que o conceito de trabalho remete à ideia de que é no exterior do indivíduo que está à essência humana, isto é, nas realizações culturais proporcionadas pelo trabalho.<sup>262</sup> O trabalho objetiva um saber social, numa ordem social historicamente

<sup>256</sup>“Enfim, a degradação acelerada dos modos de vida e a explosão das mentalidades tradicionais, consecutivas ao êxodo rural das primeiras décadas, dão o que pensar a uma parte do proletariado nascente e a filósofos progressistas cada vez mais numerosos e cada vez mais políticos.” (ACOT, *op.cit.*, p.152.).

<sup>257</sup>“Marx e Engels, pela primeira vez na história, estabelecerão uma separação nítida, com base no conceito de trabalho, entre natureza e sociedade: ‘podemos distinguir os homens dos animais pela consciência, pela religião e por tudo o que quisermos. Eles próprios começam a se distinguir dos animais logo que se põem a produzir seus meios de existência.’ ” (*Ibid.*, *loc. cit.*).

<sup>258</sup>*Ibid.*, *loc. cit.*

<sup>259</sup>*Ibid.*, *loc. cit.*

<sup>260</sup> “Por diversas razões, políticas e ideológicas, a filosofia marxista, nas primeiras décadas do século XX, não se volta para a constituição de uma antropologia cultural: nos anos de 1920, somente a abordagem evolucionista (que hierarquiza as sociedades, da mais simples à mais complexa) parece salvar a noção de progresso, indispensável à perspectiva política dos teóricos marxistas da época. Por essa razão a separação entre natureza e sociedade, na maioria das vezes, ainda está fundamentada, em ciências humanas, nas análises de Malinowski ou de Lévi Strauss. (...) Essa distinção, entretanto, ainda é imperfeita: ela dificilmente permite pensar a dimensão cultural de funções que também parecem ‘naturais’.”(*Ibid.*, *loc. cit.*).

<sup>261</sup>“a importância do conceito de trabalho na resolução do problema [da definição do homem] aqui tratado várias vezes foi assinalado. Contudo, convém aprofundar sua significação, a fim de medir bem o alcance de sua operação, não somente em ecologia humana, mas, de forma mais geral, em ciências humanas, em relação às outras abordagens da separação entre natureza e sociedade.” (*Ibid.*, p.156.).

<sup>262</sup>“De fato, o conceito de trabalho remete a ideia de que é no exterior do indivíduo, isto é, num processo não mais biológico, mas cultural, que se deve buscar a especificidade humana: um cascalho ajeitado não é redutível à expressão de uma aptidão individual, é um saber social, um patrimônio cultural transmissível de geração em geração.” (*Ibid.*, p.157.).

determinada, que é transmitido às gerações; assim como uma ferramenta de trabalho possui um saber cristalizado nela pelo trabalho humano.<sup>263</sup> Isto significa que a essência humana não é mais apresentada como uma abstração. Todavia ela é na realidade concebida no conjunto das relações sociais.<sup>264</sup>

Contudo, apesar dessa significação objetiva tanto do homem quanto da natureza, Acot não deixa de observar que o ecologismo contemporâneo é antiprodutivista; caráter usado para explicar a repulsa dos ecologistas tanto ao capitalismo quanto ao socialismo.<sup>265</sup>

Sobre este ponto de vista, Acot nos informa que pensadores afirmam que o capitalismo e o marxismo devem ser combatidos igualmente, pois consideram que ambos defendem o crescimento econômico irracional.<sup>266</sup>

Portanto, temos na história da ecologia um esclarecimento mostrando a importância do pensamento marxista para o problema da relação entre homem e natureza.

O reconhecimento de que o conceito de trabalho proposto por Marx é o primeiro critério objetivo na história da discussão sobre a natureza que define a relação entre sociedade e natureza, estabelecendo a unidade material do mundo.

Esta consideração foi fundamental para o estabelecimento da doutrina ecológica, que na atualidade discute os limites da ação transformadora do homem na natureza e se opõe a economia capitalista. Apesar desse reconhecimento o ecologismo faz críticas virulentas a concepção de natureza de Marx.

### 3.2 Crítica ecossocialista ao capitalismo e ao conceito de natureza em Marx

<sup>263</sup>“O trabalho visa exteriormente, para aquele que o realiza, um saber social em condições históricas determinadas, exatamente como um instrumento de trabalho cristaliza um saber do mesmo tipo.” (ACOT, *op.cit.*, p.157.).

<sup>264</sup>“Enuncia-se a tese segundo a qual ‘a essência humana não é uma abstração inerente ao indivíduo singular. Em sua realidade, é o conjunto das relações sociais, Marx exprimia, antes de mais nada, essa exterioridade da essência humana para o indivíduo humano. Esse ponto nodal não se encontra nem em Malinowski, nem em Lévi Strauss.” (*Ibid.*, *loc. cit.*).

<sup>265</sup>“Assim, os ecólogos são antiprodutivistas e, de um só golpe, conciliam os ‘velhos sistemas’ econômicos (portanto, os partidos políticos tradicionais). Capitalismo e socialismo teriam a mesma finalidade: o crescimento econômico a qualquer preço.” (*Ibid.*, *loc. cit.*). Boff também concorda com esse ponto de vista de que o socialismo é responsável pela crise ecológica e de forma generalizada afirma: “Tanto no socialismo quanto no capitalismo se corroeu a base da riqueza, que é sempre a *terra* com sua riqueza natural e o trabalho humano.” (BOFF, Leonardo. *A crise ecológica: crise do paradigma civilizacional*. In. BOFF, Leonardo. **Ecologia: grito da Terra, grito dos 68 pobres**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2015, p.28.).

<sup>266</sup>“Este é o ponto de vista, por exemplo, de Philippe Saint-Marc. ‘Capitalismo, marxismo, mesmo combate’, escreve em 1978. (...) Este é igualmente o ponto de vista de René Dumont, apesar do título da obra de onde são extraídas as linhas que se seguem e nas quais ele denuncia ‘o crescimento econômico delirante que o mundo livre ou socialista conheceu de 1945 a 1973.’ ” (ACOT, *op.cit.*, p.157.).

Para Leff, o sistema capitalista é o responsável pela cisão entre natureza e sociedade e sua racionalidade econômica promove o domínio irrestrito sobre a natureza.<sup>267</sup> Segundo Leff, foi a imposição dessa economia baseada num modo de produção antiecológico durante séculos de dominação imperialista que resultou numa irracionalidade produtiva, o que significa dizer que o sistema capital consiste numa economia irracional.<sup>268</sup>

Leff reivindica uma economia baseada numa teoria da racionalidade ambiental, concluindo-a a partir da constatação da irracionalidade produtiva do sistema capital.

Porém, constata-se, que os escritos marxianos não são indiferentes a esta análise conclusiva de Leff, pois já se encontra nesses escritos uma crítica explícita acerca desse aspecto destrutivo da economia capitalista.<sup>269</sup>

Leff propõe o conceito de racionalidade ambiental para articular novas relações de produção na sociedade.<sup>270</sup>

Essa consideração conduz a uma busca de uma nova teoria sócio-econômica, uma das que se apresentam é a perspectiva apontada pela teoria social de Marx. Contudo, Leff rejeita o

<sup>267</sup>“O sistema capitalista rompeu a harmonia entre os sistemas naturais e as formações sociais.” (LEFF, Enrique. Subdesenvolvimento e degradação ambiental. In. IDEM. **Ecologia, capital e cultura**: a territorialização da racionalidade ambiental. Tradução de Jorge E. Silva. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009, *Ibid.*, p.33.). “Na dialética da história, o capitalismo rompe com a unidade entre a sociedade e a natureza; a sociedade se separa de sua organicidade originária e o modo de produção instaura a racionalização do domínio da natureza.” (LEFF, *op. cit.*, 2006, p.56.). “O modo de produção capitalista submete a natureza à lógica do mercado e às normas de produção de mais-valia, ao mesmo tempo em que as potencialidades da natureza e do ser humano se convertem em objetos de apropriação econômica.” (LEFF, *op. cit.*, 2006, p.57.).

<sup>268</sup>“A implantação de modelos econômicos, tecnológicos e culturais ecologicamente inapropriados durante uma longa dominação colonial e imperialista gerou uma irracionalidade produtiva.” (*Ibid.*, *loc. cit.*). Crosby em seu *Imperialismo ecológico* também assinala essa destruição, tanto dos ecossistemas quanto da vida social, devido ao modelo econômico imperialista implantado durante a dominação colonial. “o açúcar foi o catalisador de mudanças sociais e ecológicas. Na mobilização para produzir açúcar, eles transformaram o ecossistema das Canárias. As florestas do arquipélago deram lugar a canaviais, pastagens e encostas nuas à medida que as árvores caíam para fornecer madeira que atendesse à construção de tantas novas casas e servisse de combustível para ferver o caldo extraído da cana. Os pés de cana cortados, explicou um inglês familiarizado com a vida nas Canárias, ‘são transportados para a casa de açúcar chamado engenho e aí passados na moenda; o caldo resultante é transportado numa calha até uma grande vasilha feita para esse fim, onde ferve até engrossar’. O apetite dos engenhos era insaciável; e como disse nosso inglês sobre a Grã-Canária, uma ilha de florestas densas na época dos guanchos, ‘madeira é o que eles mais querem’. Esse apetite era de tal ordem em Tenerife que já em 1500 o governo decretou, em vão, regulamentos de proteção das florestas contra os lenhadores. O desmatamento estimulou a erosão, submeteu o regime dos rios a duas alternativas extremas, enchente ou fome, e, como disseram Cristovão Colombo e muitos depois dele, reduziu o volume de chuvas das Canárias, como tinha feito na Madeira e nos Açores.” (CROSBY, Alfred. **Imperialismo ecológico**: a expansão biológica da Europa, 900-1900. Tradução de José Augusto Ribeiro e Carlos Afonso Malferrari. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p.92-93.).

<sup>269</sup>“A produção capitalista só desenvolve a técnica e a combinação do processo de produção social na medida em que solapa os mananciais de toda riqueza: a terra e o trabalhador.” (MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política: Livro III: o processo global da produção capitalista. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013, p. 573.).

<sup>270</sup>“O conceito de racionalidade ambiental emerge, assim, de uma estratégia teórica para articular as condições ideológicas, teóricas, políticas e materiais que estabelecem novas relações de produção e novas bases para o desenvolvimento das forças produtivas.” (LEFF, *op. cit.*, 2009, p.282).

marxismo, informando de modo evasivo que, como este está fundado num *esquematismo demasiado* não pode explicar a articulação entre as esferas ideológica, política e econômica com os processos ecológicos, tecnológicos e culturais.<sup>271</sup>

Leff tergiversa que a teoria do valor-trabalho em Marx é a argumentação fundamental do materialismo histórico; pois, com essa teoria Marx critica os fundamentos da economia política do capital.

Porém, o materialismo histórico não leva em conta os limites de sua teoria do valor para a consecução da emancipação.<sup>272</sup> Segundo Leff, não há dúvidas que o método dialético em Marx, proporcionou a descoberta das causas da exploração social e da natureza, contudo o materialismo histórico substancializou sua teoria do valor.<sup>273</sup>

Leff critica o conceito de natureza em Marx a partir da teoria do valor-trabalho, considerando que em Marx esta teoria postula um princípio de valor que não leva em conta a natureza no processo de formação do valor.<sup>274</sup>

Se referenciando no ensaio *El concepto de naturaleza em Marx* de Alfred Schmidt, Leff afirma que a concepção naturalista da história é apresentada por Marx muito mais como uma categoria ontológica do que como uma categoria da natureza produzida a partir de sua crítica a economia capitalista.<sup>275</sup>

Ou seja, o conceito de natureza em Marx estaria desse modo fundado numa categoria ontológica transitoria.<sup>276</sup> Leff entende que a investigação que Schmidt realizou sobre o

<sup>271</sup>“As categorias teóricas do marxismo tradicional – modo de produção, formação econômico-social – resultam *demasiado esquemáticas* para se compreender a articulação das esferas ideológica, política e econômica, com os processos ecológicos, tecnológicos e culturais que constituem as bases e as condições de sustentabilidade da produção.” (LEFF, *op. cit.*, 2009, p.282, grifo nosso).

<sup>272</sup>“A teoria do valor-trabalho constituiu um dos pilares mais sólidos e uma argumentação fundamental do materialismo histórico como uma teoria objetiva e quantitativa. (...) Com a teoria do valor-trabalho, Marx questiona as bases ideológicas da ciência econômica emergente e projeta um princípio explicativo do processo de produção capitalista. (...) O materialismo histórico debateu amplamente o processo que haveria de determinar a superação do modo de produção capitalista, entre a luta de classes e o desenvolvimento das forças produtivas. Não percebeu, porém, os estrangimentos impostos pelos pressupostos de objetividade que a teoria objetiva do valor havia legado da episteme de seu tempo a seu projeto de emancipação. (LEFF, *op. cit.*, 2006, p.32).

<sup>273</sup>“As armas do método dialético permitiram ao materialismo histórico desvelar as causas da exploração social e da natureza, mas foi incapaz de ver a própria historicidade da teoria do valor, quer dizer, a forma como a teoria do valor haveria de desvalorizar-se dentro de sua própria dialética histórica. (*Ibid.*, p.33).

<sup>274</sup>(*Ibid.*, p.48).

<sup>275</sup>“Alfred Schmidt realizou uma exegese de *El concepto de naturaleza em Marx* (Schmidt, 1976), sobre o saber de fundo no qual se produz a teoria marxista e que orienta a prática política. Essa concepção naturalista da história se expressa na obra filosófica de Marx como uma categoria ontológica, mais do que como um conceito de natureza construído dentro de sua teoria do modo de produção capitalista.” (*Ibid.*, *loc. cit.*).

<sup>276</sup>“O conceito de natureza de Marx remete, assim, a uma categoria ontológica transitoria que permitiria compreender a totalidade do mundo.” (*Ibid.*, *loc. cit.*).

conceito de natureza em Marx concluiu que existe uma distinção no conhecimento que serve de base e que produz a concepção marxista da história e da natureza.<sup>277</sup>

Leff comenta que a ontologização da concepção de natureza opera uma grande dificuldade em articular conceitos sobre a realidade e sobre a própria natureza, pois essa interpretação ontológica promove um reducionismo, isto é, os fatos naturais e os fatos sociais são reduzidos a práxis humana.<sup>278</sup>

Ele considera que o predomínio da categoria ontológica da natureza impediu o entendimento sobre o papel que desempenha a aplicação do conhecimento científico na acumulação do capital.<sup>279</sup>

E afirma que no materialismo histórico não é possível articular sociedade e natureza num discurso científico.<sup>280</sup> É notório que Marx revela a ideologia produzida pelo modo de produção capitalista.<sup>281</sup>

Contudo, na opinião de Leff, a crítica de Marx não foi suficiente para superar a metafísica da natureza.<sup>282</sup>

E sem justificar pormenorizadamente, Leff afirma que considera equívoca a intenção de se atribuir ao marxismo uma concepção ecológica de sociedade a partir da noção científica de ‘metabolismo’.<sup>283</sup>

Para ele, Marx fez uma crítica a racionalidade econômica, contudo, esta crítica não conseguiu se desvencilhar do objetivismo da racionalidade que tanto ele se opôs e que se caracteriza como uma ontologia naturalista.

Devido a isto, pondera Leff, a crítica de Marx fica presa ao discurso que naturaliza a economia da natureza, o ideário de desenvolvimento civilizatório, etc.<sup>284</sup>

<sup>277</sup>LEFF, *op. cit.*, 2006, p.48

<sup>278</sup>“A elevação a uma categoria ontológica do ‘conceito’ de natureza opera uma confusão entre a categoria do real e a categoria do natural. Dessa forma se obstaculiza o caminho para uma ontologia que permita captar o real constituído por diferentes níveis de materialidade. (...) A ‘interpretação recíproca de natureza e sociedade’ não é considerada aqui como a articulação ou indeterminação entre processos naturais e processos sociais, mas se reduz à interiorização do mundo pela práxis humana.” (*Ibid.*, p.49).

<sup>279</sup>“O predomínio da categoria ontológica de natureza lançou uma cortina de fumaça que impediu que se pensasse ordem ontológica própria da natureza dentro da teoria do modo de produção capitalista, assim como o papel que desempenham a produção e a aplicação de conhecimentos científicos na acumulação capitalista.” (*Ibid.*, p.51).

<sup>280</sup>“Para o materialismo histórico, não existe nem a sociedade em geral nem a natureza em geral, senão como objetos empíricos ou categorias metafísicas incapazes de serem articuladas em um discurso científico.” (*Ibid.*, *loc. cit.*).

<sup>281</sup>*Ibid.*, *loc. cit.*

<sup>282</sup>“No entanto, essa demarcação do pensamento coisificador que Marx denuncia lucidamente não foi suficiente para superar a metafísica da natureza.” (*Ibid.*, *loc. cit.*).

<sup>283</sup>“Schmidt descobre na noção de *Stoffwessel* um conceito central de *O capital* – que, na realidade, apenas sinaliza o aspecto geral de transformação da matéria no processo de trabalho – para adjudicar a Marx uma concepção ecológica da sociedade.” (*Ibid.*, p.53.).

Ademais, Leff sustenta que nas análises de Marx, este nunca caracterizou a produção de conhecimentos e nem o trabalho intelectual como trabalho produtivo que integra o processo de acumulação do capital.<sup>285</sup>

Desse modo, em Marx, o trabalho intelectual não é visto como determinante para o processo de acumulação do capital.<sup>286</sup> Segundo Leff, essa posição de Marx não seria problemática se fosse possível explicar a produção científica não interferindo no processo de valorização do capital, que não é o caso, pois a revolução extraordinária da tecnologia mostra os limites da teoria do valor baseada no princípio que considera unicamente o trabalho como instância determinante da produção de mercadorias.<sup>287</sup> Duas conseqüências decorrem desse fato, afirma Leff, a primeira diz respeito à relação entre teoria e práxis e a segunda pondera sobre a especificidade do conhecimento na história.<sup>288</sup> Ou seja, a teoria do materialismo histórico precisa ser revista porque é preciso entender que a aplicação da tecnologia e a inovação de conhecimentos científicos interferem no processo de valorização do capital.<sup>289</sup>

De acordo com Leff a revolução tecnológica que intervém extraordinariamente na natureza promoveu uma transformação radical no processo de trabalho, pois são as forças da natureza que predominam na produção de bens. Como o tempo de trabalho como determinante da produção de valores vem sendo progressivamente substituído, a produção depende cada vez mais da apropriação do conhecimento e ao mesmo tempo se impõe uma

<sup>284</sup>“Em todo caso, o conceito de natureza, já na transcendência da separação com a sociedade em uma visão organicista ou econômica do mundo, não logra emancipar-se do objetivismo que foi impresso na racionalidade econômica pela ontologia naturalista e objetivista do mundo. A crítica da razão econômica de Marx fica enredada na própria compreensão do natural, na cumplicidade entre a naturalização e a economização do mundo, na concepção de progresso civilizatório, sobredeterminado e condicionado pela base econômica.” (LEFF, *op. cit.*, 2006, p.56).

<sup>285</sup>“Marx reconhece o caráter determinante da lei do valor e da mais-valia no desenvolvimento do conhecimento científico e suas aplicações tecnológicas para elevar a produtividade dos processos produtivos e para a revalorização do capital. Mas não chegou a caracterizar esse ‘setor’ produtor de conhecimentos, nem a integrar o trabalho intelectual como trabalho produtivo dentro do processo econômico e da própria valorização do capital.” (*Ibid.*, p.58).

<sup>286</sup>“Mas o trabalho intelectual não é considerado como um processo determinado e determinante do processo de reprodução do capital.” (*Ibid.*, *loc. cit.*).

<sup>287</sup>“Isso não teria maior importância se o papel desempenhado pela produção de conhecimentos fosse acessório para o processo de valorização do capital, ou se este pudesse ser explicado a partir da lei do valor. (...) a revolução científico-tecnológica, desencadeada pela dinâmica do capital, levou à dissolução do princípio que deu fundamento à teoria do valor.” (*Ibid.*, *loc. cit.*).

<sup>288</sup>“Este fato tem duas repercussões fundamentais para o pensamento marxista. A primeira se refere à relação orgânica entre teoria e práxis, entre racionalidade e ação social; a segunda, à especificidade epistemológica da ciência da história.” (*Ibid.*, *loc. cit.*).

<sup>289</sup>“As condições de sustentabilidade da produção apresentam a necessidade de ser dar novo significado aos conceitos do materialismo histórico para entender as determinações do processo de produção e de reprodução do capital na inovação e na aplicação de conhecimentos científicos e tecnológicos, assim como para poder conceituar a função produtiva do trabalho intelectual. E da natureza no processo de reprodução-transformação do capital.” (*Ibid.*, *loc. cit.*).

necessidade em que os processos econômicos precisam do equilíbrio dos sistemas ecológicos.<sup>290</sup>

Portanto, a economia fundada no tempo de trabalho tem dado lugar, na opinião de Leff, a economia fundada na capacidade do saber da ciência como o meio de produção e apropriação da natureza.<sup>291</sup>

Por isso, é que se pode dizer que a acumulação de capital não se restringe apenas na exploração maciça da natureza e do trabalho humano, mas também decorre de uma nova estratégia de apropriação da natureza dentro da nova geopolítica do desenvolvimento sustentável.<sup>292</sup>

Em síntese, temos uma crítica virulenta à concepção de natureza de Marx, apresentada por Leff, que de forma direta escreve que sua oposição se deve pelo fato desse conceito está fundado na teoria do valor-trabalho, que em linhas gerais significa que Marx não considerou a natureza como fonte de valor no processo de produção e reprodução econômica, o que acarretou um ideário e uma atividade econômica que se apropria da natureza como simples objeto de exploração.

Porém, essa suposta contradição concebida no pensamento marxista ruiu diante das mudanças que a revolução tecnológica promoveu na contemporaneidade, revelando que tanto a produção da riqueza quanto o processo econômico, dependem da apropriação da natureza e do equilíbrio ecológico desta.<sup>293</sup>

Daí decorre a necessidade de uma racionalidade ambiental baseada num ecossocialismo com uma política econômica sustentável.<sup>294</sup>

### 3.3 A teoria social do ecossocialismo e as ressalvas ao marxismo

---

<sup>290</sup>“A revolução científico-tecnológica está operando uma transformação do processo de trabalho e intervindo na natureza. As forças da natureza, magnificadas pela ciência, converteram-se nas forças predominantes da produção de riqueza, ao mesmo tempo em que o equilíbrio dos sistemas ecológicos se apresenta como uma condição de sustentabilidade do processo econômico.” (LEFF, *op. cit.*, 2006, p.60).

<sup>291</sup>“A economia fundada no tempo de trabalho foi substituída pela economia baseada no poder do conhecimento científico como meio de produção e instrumento de apropriação da natureza.” (*Ibid.*, p.61).

<sup>292</sup>“A acumulação e a concentração de capital já não se baseiam tão somente na superexploração da natureza e da mão de obra barata do Terceiro Mundo, mas, também, em novas estratégias de apropriação capitalista da natureza dentro da nova geopolítica do desenvolvimento sustentável.” (*Ibid.*, *loc. cit.*).

<sup>293</sup>“A teoria marxista do valor-trabalho teve seu desenho desfeito e foi se dissolvendo pelas próprias contradições interna de seu arcabouço teórico ante a mudança tecnológica.” (*Ibid.*, *loc. cit.*).

<sup>294</sup>“Dessa maneira, apresenta-se a necessidade de desconstruir a racionalidade econômica, abrindo novas perspectivas para a construção de uma racionalidade ambiental orientada por um ecossocialismo democrático e sustentável.” (*Ibid.*, *loc. cit.*).

O ecossocialismo consiste numa corrente de pensamento e de ativismo ambiental que reivindica uma nova ordem social fundada numa racionalidade ambiental <sup>295</sup>; pois o aumento da degradação da natureza e a constatação de uma crescente ruptura do equilíbrio ambiental configuram um quadro que põe em alerta a própria existência na Terra. De forma explícita ou implícita é certo que esse movimento tem sua teoria social fundamentada no marxismo.<sup>296</sup>

Pois, suas correntes convergem na consideração da crítica à economia política do capital.<sup>297</sup> Porém, apesar dessa aquisição, os ecossocialistas fazem ressalvas severas a Marx, que denigrem as bases de sua teoria.<sup>298</sup>

Dentre estas é recorrente no discurso ecossocialista a crítica a teoria do valor, que é pressuposta como sendo central na teoria social de Marx e a crítica ao ideário de “dominação da natureza”, que se afirma que o pensamento de Marx é portador.<sup>299</sup>

Considera-se que Marx superestimou a categoria *trabalho* como se este fosse à única fonte de gerar valor.

O argumento contra essa unilateralidade é apresentado dizendo que os recursos naturais têm valor intrínseco.

Ou seja, nessa ressalva virulenta se afirma que há por parte do próprio Marx uma desconsideração do valor da natureza na relação social. Aponta-se como causa desse equívoco o fato de que no contexto da pesquisa marxiana tal temática não poderia ser aprofundada com rigor porque se concebia naquele momento que os recursos da natureza consistiam em bens ilimitados.<sup>300</sup>

---

<sup>295</sup> Por isso, os slogans das grandes indústrias contemporâneas apresentam máximas como: “aqui se faz uso racional dos recursos naturais.” Nesta assertiva esta subtendida a crítica a economia que faz o uso irracional da natureza. (N. do A.)

<sup>296</sup>“O crescimento exponencial das agressões ao meio ambiente, a ameaça crescente de uma ruptura do equilíbrio ecológico configuram um cenário catástrofe que põe em questão a própria sobrevivência da vida humana. [...] Portanto, o que é o ecossocialismo? Trata-se de uma corrente de pensamento e de ação ecológica que faz suas aquisições fundamentais do marxismo.” (LÖWY, Michel. **O que é o ecossocialismo**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2014, p.44.).

<sup>297</sup>A crítica à sociedade que as correntes do ecologismo apresentam é a crítica a sociedade fundada na economia política do capital. A teoria social que se opôs a esse modelo econômico foi apresentada na obra *Das Kapital* de Karl Marx que é a pesquisa sistemática pioneira sobre essa economia. Então, qualquer investigação sobre a economia política do capital não poderá ignorar a contribuição e o rigor da investigação realizada por Marx.

<sup>298</sup> A reconsideração que o discurso do ecossocialismo reivindica na teoria marxiana, não é simples ajuste como parece indicar as assertivas dos ecossocialistas. Mas, afeta os fundamentos dessa teoria. Pois, como já exposto é dito que as categorias do marxismo estão fundadas num *esquematismo demasiado* que impossibilita a compreensão da crise ecológica. (cf. LEFF, *op. cit.*, 2009, p.282.).

<sup>299</sup>“El marxismo tiene que reconsiderar el concepto de dominador, así como el concepto del valor.” (GAVIRIA, Mario. La subversión ecologista. Transición, Barcelona, n. 6. In. **Pensamento ecológico**: boletim informativo. São Paulo, n. 15, ago. 1982, p. 32. Entrevista.).

<sup>300</sup>“Toda la teoría del valor, que es central em Marx hay que profundizarla, ya que Marx y el Marxismo han privilegiado el valor trabajo casi como única fuente de valor, primero valor de uso y después valor de cambio; mientras que, por ejemplo, los recursos naturales, es decirlo que Marx llamaría la renta del suelo y la renta del subsuelo, tienen su propio valor que no viene dado por el trabajo. [...] Y esto no estaba suficientemente

Aliás, a questão dos produtos naturais é o tema central do ecossocialismo. Pois, quando se indaga sobre o fato novo, incorporado as dificuldades tradicionais, que se enfrenta na sociedade contemporânea; subitamente ele é apresentado como o problema ambiental, que faz com que o próprio ecossocialismo seja comumente associado com um único propósito; o de lutar contra a contaminação do meio natural.<sup>301</sup>

Todavia, para o ecossocialismo contemporâneo, essa degradação do ambiente não é mais do que o efeito de uma contradição fundamental que ocorre entre o aspecto quantitativo dos produtos naturais e o caráter de crescimento econômico executado na sociedade moderna.<sup>302</sup>

Nesse sentido o ecossocialismo contemporâneo critica o ideário de progresso ilimitado, afirmando consistir num erro a consideração de que o progresso econômico é positivo em si mesmo; e responsabiliza o desenvolvimento atingido pela ciência no século XIX por estabelecer os ideários errôneos de que os recursos da natureza são ilimitados e a de dominação do homem sobre a natureza.

É a partir dessa centralidade que o ecossocialismo considera que Marx é um pensador “desenvolvimentista”.<sup>303</sup>

Ou seja, com isto se quer dizer que Marx é um defensor dessa definição de progresso como crescimento econômico sem limites.

Essa ressalva contra Marx se deve ao fato de se considerar que uma das exposições básicas na sua teoria social identifica a sociedade comunista com uma ordenação social fundada no ideário de progresso irrestrito, isto é, que não leva em conta a questão do esgotamento dos recursos da natureza.<sup>304</sup>

profundizado, em parte, porque em aquella época se tendía los recursos naturales como bienes ilimitados.”(GAVIRIA, *op. cit.*, 1982, p.32.).

<sup>301</sup>“[...] El tema central de lo que pudiéramos llamar hechos nuevos em la gestión de la nave espacial llamada Tierra, sería el de los recursos naturales. [...] Hasta ahora se confunde ecologismo com medio ambiente y com contaminación, pero el humo y la contaminación no son más que la parte visible del iceberg.”(*Ibid.*, *loc.cit.*).

<sup>302</sup>“La contradicción fundamental estaría entre el carácter limitado de los recursos y el carácter ilimitado que se da al concepto de crecimiento. Esto sería el origen de todo lo demás. El fondo del asunto está em esa contradicción y em la idea falsa de lo que es el progreso, y además progreso ilimitado.”(*Ibid.*, *loc.cit.*).

<sup>303</sup>“Se confunde progreso com crecimiento econômico, y com industrialización, considerando como positivos em si mismos el crecimiento económico y el progreso. [...] El llama do progresismo científico del siglo XIX consideraba, excepto Malthus y algunos otros, que los recursos eran ilimitados, que el hombre era dominador de la Naturaleza, y que pondría ésta a suservicio. Em ese aspecto Marx é igualmente desarrollista, por decirlo de alguna manera.”(*Ibid.*, p.28.).

<sup>304</sup> “Ultimamente se está registrando una cierta revisión crítica de alguno de los planteamientos básicos del pensamiento marxista, como por ejemplo, el que tiende a identificar a la sociedad comunista, com la sociedad de la abundancia, sin haber tenido em consideración el hecho de la escasez de recursos.”(*Ibid.*, p.31.).

Esse ponto de vista descredencia o marxismo, apesar de que se reconhece que suas ‘verdades’ têm sido incorporadas pelas ciências.

Todavia, nem todo marxismo é visto nesta condição, por exemplo, aquele que apresenta a defesa de uma dialética da natureza, pois para o ecossocialismo esta não foi aprofundada e desenvolvida por Marx e nem mesmo por Engels que deixou uma obra sobre esse tema.<sup>305</sup>

Portanto, está claro que a verdade do marxismo que o ecossocialismo se refere e faz aquisição é acerca da crítica a economia capitalista.

Também fica evidente que a rejeição a dialética da natureza em Marx se deve a pressuposição de que há a separação entre esta e a crítica a sociedade do capital.

O que nos leva a concluir que de modo implícito considera-se que a concepção de dialética da natureza seria originária somente agora na contemporaneidade; pertencendo de fato ao ecossocialismo que a trouxe a tona devido à crítica a degradação ambiental.

Nestes termos, se há um diálogo entre Marx e o ecossocialismo, este ocorre somente no que diz respeito à crítica a economia política do capital.<sup>306</sup>

Opondo-me as estas afirmações, demonstro que há uma dialética da natureza em Marx, contrariamente ao que o discurso do ecossocialismo apregoa.

Essa prova de uma concepção dialética da natureza em Marx é realizada a partir do método de análise marxiano.<sup>307</sup>

Sobre o método marxista o ecossocialismo afirma que este é ancorado no materialismo como é o da ciência. Entretanto considera somente como autêntica investigação científica a do ecologismo.

---

<sup>305</sup>“En el marxismo hay una serie de cosas que están claras, que se há demostrado que eran exactas, que son verdad, en el sentido de verdad científica. Así, el marxismo há sido incorporado em muchos aspectos a las ciencias sociales y a la economía. Ahora, de ahí a decir que todo el marxismo es científico; por ejemplo, el tema de la dialética de la naturaleza, Marx no lo vio muy a fondo, y Engels, solo em parte.”(GAVIRIA, *op. cit.*, 1982, p.32.).

<sup>306</sup>Faz-se uma separação, como sendo de Marx, entre a crítica a economia política do capital e a dialética da natureza. Porém, essa explicação é que se funda num *esquematismo lógico*. Ou seja, a crítica às categorias de Marx é baseada numa suposição de que as categorias analisadas e apreciadas por Marx estão fundadas num *esquematismo demasiado*. E partindo desta imposição, à teoria marxiana, se diz que: *trabalho, natureza, homem, sociedade, classe* etc., são categorias demasiadamente lógicas ou econômicas. Na verdade, essa interpretação está considerando que em Marx não há uma concepção dialética da natureza. Contudo, a crítica de Marx a economia política do capital é exatamente contra o *esquematismo lógico* que lhe serve de fundamento. Vê-se isso claramente na consideração acerca da categoria *trabalho* que tem conceito dialético em Marx, enquanto que a economia política a concebe unilateralmente. Até mesmo a categoria *mercadoria* é retirada desse *esquematismo* quando Marx mostra seu caráter dialético. Em suma, Marx é um crítico do *esquematismo demasiado*. (N. do A.)

<sup>307</sup> O método marxiano usado para analisar a sociedade fundada no sistema capitalista é o método dialético, que ele explicita em sua obra como sendo aquele que adota inspirado em Hegel, contudo fazendo uma distinção no que tange ao fundamento da dialética. Ele propõe um ponto de partida material em detrimento do idealista de Hegel. (MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Livro I-Volume 1. Tradução de Reginaldo Sant’Anna. 27ªed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 28.).

Diz-se que Marx negligenciou não incorporando importantes conhecimentos da ciência a sua teoria.<sup>308</sup>

Outra importante ressalva do ecossocialismo contemporâneo a teoria de Marx é acerca do conceito de domínio da natureza. Sobre este tema, Leiss<sup>309</sup> informa que ele alcançou sua forma definitiva no século XVII; um contexto marcado pelo desenvolvimento extraordinário das ciências naturais que proporcionou o credo na noção de que o domínio do homem sobre natureza se dava pelas ciências.<sup>310</sup>

Na medida em que a ciência se desenvolvia como conhecimento exato para uso prático, a concepção de domínio da natureza se consolidou até o ponto de atingir o mesmo significado atribuído a própria ciência, chegando a ser sinônimo desta.<sup>311</sup>

Por isso, esta concepção de que a dominação da natureza se realiza por meio da ciência e da tecnologia se evidenciou somente depois do século XVII, pois dentro de um contexto histórico em que esse conceito era amplamente aceito, não se sentia a necessidade de investigar a fundo o ‘domínio da natureza’ como um fenômeno anômalo.<sup>312</sup> Desse modo para se descobrir a dialética própria que está encerrada no conceito de ‘domínio da natureza’ era preciso romper com esse amálgama. Leiss afirma que esse problema só foi reconhecido e tratado com rigor na teoria social de Horkheimer, fundador da Escola de Frankfurt.<sup>313</sup>

---

<sup>308</sup>“Marx estuvo flojo em la incorporación a su saber de algo que era ya conocido desde 1824; las leyes de la termodinámica, que él no tuvo mucho en cuenta.”(GAVIRIA, *op. cit.*, 1982, p.31-32.).

<sup>309</sup>William Leiss, pesquisador norte-americano que estudou com o filósofo Herbert Marcuse na University of California, San Diego, onde obteve seu Ph.D em filosofia. É o autor do ensaio *The domination of nature* publicado pela University Press. (N. do A.)

<sup>310</sup>“Na filosofia do século XVII o conceito de domínio sobre a natureza havia alcançado sua forma moderna definitiva, o que permaneceu substancialmente inalterado até os dias de hoje. [...] Uma era que se encantava com as perspectivas da descoberta científica, encontrava seu credo orientador na noção de que o domínio do homem sobre a terra seria estabelecido pelo progresso das artes e das ciências. “*In seventeenth-century philosophy the concept of mastery over nature had achieved its definitive modern form, the one which has remained authoritative and substantially unaltered down to the present day.[...]An age which was becoming enthralled with the prospects of scientific discovery found its guiding credo in the notion that man’s dominion over the earth would be established by the progress of the arts and sciences.*(LEISS, William. **The domination of nature.** Québec: McGill-Queen’s University Press, 1994, p.79, tradução nossa).

<sup>311</sup>“Como a ciência exata, no sentido moderno, evoluiu; o domínio da natureza foi cada vez mais identificado com ela, até que finalmente este último deixou de ter qualquer significado além do que foi atribuído a ciência e tecnologia como tal.” *As exact science in the modern sense evolved, mastery of nature was more and more closely identified with it, until finally the latter ceased to have any meaning beyond what was attributed to science and technology as such.*(*Ibid.*, p.80, tradução nossa).

<sup>312</sup>“A ideia de que a conquista da natureza se realiza através da ciência e da tecnologia apareceu cada vez mais auto-evidente após o século XVII e, portanto, poucos pensadores sentiram a necessidade de analisar o “domínio da natureza” como um fenômeno separado. “*The idea that the conquest of nature is realized through science and technology appeared more and more self-evident after the seventeenth century, and therefore few thinkers have felt the necessity of analyzing “mastery of nature” as a separate phenomenon.*(*Ibid.*, *loc.cit.*, tradução nossa).

<sup>313</sup>“O significado dessa frase [‘domínio da natureza’] se consolidou, por assim dizer, em virtude de sua constante repetição dentro de um contexto em que a ciência foi amplamente aceita; portanto, para que se descubra a dialética exclusiva que essa frase contém era preciso desfazer esse laço. Até hoje, esse problema não foi reconhecido, exceto no trabalho pioneiro de Max Horkheimer, fundador da teoria social da Escola de Frankfurt”

Segundo Leiss, é a partir de uma citação que Descartes fez no *Discurso sobre o método* que se instalou a ideia de que a ciência e a filosofia juntas farão dos homens mestres e dominadores da natureza.<sup>314</sup>

Essa passagem é encontrada em nota de rodapé da obra *O Capital*; e fez com que tanto marxistas como não-marxistas interpretassem essa passagem como a reforma do pensamento que consiste na transformação da filosofia no projeto de domínio do homem sobre a natureza.<sup>315</sup>

Por exemplo, os seguidores de Saint-Simon, nos meados do século XIX, foram os divulgadores mais extasiados dessa visão, chegando a anunciar que com a industrialização a exploração do homem pelo homem chegaria ao seu termo dando lugar a exploração da natureza externa que passaria a ser a única atividade humana.<sup>316</sup>

---

*The idea that the conquest of nature is realized through science and technology appeared more and more self-evident after the seventeenth century, and therefore few thinkers have felt the necessity of analyzing "mastery of nature" as a separate phenomenon. The meaning of that phrase has ossified, so to speak, by virtue of endless repetition within a widely accepted context, and these bonds must be loosened so that its own unique dialectic may be uncovered. To date this problem has gone largely unrecognized, except in the pioneering work of Max Horkheimer, founder of the "Frankfurt School" of social theory. (LEISS, op. cit., 1994, p.80, tradução nossa).*

<sup>314</sup>"A fórmula costumeira na qual a ideia [de dominação] estava encerrada já se evidencia no tom que caracteriza o uso que Descartes fazia dela nesta famosa passagem de seu *Discurso sobre o Método* (1637); 'Mas assim que eu adquiri algumas noções gerais sobre Física, acreditei que eu não poderia mantê-las ocultas. [...] Pois me fizeram ver que é possível alcançar conhecimento que é muito útil na vida e que, em vez da filosofia especulativa que se ensina nas escolas, podemos encontrar uma filosofia prática através da qual, conhecendo os céus e todos os outros corpos que nos rodeiam, tão distintamente quanto conhecemos os diferentes ofícios de nossos artesãos, podemos empregá-los da mesma forma em todos os usos aos quais eles são adaptados, tornando-nos assim os donos e possuidores da natureza.' Para Descartes, a nova ciência está intrinsecamente ligada a uma filosofia prática e, na frase imediatamente seguinte, declara que, juntas, levarão 'à invenção de uma infinidade de artes e ofícios que nos permitam desfrutar sem problemas os frutos da terra E todas as coisas boas que se acham ali.' " *The customary formula in which the idea was encased is already evident in the matter-of-fact tone that characterizes Descartes's use of it in this very famous passage from his Discourse on Method (1637). "But so soon as I had acquired some general notions concerning Physics, I believed that I could not keep them concealed without greatly sinning against the law which obliges us to procure, as much as in us lies, the general good of all mankind. For they caused me to see that it is possible to attain knowledge which is very useful in life, and that, instead of that speculative philosophy which is taught in the Schools, we may find a practical philosophy by means of which, heavens and all other bodies that environ us, as distinctly as we know the different crafts of our artisans, we can in the same way employ them in all those uses to which they are adapted, and thus render ourselves the masters and possessors of nature." For Descartes the new science is inherently linked with a practical philosophy, and in the sentence immediately following he declares that together they will lead to "the invention of an infinity of arts and crafts which enable us to enjoy without any trouble the fruits of the earth and all the good things which are to be found there."*

(LEISS, op. cit., 1994, p.81, tradução nossa).

<sup>315</sup>"Escritores na tradição marxista expandiram uma observação incidental enterrada nas notas de rodapé do *Capital* em argumentos elaborados. [...] Mesmo estudiosos completamente não-marxistas têm procurado fazer desta passagem a pedra de toque do cartesianismo, argumentando que a reforma de Descartes do pensamento realmente empreende 'a transformação da filosofia no projeto do domínio da natureza.' " *Writers in the Marxist tradition have expanded an incidental remark buried in the foot notes to Capital into elaborate arguments. [...] Even thoroughly non-marxist scholars have sought to make this passage the touchstone of Cartesianism, arguing that Descartes's reformation of thought really undertakes "the transformation of philosophy into the project of the mastery of nature. (Ibid., p.82, tradução nossa).*

<sup>316</sup>"O mesmo pode ser dito dos discípulos de Saint-Simon, que floresceram na primeira metade do século XIX e que foram os propagadores mais entusiastas de uma visão baconiana ampliada e atualizada.[...] Os saint-

Leiss analisando a previsão marxiana de uma mudança qualitativa no desenvolvimento humano a partir das potencialidades reveladas pelo sistema industrial, diz que, se tomada em si mesma, ela tem a mesma visão saint-simoniana de dominação da natureza. Porém, como Marx oferece um relato da relação entre o homem e a natureza, então se trata de uma perspectiva abstrata. Pois, nesse relato é abstraída a dimensão do conflito de classes que caracteriza todos os estágios mais desenvolvidos do processo de trabalho.<sup>317</sup>

Segundo Leiss, para Marx "na medida em que o processo de trabalho é apenas um processo entre o homem e a natureza, seus elementos simples permanecem comuns a todas as formas sociais de desenvolvimento"; porém, nas sociedades divididas em classes emergem conflitos irreconciliáveis entre o desenvolvimento material da produção e a sua forma social que finalmente resultam no estabelecimento de novas instituições que alteram o caráter específico do processo de trabalho.<sup>318</sup> Considerada abstratamente, a dominação sobre a natureza em qualquer período é a mesma, isto é, representa um estágio de desenvolvimento

simonianos foram mais longe e anunciaram que a exploração da natureza externa sob as condições da indústria moderna e da tecnologia iria radicalmente alterar o curso da história humana: A exploração do homem pelo homem chegou ao seu fim; a exploração do globo, da natureza externa, torna-se doravante o único fim da atividade física do homem." [...] *The same may be said of Saint-Simon's disciples, who flourished in the first half of the nineteenth century and who were the most enthusiastic propagators of an enlarged, updated Baconian vision. [...] The Saint-Simonians went further and announced that the exploitation of external nature (la nature extérieure) under the conditions of modern industry and technology would radically alter the course of human history: The exploitation of man by man has come to its end. The exploitation of the globe, of external nature, becomes henceforth the sole end of man's physical activity.* (LEISS, *op. cit.*, 1994, 82, tradução nossa).

<sup>317</sup>"Marx previu uma mudança qualitativa no desenvolvimento humano com base nas potencialidades reveladas pelo sistema industrial já em meados do século XIX. [...] A substituição da mão-de-obra por máquinas iria gradualmente libertar o indivíduo do trabalho interminável e permitir o surgimento de um novo tipo de homem. [...] Esta dimensão da teoria de Marx, se tomada por si mesma, poderia servir como uma elaboração da perspectiva dos Saint-Simonianos, mas desde que oferece somente um relato da relação entre o homem e a natureza, é 'abstrata'. O que tem sido abstraído é a dimensão do conflito de classes que caracteriza todos os estágios mais desenvolvidos do processo de trabalho." *Marx envisaged a qualitative change in human development on the basis of the potentialities revealed by the industrial system already in the mid-nineteenth century. [...] The replacement of labor-power by machinery would gradually free the individual from unending toil and allow the emergence of a new type of man. [...] This dimension of Marx's theory, if taken by itself, could serve as an elaboration of the Saint-Simonian outlook, but since it offers only an account of the relation between man and nature, it is "abstract". What has been abstracted from is the dimension of class conflict which characterizes all of the more developed stages of the labor-process.* (*Ibid.*, p.83-84, tradução nossa).

<sup>318</sup>"Na medida em que o processo de trabalho é apenas um processo entre o homem e a natureza", Marx escreve que "seus elementos simples permanecem comuns a todas as formas sociais de desenvolvimento"; Mas nas sociedades divididas em classes emergem conflitos irreconciliáveis entre o "desenvolvimento material da produção e a sua forma social" que finalmente resultam no estabelecimento de novas instituições que alteram o caráter específico do processo de trabalho." *To the extent that the labor-process is solely a process between man and nature, Marx writes 'its simple elements remain common to all social forms of development'; but in class-divided societies there emerge ultimately irreconcilable conflicts between 'the material development of production and its social form' which finally result in the establishment of new institutions that alter the specific character of the labor-process.* (*Ibid.*, *loc.cit.*). "Considerado abstratamente, o nível de dominação sobre a natureza em qualquer período é o mesmo para todos os homens, isto é, representa um estágio de desenvolvimento atingido pela raça humana como tal." *Considered abstractly, the level of domination over nature in any period is the same for all men, that is, it represents a stage of development attained by the human race as such.* (*Ibid.*, p.85, tradução nossa).

atingido pela humanidade.<sup>319</sup>

Os antagonismos de uma sociedade dividida em classes tornam impossível aos homens trazer sob seu controle seu sistema produtivo, do qual o domínio sobre a natureza é uma parte. Isto só é possível em uma sociedade sem classe.<sup>320</sup> Por isso, diz Leiss, escreveu Marx na seção conclusiva do terceiro volume do *Capital*, que a realização da liberdade consiste em "o homem socializado, os produtores associados, racionalizando seu intercâmbio material com a natureza e colocando-a sob seu controle comum, em vez de permitir que ele os regule como uma força cega." E Engels acrescentou que, sob o socialismo, os homens tornar-se-ão, pela primeira vez, "verdadeiros senhores da natureza, porque e na medida em que se tornam mestres de seu próprio processo de socialização".<sup>321</sup>

Em suma, para Leiss, Marx compreendeu o domínio da natureza como um fator na evolução do processo de trabalho; que num estágio avançado de desenvolvimento, esse domínio é expresso na próspera união da ciência e da indústria.<sup>322</sup>

Na época de Marx, justificava-se não apresentar o domínio da natureza como uma variável social individual importante, porque esperava que a consciência social geral do proletariado se desenvolvesse ao mesmo tempo que a dominação da natureza, como resultado de sua experiência de trabalho na indústria.<sup>323</sup>

---

<sup>319</sup> LEISS, *op. cit.*, 1994, p.85.

<sup>320</sup>“Na realidade, é claro, os benefícios materiais derivados do domínio da natureza sempre foram distribuídos injustamente; mas igualmente importante é o fato de que, por mais consumado que seja esse domínio humano, os antagonismos de uma sociedade dividida em classes tornam impossível aos homens trazer sob seu controle seu sistema produtivo, do qual o domínio sobre a natureza é uma parte. Esta possibilidade surge pela primeira vez em uma sociedade sem classe.” *In reality, of course, the material benefits derived from the mastery of nature have always been distributed unjustly; but equally important is the fact that, however accomplished this human mastery becomes, the antagonisms of a class-divided society make it impossible for men to bring their productive system (of which mastery over nature is a part) under their control. This possibility emerges for the first time in a class-less society.* (*Ibid.*, p.83-84, tradução nossa).

<sup>321</sup>“A realização da liberdade, escreveu Marx na seção conclusiva do terceiro volume do *Capital*, consiste em ‘o homem socializado, os produtores associados, regulando racionalmente seu intercâmbio material com a natureza e colocando-a sob seu controle comum, em vez de permitir que ele os regule como uma força cega.’ E Engels acrescentou que, sob o socialismo, os homens tornar-se-ão, pela primeira vez, ‘verdadeiros senhores da natureza, porque e na medida em que se tornam mestres de seu próprio processo de socialização.’” *The realization of freedom, wrote Marx in the concluding section on the third volume of Capital, consists in ‘socialized man, the associated producers, rationally regulating their material interchange with nature and bringing it under their common control, instead of allowing it to rule them as a blind force.’ And Engels added that under socialism men will become for the first time ‘true masters of nature, because and insofar as they become masters of their own process of socialization.*’ (*Ibid.*, *loc.cit.*, tradução nossa).

<sup>322</sup>“Marx compreendeu o domínio da natureza como um fator na evolução do processo de trabalho. Em um estágio avançado de desenvolvimento, esse domínio é expresso no frutuoso casamento da ciência e da indústria.” *Marx understood mastery of nature as a factor in the evolution of the labor-process. At an advanced stage of development this mastery is expressed in the fruitful marriage of science and industry.* (*Ibid.*, p.86., tradução nossa).

<sup>323</sup>“Em sua época, justificava-se não apresentar o domínio da natureza como uma variável social individual importante, porque (1) esperava que a consciência social geral do proletariado se desenvolvesse ao mesmo tempo em que a dominação da natureza, como resultado de sua experiência de trabalho na produção industrial, e

Ou seja, a produção e a tecnologia, diz Leiss, ainda não era vista como fonte da falsa consciência, isto é, um meio vital para mascarar a injustiça contínua e o antagonismo de classe.<sup>324</sup>

Leiss conclui dizendo que a tecnologia e a consciência de classe mudou decisivamente desde que Marx escreveu, e assim sua teoria tem que sofrer adições e modificações, uma das mais essenciais é a reavaliação do domínio sobre a natureza.<sup>325</sup>

Portanto, partindo-se desta consideração concebe-se que Marx conserva em seus escritos o conceito de domínio da natureza do projeto da modernidade de transformação do conhecimento para dominar a natureza, proposta que ficou conhecida como programa baconiano. Todavia, defendendo que em sua concepção de natureza Marx não concebe uma dominação irrestrita do homem sobre a natureza como se costuma definir a dominação da natureza nesse programa.

### 3.3.1 A crítica contemporânea ao programa baconiano

Uma das principais críticas contemporâneas ao programa baconiano, é apresentada por Hans Jonas.<sup>326</sup> Sua obra, *O princípio responsabilidade*, promove uma crítica sistemática ao programa baconiano. Na mesma esteira solapa o pensamento marxiano, considerando que este conserva o ameaçador ideal baconiano, entretanto, surpreendentemente defende que na

(2) a tecnologia ainda não era a fonte de falsa consciência - um meio vital para mascarar a injustiça contínua e o antagonismo de classe - dentro da sociedade capitalista que ela viria a ser mais tarde.” *This approach lent great strength and cohesiveness to Marx’s theory, for he was able to link different forms of the relations between man and nature with a theory of social change. In his own time he was justified in not presenting mastery of nature as an important individual social variable because (1) he expected that the general social consciousness of the proletariat would develop simultaneously with the domination of nature as a result of its labor-experience in industrial production, and (2) technology was not yet the source of false consciousness – a vital means of masking continuing injustice and class antagonism – within capitalist society that it was to become later.*(LEISS, *op. cit.*, 1994, p.86, tradução nossa).

<sup>324</sup>*Ibid.*, *loc.cit.*

<sup>325</sup>“O estado da tecnologia e da consciência de classe mudou decisivamente desde que Marx escreveu, e assim sua teoria teve de sofrer adições e modificações, uma das mais fundamentais é a reavaliação do domínio sobre a natureza.”*The state of both technology and class consciousness has changed decisively since Marx wrote, and thus his theory has had to undergo additions and modifications, one of the most essential of which is the reevaluation of mastery over nature. (Ibid., loc.cit., tradução nossa).*

<sup>326</sup>“O que chamamos de programa baconiano, ou seja, colocar o saber a serviço da dominação da natureza e utilizá-la para melhorar a sorte da humanidade, não contou desde as origens, na sua execução capitalista com a racionalidade e a retidão que lhe seriam adequadas; porém, sua dinâmica de êxito, que conduz obrigatoriamente aos excessos de produção e consumo, teria subjugado qualquer sociedade.” (JONAS, Hans. **O princípio responsabilidade**: ensaio de uma ética para a civilização tecnológica. Tradução de Marijane Lisboa e Luiz Barros Montez. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006, p.235).

atualidade, apesar dessa lacuna, o marxismo é a única alternativa que pode ser considerada para uma construção de uma ética que oriente as ações humanas.<sup>327</sup>

O objetivo principal de Jonas com seu ensaio é, como expressa seu subtítulo, apresentar uma ética para a civilização contemporânea, que ele designa de civilização tecnológica. Jonas explica a necessidade de seu propósito, partindo do pressuposto tácito de que a civilização contemporânea vive uma situação apocalíptica e que caminha paulatinamente para o fim da sociedade, caso esta permaneça com suas ações funestas atuais.<sup>328</sup>

A causa desse perigo iminente é decorrente do aspecto tecnológico, enaltecido na sociedade atual, e que a configura como sendo uma civilização técnico-industrial fundada nas ciências da natureza.<sup>329</sup>

Jonas afirma que o futuro da sociedade humana está ameaçado por esse ideário de progresso excessivo que se estabeleceu a partir da modernidade; e que segundo ele, trata-se de um ideário forjado no interior da filosofia baconiana.<sup>330</sup> Para Jonas, o programa baconiano na sua execução capitalista não possui uma ética que é necessária para conter a sua dimensão de dinâmica progressista, que por sua vez necessariamente promove a produção e o consumo excessivos o que conduz qualquer corpo social a uma desintegração total.<sup>331</sup>

O programa baconiano consiste na dominação da natureza por meio da técnica que tem como objetivo o progresso da humanidade, isto é, a melhoria desta em todos os seus aspectos sociais; sendo que o perigo ameaçador desse ideal reside no seu próprio propósito, isto é, no progresso da sociedade moderna.<sup>332</sup>

O êxito da técnica na dominação da natureza promoveu na modernidade o progresso econômico, pois a produção de bens *per capita* foi vertiginosamente multiplicada em quantidade e variedade, reduzindo assim, o dispêndio do trabalho humano e estabelecendo uma crescente elevação do bem estar social para um número cada vez maior de indivíduos.<sup>333</sup>

---

<sup>327</sup>“Toda história até agora é a pré-história do homem verdadeiro, como ele pode e deve ser. Abstraindo da crença vaga sobre o progresso moral da humanidade graças à civilização, que não define um programa de ação, [...] existem historicamente duas formas prático-prescritivas do ideal: em primeiro, aquela já comentada forma baconiana do poder crescente sobre a natureza; em seguida, tendo isso como pressuposto, a forma marxista da sociedade sem classes. Porém, só o programa marxista, que integra a ingênua fórmula baconiana da dominação da natureza e a transformação radical da sociedade, esperando, com isso, o surgimento do homem definitivo, pode ser hoje considerado seriamente como fonte de uma ética que oriente a ação predominantemente para o futuro.” (JONAS, *op. cit.*, 2006, p.239.).

<sup>328</sup>*Ibid.*, p.235.

<sup>329</sup>*Ibid.*, *loc., cit.*

<sup>330</sup>*Ibid.*, *loc., cit.*

<sup>331</sup>*Ibid.*, *loc., cit.*

<sup>332</sup>*Ibid.*, *loc., cit.*

<sup>333</sup>*Ibid.*, *loc., cit.*

Porém, atrelado a esse fato também passa a ocorrer um aumento do consumo social. Jonas reconhece que o progresso econômico promove o esgotamento dos recursos da natureza, todavia ele considera que só agora se tomou uma devida consciência de que não é somente o progresso econômico que promove a degradação da natureza<sup>334</sup>, mas também o progresso biológico, que ele indica como sendo não apenas outro fator, mas aquele que potencializa e acelera o perigo da falência dos recursos naturais.<sup>335</sup>

Para Jonas, o progresso biológico coloca em xeque o processo econômico moderno porque o crescimento exponencial da população repercute nesse último lhe tirando à possibilidade de freiar a produção. Ou seja, defende-se que é a explosão demográfica a responsável pelo problema metabólico do planeta Terra, isto é, a causa da superexploração e da pilhagem é principalmente devido ao aumento populacional que na contemporaneidade impede a melhoria social abrangente e que ameaça no futuro os recursos da natureza.<sup>336</sup>

Segundo Jonas, essa perspectiva apocalíptica que assola a sociedade humana na contemporaneidade é decorrência do que ele denomina de ‘dialética do poder sobre a natureza’. A fórmula baconiana, a assertiva de que ‘saber é poder’, tem uma contradição intrínseca, o poder gerado pelo progresso técnico promove simultaneamente o domínio e a degradação sobre a natureza e conseqüentemente ameaça toda a vida na Terra.

---

<sup>334</sup> Hans Jonas em suas considerações sobre o progresso econômico se diferencia do economicismo; tanto de seus partidários como de seus críticos. Pois, concentrar a crítica apenas na dimensão econômica ainda significa permanecer no economicismo, ainda que seja no viés negativo, isto é, na posição de crítica a economia. O economicismo é um conceito desenvolvido no interior do próprio movimento socialista; quem cunhou esse termo foi Vladimir Ilitch Ulianov, o Lênin. O termo surgiu quando este criticou certos grupos atuantes no movimento social-democrata russo por separarem as lutas políticas das lutas econômicas e concentrarem seus esforços nas lutas econômicas. Na análise de Jonas, tanto a dimensão econômica quanto o progresso biológico são co-responsáveis pela crise ecológica. (N. do A.)

<sup>335</sup>“A ameaça de catástrofe do ideal baconiano de dominação da natureza por meio da técnica reside, portanto, na magnitude do seu êxito. Esse êxito tem duplo aspecto: econômico e biológico. A inter-relação de ambos, que conduz necessariamente à crise, é hoje patente. O grande êxito econômico que durante muito tempo era o único que se via multiplicou a produção de bens *per capita* em quantidade e variedade, reduzindo ao mesmo tempo o dispêndio de trabalho humano, conduzindo a uma crescente elevação do bem-estar social para um número crescente de homens, e conseqüentemente a um involuntário aumento do consumo no interior do sistema – ou seja, a um crescimento enorme do intercâmbio metabólico entre o corpo social e o ambiente natural. Esse fato, por si só, já trazia o perigo do esgotamento dos recursos naturais. (...). Mas o êxito biológico, do qual inicialmente se tinha menos consciência, potencializou e acelerou o perigo.” (JONAS, *op. cit.*, 2006, p.235).

<sup>336</sup>“O crescimento da população não só repercute sobre aquele primeiro processo [econômico], acelerando o seu ritmo e multiplicando os seus efeitos, mas lhe tira a possibilidade de parada. Uma população estática poderia em determinado momento dizer: Basta! Mas uma população crescente obriga-se a dizer: Mais! Hoje começa a se tornar assustadoramente evidente que o êxito biológico não só coloca em questão o êxito econômico, reconduzindo-nos do efêmero banquete da abundância para o cotidiano crônico da miséria, mas ameaça levar-nos a uma catástrofe aguda da humanidade e da natureza, de proporções gigantescas. A explosão demográfica, compreendida como problema metabólico do planeta, rouba as rédeas da busca de uma melhora no nível de vida, forçando uma humanidade que empobrece na luta pela sobrevivência mais crua, àquilo que ela poderia fazer ou deixar de fazer em função da sua felicidade: a uma pilhagem cada vez mais brutal do planeta, até que diga a última palavra, não mais consentindo em sua superexploração.” (*Ibid.*, *loc. cit.*).

Por isso, Jonas reivindica um controle capaz de autolimitar o poder de dominação do progresso contínuo desencadeado na sociedade moderna. É devido a essa necessidade que Jonas propõe uma ética para a civilização tecnológica e como possível alternativa ele cita a *ética marxista* que passa a analisar e mostrar porque realmente ela pode se contrapor ao poder de dominação que ameaça a natureza.<sup>337</sup>

Uma primeira questão que se impõe é o motivo que levou Jonas a se voltar inicialmente para a ética marxista<sup>338</sup>. Segundo ele, a opção inicial pelo marxismo se deve pelo fato de que essa linha de pensamento tem como objetivo uma revolução mundial. Outra justificativa apresentada é a de que a economia liberal moderna é o centro da crise socioambiental contemporânea e por esse motivo a alternativa de solução se volta para a economia pregada pelo comunismo.<sup>339</sup>

Jonas chama a atenção para a dificuldade que se tem de fazer uma mudança radical no regime capitalista para conter a crise atual. Ele reconhece que para verdadeiramente isso ocorrer será necessária uma disciplina social imposta politicamente.<sup>340</sup>

### 3.3.2 As lacunas do Marxismo: ideal baconiano, utopismo e industrialismo

---

<sup>337</sup>“Devemos compreender que estamos diante de uma dialética que só poderá ser enfrentada graças a uma escalada em termos de poder, e não com uma renúncia quietista ao poder. A fórmula baconiana afirma que saber é poder. Mas é o próprio programa baconiano que, no ápice do triunfo, revela-se insuficiente, com a sua contradição intrínseca, ou seja, o descontrole sobre si mesmo, mostrando-se incapaz de proteger o homem de si mesmo, e a natureza, do homem. Ambos necessitam de proteção por causa da magnitude do poder que se atingiu ao se buscar o progresso técnico, cujo crescente poder engendra a crescente necessidade de seu uso e, portanto, conduz à surpreendente impotência na capacidade de pôr um freio no progresso contínuo, cujo caráter destrutivo, cada vez mais evidente, ameaça o homem e sua obra. (...) Torna-se necessário agora, a menos que seja a própria catástrofe que nos imponha um limite, um poder sobre o poder, (...) capaz de autolimitar a dominação que arrasta o condutor, antes que este se estraçalhe de encontro com os limites da natureza. (...) É sob esse ponto de vista que pretendemos analisar a ética marxista – ou seja, sob o ponto de vista de nossa salvação diante da desgraça.” (JONAS, *op. cit.*, 2006, p.236).

<sup>338</sup>Embora não seja encontrada nenhuma teoria ética explícita nas obras de Marx é possível extrair uma ética implícita em Marx; verificada a partir da crítica às condições de existência na sociedade do capital e das reivindicações a emancipação humana e social; que é atestada até pela crítica virulenta. “A tarefa a que Marx se lançou no *Capital* foi a de descobrir leis inexoráveis de desenvolvimento social. (...) Embora, porém, Marx se opusesse fortemente à tecnologia utópica, assim como a qualquer tentativa de justificação moral dos objetivos socialistas, suas obras continham, implicitamente, uma teoria ética. Expressou-a, principalmente, por suas avaliações morais das instituições sociais. Afinal, a condenação que Marx lança ao capitalismo é fundamentalmente uma condenação moral.” (POPPER, Karl. A ética de Marx. In. POPPER, Karl. **A sociedade aberta e seus inimigos**. Tradução de Milton Amado. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1987, p.205-206.).

<sup>339</sup>“E, uma vez que a economia “livre” das sociedades industriais ocidentais é o centro dessa dinâmica, que conduz a essa ameaça mortal, naturalmente nosso olhar se volta para a alternativa do comunismo. (...) Nosso olhar se dirige ao marxismo, porque lhe é peculiar a orientação em direção ao futuro do empreendimento humano como um todo (pois ele fala de uma revolução mundial), em nome do qual ele ousa pedir todos os sacrifícios ao presente. (...) É bem mais difícil imaginar como o Ocidente capitalista poderia realizar tal coisa. O que é evidente, no entanto, é que só um máximo de disciplina social, politicamente imposta, pode levar a subordinação das vantagens do presente aos imperativos de longo prazo do futuro.” (JONAS, *op. cit.*, 2006, p.237.).

<sup>340</sup>*Ibid.*, *loc.cit.*

Jonas compreende que o marxismo tem como pressuposto o ideal baconiano e a partir deste visa à transformação da sociedade para a melhoria das condições do gênero humano.<sup>341</sup>

É devido a essa premissa que o socialismo só surgiu no capitalismo quando começou a predominar a técnica mecanizada.<sup>342</sup> Segundo Jonas, isto é mais plausível porque só com a moderna tecnologia é possível uma economia da abundância; e este é o elemento essencial do ideal socialista.<sup>343</sup> Por isso, diz Jonas, o propósito do marxismo quando atingiu o poder político foi promover a industrialização.

Pois, considera-se que sua premissa é de que através dela foi demonstrada a possibilidade de uma abundância material, daí é possível instalar o comunismo.<sup>344</sup>

Diante disso, Jonas afirma que é correto dizer que o marxismo é tão tributário do ideal baconiano quanto à economia política do capital que ele critica.<sup>345</sup> Com a diferença de que o socialismo se apresenta como mais eficiente do que o capitalismo no uso da produção material obtida pela tecnologia.<sup>346</sup> Acerca desta distinção Jonas comenta que ela só ocorrerá de fato se o marxismo abandonar o utopismo que lhe é subjacente.<sup>347</sup> O propósito é fazer com que a sociedade sem classes não seja o ideal em si, mas a condição para a preservação da humanidade diante da crise futura.<sup>348</sup>

---

<sup>341</sup>Jonas parece reeditar a afirmação marxiana *do Manifesto comunista*, quando afirma que “Toda história até agora é a pré-história do homem verdadeiro, como ele pode e deve ser. É a respeito desse pretensão progresso moral da humanidade que ele considera que “existem historicamente duas formas prático-prescritivas do ideal: em primeiro lugar aquela (...) forma baconiana do poder crescente sobre a natureza; em seguida, tendo isso como *pressuposto*, a forma marxista da sociedade sem classes.” (JONAS, *op. cit.*, 2006, p.237)

<sup>342</sup>“Não é por acaso que o socialismo surge com o começo da técnica mecanizada, e que Marx constrói sua fundamentação científica a partir do estágio alcançado pelo capitalismo.” (*Ibid.*, p.240.).

<sup>343</sup>“Só a moderna tecnologia permite que tal aumento do produto social possa ocorrer sem que sua repartição justa (equitativa) resulte em uma generalização da pobreza, com o que nada mais se conseguiria senão mitigar o sentimento de injustiça.” (*Ibid.*, *loc.cit.*).

<sup>344</sup>“Mas isso não altera em nada o fato de que a demonstração da abundância material, produzida pela tecnologia moderna, constitui um elemento essencial do ideal socialista. De fato, em todas as partes onde o socialismo conquistou o poder, acelerar a industrialização foi a marca da sua política.” (*Ibid.*, p.241.).

<sup>345</sup>“Assim, é válido seguir dizendo que o marxismo, ‘progressista’ na origem, nascido sob o signo do ‘princípio da esperança’ e não sob o ‘princípio do medo’, é tão tributário do ideal baconiano quanto sua contraparte capitalista.” (*Ibid.*, *loc.cit.*).

<sup>346</sup>“Em suma, o marxismo é, quanto à sua origem, um herdeiro da revolução baconiana, compreendendo-se como seu testamenteiro, aliás, como melhor testamenteiro do que o capitalismo, pois mais eficiente.” (*Ibid.*, *loc.cit.*).

<sup>347</sup>“Nossa resposta antecipada é a de que ele só poderá sê-lo [melhor do que o capitalismo] caso modifique a forma como interpreta a si mesmo, deixando de ser aquele que traz a salvação para tornar-se aquele que protege do mal, renunciando, portanto, ao seu sopro vital, a utopia.” (*Ibid.*, *loc.cit.*).

<sup>348</sup>“A sociedade sem classes não mais apareceria como a realização do sonho da humanidade, mas, de forma muito sóbria, como a condição para preservar a humanidade diante da era crítica que se anuncia.” (*Ibid.*, *loc.cit.*).

Para Jonas, tanto o capitalismo quanto o marxismo são adeptos do ideário de progresso promovido pela tecnologia, daí que o objetivo de impedir a degradação da natureza é estranho para ambos, pois tal propósito significa refrear o poder tecnológico libertado pela ciência.<sup>349</sup>

Todavia, Jonas afirma que a economia do capital está à frente da lógica econômica do socialismo. Cita, por exemplo, que a concorrência é muito mais democrática na primeira e que na produção e fornecimento de bens nenhum outro modo de produção se mostrou tão capaz quanto à economia do capital. De fato, o contraponto é que isto se realizou ao preço do desperdício.<sup>350</sup>

Porém, advoga Jonas, é preciso fazer justiça a economia capitalista; reconhecendo que se por um lado ela produz o desperdício promovendo necessidades, por outro lado o seu interesse em diminuir os custos, pela pressão da concorrência, se torna a motivação para economizar na fonte. Com isto se quer dizer que uma economia livre da concorrência não necessita rebaixar os custos, e, portanto, desperdiça muito mais do que a economia do capital.<sup>351</sup>

Analisando o que podemos chamar de política econômica, Jonas se dispõe a examinar somente o modelo comunista do socialismo, pois considera que o seu tipo de governo autocrático tem mais vantagens para enfrentar a crise que assola a humanidade.<sup>352</sup> Para Jonas, a ameaça do que pode ocorrer no futuro exige que se executem no presente medidas impopulares, que jamais seriam aprovadas num regime democrático.<sup>353</sup> Do ponto de vista da

---

<sup>349</sup>“O que nos facilita a tarefa é o fato de que não pretendemos comparar as vantagens intrínsecas dos sistemas de vida como tal, mas simplesmente a sua capacidade para dar conta de um objetivo estranho a ambos, isto é, impedir uma catástrofe humanitária ao refrear o ímpeto tecnológico do qual ambos os sistemas são adeptos.” (JONAS, *op. cit.*, 2006, p.241).

<sup>350</sup>“(…) Há menos disponibilidades de remédios nesse sistema do que no sistema capitalista, de competição mais flexível e, ainda hoje, relativamente aberto. No que se refere ao fornecimento de bens, o capitalismo se mostrou até hoje o mais capaz, embora ao custo do desperdício.” (*Ibid.*, p.242.).

<sup>351</sup>“Para fazer justiça ao capitalismo, é preciso reconhecer que (...) se, de um lado, ele promove o desperdício na ponta do consumo, ao excitar as necessidades, de outro lado o interesse em diminuir os custos lhe fornece um motivo interno para economizar na fonte, interesse que se torna coercitivo pela concorrência. Uma economia estatizada, livre da concorrência, não necessita rebaixar os custos.” (*Ibid.*, *loc.cit.*).

<sup>352</sup>“São, antes de tudo, as vantagens próprias à autocracia como tal, aquelas com as quais lidamos ao analisarmos o modelo comunista do socialismo, o único que merece ser discutido.” (*Ibid.*, p.244.).

<sup>353</sup>“Admitindo como conclusão que o espírito racional tenha melhores chances em uma sociedade socialista, ainda devemos acrescentar-lhe o seu maior *poder*, que lhe permite impor tal racionalidade na prática, impondo até aquelas medidas impopulares. (...) medidas que, por contrariarem os interesses individuais dos sujeitos afetados, jamais se imporiam espontaneamente; no caso em que atinjam a maioria dos indivíduos, dificilmente conseguiriam ser aprovadas em um processo democrático.” (*Ibid.*, *loc.cit.*).

técnica do poder a ditadura comunista é superior ao capitalismo democrático.<sup>354</sup> A questão é que essa ditadura que considera a responsabilidade pelo futuro, pressupõe uma ética.<sup>355</sup>

Para Jonas, o marxismo possui a grande vantagem de um “moralismo” explícito que não se limita a um representante ou partidário particular. É uma crença comum que o certo é viver pela coletividade e por ela se sacrificar. Esse aspecto intrínseco do socialismo que Jonas considera como traço ascético é de suma utilidade para o enfrentamento da crise planetária que exige de todos a renúncia e o sacrifício.<sup>356</sup> Jonas comenta que apesar das desconfianças que possam ser suscitadas continua sendo um aspecto positivo o entusiasmo pelo utopismo que o marxismo inspira com seu ideário ascético; que é a expectativa de uma realização futura do progresso humano a partir de suas privações atuais.<sup>357</sup>

Outro aspecto vantajoso que Jonas aponta do marxismo é o princípio de equidade; pois os indivíduos diante da imposição do sacrifício não farão resistência porque num regime de igualdade efetiva não há lugar para desconfiar que as privações exigidas ocorram para beneficiar particulares.<sup>358</sup>

Em síntese, Jonas considera que a democracia é inapta para estabelecer uma política econômica de sacrifícios responsáveis.

É necessário um poder forte para contrapor o poder tecnológico; dentre os diferentes tipos, o modelo do marxismo é o que apresenta mais vantagens para esse enfrentamento.

Pois, seu moralismo, explícito, permite a disciplina, a confiança e o consenso social fundamentais para implantar o regime de sacrifícios impostos tão necessários para superar a crise atual.<sup>359</sup> É nesse sentido que Jonas considera como positivo o marxismo.

---

<sup>354</sup>“Mas, uma vez que a tirania comunista já existe, e até agora nos ofereceu uma primeira e aparentemente única edição de seu tipo, podemos dizer que, do ponto de vista da técnica do poder, ela parece ser superior ao sistema capitalista-liberal-democrático.” (JONAS, *op. cit.*, 2006, p.244).

<sup>355</sup>*Ibid.*, *loc. cit.*

<sup>356</sup>“(…) O marxismo possui a grande vantagem de um ‘moralismo’ explícito, com o qual penetra a sociedade que forma e domina, e que não se limita aos seus expoentes e partidários mais destacados. É um credo da moral pública viver pela coletividade e por ela se sacrificar. (...) Em suma, as características ascéticas são traços intrínsecos da disciplina socialista, de grande utilidade nessa época que se avizinha, na qual se exigirão de nós grandes esforços e sacrifícios.” (*Ibid.*, p.245.).

<sup>357</sup>“Apesar de todas as dúvidas, continua sendo um ponto positivo o entusiasmo que o marxismo é capaz de inspirar. (...) Mas esse ponto positivo, bem entendido, é um entusiasmo pela utopia, ou seja, uma expectativa de uma realização futura sustentada nas privações presentes.” (*Ibid.*, *loc. cit.*).

<sup>358</sup>“Há ainda um aspecto favorável ao marxismo que nos obriga a levar novamente em consideração a sua essência substantiva: supondo-se que a sociedade sem classes tenha sido alcançada, a igualdade efetiva protege as privações, que devem ser impostas, da suspeita de serem motivadas em benefício das classes privilegiadas.” (*Ibid.*, p.248).

<sup>359</sup>“Mas já havíamos aceitado tacitamente que, diante de uma política futura de sacrifícios responsáveis, a democracia seria, pelos menos momentaneamente, inapta. Nossa avaliação oscila, a contragosto, entre diferentes tipos de tirania. Nesse caso, o socialismo, ainda que sua prática seja deficiente, oferece um alívio inegável para a aceitação popular de um regime de sacrifícios impostos. (...) O marxismo apresenta vantagens em comparação com outros regimes ditatoriais, tanto no que se refere ao aspecto da disciplina social, quanto àquele da confiança

Todavia, Jonas contrapõe a acriticidade do marxismo em relação ao poder da técnica, daí a razão de considerá-lo herdeiro do pensamento baconiano. Segundo ele, o motivo dessa passividade do marxismo se deve a crença de que a emancipação humana se dará pela união entre a técnica com o socialismo.

Nesse sentido, pressupõe-se que o marxismo em relação à técnica tem como única atitude libertar esse poder que foi usurpado pelo capitalismo e utilizá-lo para o progresso moral e material da humanidade; nisto consiste a ressalva de Jonas contra o marxismo.<sup>360</sup>

Além disso, Jonas se insurge contra a consideração positiva que o marxismo faz da ‘humanização’ do mundo pelo trabalho e o entendimento deste que desconsidera a alienação tecnológica.<sup>361</sup>

### ***3.3.3 Limites do marxismo: materialismo com fundamento no antropocentrismo***

A consideração de que o marxismo tem a alternativa de política sócio-econômica mais vantajosa para enfrentar a crise ecológica é criticada por se considerar que nessa assertiva não se critica o antropocentrismo<sup>362</sup> que lhe serve de fundamento. Isto é, considera-se que em relação à natureza o marxismo é caudatário do pensamento moderno.

Smith, apesar de reconhecer a importância do método materialista de Marx para a consolidação do pensamento ecológico contemporâneo, não poupa essa doutrina de uma

social, caso consideremos o assunto de um ponto de vista instrumental e suponhamos o consenso entre os dirigentes quanto às futuras prioridades concretas do planeta.” (JONAS, *op. cit.*, 2006, p.248).

<sup>360</sup>“Já mencionamos que o marxismo é um dos frutos do pensamento baconiano. Ele se compreende, fundamentalmente, como aquele que foi escolhido para ser o seu executor testamentário. Desde o início o marxismo celebrou o poder da técnica, acreditando que a salvação dependesse da união desta com a socialização. Para ele, não se trata de controlar a técnica, mas libertá-la dos grilhões da propriedade capitalista, pondo-a a serviço da felicidade humana.” (*Ibid.*, p.254.).

<sup>361</sup>“Mas o marxismo fala positivamente de uma ‘humanização’ do mundo pelo trabalho humano que transforma a natureza (não há nada mais estranho ao marxismo do que uma visão sentimental ou ‘romântica’ da natureza); se não me equivoco, por ‘alienação’ a literatura marxista não entende tanto a alienação da ação e da obra por causa da máquina, mas a alienação do produtor em relação ao seu produto por causa da propriedade alheia dos meios de produção (e com isso também do produto). Essa ‘alienação’ é superada quando os trabalhadores se tornam donos dos meios de produção e do produto do trabalho, ou seja, com a socialização, a qual, por sua vez, intensificará a ‘alienação tecnológica’ ao fomentar uma racionalização ainda maior. O marxismo ortodoxo desqualificaria como romantismo reacionário todas as dúvidas e resistências quanto a uma ‘desumanização’ do processo de trabalho vinculada a essa maior racionalização.” (*Ibid.*, p.255.).

<sup>362</sup>“Um tema fundamental que percorre o pensamento moderno acerca da natureza é o antropocentrismo. Este envolve o pressuposto básico de que os seres humanos, bem como as formas como estes valorizam a natureza, são o *modus operandi* de qualquer tentativa de se pensar o ambiente ecológico.” *One key theme which runs throughout modern thinking about nature is anthropocentrism. This involves the foundational assumption that human beings, and the ways in which they value nature, are the modus operandi of any attempt to think about the green environment.* (SMITH, Mark. **Ecologism: towards ecological citizenship.** Minneapolis: University of Minnesota Press. 1998, p.04, tradução nossa).

crítica severa; pois compreende que Marx não considera que a natureza tenha valor em si, mas somente quando esta sofre uma transformação pelo processo do trabalho humano.<sup>363</sup>

Smith, explica que essa unilateralidade se deve ao fundamento antropocêntrico do qual o marxismo é caudatário e por isso ele é inapropriado para compreender a crise ecológica.<sup>364</sup>

Segundo Smith, a concepção marxiana da relação entre natureza e sociedade é objeto de intenso debate, onde muitos marxistas consideram vulgar a afirmação marxiana de que a natureza é redutível às formas sociais.<sup>365</sup>

Esses neomarxistas afirmam que Marx não leva em conta os limites da natureza no processo de produção.<sup>366</sup>

Se referenciando nos escritos de juventude explicam que Marx concebe a natureza como corpo inorgânico do homem que se torna parte do corpo orgânico através do trabalho humano.<sup>367</sup>

Smith explica que o ecologismo não concebe a natureza como sendo determinada pela sociedade, pois se assim fosse teríamos exemplos de processos naturais alterados por diferentes modos de produção.<sup>368</sup>

Para Smith, a doutrina comunista de Marx que pressupõe o fim da exploração do trabalhador é insatisfatória para garantir que num eventual estabelecimento do comunismo

<sup>363</sup>“Em alguns aspectos, o método materialista de Marx preparou o caminho para um reconhecimento da importância do pensamento ecológico. (...) Marx assume que as coisas naturais não têm valor, exceto quando transformadas no processo de produção e utilizadas pelos seres humanos.” *In some respects, Marx's materialist method paved the way for a recognition of the importance of ecological thought. (...) Marx assumes that natural things have no value except in so far as they have been transformed in production and put to some use by human beings.* (SMITH, *op. cit.*, 1998, p.04, tradução nossa).

<sup>364</sup>“Não seria de esperar que uma abordagem que tem origem num fundamento antropocêntrico deste gênero servisse como território fértil para discernimentos ecológicos.” *One would not expect that an approach which starts from such na anthropocentric foundation would serve as fertile territory for ecological insights.* (*Ibid.*, *loc.cit.*, tradução nossa).

<sup>365</sup>“Atualmente, o que Marx entendeu, precisamente, da relação entre sociedade e natureza é uma questão de disputa intensa. Para muitos marxistas, é vulgar considerar-se a natureza redutível as formas sociais.” *Actually, what Marx understood precisely by the relationship between society and nature is a matter of intense dispute. For many Marxists it common to see nature as reducible to social forms.* (SMITH, *op. cit.*, 1998, p.71, tradução nossa).

<sup>366</sup>“Recentemente, os neomarxistas, tal como Ted Benton, sugerem que Marx não teve em conta, de forma adequada, os limites naturais da produção, à luz daquilo que sabemos atualmente.” *More recently, neo-Marxists, such as Ted Benton, suggest that Marx did not adequately account for natural limits on production in the light of what we now know.* (*Ibid.*, *loc.cit.*, tradução nossa).

<sup>367</sup>“Nos Manuscritos econômico-filosóficos de 1844, Marx considera a natureza como o ‘corpo inorgânico’ do homem, que se torna parte do ‘corpo orgânico’ através do processo transformador do trabalho, envolvendo a apropriação de coisas naturais.” *In the Economic and Philosophic Manuscripts of 1844, Marx considers nature as the ‘inorganic body’ of man which becomes part of the ‘organic body’ through the transformative process of work, involving the appropriation of natural things.* (*Ibid.*, p.72, tradução nossa).

<sup>368</sup>“O ecologismo rejeita a ideia de que a natureza é determinada por relações sociais e desafia a ideia de que os processos naturais se alteram com mudanças no modo de produção.” *Ecologism rejects the Idea that nature is determined by social relations and would challenge the idea that natural processes change with shifts in the mode of production.* (*Ibid.*, *loc.cit.*, tradução nossa).

não haverá degradação da natureza.<sup>369</sup> Essa posição se funda no fato de se considerar que o marxismo é comprometido com o industrialismo.<sup>370</sup> Partindo dessas ressalvas, Smith conclui sua análise fazendo ver que não basta somente eliminar o capitalismo para superar a crise ecológica, como defendem os marxistas ortodoxos, ou seja, é insuficiente e ingênuo achar que essa questão se resolve com a simples troca de propriedade do modo de produção; é necessário também mudar a forma como os homens produzem.<sup>371</sup>

Pretende-se com esta afirmação contrapor o antropocentrismo marxista, posição verificada na ênfase que o marxismo atribui as forças produtivas e na concepção instrumental de natureza; pois, estas ainda permitem a exploração irrestrita da natureza.<sup>372</sup>

Na opinião de Altvater, o conceito de natureza de Marx é ambivalente, pois, serve para compreender as questões ambientais contemporâneas, contudo como Marx não abandonou o ‘campo teórico’ da economia política, permanece na lógica tradicional que não leva em conta os limites da natureza.<sup>373</sup>

---

<sup>369</sup>“Existe uma reflexão do pressuposto de Marx de que o comunismo iria abolir a relação de exploração produto-salário entre empregador e empregado, que atribui ao capitalismo o seu caráter e forma distintos. Em particular, o impulso contínuo para a expansão de capacidade produtiva, que resulta da tendência monopolista da produção capitalista, estará ausente. (...) No entanto, nesta afirmação, a intenção subjacente é a de comunicar a ideia de que a capacidade de trabalho não sofreria exploração. (...) O trabalho livre não evita, por si só, a destruição ecológica. (...) A transição para o comunismo iria alterar, simplesmente, a detenção de propriedades e não a capacidade destas infligirem danos ecológicos, nem o tratamento de coisas naturais como valiosas na medida em que podem ser usadas.” *This is a reflection of Marx’s assumption that communism would abolish the exploitative commodity-wage relationship between employer and employee which gives capitalism its distinctive character and form. In particular, the continual drive for the expansion of productive capacity, which follows from the monopolistic tendency of capitalist production, will be absent. (...) Nevertheless, in this statement, the underlying intent is to communicate the idea that labour power would be free exploitation. (...) Free labour does not in itself prevent ecological damage. (...) The transition to communism would simply change the ownership of property, not its capacity to inflict ecological damage or the treatment of natural things as valuable in so far as they can be used.* (SMITH, *op. cit.*, 1998, p.73, tradução nossa).

<sup>370</sup>“Os ativistas ecológicos não devem ignorar o compromisso contínuo dos marxistas com o industrialismo e devem ser prudentes ao apoiarem argumentos anticapitalistas que não se baseiem em pressupostos sólidos em termos ecológicos.” *Ecological activists should not be blind to the continuing commitment of Marxists to industrialism and they should be wary of endorsing anti-capitalist arguments which are not grounded in ecologically sound assumptions.* (*Ibid.*, *loc.cit.*, tradução nossa).

<sup>371</sup>“Em suma, ao passo que os marxistas defendem, atualmente, que o ataque ao capitalismo é a melhor forma imediata de contra-atacar a poluição ambiental, não basta alterar-se a propriedade da produção sem se transformar o modo como os seres humanos produzem coisas.” *In short, while Marxists today argue that attacking capitalism is the best immediate way of countering environmental pollution, it is not enough to change the ownership of production without transforming the way in which human beings produce things.* (*Ibid.*, p.75.).

<sup>372</sup>“O local privilegiado das relações e das forças produtivas na abordagem marxista, aliadas à sua abordagem instrumental da natureza, deixa aberta a possibilidade da exploração substancial do meio ambiente. Esta questão ecológica ignorada coloca dificuldades significativas à integração do pensamento ecológico e marxista na relação entre sociedade e natureza.” *The privileged place of productive relations and forces in the Marxist approach, combined with its instrumental approach to nature, leaves open the possibility of the substantial exploitation of the environment. This ecological blind spot poses significant difficulties for integrating ecological and Marxist thought on the relationship between society and nature.* (*Ibid.*, p.76, tradução nossa).

<sup>373</sup>“(…) As afirmações marxistas acerca das relações sociais do homem com a natureza podem ser usadas para uma melhor compreensão dos problemas ecológicos contemporâneos. O próprio Marx é ambivalente com respeito à concepção de natureza em sua crítica à economia política. Por um lado, sua teoria está relacionada

Altvater explica que de fato Marx argumenta que o homem cria a história quando transforma a natureza e, por conseguinte a ele mesmo. Porém, observa Altvater, nessa criação, realização e transformação humana sobre a natureza, não se concebe a existência de limites colocados pela própria natureza.<sup>374</sup>

Nesta perspectiva a natureza continua sendo considerada como o lugar de recursos disponíveis para serem usados pelo homem.<sup>375</sup> É o mesmo ideário encontrado no pensamento de Bacon, na teoria do direito natural de Locke e nas teorias econômicas de Adam Smith e David Ricardo.

Porém, Altvater explica que em comparação com o pensamento econômico de Ricardo, Marx dá um passo a frente, quando mostra que a acumulação do capital é decorrência das contradições sociais e não dos limites impostos pela natureza.<sup>376</sup>

Em suma, Altvater se utiliza de várias categorias marxianas para explicar e fundamentar problemas ambientais contemporâneos.<sup>377</sup> Entretanto em sua exposição, claramente deixa entender que a teoria marxiana é unilateral em relação à natureza por ignorar os seus limites na práxis humana, portanto, passiva de ser revisada, pois não se opõe ao ideário produtivista.

Além disso, Altvater afirma, em forma de advertência, que a análise de Marx sobre o caráter metabólico do processo de produção sucumbe no antropocentrismo, pois seu exame concentra-se nas necessidades humanas, ignorando, portanto, outros efeitos da relação metabólica entre homem e natureza.<sup>378</sup>

com os enfoques tradicionais da economia e da teoria política; Marx não abandona o ‘campo teórico’ argumentação tradicional da economia política para abrir um novo campo. Permanecem os sinais do iluminismo racional e uma lógica que não leva em conta os limites da natureza.” (ALTVATER, Elmar. Existe um marxismo ecológico? Tradução de Rodrigo Rodrigues. In. BORON, Atílio. AMADEO, Javier. GONZÁLEZ, Sabrina. (Org.). **A teoria marxista hoje: problemas e perspectivas.** Buenos Aires: CLACSO, 2006, p. 327.).

<sup>374</sup>“O argumento principal é o seguinte: o homem constrói sua história ao transformar a sociedade, a natureza e a si mesmo, mas não existem limites impostos pela natureza.” (*Ibid.*, *loc. cit.*).

<sup>375</sup>“Por conseguinte, a natureza é concebida como um conjunto de recursos que podem ser utilizados. Podemos encontrar essa [mesma] concepção já nas ideias de Bacon, na derivação de John Locke dos direitos de propriedade (da capacidade do trabalho humano de apropriar-se dos frutos da terra), assim como também no conceito de divisão do trabalho de Adam Smith como fonte constantemente crescente de produtividade e, por fim, de riqueza para as nações. Este campo teórico também inclui a concepção de David Ricardo sobre a terra como fator limitante da acumulação capitalista.” (BORON; AMADEO; GONZÁLEZ, 2006, p.237.).

<sup>376</sup>“A ideia de Marx é um progresso em comparação com a de Ricardo porque apresenta a interpretação fundamental das ‘leis do movimento’ da acumulação capitalista como moldadas pelas contradições sociais e não pelos limites impostos pela natureza.” (*Ibid.*, p.328.).

<sup>377</sup>“As categorias básicas da crítica marxista da economia política com respeito a relação da sociedade com a natureza estão orientadas para a compreensão do metabolismo (...). Analiso essas categorias antes de chegar a uma conclusão com relação à utilidade da ecologia marxista para entender os problemas ambientais contemporâneos.” (*Ibid.*, p.329.).

<sup>378</sup>“A figura analítica do duplo caráter ou dualidade do trabalho na análise de Marx sobre o processo de produção capitalista leva-o a distinguir entre produção como um processo de trabalho e como um processo de produção de valores. (...) Há três advertências que devem ser introduzidas aqui. A primeira se refere a certo antropocentrismo

Por fim, Altvater também adverte que Marx se detém apenas no conceito de trabalho em sua análise sobre o processo de produção, esquecendo o papel da natureza, isto é, do valor da natureza no processo de produção como fonte de valores.<sup>379</sup> Outro autor que se deteve a investigar sobre a questão da natureza no pensamento marxiano foi o frankfurtiano Alfred Schmidt, que escreveu um livro sobre o tema.<sup>380</sup>

Schmidt, que realizou uma pesquisa sistemática sobre *O conceito de natureza em Marx*, é um dos principais autores que retomou a discussão sobre a natureza em Marx.<sup>381</sup> Porém, sua interpretação sobre esse tema é unilateral, pois apresenta em sua investigação a defesa de que não existe uma dialética da natureza, mas somente uma dialética da história.<sup>382</sup>

Schmidt afirma que em Marx a dialética é um método histórico, e que diferentemente de seu inseparável colaborador, Engels, todas as suas considerações sobre a natureza estão relacionadas com a produção social.<sup>383</sup>

Para Schmidt, este fato indica que não se deve conceber que a história tem uma dialética absoluta. Sendo assim não se pode considerar que a dialética entre as forças produtivas e as relações de produção é a lei do movimento da história humana.<sup>384</sup>

na análise do caráter metabólico do processo de produção, porque está relacionado com as necessidades humanas; outros efeitos do metabolismo, por sua vez, são frequentemente ignorados.” (BORON; AMADEO; GONZÁLEZ, 2006, p.231).

<sup>379</sup>“A segunda advertência tem relação com um certo trabalho-centrismo no conceito e um sistemático esquecimento da natureza. Alguns ecologistas atribuem a Marx certa desatenção do ‘valor da natureza’ no processo de geração de valores (...). Mas esta crítica é somente relevante com relação ao processo de trabalho.” (*Ibid.*, *loc. cit.*).

<sup>380</sup>“Este livro foi escrito entre 1957 e 1960 como tese de doutorado em filosofia sob a orientação de Horkheimer e Adorno e foi publicado pela primeira vez em 1962. Cada página está impregnada com a influência da “teoria crítica” desenvolvida pela Escola de Frankfurt desde o início dos anos 30.” *This book was written between 1957 and 1960 under Horkheimer and Adorno as a doctoral dissertation in philosophy and was published for the first time in 1962. Every page is impregnated with the influence of ‘critical theory’ as developed by the Frankfurt School since the early 1930s.* (SCHMIDT, Alfred. **The concept of nature in Marx**. London: NLB, 1971, p. 09, tradução nossa).

<sup>381</sup>“O tema da crítica ecológica em Marx praticamente desaparece da literatura marxista entre o fim dos anos 30 e a década de 60. (...) Nos anos 60, o tema ambiental não possui, em absoluto a visibilidade e gravidade atual, mas vale destacar algumas obras, das quais um dos exemplos pode ser em 1961, o frankfurtiano Alfred Schmidt (com orientação de Adorno e Horkheimer) com foco na natureza. Schmidt é seguido por outros autores referenciados em Marx, mas ainda tendentes às unilateralizações.” (DANTAS, Gilson. **Marxismo e natureza: ecologia, história e política**. Pará de Minas: MG: Editora VirtualBooks, 2010, p.74.).

<sup>382</sup>“La dialética no es una ley eterna del universo sino que comienza y termina con los hombres.” (SCHMIDT, Alfred. **El concepto de naturaleza em Marx**. Traducción de Julia M. T. Ferrari de Pietro y Eduardo Pietro. Madrid: Siglo XXI, 1976, p. 199.).

<sup>383</sup>“Para el materialismo marxista la dialética solo es posible como método histórico. (...) Sobre esta base, a diferencia del Engels maduro, Marx siempre habla de la naturaleza con gran cautela. Todas sus afirmaciones sobre ésta están em relacion com el estágio que en cada caso há alcanzado su apropiación social.” (*Ibid.*, *loc. cit.*).

<sup>384</sup>“Las cambiantes constelaciones en las cuales los hombres entran en vinculación entre sí y com la naturaleza, hacen por cierto que no se pueda atribuir directamente a la historia humana una estructura dialéctica uniforme. La dialéctica de fuerzas productivas y relaciones de producción no es en absoluto la ley de movimiento de la historia.” (*Ibid.*, *loc. cit.*).

Segundo Schmidt, a sequência de épocas progressivas da formação econômico-social que Marx expõe no prefácio da *Contribuição para a crítica da economia política* é baseada no esquematismo da lógica hegeliana, porém o curso da História efetiva é complexo, seu conteúdo ultrapassa o que é declarado por Marx nesse prefácio. Os interpretes de Marx supervalorizam esse esquematismo, por isso afirmam que é possível compreender o materialismo histórico separado da economia política.<sup>385</sup>

A interpretação de Schmidt acerca do conceito de natureza em Marx defende claramente que existe neste uma diferença fundamental entre materialismo e dialética. Segundo Schmidt, Marx partindo do material histórico social faz diferenciações no próprio conceito de dialética histórica.<sup>386</sup>

Por exemplo, o estágio pré-burguês deve ser caracterizado por uma dialética elementar, pois o processo de trabalho é tomado em seus elementos simples e sua forma imediata.<sup>387</sup> A dialética histórica é própria somente no estabelecimento do capitalismo, pois neste o processo de trabalho torna-se processo de produção social. Segundo Schmidt, é por isso que Marx usa a expressão ‘metabolismo’ para caracterizar o processo de trabalho que ocorre entre homem e natureza, porque nesse desenvolvimento, interpreta Smith, a atividade humana é uma função meramente natural.<sup>388</sup> Em suma, outros pesquisadores deram

---

<sup>385</sup>“La ‘serie continua de formas de intercambio’ se transforma luego, en el célebre prefacio a la *Crítica de la economía política*, en la sucesión necesaria de las épocas que señalan el progreso de la formación económica de la sociedad desde el modo de producción asiático al antiguo, al feudal, y después al burgués. No es difícil mostrar que Marx sigue directamente aquí el esquema de desarrollo de la filosofía de la historia hegeliana, mientras que la marcha de la historia real es mucho más complicada. Sin embargo, Marx – sin trastornar no obstante su concepción general – tiene esto en cuenta en sus análisis concretos. El contenido teórico de esos análisis va mucho más allá de lo que Marx promete en los prefacios y en los epílogos programáticos, y que há sido hasta ahora excesivamente valorado por todos sus intérpretes (...), los cuales creen que pueden comprender el materialismo histórico prescindiendo de los contenidos de la economía política.” (SCHMIDT, *op. cit.*, 1976, p.199).

<sup>386</sup>“Al tener que vérselos con un material inmenso de hechos históricos y sociales, Marx se ve forzado a dejar en gran medida de lado su principio de construcción filosófica de la historia, y a introducir, en los Grundrisse y en *El capital*, importantes diferenciaciones en el concepto de una dialéctica histórica.” (*Ibid.*, p. 200.).

<sup>387</sup>“Si em um primeiro tempo a crítica de la economía política representa el proceso laboral solo en sus elementos simples y abstractos (‘actividad conforme a un fin’, ‘objeto del trabajo’, ‘instrumento de trabajo’), es decir como ‘eterna condición natural de la vida humana y por ello independiente de cualquier forma de esta vida, igualmente común a todas sus formas sociales’, no se trata solo de una útil abstracción metodológica que contraponga el proceso laboral en cuanto tal a sus formas históricas concretas. Se trata también, al mismo tiempo, de la diferenciación de los estadios preburgueses respecto del modo de producción burguesa. En comparación con la determinación concreta que el proceso laboral asume en su forma específicamente capitalista, es inherente a las formas que lo preceden algo de propiamente ahistórico y de natural; sus diferencias desaparecen y los tránsitos de una a otra ya no están determinados únicamente por la contradicción entre fuerzas productivas crecientes y relaciones estancadas de producción. La dialéctica tiene, por así decirlo, un carácter ‘elemental’.” (*Ibid.*, *loc.cit.*).

<sup>388</sup>“No es casual que Marx utilice siempre la expresión ‘intercambio orgánico’ cuando piensa em el proceso laboral que solo ocurre entre el hombre y la naturaleza y que caracteriza igualmente a todas las formas de desarrollo. Em efecto, toda forma determinada de este proceso desarrolla ulteriormente sus bases materiales. Pero el ‘retroceder de las barreras naturales’ que de ello se sigue, sigue siendo um hecho meramente cuantitativo

continuidade a investigação sobre o tema da natureza no pensamento de Marx, reconhecendo que há elementos importantes na teoria social do marxismo, contudo sempre interpretando que nesse tema o marxismo é caudatário do produtivismo.

Benton, em seu artigo *Marxismo e limites naturais*, afirma que compartilha da mesma esperança daqueles que acreditam num realinhamento entre as perspectivas: “vermelha” e “verde”.<sup>389</sup> Isto é, numa época de tomada de consciência da importância da natureza e seu valor vital, o discurso ecológico se impõe no marxismo.<sup>390</sup> Daí que passa a existir uma tensão entre os que defendem que existe no pensamento marxiano uma perspectiva ecológica na crítica a economia política e aqueles que também consideram o valor ecológico da crítica ao capital, mas que é preciso considerar os limites da teoria social de Marx na perspectiva ecológica.<sup>391</sup>

---

y la actividad humana sigue pareciendo una mera función natural entrelazada con la naturaleza. Sólo con el tránsito al capitalismo el dominio sobre la naturaleza toma una cualidad nueva: únicamente entonces el proceso laboral, que Marx em un primer momento había definido como igual em sus determinaciones generales para todas las épocas de la sociedad, se transforma em un proceso social de producción em sentido estricto.“ (SCHMIDT, *op. cit.*, 1976, p.200).

<sup>389</sup>“Muitos da esquerda encontram uma fonte de esperança no realinhamento das perspectivas “verde” e socialista. Eu acredito que eles estão certos em fazer isso, e eu compartilho dessa esperança. Mas não deixa de ser verdade que correntes influentes dentro da política e cultura ecológicas são hostis ao socialismo (como elas o entendem), enquanto a resposta da esquerda socialista ao surgimento da política ecológica tem sido, na maioria, profundamente ambígua.” *Many on the left find a source of hope in the realignment of ‘green’ and socialist perspectives. I believe they are right to do so, and I share the hope. But it remains true that important currents within Green politics and culture are hostile to socialism (as they understand it), whilst the response of the socialist left to the rise of ecological politics has, in the main, been deeply ambiguous.* (BENTON, Ted. *Marxism and natural limits: an ecological critique and reconstruction. New Left Review.* London, p.51, 1989. Disponível em: <https://newleftreview.org/I/178/ted-benton-marxism-and-natural-limits-an-ecological-critique-and-recon-struction>. Acesso em: 13 abr. 2015, tradução nossa).

<sup>390</sup>No contexto contemporâneo diante da tomada de consciência da importância do discurso ecológico surgiu um debate entre os estudiosos e pesquisadores do pensamento marxiano sobre a relação deste com a imposição política e econômica do discurso ecológico. Basicamente a tensão centraliza-se na discussão da existência ou não de uma perspectiva ecológica na teoria social do marxismo. Esse debate forjou entre seus participantes uma nova corrente de interpretação do marxismo que recebeu o neologismo de ecomarxismo; que em linhas gerais pode ser definido como a corrente do pensamento marxista que diante da constatação da crise ecológica propõe uma abordagem partindo da teoria social de Marx para seu enfrentamento. O ecomarxismo é comumente designado de ecossocialismo; e não existe unanimidade entre seus proponentes acerca da relação entre o pensamento marxista e a política econômica do discurso ecológico contemporâneo. Os que defendem que não há problemas na relação entre o marxismo e a política econômica ecológica são denominados de ‘vermelhos’; enquanto aqueles que consideram que a relação entre marxismo e ecologismo tem limites, são geralmente apresentados como os ‘verdes’. (N. do A.)

<sup>391</sup>Benton na verdade explicita em seu artigo que existem equívocos teóricos na teoria de Marx e que precisam ser ajustados, para que as ideias de Marx possam ser usadas na elaboração de uma teoria econômica ecológica. É com esta perspectiva de corrigir os erros na teoria de Marx que ele afirma: “Tentarei mostrar que certos conceitos-chave da teoria econômica do *Capital* envolvem uma série de imprecisões e lacunas, cujo efeito é tornar a teoria incapaz de conceituar adequadamente as condições ecológicas e os limites das interações entre as necessidades humanas e a natureza. Também começo a indicar maneiras pelas quais esses defeitos teóricos podem ser corrigidos. Talvez seja significativo enfatizar que meu objetivo principal é usar as idéias de Marx como princípios conceituais, a fim de avançar para uma teoria econômica ecologicamente adequada.” *I will attempt to show that certain key concepts of the economic theory of Capital involve a series of related conflations, imprecisions and lacunae, the net effect of which is to render the theory incapable of adequately conceptualizing the ecological conditions and limits of human need-meeting interactions with nature. I also*

Benton utiliza as expressões ‘vermelhos’ e ‘verdes’, que são agrupadas no neologismo ecomarxismo, e que refletem essa tensão diante do discurso ecológico contemporâneo. Portanto, no ecomarxismo, a perspectiva ‘verde’ é a tendência arreada ao socialismo tradicional<sup>392</sup>, enquanto a perspectiva vermelha tem apresentado uma resposta ambígua à imposição política do discurso ecológico contemporâneo.<sup>393</sup>

Benton afirma que o marxismo ainda tem muito a oferecer; mas ao mesmo tempo considera que onde o pensamento dominante do marxismo se enganou ou atingiu seus limites, estes tiveram um efeito desastroso e generalizado.<sup>394</sup>

Expondo uma dessas limitações, Benton explicita que existe um defeito no pensamento de Marx, especificamente no que tange a sua abordagem econômica, que faz com que sua teoria materialista seja incapaz de reconhecer o problema da crise ambiental.<sup>395</sup>

Esse erro de Marx, comenta Benton, se deve a crítica insuficiente dos principais representantes da economia política clássica de quem Marx preservou e compartilhou os conceitos, ou seja, Marx e Engels mistificam o processo econômico, pois não reconhecem os limites naturais, portanto, supervalorizaram o progresso econômico.<sup>396</sup>

*begin to indicate ways in which these theoretical defects might be corrected. It is, perhaps, worth emphasizing that my main aim is the constructive one of using Marx's ideas as conceptual 'raw materials' in order to move towards an ecologically adequate economic theory. (BENTON, op. cit., 1989, p.59, tradução nossa).*

<sup>392</sup>O ecomarxismo identificado com a perspectiva ‘verde’ não desconsidera a crítica da economia política, isto é, o seu valor ecológico para a política social defendida pelo discurso ambiental contemporâneo; todavia faz ressalvas severas ao marxismo tradicional desqualificando-o como não sendo uma teoria social crítica radical da economia capitalista. Pois, segundo essa vertente o socialismo do marxismo tradicional é caudatário de um prometeísmo econômico em sua base fundamental. (N. do A.)

<sup>393</sup>A tendência ‘vermelha’ do ecomarxismo defende que o marxismo tradicional já apresenta as bases de uma crítica ecológica, e que a crítica as suas categorias não passam de uma tentativa de reformar a sociedade capitalista com um discurso ecológico. (N. do A.)

<sup>394</sup>“O marxismo ainda tem muito a oferecer, e o que ele tem a oferecer é único. Além disso, onde o pensamento marxista errou, ou foi parcial, estas limitações foram desastrosas e amplamente compartilhadas.” *Marxism still has much to offer, and what it has to offer is unique to it. Moreover, where the mainstream of Marxist thinking has been wrong, or limited, its limitations have been both disastrous and widely shared. (BENTON, op. cit., 1989, p.51, tradução nossa).*

<sup>395</sup>“Esses conceitos econômicos básicos marcam um recuo significativo do materialismo completo encapsulado nas citações com as quais comecei. Esse hiato priva o pensamento econômico materialista histórico dos meios conceituais para reconhecer e explicar as crises ecológicas e, portanto, de um elemento-chave em qualquer crítica completa da produção capitalista.” *These basic economic concepts mark a significant retreat from the thorough going materialism encapsulated in the quotations with which I began. This hiatus deprives historical-materialist economic thought of the conceptual means to recognize and explain ecological crises, and so of a key element in any fully rounded critique of capitalist production. (Ibid., p.54, tradução nossa).*

<sup>396</sup>“Esse defeito no pensamento econômico de Marx não é, devo argumentar, peculiar a ele. Deriva, sim, de uma crítica insuficientemente radical dos principais expoentes da Economia Política Clássica, com quem ele compartilhou e de quem derivou os conceitos e pressupostos em questão. É plausível ver esse fracasso como em parte devido a uma característica mistificadora da vida econômica capitalista em si, mas também está ligado a uma relutância geral, politicamente compreensível, por parte de Marx e Engels em reconhecer os limites impostos pela natureza. para o potencial humano em geral, e para a criação de riqueza em particular.” *This defect in Marx's economic thought is not, I shall argue, peculiar to him. It derives, rather, from an insufficiently radical critique of the leading exponents of Classical Political Economy, with whom he shared and from whom he*

Benton afirma que um exame na crítica marxiana ao malthusianismo revela essa trajetória teórica limitadora no pensamento de Marx.<sup>397</sup> Ele argumenta que o pensamento econômico de Marx tem caráter utópico e que reagiu contra o conservadorismo da teoria malthusiana. No geral o pensamento marxista oscila entre o realismo e o utopismo.<sup>398</sup>

Em suma, Benton considera que a crítica de Marx contra a ‘lei da população’ de Malthus é devido as consequências políticas que esta proporciona caso seja admitida.<sup>399</sup> Malthus considerou que a relação entre população e oferta de alimentos é naturalmente adversa, pois enquanto a tendência da primeira é aumentar geometricamente, a tendência da segunda é se elevar aritmeticamente.<sup>400</sup> Consequentemente a pressão demográfica sobre os recursos naturais de subsistência gera a miséria, a pobreza e a impossibilidade da erradicação destas.<sup>401</sup> Em suma, se a teoria de Malthus, a ‘lei da população’, estiver correta, então mesmo com a abolição da exploração do trabalho a miséria não cessará, porque está baseada numa lei natural. E nem o socialismo poderá acabar com a pobreza, pois esta tem seu fundamento na

*derived the concepts and assumptions in question. It is plausible to see this failure as in part due to a mystificatory feature of capitalist economic life itself, but it is also connected with a general, politically understandable, reluctance on the part of Marx and Engels to recognize nature-imposed limits to human potential in general, and to the creation of wealth in particular. (BENTON, op. cit., 1989, p.54, tradução nossa).*

<sup>397</sup>“Os termos da crítica marxista sobre Malthus podem ser vistos como centrais para essa trajetória teórica.” *The terms of the Marxian critique of Malthus can be seen as quite central to this theoretical trajectory. (Ibid., loc.cit., tradução nossa).*

<sup>398</sup>“Meu argumento é que o pensamento econômico de Marx e Engels inclui importantes elementos de uma super-reação utópica ao conservadorismo epistêmico malthusiano. A posição geral de Marx e Engels é um compromisso instável e contraditório entre elementos realistas e utópicos.” *My argument is that the economic thought of Marx and Engels includes important elements of a Utopian over-reaction to Malthusian epistemic conservatism. The overall position of Marx and Engels is an unstable and contradictory compromise between Realist and Utopian elements. (Ibid., p.56, tradução nossa).*

<sup>399</sup>“Essa estratégia dupla contra Malthus - a negação de limites impostos naturalmente, mas o reconhecimento de limites historicamente transitórios socialmente impostos - tem claras consequências políticas. É igualmente evidente que a posição tomada contra Malthus está intimamente ligada às percepções de Marx e Engels sobre essas consequências políticas.” *This dual strategy against Malthus—denial of naturally imposed limits, but recognition of historically transitory socially imposed limits—has clear political consequences. It is equally apparent that the stand taken against Malthus is intimately bound up with Marx’s and Engels’s perceptions of these political consequences (Ibid., p.57, tradução nossa).*

<sup>400</sup>“As ‘dificuldades invencíveis’ reduzidas à questão elementar de uma relação necessariamente adversa entre a tendência da população a se elevar geometricamente e a da oferta de alimentos a subir, na melhor das hipóteses, apenas aritmeticamente.” *The ‘unconquerable difficulties’ reduced to the elementary matter of a necessarily adverse relationship between the tendency of population to rise geometrically and that of food-supply to rise at best only arithmetically. (Ibid., p.56, tradução nossa).*

<sup>401</sup>“Essa característica inescapável da condição humana era suficiente para devastar todas e quaisquer das grandes visões de uma abundante comunidade igualitária e cooperativa. A miséria e a pobreza decorrentes da pressão da população sobre o fornecimento de meios de subsistência devem necessariamente afetar grande parte da humanidade, não obstante as melhores intenções dos pretensos reformadores.” *This inescapable feature of the human condition was sufficient to lay waste to all and any of the grand visions of an abundant egalitarian and cooperative commonwealth. The misery and poverty arising from the pressure of population upon the supply of means of subsistence must necessarily affect a large part of human kind notwithstanding the best intentions of would-be reformers. (Ibid., loc.cit., tradução nossa).*

natureza.<sup>402</sup> Portanto, argumenta Benton, por isso Marx e Engels criticaram a doutrina malthusiana da população, doutrina que defende a existência de limites naturais. Logo, Marx e Engels eram contra esse argumento de limites naturais, pois estavam convencidos que no socialismo o problema do pauperismo seria resolvido.<sup>403</sup> Ou dizendo de outro modo, Marx só reconhecia limites historicamente transitórios e impostos socialmente.

Segundo Benton, Marx assumiu elementos da teoria econômica de Ricardo, e assim como este não reconhecia a importância dos limites naturais na produção.<sup>404</sup>

Ademais, afirma Benton, Marx apresenta uma confiança acrítica na capacidade do trabalho sobre a natureza. Essa crença equivocada de Marx se deve a ideologia do industrialismo do século XIX da qual ele foi vítima.<sup>405</sup> Em suma, Benton entende que existe

---

<sup>402</sup>“Mas se esta teoria está correta, então novamente eu não posso abolir a lei mesmo se eu abolir o trabalho assalariado cem vezes, porque a lei então governa não apenas o sistema de trabalho assalariado, mas todo sistema social. Baseando-se diretamente nisto, os economistas têm provado por cinquenta anos e mais que o socialismo não pode abolir a pobreza, que tem sua base na natureza, mas só pode torná-la geral, distribuí-la simultaneamente sobre toda a superfície da sociedade!” *“But if this theory is correct, then again I cannot abolish the law even if I abolish wage labour a hundred times over, because the law then governs not only the system of wage labour but every social system. Basing themselves directly on this, the economists have been proving for fifty years and more that socialism cannot abolish poverty, which has its basis in nature, but can only make it general, distribute it simultaneously over the whole surface of society!”* (MARX, apud BENTON, op. cit., 1989, p.57, tradução nossa).

<sup>403</sup>“Por razões políticas, então, Marx e Engels estavam fortemente, e compreensivelmente, predispostos contra argumentos de ‘limites naturais’, e viam corretamente a doutrina da população malthusiana como um argumento de ‘limites naturais’.” *“For political reasons, then, Marx and Engels were strongly, and understandably, predisposed against ‘natural-limits’ arguments, and they rightly saw the Malthusian population doctrine as such a ‘natural-limits’ argument.* (BENTON, op. cit., 1989, p.57, tradução nossa).

<sup>404</sup>“Sobre essa questão, Marx e Engels estavam do mesmo lado que Ricardo. Embora este tenha incorporado uma forma qualificada da lei de Malthus em sua economia política, ele era um crítico determinado de Malthus. Ricardo, como Marx e Engels, relutou em admitir qualquer papel importante para os limites impostos pela natureza. Como veremos, em vários aspectos importantes Marx e Engels simplesmente assumiram e desenvolveram os elementos de sua economia política nos quais essa posição era mais claramente expressa.” *“On this question Marx and Engels were on the same side as Ricardo. Though the latter incorporated a qualified form of Malthus’s law into his political economy, he was a determined critic of Malthus. Ricardo, like Marx and Engels, was reluctant to admit any important role for nature-imposed limits. As we shall see, in several important respects Marx and Engels simply took over and developed those elements of his political economy in which this position was most clearly expressed.* (Ibid., p.58, tradução nossa).

<sup>405</sup>“Eu quero considerar outra maneira de tornar inteligível o exagero sistemático de Marx e Engels do potencial poder transformador da ação humana em relação à natureza. Essa abordagem do problema faz uso da idéia, frequentemente empregada por Marx e Engels, pelos próprios, de que certas estruturas de interação se apresentam aqueles que delas participam; formas de aparência sistematicamente enganosas. Aqueles que são afetados por essas formas de aparência tendem a ter crenças equivocadas ou distorcidas sobre suas próprias atividades. Tais padrões de crença equivocada ou distorcida podemos chamar de “ideologias espontâneas”. Na medida em que os participantes dos processos de trabalho produtivo, especialmente os industriais, não são obrigados a atender à manutenção ou restauração de condições contextuais, não são de fato confrontados com escassez absoluta de matérias-primas, e podem ignorar as consequências extrínsecas e não intencionais de suas práticas, então, até este ponto, eles podem exagerar seus potenciais poderes transformadores. Marx poderia, assim, ser entendido como vítima de uma ideologia espontânea generalizada do industrialismo do século XIX.” *I want to consider a further way of making intelligible Marx’s and Engels’s systematic exaggeration of the potential transformative power of human action in relation to nature. This approach to the problem makes use of the idea, often employed by Marx and Engels themselves, that certain structures of interaction present to actors who participate in them forms of appearance which are systematically misleading. Actors affected by such forms of appearance will tend to hold mistaken or distorted beliefs about their own activities. Such patterns of*

uma visão produtivista e prometeísta atribuída a teoria marxiana, que ele se dispõe a corrigir aprofundando sua análise nos conceitos marxianos que a fundamentam.<sup>406</sup>

Em suma, evidencia-se que existe uma crítica explícita do ecossocialismo contemporâneo ao pensamento de Marx, que afirma que nele existem elementos contrários ao pensamento ecológico contemporâneo. A crítica ecossocialista feita a Marx considera que sua teoria social é caudatária do ideário produtivista, que sua teoria do valor é economicista, que sua concepção de natureza segue o programa baconiano do projeto da modernidade e que seu materialismo está arraigado no antropocentrismo moderno. É partindo dessas considerações negativas que essa crítica virulenta conclui que há uma concepção de natureza em Marx que converge com o ideário prometeísta de natureza que é impugnado pela crítica do ecossocialismo quando este mostra a causa da degradação ambiental.

Finaliza-se esta parte da investigação; deixando-se para a terceira parte da pesquisa a apresentação dos contra-argumentos as críticas virulentas expostas contra Marx que aqui foram explicitadas.

---

*mistaken or distorted belief we may call 'spontaneous ideologies'. Insofar as participants in productive labour-processes, especially industrial ones, are not required to attend to the maintenance or restoration of contextual conditions, are not in fact confronted with absolute shortages of raw materials, and can ignore the extrinsic, unintended consequences of their practices, then to this extent they are liable to exaggerate their potential transformative powers. Marx could in this way be understood as a victim of a widespread spontaneous ideology of 19th-century industrialism. (BENTON, op. cit., 1989, p.68, tradução nossa).*

<sup>406</sup>“Por fim, devo retornar, brevemente, à exegese de Marx e Engels sobre essas questões. Uma visão ‘produtivista’ e ‘prometéica’ da história é amplamente atribuída a eles. Eu tenho, para os propósitos dos argumentos anteriores, me inclinado a acatar esta leitura, e investiguei a fundo algumas das "subestruturas" conceituais que a sustentam.” *Finally, I shall return, briefly, to exegesis of Marx and Engels on these questions. A 'productivist' 'Promethean' view of history is widely attributed to them. I have, for the purposes of the above argument, tended to accept this reading, and have delved into some of the conceptual 'substructure' which underpins it. (Ibid., p.72, tradução nossa).*

## 4 ECOMARXISMO: DIÁLOGO ENTRE MARX E O ECOLOGISMO

Nesta parte final da tese são expostas as considerações dos ecomarxistas que discorrem positivamente a respeito da questão da ecologia em Marx e que argumentam acerca da possibilidade de um diálogo entre o pensamento ecológico e a teoria marxiana. Ou seja, verifica-se como esses pesquisadores da obra marxiana fundamentam a existência de uma “ecologia em Marx” contra aqueles que fazem críticas a teoria marxiana afirmando que esta é caudatária de concepções contrárias ao pensamento ecológico.

### 4.1 A questão da ecologia em Marx

Foster reclama que Marx tem sido hostilizado como um pensador que não tem premissas favoráveis ao pensamento ecológico, e o pior é que muitas vezes é chamado nessas assertivas de pensador antiecológico.<sup>407</sup>

Porém, para Foster, ao contrário do que dizem esses discursos acadêmicos, existem ao longo do acervo marxiano muitas afirmações que revelam uma consciência ecológica de Marx.<sup>408</sup>

Foster explica que aquilo que tem obstruído essa compreensão é uma interpretação marxista fundada no idealismo filosófico que rechaça uma abordagem marxiana sobre as questões da natureza.<sup>409</sup> Essa tradição impede uma associação do marxismo com a ciência, o que mostra um total desconhecimento da história do materialismo.<sup>410</sup>

Para Foster, nessa unilateralidade existe uma prevalência do materialismo puro fundado no idealismo e no materialismo contemplativo.<sup>411</sup>

Segundo Foster, o que lhe fez atinar para o aspecto ecológico no pensamento de Marx foi uma crítica que recebeu por ter defendido a visão de que as tendências antiecológicas do

---

<sup>407</sup>FOSTER, John. **A ecologia de Marx**: materialismo e natureza. Tradução de Maria Teresa Machado. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p.07.

<sup>408</sup>*Ibid.*, loc.cit.

<sup>409</sup>Foster denomina de marxismo hegeliano o pensamento de Lukács, Korsch e Gramsci que contrapõe o marxismo positivista e que foi transmitido a Escola de Frankfurt. Segundo Foster, o legado teórico do marxismo hegeliano impede uma abordagem dialética da natureza. (*Ibid.*, p.08.).

<sup>410</sup> Na exposição de Foster fica evidente que ele se refere a duas tradições de interpretações do marxismo. O marxismo hegeliano e o marxismo positivista. A primeira ele considera que promoveu a desvinculação do materialismo da ciência, enquanto a segunda ignora o desenvolvimento do materialismo no âmbito da filosofia com a ciência. Em suma, a crítica é contra o unilateralismo de ambas as posições. (*Ibid.*, p.9.).

<sup>411</sup>“Como afirmou Marx no seu *Theses on Feuerbach*, o materialismo de Feuerbach caiu na armadilha de um materialismo puramente contemplativo.” (*Ibid.*, p.19.).

capital remontam a revolução científica do século XVII, sobretudo a obra baconiana.<sup>412</sup> Nas concepções ecológicas a teoria baconiana é apresentada como o principal fundamento do antiecológismo.<sup>413</sup>

Foster revela que o comum nas explicações sobre a origem do ecologismo é retratar o materialismo e a ciência como antiecológicos.

Diferentemente desta consideração Foster afirma que tanto o materialismo quanto a ciência possibilitaram o desenvolvimento do pensamento ecológico. De fato Marx é um crítico do materialismo, pois considera que este nas suas inúmeras versões desconsiderou a práxis humana.<sup>414</sup>

Marx considera a natureza como objeto, porém não como puro objeto, mas também como sujeito que sofre e exerce transformação através da práxis humana. Portanto, segundo Foster, Marx definiu continuamente o materialismo vinculado a ciência.<sup>415</sup>

Quanto à crítica recorrente de que nos escritos de Marx não existe nenhuma assertiva que demonstre uma preocupação ambiental, Foster afirma que desde seus primeiros escritos a concepção de Marx sobre alienação do trabalho humano esteve vinculada a concepção de alienação do humano em relação à natureza.<sup>416</sup>

Acerca dessa consideração de uma indiferença marxiana sobre a questão ambiental, Massimo Quaini faz um aparte observando que Marx denunciou a pilhagem da natureza muito antes do surgimento do atual discurso da consciência ecológica.<sup>417</sup>

Observa-se que em virtude de pesquisas, como as de Quaini, que apontam a relação do pensamento de Marx com o discurso ecológico contemporâneo, fez com que a crítica admita ao menos que existem nos escritos de Marx assertivas com insights ecológicos. Porém, essa

---

<sup>412</sup>FOSTER, *op.cit.*, 2005, p.19.

<sup>413</sup>“Dentro do pensamento verde [...] desenvolveu-se uma forte tendência para atribuir todo curso da degradação ecológica à emergência da revolução científica no século XVII, representada acima de tudo pelas contribuições de Francis Bacon. Bacon é retratado como o principal proponente da *dominação da natureza*, tópico normalmente desenvolvido pela citação de determinados aforismos.” (*Ibid.*, p.26.).

<sup>414</sup>Marx, como podemos verificar, em *Ad Feuerbach* (Cf. MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. Tradução de Rubens Enderle, Nélio Schneider e Luciano Martorano. São Paulo: Boitempo, 2007, p. 533.), critica todo o materialismo inclusive o feuerbachiano, porém, sua crítica se dirige ao principal defeito que este e suas versões cometeram, o seu fundamento, o qual deve ser corrigido. Portanto, a crítica de Marx ao materialismo é retificadora e não suprimidora. (N. do A.)

<sup>415</sup>FOSTER, *op.cit.*, p.21.

<sup>416</sup>*Ibid.*, p.23.

<sup>417</sup>“Esta segunda crítica permanece certamente mais implícita do que a primeira pela simples razão de que a Marx faltava o alvo da crítica, dado que ele denunciou os saques da natureza antes do nascimento de uma moderna consciência ecológica burguesa.” (QUAINI, Massimo. **Marxismo e geografia**. Tradução de Liliana Lagana Fernandes. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979, p.138.).

oposição continua radical e mudou apenas a forma de argumentar, pois, em vez de negar um pensamento ecológico em Marx, agora passou a esvaziá-lo deste aspecto.<sup>418</sup>

Foster afirma que uma dessas ressalvas diz que Marx é acrítico em relação ao problema da exploração da natureza porque adota uma visão *prometeica* da natureza.<sup>419</sup> Como corolário a este *prometeísmo* que acusam Marx de seguir é que surge a afirmação de que a doutrina marxiana é indiferente ao estabelecimento de uma sociedade ecologicamente consciente.<sup>420</sup> Além disso, considera-se que Marx era um pensador medíocre em se tratando do desenvolvimento do conhecimento científico e por isso incapaz de análises realmente ecológicas.<sup>421</sup> Por fim é desferida contra Marx a acusação de defensor da forma mais ampla de dominação da natureza, isto é, o *especismo*.<sup>422</sup>

Segundo Foster, é interessante notar que algumas destas críticas foram desferidas pelo próprio Marx, como é o caso do *prometeísmo* e do não reconhecimento do valor da natureza.<sup>423</sup> Ademais, diz Foster, o que está sendo questionado nestas críticas é o próprio materialismo marxiano, pois se entende que este promove a dominação “baconiana” da natureza, por isso Marx é caricaturado nesta concepção restritiva como um representante do antropocentrismo utilitarista em contraposição ao ecocentrismo romântico.<sup>424</sup>

---

<sup>418</sup>“Em consequência muitos dos mais virulentos críticos de Marx foram forçados, nesses últimos tempos, a admitir que o trabalho dele contém numerosos e notáveis insights ecológicos. Em vez de simplesmente condená-lo no que tange a isto, os críticos agora costumam recorrer a (...) argumentos intimamente conectados.”(FOSTER, *op.cit.*, 2005, p.23.).

<sup>419</sup>“(...) Marx, segundo consta, não conseguiu em última instância lidar com a exploração da natureza, deixando de incorporá-la na sua teoria do valor, tendo em vez disso adotado uma visão *prometeica*.” (*Ibid.*, *loc.cit.*).

<sup>420</sup>“Como corolário ao argumento *prometeico*, afirma-se que, na visão de Marx, a tecnologia capitalista e o desenvolvimento econômico haviam resolvido todos os problemas dos limites ecológicos, e que a futura sociedade de produtores associados existiria sob condições de abundância. Não seria, pois, necessário (...) desenvolver um socialismo ecologicamente consciente.” (*Ibid.*, p.24.).

<sup>421</sup>“O quinto [argumento crítico] é que Marx, alega-se, tinha pouco interesse pelas questões da ciência ou pelos efeitos da tecnologia sobre o meio ambiente, faltando-lhe, pois base científica para a análise de questões ecológicas.” (*Ibid.*, *loc.cit.*).

<sup>422</sup> “O especismo é um neologismo cunhado em 1970 por Richard Ryder e popularizado por Peter Singer, com o qual se traça um paralelo entre o antropocentrismo e ideias sexistas ou racistas.” (SOARES, E.L.G. **O perigo verde**: princípio da sustentabilidade como contraponto à ecologia radical. Leme-SP: Editora JH Mizuno, 2015, p.112.). Racismo, sexismo e especismo, são posições que representam formas de dominação. A primeira alega que existe uma raça superior, enquanto a segunda sustenta a primazia de um sexo em detrimento do outro. A última é a forma mais ampla, pois, considera que a espécie humana é superior as demais espécies naturais, e, portanto, tem o poder de explorá-las, dominá-las e submetê-las a vontade humana. (N. do A.)

<sup>423</sup>“Daí Marx ser atacado pelo seu suposto *prometeísmo* tecnológico, muito embora o ataque mais forte já escrito contra tais visões *prometéicas* seja o do próprio Marx.” (FOSTER, *op.cit.*, 2005, p.25).

<sup>424</sup>“No fundo, porém, o que está sendo questionado na maioria destas críticas é o materialismo de Marx. Diz-se que o materialismo de Marx o levou a enfatizar uma espécie de dominação *baconiana* do desenvolvimento econômico e da natureza, em vez de afirmar valores ecológicos. Marx torna-se assim (...) um representante do antropocentrismo utilitarista em contraposição ao ecocentrismo romântico. O problema desta crítica (...) é que ela não consegue reconhecer a natureza fundamental da interação entre os seres humanos e o seu meio ambiente. A questão ecológica reduz-se antes e acima de tudo a uma questão de valores, ainda que a questão muito mais difícil da compreensão da evolução das inter-relações materiais, o que Marx chamava relações metabólicas, entre os seres humanos e a natureza não seja, pois, minimamente alcançada. De um ponto de vista materialista

Foster critica a forma como a questão ecológica é colocada, segundo ele, esta se reduz a uma questão de valores, isto é, numa mera disputa entre antropocentrismo e ecocentrismo, um dualismo que termina impedindo a compreensão da relação metabólica entre homem e natureza.<sup>425</sup>

Para Foster, a concepção de dominação da natureza não implica necessariamente uma extrema desconsideração da natureza.<sup>426</sup> Ele nos informa que uma vez se reconheça a dialética desta noção verifica-se que não existe contradição fundamental entre esta e o conceito de sustentabilidade.<sup>427</sup>

Foster considera o conceito de *maestria da natureza*, a compreensão e obediência as leis naturais, como concepção e interação entre homem e natureza.<sup>428</sup> Essa posição de Foster o faz defensor do chamado desenvolvimento sustentável, pois de fato ele se coloca não como um crítico radical do ideário de dominação da natureza. Foster chega a afirmar que Marx desenvolveu uma compreensão de sustentabilidade<sup>429</sup> com base na obra de Liebig<sup>430</sup> e no evolucionismo de Darwin<sup>431</sup>.

consistente, a questão não é antropocentrismo versus ecocentrismo (...) abordagens que focam simplesmente valores ecológicos, como o espiritualismo e o idealismo filosófico de modo mais genérico, são de pouca valia para a compreensão destas complexas relações.” (FOSTER, *op.cit.*, 2005, p.25).

<sup>425</sup>*Ibid.*, *loc.cit.*

<sup>426</sup>“É óbvio, ou deveria ser óbvio, que a noção da *dominação da natureza* pelo homem, embora tendendo Para o antropocentrismo, não implica necessariamente uma extrema desconsideração da natureza. (...) Embora isto fosse ser condenado por Marx como, sobretudo um *ardil* para obrigar a natureza a conformar-se às necessidades do desenvolvimento burguês, a formulação [domínio da natureza] expressava, porém, uma contradição verdadeira da condição humana.” (*Ibid.*, p.27.). Para Foster, a caricatura que fazem de Bacon como defensor do ideário de dominação da natureza é realizada a partir de aforismos da obra deste filósofo sem qualquer investigação sistemática do pensamento dele. Isto é o que possibilita a associação direta da concepção de dominação da natureza como simples antropocentrismo. Ou seja, enfatiza-se a oposição entre mecanicismo e vitalismo caindo-se assim num dualismo que desconsidera que essas categorias são dialeticamente conectadas. (*Ibid.*, 26.).

<sup>427</sup>“Uma vez que se reconheça (...) que não há contradição fundamental necessária entre a mera ideia de *maestria* da natureza e o conceito de sustentabilidade, não será nada surpreendente que as noções de *maestria* e sustentabilidade tenham surgido juntas.” (*Ibid.*, 27).

<sup>428</sup> O conceito de *maestria da natureza* é uma concepção retirada da própria obra baconiana e que tem sido usada por pensadores ecomarxistas, como Christopher Caudwell, tido como o maior marxista britânico do primeiro quartel do século XX; em defesa do desenvolvimento sustentável. Foster observa que essa consideração foi criticada pelo próprio Marx, porém, isto não invalida o fato de que o humano tem a capacidade de domínio sobre a natureza. (*Ibid.*, *loc.cit.*).

<sup>429</sup> Na história da discussão ambiental o conceito de sustentabilidade foi lançado em 1987 com a emissão do relatório *Nosso Futuro Comum*. De acordo com este documento “o desenvolvimento sustentável é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem a suas próprias necessidades. Ele contém dois conceitos chaves: o conceito de *necessidades*, sobretudo as necessidades essenciais dos pobres do mundo, que devem receber a máxima prioridade; a noção das limitações que o estágio da tecnologia e da organização social impõe ao meio ambiente, impedindo-o de atender às necessidades presentes e futuras. Portanto, ao se definirem os objetivos do desenvolvimento econômico e social, é preciso levar em conta a sustentabilidade em todos os países. (...) Satisfazer as necessidades e as aspirações humanas é o principal objetivo do desenvolvimento [sustentável]. (...) Num mundo onde a pobreza e a injustiça são endêmicas, sempre poderão ocorrer crises ecológicas. (...) Para que haja um desenvolvimento sustentável, é preciso que todos tenham atendidas as suas necessidades básicas e lhes sejam proporcionadas oportunidades de

Foster afirma que uma investigação ecológica rigorosa requer uma postura não só materialista, mas, sobretudo dialética. Foster enfatiza a dialética da natureza.<sup>432</sup> Ou seja, não basta somente uma base materialista para o ecologismo e de fato o marxismo tem se configurado na história do pensamento ocidental como um crítico do materialismo em geral.

O tema sobre a natureza já aparece desde a tese de doutoramento de Marx, *Diferença entre as filosofias da natureza em Demócrito e Epicuro*, nesta pesquisa de Marx, em linhas gerais, a discussão termina esclarecendo que o epicurismo não defende um materialismo mecanicista, pois uma de suas marcas, na tese marxiana, não é a ênfase na necessidade natural, mas no acaso.<sup>433</sup>

Nesse sentido há um resgate do materialismo que na primeira visão se constitui no aspecto de materialismo puro, enquanto no segundo reivindica-se seu lado ativo ou dialético.

Foster, sobre a visão dialética da natureza, informa que o universalismo humano é limitado no seu utilitarismo; é a compreensão de que as relações ecológicas são dialéticas, que desfaz esse e outros pontos de vistas unilaterais.<sup>434</sup>

Discorrendo sobre o problema das pesquisas acerca da questão ambiental, Foster considera que as conclusões destas convergem para o que se denomina hoje de crise global da

concretizar suas aspirações a uma [qualidade de] vida melhor.” (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso futuro comum**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991, p.46.). Segundo Boff, ”a grande maioria estima que o conceito de sustentabilidade possui origem recente, a partir das reuniões organizadas pela ONU nos anos 70 do século XX, quando surgiu fortemente a consciência dos limites do crescimento que punha em crise o modelo vigente praticado, em quase todas as sociedades mundiais.” Porém, Boff observa, que muito antes desse reconhecimento mundial esse conceito possui uma história de mais de quatrocentos anos, tendo surgido a partir da silvicultura, o manejo das florestas. Na antiguidade a madeira era a principal matéria prima, seu uso foi tão intensivo que as florestas escassearam. Por isso, surgiu pela primeira vez no século XVI a preocupação pelo uso racional das florestas. (BOFF, Leonardo. **Sustentabilidade: o que é: o que não é**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012, p.31-34).

<sup>430</sup> Justus Von Liebig foi um renomado químico agrícola alemão. Foi a partir de sua ênfase na circulação dos nutrientes do solo e sua relação com o metabolismo animal, que se pode dizer que a ecologia moderna emergiu em meados do século XIX. (FOSTER, *op.cit.*, 2005, p. 29).

<sup>431</sup> Charles Darwin foi um naturalista inglês que se notabilizou a partir da publicação de sua obra, *A origem das espécies*; onde estabeleceu a teoria da evolução como explicação última do desenvolvimento das espécies. (N. do A.)

<sup>432</sup>“A vida (os organismos) e o mundo físico, como Rachel Carson costumava enfatizar, não existem em compartimentos isolados. Há, em vez disso, uma extraordinária unidade entre os organismos e o meio ambiente. Uma abordagem dialética nos força a reconhecer que os organismos em geral não se adaptam simplesmente ao seu meio ambiente, mas também afetam o meio ambiente de várias maneiras e, afetando-o, modifica. [...] Uma comunidade ecológica e o seu meio ambiente precisam, pois ser vistos como um todo dialético.” (FOSTER, *op.cit.*, 2005, p. 32).

<sup>433</sup>“É, portanto historicamente certo afirmar que Demócrito faz intervir a necessidade e Epicuro, o acaso, e que cada um deles rejeita a opinião contrária com a aspereza própria da polêmica.” (MARX, Karl. **Diferença entre as filosofias da natureza em Demócrito e Epicuro**. São Paulo: Global Editora, 1977, p.26).

<sup>434</sup>“Até propósitos humanos supostamente universais estão abertos a questionamento por seu caráter limitado. Os seres humanos, observou Marx, atribuem características universais, ‘úteis’, aos bens que produzem, ‘embora dificilmente o fato de ser comestível para o homem parecesse a uma ovelha uma de suas propriedades úteis’. Este tipo de complexidade dialética no entendimento das relações ecológicas tinha em vista a transcendência de todos os pontos de vista unilaterais, reducionistas.”(FOSTER, *op.cit.*, 2005, p.32).

relação entre homem e natureza; mas apesar dessa salutar resposta, a teoria dessas investigações tem se mostrado incapazes de lidar com questões globais.<sup>435</sup>

Para Foster, a causa dessa limitação é que essas pesquisas, em sua origem, estão fundadas num dualismo teórico: *antropocentrismo* versus *ecocentrismo*. Isto promoveu entre os ambientalistas uma crítica às teorias sociais do século XIX, principalmente ao marxismo; por considerá-las como sendo uma forma de *construccionismo radical*.<sup>436</sup> Nesta visão reducionista é negada a substância da natureza passando-se a considerá-la como simples produção do humano, o que acarretou nas relações entre homem e natureza a instrumentalização desta última, tendo como consequência a violação dos limites naturais, promovendo a degradação ambiental pelo crescimento desenfreado.<sup>437</sup>

Apesar de sua lacuna, a grande virtude da crítica do ambientalismo é o seu *realismo implícito*, isto é, a consideração de que a natureza tem primazia na relação entre homem e natureza, ou seja, se reconhece a dependência do homem em relação à natureza.<sup>438</sup> Todavia, para Foster, falta ao ambientalismo uma teoria social que fundamente essa dependência.<sup>439</sup> Ou seja, afirma Foster, apesar da amplitude dessa crítica, falta à teoria ambientalista um fundamento verdadeiramente materialista.<sup>440</sup>

Foster compara o ambientalismo com um centauro, porque ao mesmo tempo em que assume a teoria social clássica a rejeita.<sup>441</sup> Essa inexistência de uma crítica intelectual é a causa do estabelecimento de um *construccionismo moderado* como alternativa do dualismo entre *antropocentrismo* e *ecocentrismo*.<sup>442</sup> Segundo Foster, a consequência é que essa visão

<sup>435</sup>“A maioria das análises científico-sociais de problemas ambientais da época está centrada no que hoje se acredita ser em larga escala uma crise global na relação humana com a terra, e pode ser entendida como uma resposta a essa crise. No nível teórico, porém, os tratamentos científico-sociais tendiam a estar mal equipados para lidar com a enormidade dos problemas envolvidos.” (FOSTER, *op.cit.*, 2005, p.33).

<sup>436</sup>“Até recentemente, a maioria das análises teóricas de caráter geral estava centrada em duas questões que foram predominantes no pensamento verde como um todo: a ideia de que haveria limites naturais à expansão humana e a questão dos pontos de vista antropocêntricos versus ecocêntricos. Tradicionalmente, os sociólogos ambientais têm condenado o pensamento social clássico (isto é, o pensamento social herdado, sobretudo do século XIX) como sendo uma forma de ‘construccionismo radical’ que nega a prioridade ontológica do mundo natural, percebendo a natureza como produto do desenvolvimento humano. Isto é visto como reflexo de um antropocentrismo arraigado, de uma abordagem instrumentalista da natureza e da incapacidade de levar em conta os limites naturais, inclusive os limites ao crescimento.” (*Ibid.*, loc.cit.).

<sup>437</sup>*Ibid.*, loc.cit.

<sup>438</sup>*Ibid.*, loc.cit.

<sup>439</sup>*Ibid.*, loc.cit.

<sup>440</sup>“Não obstante, apesar da proeminência desta crítica, a teoria socio-ambiental não teve até agora uma orientação suficientemente materialista, histórica ou dialética para reconstruir a teoria racional ao longo de linhas mais conscientes e realistas ecologicamente.” (*Ibid.*, p.34.).

<sup>441</sup>“O sociólogo ambiental típico leva uma existência semelhante à de um centauro, com a cabeça de uma criatura e o corpo de outra. Como sociólogo ele adere às grandes tradições clássicas. (...) Como ambientalista, ele rejeita essa tradição como uma tradição desenvolvida ‘como se a natureza não interessasse’ “(*Ibid.*, loc.cit.).

<sup>442</sup>“(…) A complexa tarefa de remontar historicamente as raízes da teoria social e descobrir o que ficou faltando e precisa ser recuperado, e o que é preciso transcender dialeticamente, ficou excluída, para muitos destes

não consegue enfrentar os problemas da relação entre sociedade e natureza.<sup>443</sup> É inegável, diz Foster, que as inumeráveis pesquisas sobre *antropocentrismo* e *ecocentrismo* têm certa importância no fato de revelarem como questões importantes podem ser minimizadas. Porém, o dualismo bloqueia tanto um conhecimento real quanto uma verdadeira ação prática.<sup>444</sup>

Para Foster, na verdade o dualismo ambientalista promove a oposição entre homem e natureza, sendo que esta separação é a origem da questão ambiental.<sup>445</sup>

Partindo desta consideração Foster faz uma apreciação do conceito de dominação da natureza afirmando que este foi abordado de forma unilateral, isto é, sem a perspectiva dialética.<sup>446</sup> Portanto, ênfases no antropocentrismo e ecocentrismo não passam de abstrações puras.<sup>447</sup> Foster explica que a importância da teoria social clássica se deve a sua natureza histórica, isto é, ela foi elaborada no contexto de transição do feudalismo para o capitalismo e da ciência medieval para a ciência moderna.<sup>448</sup> Portanto, a compreensão da mudança da relação entre homem e natureza, apresentada pela teoria social clássica, pressupõe a compreensão da transição de um sistema social para outro.<sup>449</sup>

Foster observa que se persistiu a incapacidade de entender essas considerações, a causa, juntamente com argumentos construcionistas, foi o estreitamento dos campos do conhecimento.<sup>450</sup> O que conduz a reflexão de que essa posição apresenta uma ressalva à

pensadores, pela falta de uma herança de crítica intelectual. Daí o debate no interior da sociologia ambiental permanecer voltado para a cisão entre as perspectivas construcionistas, sobretudo culturalistas, e anticonstrucionistas, ecologias profundas, tendo a tentativa de transcender este dualismo produzido a mera noção de um ‘construcionismo cauteloso’.” (FOSTER, *op.cit.*, 2005, p.34).

<sup>443</sup>“Como resultado, há uma tendência a ficar eternamente girando em círculos, de tal forma que a análise retorna sempre ao seu ponto de partida, sem chegar ao fim mais equipada que a princípio para lidar com os problemas reais do meio ambiente e da sociedade.” (*Ibid.*, *loc.cit.*).

<sup>444</sup>“Numerosos estudos foram escritos sobre antropocentrismo versus ecocentrismo afirmando que este ou aquele pensador, cultura ou civilização foi mais ou menos antropocêntrico. Embora muitas vezes isto nos tenha aberto os olhos para questões que foram minimizadas com demasiada frequência, a perspectiva dualista aberta aqui tende a bloquear qualquer genuíno desenvolvimento de conhecimento ou prática significativa.” (*Ibid.*, *loc.cit.*).

<sup>445</sup>“Na verdade, a dicotomização substanciada em tais visões tende a perpetuar as concepções *humanidade* versus *natureza*, que, de muitas maneiras, são a fonte do problema.” (*Ibid.*, *loc.cit.*).

<sup>446</sup>“(…) O conceito da ‘dominação da natureza’ em si jamais teve, como já vimos, nada de simples; com frequência, este conceito foi concebido, mesmo pelos que adotaram esta terminologia, de modos complexos, dialéticos, com preocupação pela natureza da interação. Mas, se isto é verdade, então distinções tais como antropocêntrico e ecocêntrico revelam-se como abstrações vazias, meras reformulações de antigos dualismos como a conquista humana da natureza versus a adoração da natureza.” (*Ibid.*, *loc.cit.*).

<sup>447</sup>*Ibid.*, *loc.cit.*

<sup>448</sup>“A importância da teoria clássica para os cientistas sociais deriva antes da natureza inerentemente histórica da teoria social em si. As teorias clássicas foram escritas num contexto de transição do feudalismo para o capitalismo e do escolasticismo medieval para a ciência moderna. Graças a isto, os insights teóricos acerca da mudança da relação humana com a natureza característica da teoria social clássica estavam atrelados a uma compreensão da transição em curso de um sistema social histórico para outro.” (*Ibid.*, *loc.cit.*).

<sup>449</sup>*Ibid.*, *loc.cit.*

<sup>450</sup>“Se nós, na nossa era, persistimos na incapacidade de entender isto, foi em parte por causa do subsequente estreitamento dos campos do saber e em parte por causa do fato de que, na reconstrução do pensamento social que se seguiu à Segunda Guerra Mundial, houve em vários campos, uma tendência a desenvolver argumentos

ênfase dada à especialização do conhecimento. Por isso, neste contexto se impõe um discurso que propõe uma reformulação da educação com o propósito de promover uma consciência ambiental, enfatiza-se a importância da interdependência política, econômica e social.<sup>451</sup>

Foster discorre positivamente sobre a teoria social do marxismo, afirmando que nela encontra-se uma concepção materialista da natureza.<sup>452</sup>

Para Foster, o marxismo já indica um materialismo do tipo ecológico, pois sua teoria social pressupõe uma concepção dialética entre homem e natureza.<sup>453</sup> Ainda que, observa Foster, é na concepção de *dialética da natureza* que se coloca as lacunas do pensamento marxista.<sup>454</sup>

Todavia, o objetivo de Foster é demonstrar os elementos ecológicos do pensamento de Marx. Esse propósito é feito a partir da relação do pensamento marxiano com a visão ecológica.

Foster, porém, explica que sua pesquisa não faz uma inserção a-histórica no pensamento de Marx quando intenta mostrar elementos ecológicos contidos nela, pois se assim fosse ele estaria apenas disfarçando a teoria de Marx como pensamento ecológico.<sup>455</sup>

puramente construcionistas, minimizando as associações com o meio ambiente físico natural (ou simplesmente adotando disto uma visão triunfalista em que a natureza é progressivamente substituída pelo ‘homem’) e daí cortando quaisquer vínculos genuínos entre a teoria social e o reflexo na relação humana com a natureza.” (FOSTER, *op.cit.*, 2005, p.34).

<sup>451</sup>“Assim, a Educação Ambiental teria como finalidade promover a compreensão da existência e da importância da interdependência econômica, política, social e ecológica da sociedade” (DIAS, Genebaldo **Educação ambiental: princípios e prática**. 9ªed. São Paulo: Editora Gaia, 2004, p.83).

<sup>452</sup>“O marxismo tem uma enorme vantagem potencial para lidar com todas estas questões precisamente por repousar sobre uma teoria da sociedade que é materialista não só por enfatizar as prévias condições material-produtivas da sociedade, e como elas serviram para delimitar a liberdade e as possibilidades humanas, mas também, pelo menos em Marx e Engels, por jamais ter perdido de vista a necessária relação destas condições materiais com a história natural, ou seja, com uma concepção materialista da natureza. Assim, ele aponta para a necessidade de um materialismo ecológico, ou de uma concepção dialética da história natural.” (FOSTER, *op.cit.*, 2005, p. 36).

<sup>453</sup>*Ibid.*, *loc.cit.*

<sup>454</sup>“Embora isto se sobreponha ao que mais tarde seria chamado (na esteira de Engels) de ‘materialismo dialético’, seria um erro interpretar a análise do próprio Marx do ponto de vista desta categoria posterior, em larga escala ainda não diferenciada. Em vez disso, um pleno exame do desenvolvimento do pensamento de Marx nesta área vai fornecer a base para um escrutínio crítico renovado do debate acerca da ‘dialética da natureza’, reconhecendo o tempo todo que é aqui que se encontram as principais lacunas do desenvolvimento do pensamento marxista.” (*Ibid.*, *loc.cit.*).

<sup>455</sup>“(…) Esta análise, por enfatizar os elementos ecológicos do pensamento de Marx, há de ser criticada por reinserir a historicamente na obra dele uma mera leitura das visões da ecologia da época. Mas esta crítica seria um tiro na água, visto que a intenção aqui não é emprestar a Marx um colorido ‘verde’ para torná-lo ecologicamente correto; é, antes salientar as fragilidades da própria Teoria Verde da época, em decorrência da sua incapacidade de conciliar-se com formas de pensamento materialistas e dialéticas que, numa época de ascensão revolucionária da sociedade capitalista, levaram em primeiro lugar à descoberta da ecologia (e, mais importante, da socioecologia). Em outras palavras, o objetivo é transcender o idealismo, o espiritualismo e o dualismo de boa parte do pensamento verde da época, recuperando a crítica mais aprofundada da alienação da humanidade em relação à natureza que foi central à obra de Marx.” (*Ibid.*, p37).

Mas a ideia é demonstrar a limitação da própria teoria ecológica nascente, decorrente da sua incapacidade de conciliar-se com o materialismo dialético<sup>456</sup>.

Em síntese, o objetivo é mostrar o dualismo do ecologismo nascente, e assim recuperar a crítica da alienação do homem em relação à natureza que é a centralidade do pensamento de Marx e que converge com a visão ecológica.<sup>457</sup> Para Foster, os insights ecológicos de Marx se devem ao seu profundo conhecimento da concepção materialista da natureza, é nessa perspectiva que se defende a possibilidade de um ecologismo em Marx. Por isso, nos *Manuscritos de 1844* encontramos sua análise explícita sobre a alienação do homem em relação à natureza; preocupação que em outras obras surge em questões como: a relação entre a subsistência humana e o solo, a questão da agricultura capitalista e a divisão antagônica entre cidade e campo.<sup>458</sup> Portanto, pode-se apontar que o problema da alienação do homem em relação à natureza é a questão da ecologia em Marx.<sup>459</sup>

## 4.2 A análise da alienação do homem em relação à natureza

É nos *Manuscritos de 1844* que Marx expõe a análise da alienação do trabalho.<sup>460</sup>

Como consequência desse problema ocorre à alienação do homem, do produto e do processo do seu trabalho, do seu ser genérico e dos próprios homens. Porém, observa Foster, esta alienação do trabalho jamais é concebida a revelia da alienação do homem em relação à natureza.<sup>461</sup>

---

<sup>456</sup>(FOSTER, *op.cit.*, 2005, p. 37).

<sup>457</sup>*Ibid.*, *loc.cit.*

<sup>458</sup>“Os insights tantas vezes brilhantes de Marx não foram meras centelhas de gênio. Os insights dele nesta área são antes derivados de um compromisso sistemático com a revolução científica do século XVII e o meio ambiente do século XIX mediante um profundo entendimento filosófico da concepção materialista da natureza. Assim, desde a sua juventude (por exemplo, nos *Manuscritos econômicos e filosóficos*, de 1844), Marx analisou com sofisticação e sensibilidade ecológica a alienação humana em relação à natureza. Esta tendência foi reforçada pelas preocupações dele com a subsistência humana e a relação com o solo, e com todo o problema da agricultura capitalista. A preocupação com a divisão antagônica entre cidade e campo foi central ao pensamento dele.” (*Ibid.*, *loc.cit.*).

<sup>459</sup> A questão da alienação do homem em relação à natureza é apresentada por Marx principalmente nos *Manuscritos econômico-filosóficos*. De fato essa problemática é considerada pelo ambientalismo contemporâneo como a principal causa da crise ambiental. Por isso, a ênfase no estabelecimento de uma consciência ecológica, que nada mais é do que a compreensão da relação dialética entre homem e natureza. (N. do A.)

<sup>460</sup>“Seria no clima político mais radical de Paris que Marx engajado num estudo sério da economia política inglesa e da política socialista francesa, iria escrever os seus *Manuscritos econômicos e filosóficos* de 1844; o primeiro resultado realmente abrangente dos seus amplos estudos críticos. Essa obra é mais conhecida pelo desenvolvimento do conceito de alienação do trabalho.” (FOSTER, *op.cit.*, 2005, p.106-107).

<sup>461</sup>“Mas esta alienação do trabalho do (1) objeto do seu trabalho, (2) processo de trabalho, (3) ser espécie humano (isto é, a atividade transformativa, criativa que definia os seres humanos como espécie) e (4) uns dos outros; que no conjunto constituíam o conceito de alienação do trabalho de Marx, era inseparável da alienação dos seres humanos da natureza.” (*Ibid.*, *loc.cit.*).

Segundo Foster, Marx, começando pelos *Manuscritos*, nunca deixou de tratar sobre a questão da natureza na medida em que ela entrava diretamente na história do homem através da produção.<sup>462</sup> Pois, para Foster, é por intermédio da produção que a relação entre homem e natureza é mediada, isto é, que ocorre a transformação da natureza pelo homem.<sup>463</sup> Uma transformação que não se dá apenas em um dos lados, mas em ambos simultaneamente. Nessa perspectiva a história da humanidade é concebida como a produção dos meios de subsistência, isto é, a relação entre homem e natureza é uma atividade para a vida. Portanto a natureza tem o significado de meio de vida para os homens.<sup>464</sup>

Logo, evidencia-se, que a alienação do trabalho é ao mesmo tempo alienação do homem de sua própria atividade e alienação da relação entre homem e natureza, pois com a primeira ocorre a alienação do homem do produto do seu trabalho, que é uma produção a partir da natureza.<sup>465</sup>

Sobre a primazia de quem observou essa questão do trabalho alienado, Foster, interpretando a crítica de Marx a Hegel, comenta que de fato este filósofo fez essa importante observação, porém realizou sua análise fundada no pensamento do idealismo, e nessa perspectiva a alienação é concebida somente no plano da abstração.<sup>466</sup>

Por isso, diz Foster, o hegelianismo não é capaz de revelar a alienação da atividade prática do homem como a base da alienação da relação entre homem e natureza.<sup>467</sup>

Portanto, explicita-se nestas considerações a concepção marxiana de alienação da natureza e a causa desta como tendo origem na alienação da vida prática dos homens, que por sua vez foi provocada pela política econômica da sociedade capitalista.

O trabalho nesta ordem social, diz Foster, foi rebaixado a condição de simples *commodity*, passando a ser dirigido pelas leis dessa economia.<sup>468</sup> O trabalho depende da

---

<sup>462</sup>“A partir dos Manuscritos econômicos e filosóficos, e pelo resto da vida, Marx sempre tratou a natureza, na medida em que ela entrava diretamente na história do homem através da produção.” (FOSTER, *op.cit.*, 2005, p.106).

<sup>463</sup>Uma consideração diria que a relação entre homem e natureza não é mediada somente por intermédio da natureza, mas também por meio dos instrumentos. De fato a observação é procedente, mas tal consideração não deve esquecer que estes instrumentos são em si um produto da transformação humana da natureza através da produção. (N. do A.)

<sup>464</sup>“Segundo esta concepção, os seres humanos produzem a própria relação histórica com a natureza em grande parte produzindo os seus meios de subsistência. A natureza assim assume significado prático para a humanidade como o resultado da atividade de vida, a produção do meio de vida.” (FOSTER, *op.cit.*, 2005, p.107).

<sup>465</sup>“Segue-se que a alienação é ao mesmo tempo a alienação da humanidade da sua própria atividade de trabalho e do seu papel ativo na transformação da natureza.” (*Ibid.*, p.108.).

<sup>466</sup>“Para Marx, Hegel foi o primeiro a avançar a noção da alienação do trabalho humano. Mas Hegel havia feito isso num contexto idealista, no qual essa alienação era concebida simplesmente como a alienação do trabalho intelectual.” (*Ibid.*, *loc.cit.*).

<sup>467</sup>“Portanto, Hegel foi incapaz de perceber a auto-alienação da atividade prática humana como a base da alienação das pessoas não só de si mesmas, mas também da sua existência real, sensorial: da sua relação com a natureza.” (*Ibid.*, *loc.cit.*).

relação do homem com a terra, porém, esta relação sofre uma transformação radical com a dominação da terra.<sup>469</sup>

Segundo Foster, se referenciando em Marx, esta dominação significa o domínio sobre a natureza e, conseqüentemente, sobre os homens.<sup>470</sup>

Portanto, a alienação do homem em relação à natureza é condição essencial para a propriedade privada e já estava presente no modo de produção feudal.<sup>471</sup> Entretanto, a sua completude foi atingida na sociedade do capital.<sup>472</sup>

De fato, a concepção de natureza a partir do estabelecimento da propriedade privada no capitalismo é denunciada por Marx explicitamente como a degradação prática da

<sup>468</sup>“A alienação do trabalho era um reflexo do fato de que o trabalho havia sido virtualmente reduzido ao *status* de uma commodity, governada pelas leis da oferta e da procura.” (FOSTER, *op.cit.*, 2005, p.108).

<sup>469</sup>Essa questão da dominação da terra é extremamente importante, pois remete a questão da acumulação do capital e da origem da propriedade privada. Em *O Capital*, Marx afirma que a acumulação capitalista pressupõe uma acumulação primitiva. (MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital.** Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013, p.785). Ele recorda o economista escocês Adam Smith com sua *previous accumulation*. De fato, Smith diz: “Assim como a *acumulação prévia* de capital é necessária para se efetuar esse grande aprimoramento das forças produtivas do trabalho, da mesma forma ela conduz naturalmente a esse aprimoramento.” (SMITH, Adam. **A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas.** Tradução de Luiz João Baraúna. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996, v.1, p.286. Os Economistas.). Marx, porém, se opõe a ideia de uma acumulação prévia à acumulação capitalista como resultante do modo de produção capitalista. Considerar desse modo a *previous accumulation* é deixar de explicar a origem da riqueza capitalista. Marx considera a explicação dada à origem da *previous accumulation* uma lenda econômica. (MARX, *op. cit.*, 2013, p.785). De fato, Smith explica: “A parcimônia, e não o trabalho, é a causa imediata do aumento do capital.” (SMITH, *op. cit.*, 1996, p.339). Para Marx, essa explicação trivial serve para que estadistas alicercem a defesa da propriedade privada e não a história real de sua origem que foi construída através da conquista, da dominação, do assassinato para roubar, em suma, através da extrema violência. (MARX, *op. cit.*, 2013, p.786). De acordo com Marx, os historiadores burgueses explicam positivamente a transformação dos produtores em trabalhadores assalariados; como sendo a libertação desses da servidão e coerção corporativa. Para Marx, porém, “esses recém-libertados só se converteram em vendedores de si mesmos depois de lhes terem sido roubados todos os seus meios de produção, assim como todas as garantias de sua existência que as velhas instituições feudais lhes ofereciam. E a história dessa expropriação [que sofreram] foi inscrita a sangue e fogo nos anais da humanidade.” (MARX, *op. cit.*, 2013, p.787). Segundo Marx, na história da acumulação primitiva o que alavancou sobremaneira o capitalismo foram “os momentos em que grandes massas humanas são despojadas violentamente de seus meios de subsistências e lançadas no mercado de trabalho como proletários. (...) A expropriação da terra que antes pertencia ao produtor rural, ao camponês, constitui a base de todo o processo.” (*Ibid.*, *loc.cit.*).

<sup>470</sup>“A dominação da terra em si, para Marx, assumiu um significado complexo, dialético, derivado do seu conceito de alienação. Ela significava tanto a dominação da terra por aqueles que monopolizavam a terra, e, portanto os poderes elementares da natureza, como também a dominação da terra e da matéria morta (representando o poder do proprietário e capitalista) sobre a vasta maioria dos seres humanos.” (FOSTER, *op. cit.*, 2005, p.109).

<sup>471</sup>“Assim a alienação da terra, e daí a sua dominação sobre a maior parte da humanidade (pela sua alienação em favor de muito poucos), ser um elemento essencial da propriedade privada e existir na propriedade de terras feudal; que era ‘a raiz da propriedade privada’, desde antes da ascensão do capitalismo.” (*Ibid.*, *loc.cit.*).

<sup>472</sup>No sistema da propriedade fundiária, a alienação do homem em relação à natureza não era ainda total. Ao abrir seus escritos sobre *Formações econômicas pré-capitalistas*, Marx afirma que “outro pressuposto [do trabalho assalariado e das condições históricas do capital] é a separação do trabalho livre das condições objetivas de sua efetivação, dos meios e do material do trabalho. Isto significa, acima de tudo, que o trabalhador deve ser separado da terra enquanto seu laboratório natural.” (MARX, Karl. **Formações econômicas pré-capitalistas.** Tradução de João Maia. 7ªed. São Paulo: Paz e Terra, 2011, p.65).

natureza.<sup>473</sup> Se referenciando no teólogo alemão Thomas Müntzer, que liderou a revolução dos camponeses alemães, Marx afirma que toda a natureza foi transformada em propriedade.<sup>474</sup>

Segundo Foster, para Marx a alienação da natureza denunciada por Müntzer se devia ao fetichismo do dinheiro que se tornando o valor universal, construído pelo sistema econômico do capital, destitui toda a natureza de seu valor intrínseco.<sup>475</sup> Foster observa que Marx afirma que o antagonismo do sistema capital em relação à natureza, também pode ser visto pela poluição encontrada nas grandes metrópoles.<sup>476</sup> Nestas o ambiente poluído passou a ser o ambiente natural dos trabalhadores, habitat precário onde ele tem que pagar para viver.<sup>477</sup> Ou seja, o resultado da alienação da natureza provocada pelo sistema capitalista é a perda dos elementos essenciais da própria subsistência.<sup>478</sup>

A referência de Marx acerca da alienação da natureza é o materialismo feuerbachiano. Marx também sofre a influência do hegelianismo, mas este na questão da alienação da natureza a considera apenas no âmbito do idealismo absoluto, o que significa que a natureza não tem essência objetiva.<sup>479</sup> Para Marx, a natureza é que é o fundamento do ser, ou seja, a base real de toda ciência. Essa posição contrasta com a concepção antropocêntrica da natureza que a considera como ‘ser da mente’.<sup>480</sup> Mas, esse materialismo de Marx, observa Foster, não

<sup>473</sup>“A visão que se obtém da natureza sob a dominação da propriedade privada e do dinheiro é o desprezo real, a degradação prática da natureza.” (MARX, Karl. **Sobre a questão judaica**. Tradução de Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2010, p.58).

<sup>474</sup>“que toda criatura tenha sido transformada em propriedade, os peixes na água, as aves no ar, as plantas na terra; também a criatura deve tornar-se livre.” (MÜNTZER, *apud* MARX, *op. cit.*, 2011, p.65).

<sup>475</sup>“o dinheiro é o valor universal e autoconstituído de todas as coisas. Por conseguinte, o mundo inteiro – tanto o mundo do homem quanto o da natureza – foi por ele destituído do seu valor específico.” (MARX, *apud* FOSTER, *op. cit.*, 2005, p.110).

<sup>476</sup>“Até a necessidade do ar puro deixa de ser uma necessidade para o trabalhador. O homem volta mais uma vez a viver numa caverna, mas agora a caverna está poluída pelo hálito mefítico e pestilento da civilização. Além disso, o trabalhador não tem mais que um direito precário de viver nela, pois ela é para ele um poder estranho que pode ser retirado diariamente, e de onde, caso deixasse de pagar, ele poderia ser despejado a qualquer momento. Ele na verdade precisa pagar por este mortuário. Deixa de existir para o trabalhador uma habitação na luz, que Prometeu descreve em Ésquilo como um dos grandes dons pelos quais ele transformou os selvagens em homens. Luz, ar etc. – a simples limpeza animal – deixam de ser uma necessidade para o homem. A sujeira – esta poluição e putrefação do homem, o esgoto (esta palavra deve ser entendida no seu sentido literal) da civilização – torna-se um elemento de vida para ele. O descaso universal não-natural, a natureza putrefata, torna-se um elemento de vida para ele.” (MARX, *apud* FOSTER, *op. cit.*, 2005, *loc. cit.*).

<sup>477</sup>“A alienação dos trabalhadores nas grandes cidades chegou assim ao ponto em que a luz, o ar, a limpeza, não eram mais parte da sua existência; em vez disso, eram a escuridão, o ar poluído e o esgoto *in natura*, não tratado, que constituíam o seu ambiente natural. Como resultado desta alienação da humanidade e da natureza, foram alijados não só o trabalho criativo mas os elementos essenciais da própria vida.” (FOSTER, *op. cit.*, 2005, p.111.).

<sup>478</sup>*Ibid.*, *loc. cit.*

<sup>479</sup>“a alienação para Hegel, pois, torna-se uma alienação entre a matéria destituída de espírito e os seres espirituais não-materiais – todos reflexos da alienação do espírito de si mesmo.” (*Ibid.*, *loc. cit.*).

<sup>480</sup>“A natureza não podia, portanto, ser vista antropocentricamente (ou espiritualmente) ‘como ser da mente’.” (*Ibid.*, p.114).

era puro naturalismo, pois se assim fosse o homem não conseguiria escapar do reino animal.<sup>481</sup>

Acerca do fim do monopólio da propriedade e da terra, Foster afirma que Marx postulou que aconteceria através da ‘associação’ dos produtores para usufruir igualmente a terra; uma concepção, diz Foster, que desempenhou papel fundamental no pensamento marxiano.<sup>482</sup> A sociedade sob o regime dos ‘produtores associados’ significa o resgate da relação entre homem e natureza, pois será o fim do reino da “natureza morta” que domina as necessidades humanas.<sup>483</sup>

Segundo Foster, o próprio Feuerbach ficou impressionado com o que o ‘vanguardeiro do proletariado’ afirmou sobre a alienação da natureza; e mais, se tivesse conhecido os *Manuscritos de Paris*, teria visto como Marx em pleno século XIX apresentou uma crítica da poluição nas grandes cidades.<sup>484</sup>

Porém, diz Foster, apesar de sua ligação estreita com o pensamento feuerbachiano, Marx teceu ressalvas a concepção de natureza de Feuerbach, pois esta concebeu *ser* como *essência*, não admitindo, portanto, o fundamento do *ser* na natureza. A consequência dessa admissão é a perda da alienação da natureza, perpetrada na história humana. Numa palavra a concepção de natureza de Feuerbach, para Marx, se perdeu no materialismo abstrato.<sup>485</sup>

De fato, em *A Ideologia alemã*, nas anotações escritas na margem do manuscrito, Marx explicita que a essência dos seres é a natureza, quando exemplifica o caso da relação do peixe com a água. E ainda nos revela o aspecto de mutabilidade daquela, quando afirma que a relação entre *ser* e natureza pode ser alienada com a degradação desta última, pela intervenção da indústria e da poluição; o que espantosamente demonstra uma antecipação do discurso contra a degradação da natureza.<sup>486</sup>

---

<sup>481</sup>“Mas os seres humanos não estavam simplesmente circunscritos pela natureza: como Epicuro havia salientado, eles eram capazes de modificar a sua relação com ela através das suas invenções.” (FOSTER, *op. cit.*, 2005, p.115).

<sup>482</sup>“Foi nos Manuscritos econômicos e filosóficos que Marx introduziu pela primeira vez a sua noção de ‘associação’ ou ‘produtores associados’. (...) A abolição do monopólio da propriedade privada da terra se realizaria, argumentou Marx, através de ‘associação’.” (*Ibid.*, *loc.cit.*).

<sup>483</sup>*Ibid.*, p.116.

<sup>484</sup>“Feuerbach ficou particularmente impressionado com o que *O capital* de Marx tinha a dizer acerca da alienação da natureza. (...) Como jamais conheceu os Manuscritos econômicos e filosóficos de Marx, Feuerbach não estava, ao escrever isto, ciente de até que ponto na década de 1840, Marx já havia desenvolvido a crítica da ‘poluição universal’ das grandes cidades.” (*Ibid.*, p.117.).

<sup>485</sup>“Feuerbach, como Marx e Engels insistiram em *A ideologia alemã*, a um só tempo aceitou e entendeu mal a realidade existente. Para Feuerbach, *ser* era o mesmo que *essência*, e uma contradição entre os dois não era portanto permissível. Dissolvendo a alienação religiosa na existência material, Feuerbach perdeu assim de vista a real alienação terrena. E portanto não conseguiu desenvolver um materialismo prático. A natureza de Feuerbach e a *essência* de Feuerbach, mesmo que em nome do materialismo, eram abstrações.” (*Ibid.*, p.161.).

<sup>486</sup>“A *essência* do peixe é seu *ser*, a água – para tomar apenas uma de suas proposições. A *essência* do peixe de

A concepção da relação entre *ser* e natureza em termos abstratos, secundariza a alienação da natureza e a práxis humana, e, por conseguinte esta última não é questionada e as soluções práticas não são demandadas.<sup>487</sup>

Por isso, Marx, rompe com o materialismo em geral, inclusive o de Feuerbach. Pois, diz Foster, todo materialismo precedente tem caráter contemplativo. Foster fazendo um paralelo entre epicurismo e Feuerbach como influência materialista para Marx, descreve que o primeiro, apesar de receber críticas de Marx, apresenta uma concepção de natureza menos abstrata do que a de Feuerbach. Se referenciando na tese de Marx, *Diferença entre as filosofias da natureza em Demócrito e Epicuro*, Foster afirma que Marx considera que Epicuro apresentou premissas favoráveis ao lado ativo da natureza ao enfatizar a contingência e a liberdade humana.<sup>488</sup>

Segundo Foster, o materialismo prático que Marx reivindica de fato não tem seu foco na natureza e sim na história sem excluir a objetividade desta. De fato o materialismo prático de Marx está fundado numa concepção materialista da natureza, contudo a sua ênfase na crítica social sobre o progresso histórico da humanidade e na relação alienada desta com a natureza o diferencia do materialismo precedente.<sup>489</sup> De acordo com Foster, não existe análise marxiana ignorando a natureza, esta é sempre postulada incorporada a história. Ou seja, o pensamento de Marx enfatiza a interação entre sociedade e natureza, o que se denomina de

rio é a água de um rio. Mas esta última deixa de ser a essência do peixe quando deixa de ser um meio de existência adequado ao peixe, tão logo o rio seja usado para servir à indústria, tão logo seja poluído por corantes e outros detritos e seja navegado por navios a vapor, ou tão logo suas águas sejam desviadas para canais onde simples drenagens podem privar o peixe de seu meio de existência.” (MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. Tradução de Rubens Enderle, Nélio Schneider e Luciano Cavini Martorano. São Paulo: Boitempo: 2007, p.47).

<sup>487</sup> Diferentemente do discurso comum, não deixamos de reconhecer que a grande relevância da pesquisa intelectual é a capacidade de promover o questionamento da realidade. Marx com *sua Crítica a economia política* deixou para a posteridade uma denúncia fundamental sobre o modo de organização social fundado no *Capital* que serve de guia para a tomada de ações práticas; inclusive sobre a questão da degradação da natureza; e que tem contribuído como teoria social para o ecologismo contemporâneo. (N. do A.).

<sup>488</sup>“Ao criticar todo materialismo precedente pelo seu caráter contemplativo, Marx, cabe notar, também criticava o materialismo epicurista. Para os epicuristas, afirmou Marx, ‘o ócio divino é apresentado como ideal de vida em vez de *vida ativa*.’ Mas, como Marx percebeu claramente, o materialismo epicurista era contudo mais prático do que o materialismo de Feuerbach, isto é, mais conscientemente político na sua rejeição tanto do ideal platônico da polis quanto do Estado helenístico. Na verdade, Epicuro, como Marx havia argumentado na sua tese de doutoramento, buscara proporcionar ao materialismo um lado ativo, enfatizando a contingência e a liberdade humana.” (FOSTER, *op. cit.*, 2005, p.162).

<sup>489</sup>“Uma consequência do novo materialismo prático de Marx, contudo, foi que o foco do pensamento materialista passou da natureza à história, sem negar a prioridade ontológica da natureza. É verdade que Marx tendia a ver a sua concepção materialista de história como enraizada numa concepção materialista da natureza, ambas constituindo o domínio da história natural (no sentido baconiano, que incluía a produção humana). Não obstante, a sua ênfase na crítica social incidia avassaladoramente sobre o desenvolvimento histórico da humanidade e na relação alienada com a natureza, e não sobre a evolução mais ampla da própria natureza.” (*Ibid.*, p.164).

metabolismo do homem com a natureza por meio da produção.<sup>490</sup> Marx, portanto, parte de um materialismo em que a natureza é pressuposto da existência humana; mas é a produção dos meios de subsistência a precondição da sociedade humana, por isso, diz Foster, Marx critica Feuerbach, porque este postula a natureza e não a história natural, ou seja, ele ainda busca a essência da natureza e não reconhece a sua mutabilidade na história. Em suma, a lacuna do materialismo precedente é a separação que promove entre natureza e história.<sup>491</sup>

### 4.3 Crítica as concepções de conceito de natureza a-históricas

Foster informa que Marx se opôs juntamente com Engels contra as concepções de natureza a-históricas que mistificavam a natureza. Essas posições estavam presentes nas obras dos socialistas dos anos de 1840; um grupo de escritores alemães que misturavam humanismo abstrato e naturalismo abstrato com categorias econômicas com o propósito de promover um socialismo fundado na noção de estabelecimento da verdadeira sociedade a partir de uma pretensa natureza pura.<sup>492</sup>

Esse empreendimento, que adotou a expressão de ‘verdadeiro socialismo’ ignorava tanto as bases materiais do desenvolvimento humano quanto à história natural.<sup>493</sup>

Segundo Foster, para a tradição do ‘verdadeiro socialismo’ importava acabar com a alienação do homem em relação à natureza; que se daria por intermédio do espírito, isto é,

---

<sup>490</sup>“Não houve nenhum lugar na análise de Marx em que o domínio da natureza exterior tenha sido simplesmente ignorado. Porém, ao desenvolver o materialismo histórico, ele tendeu a mencionar a natureza apenas no limite em que ela era incorporada à história humana, pois era cada vez mais difícil encontrar uma natureza intocada pela história humana. Neste particular, a força da análise de Marx residia na sua ênfase na qualidade da interação entre humanidade e a natureza ou no que ele acabaria por chamar o metabolismo da humanidade com a natureza: através da produção.” (FOSTER, *op. cit.*, 2005, p.164).

<sup>491</sup>“Marx e Engels partiram assim de uma ontologia materialista ou realista, em que a natureza, o mundo material, era uma precondição da existência humana, e a produção dos meios de subsistência uma precondição da vida humana em todas as suas múltiplas determinações e portanto da sociedade humana.(...) Feuerbach, argumentaram Marx e Engels, postula o ‘Homem’ em vez do ‘homem histórico real.’ Analogamente, postula a natureza em vez da história natural. Ele reconhece a desarmonia existente entre a humanidade e a natureza e daí a alienação da natureza. Mas a resposta dele é buscar perpetuamente a verdadeira essência das coisas, da natureza, da humanidade. Ele não vê a natureza mudando com a história. (...) Para Marx e Engels, o que Bruno Bauer havia chamado as *antítese na natureza e na história* refletia uma tendência a ver a natureza e a história como duas coisas separadas, como se a natureza histórica e a história natural não fossem dois lados de um mesma realidade material. (...) Em última instância, a deficiência do materialismo de Feuerbach é o seu divórcio da atividade, da prática e da história.” (*Ibid.*, p.166-167).

<sup>492</sup>“(…) Marx e Engels se impacientavam com as concepções de natureza e humanidade aistóricas, mistificadoras, que encontravam na obra dos *verdadeiros socialistas* de meados da década de 1840. (...) Este foi um grupo de escritores alemães que mesclavam humanismo abstrato e naturalismo abstrato com vários conceitos extraídos da economia política, a fim de gerar uma noção de socialismo predicada na ideia de restabelecer a verdadeira humanidade e a verdadeira natureza, ignorando ao mesmo tempo as bases materiais do desenvolvimento humano e da história natural.” (*Ibid.*, p.175.).

<sup>493</sup>Karl Grün e Rudolph Matthäi são os representantes mais expressivos da tradição ‘verdadeiro socialismo’. (*Ibid.*, *loc.cit.*).

através de uma espécie de conscientização da natureza pressuposta como ‘natureza livre’: da discórdia, da competição, em fim da luta pela sobrevivência.<sup>494</sup>

Para Marx, diz Foster, o engano dessa posição mistificadora da natureza estava em conceber o homem separado de uma pretensa ‘natureza pura’.<sup>495</sup>

A luta pela existência e a feroz competição que ocorre em toda a natureza mostra o equívoco dessa pretensão.<sup>496</sup> A tradição do ‘verdadeiro socialismo’ argumentava que a sociedade só seria livre quando estabelecida a imagem da natureza.<sup>497</sup>

Contudo, essa explicação mistificadora da natureza acaba produzindo uma visão mistificadora da sociedade, isto é, o estabelecimento do socialismo passa a ser visto como uma questão de vontade social e não um problema das condições materiais.<sup>498</sup>

De acordo com Foster, Marx contrapõe esse voluntarismo apresentando a relação entre natureza e história, ou seja, que é por meio do trabalho que o homem transforma a natureza e suas relações sociais.<sup>499</sup>

Segundo Foster, Marx e Engels rejeitavam essa adoração a natureza, porque no fundo, estas, restabeleciam antigas relações feudais enquanto negava a mudança das condições materiais.<sup>500</sup>

#### 4.4 Prometeísmo: a dominação do homem sobre a natureza

Segundo Foster, Marx tinha muita profundidade acerca das obras dos socialistas franceses; mas a que mais influenciou seu pensamento foi os escritos de Proudhon<sup>501</sup>, em especial a que recebe o título de *O que é propriedade?*<sup>502</sup>

<sup>494</sup>“Querendo reconciliar a humanidade com a natureza, este verdadeiro socialista convidava o leitor para um passeio pelos domínios da *natureza livre* a fim de acabar com a alienação dos seres humanos da natureza por meios espirituais.” (FOSTER, *op. cit.*, 2005, p.176).

<sup>495</sup>“Para Marx e Engels, o erro desta forma de mistificação filosófica estava na noção de que a humanidade deveria voltar a ser unida com uma *natureza livre*. (*Ibid.*, *loc.cit.*).

<sup>496</sup>“A isto Marx e Engels contrapõem a luta pela existência que ocorre na natureza, que não pode ser vista como pura. Escrevendo na linguagem que duas décadas mais tarde seria chamada de darwiniana, eles observam que o Homem também podia observar inúmeras outras coisas na natureza, por exemplo, a mais feroz das competições entre plantas e animais. (*Ibid.*, *loc.cit.*).

<sup>497</sup>“O verdadeiro socialista, tal como representado por Matthäi, passa então a argumentar que, para que a sociedade seja livre, ela precisa ser refeita à imagem da natureza.” (*Ibid.*, p.177.).

<sup>498</sup>“O verdadeiro socialista usa esta visão mistificadora de natureza para produzir uma visão mistificadora de sociedade; de tal modo que a sociedade, isto é, a criação do verdadeiro socialismo, também é uma mera questão de desejo, e não uma questão das condições de sua existência.” (*Ibid.*, *loc.cit.*).

<sup>499</sup>“O verdadeiro socialista, incapaz de distinguir entre os seres humanos como seres naturais e como seres sociais – e incapaz de compreender que o trabalho, através do qual a humanidade transforma a natureza e as suas relações sociais, é a essência do processo histórico humano.” (*Ibid. loc.cit.*).

<sup>500</sup>“Para Marx e Engels era preciso rejeitar o sentimentalismo reacionário diante da natureza que buscava restabelecer antigas relações feudais de hierarquia enquanto negava a mudança das condições materiais.” (*Ibid.*, *loc.cit.*).

De fato na obra *A sagrada família* Marx elogia essa obra prima de Proudhon, pois afirma que ela é a crítica a economia política a partir da própria economia política.<sup>503</sup> Numa extensa consideração a Proudhon, Marx considera a obra *Qu'est-ce que la propriété?* como a primeira crítica da economia política, apesar de ser composta de uma parte dedicada a questão jurídica.<sup>504</sup>

Pois, diz Marx, todas as investigações da economia política anteriores a Proudhon têm a 'propriedade privada' como um pressuposto irrefutável. E num ato de reconhecimento, Marx afirma que Proudhon é o primeiro a submeter a base da economia política a uma análise crítica, por isso este é o grande feito realizado por este pensador que revolucionou a economia política, pois apresentou uma crítica verdadeiramente científica.<sup>505</sup>

Todavia, apesar dessas considerações positivas explícitas sobre a crítica de Proudhon a propriedade privada; posteriormente, com a publicação do livro intitulado *Miséria da filosofia* (1847); Marx passou a criticar Proudhon duramente.

Essa obra de Marx, *Miséria da filosofia*, é considerada como sendo a primeira obra voltada mais para a questão da economia. Ela se constitui numa resposta crítica ao livro de Proudhon, *Sistema das contradições econômicas ou Filosofia da miséria* (1846).<sup>506</sup> Pois, nesta obra, o pensador francês se revela um defensor do 'socialismo burguês', isto é, a defesa

<sup>501</sup>“Pierre-Joseph Proudhon, filósofo francês. Sua obra, *Qu'est-ce que la propriété? Ou recherches sur le principe du droit e du gouvernement* (O que é a propriedade? Ou investigações acerca do princípio do direito e do governo), provocou grande controvérsia ao ser publicada devido ao seus ataques agudos à propriedade privada. Marx faz uma análise crítica global da obra em seu artigo *Sobre P-J Proudhon*, escrito sob forma de carta ao redator Schweitzer, do jornal Social-Demokrat.” (MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. **A sagrada família**: ou a crítica da crítica crítica: contra Bruno Bauer e consortes. Tradução de Marcelo Backes. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003, p. 34).

<sup>502</sup>“Marx tinha familiaridade com os textos dos socialistas franceses desde 1842 (...) Mas a influência de Proudhon no pensamento de Marx seria muito maior – tanto positiva quanto negativa. Os seguidores posteriores de Proudhon tiveram tendência a ser mais influenciados pela sua obra anterior *O que é a propriedade?* (1840), mais conhecida pela resposta: 'É roubo.' Foi aqui que Proudhon exibiu a inclinação anarquista do seu pensamento. Esta obra também causou enorme impressão em Marx. No seu primeiro artigo sobre comunismo, escrito em 1842 para o *Rheinische Zeitung*, Marx se referiu ao 'arguto trabalho de Proudhon', que, com outras obras teóricas menores de linha semelhante, 'não pode ser criticado com base em lampejos superficiais do pensamento, mas só ao fim de um prolongado e profundo estudo.’ (FOSTER, *op. cit.*, 2005, p.180).

<sup>503</sup>“Assim como a primeira crítica de toda ciência está necessariamente implícita nas premissas da ciência por ela combatida, assim também a obra de Proudhon *Qu'est-ce que la propriété?* é a crítica da economia política a partir do ponto de vista da economia política.” (MARX. ENGELS. *op. cit.*, 2003, p. 43).

<sup>504</sup>*Ibid.*, *loc.cit.*

<sup>505</sup>“Todos os desenvolvimentos da economia política têm a propriedade privada como premissa. Essa premissa fundamental constitui para ela um fato irrefutável, que ela não submete a nenhuma análise posterior. (...) Proudhon, de sua parte, submete a base da economia política, a propriedade privada, a uma análise crítica e, seja dito, à primeira análise decisiva de verdade, implacável e ao mesmo tempo científica. Esse é, aliás, o grande progresso científico feito por Proudhon, um progresso que revolucionou a economia política e tornou possível uma verdadeira ciência da economia política.” (*Ibid.*, *loc.cit.*).

<sup>506</sup>“Mas a primeira obra de Marx mais preocupada com a economia que com a filosofia seria a *Miséria da filosofia* (1847). Ironicamente, isto se configurou como uma crítica do *Sistema das contradições econômicas, ou A filosofia da miséria* (1846) de Proudhon. (FOSTER, *op. cit.*, 2005, p.181.).

do reformismo social para conservar a estrutura da sociedade burguesa.<sup>507</sup> Seu empreendimento em *Filosofia da miséria* sustenta a possibilidade de tornar a ordem social burguesa sem desigualdades; ancorado no ideário de providencialismo<sup>508</sup>, i.é, no estabelecimento da hipótese de um fundamento externo a história.<sup>509</sup>

Proudhon expressa seu pensamento econômico retratando as atividades humanas com a figura mítica de Prometeu, uma representação que é recorrentemente associada à dominação do homem sobre a natureza, pois, Prometeu, identificado com a sociedade humana, progride na medida em que amplia suas conquistas sobre a natureza.<sup>510</sup> Portanto, o prometeísmo<sup>511</sup> econômico surge com Proudhon, na sua obra *Filosofia da miséria*, que usou uma personificação do panteão da mitologia grega para representar a sociedade humana e sua

---

<sup>507</sup>“Esse socialismo burguês chegou até a ser elaborado em sistemas completos. Como exemplo, citemos a *Filosofia da Miséria* de Proudhon. Os socialistas burgueses querem as condições de vida da sociedade moderna sem as lutas e os perigos que dela decorrem fatalmente. Querem a sociedade atual, mas eliminando os elementos que a revolucionam e dissolvem.” (MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. **Manifesto comunista**. Tradução de Álvaro Pina. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007, p.65.). Interessante observar que neste comentário sobre o socialismo burguês Marx critica as organizações dos protetores dos animais, colocando-as na categoria de simples reformadores sociais. (N. do A.).

<sup>508</sup> Providencialismo: doutrina que considera Deus como o autor da história; neste *ismo* todos os fatos naturais e sociais dependem somente da providência divina. Proudhon é um defensor do providencialismo porque para explicar o desenvolvimento econômico da sociedade humana explicita essa conjugação: “tenho a necessidade da hipótese de Deus para mostrar o vínculo que une a civilização à natureza.” (PROUDHON, Pierre-Joseph. **Sistema das contradições econômicas: filosofia da miséria**. Tradução de J. C. Morel. São Paulo: Ícone Editora, 2003, p.63).

<sup>509</sup>“O *Sistema das contradições econômicas* era uma obra inteiramente diferente de *O que é a propriedade?* Mais conhecida pelo seu subtítulo, *Filosofia da miséria*, era uma mescla peculiar de, por um lado, uma tentativa de crítica de economia política e, por outro, uma tentativa de tornar a sociedade burguesa mais social – tudo embalado em alegorias extraídas da Antiguidade e referências teleológicas à providência.” (*Ibid.*, *loc.cit.*). De fato, quanto a este ponto sobre a providência, na *Filosofia da miséria* P-J Proudhon escreve: “Tenho a necessidade da hipótese de Deus para mostrar o vínculo que une a civilização à natureza. Com efeito, esta hipótese surpreendente – pela qual o homem assimila-se ao absoluto – implicando a identidade das leis da natureza e das leis da razão, permite-nos ver na indústria humana o complemento da operação criadora, torna solidários o homem e o globo que ele habita e – nos trabalhos de exploração deste domínio onde fomos colocados pela Providência e que assim se torna parcialmente nossa obra – esta hipótese nos faz conceber o princípio e o fim de todas as coisas.” (*Ibid.*, *loc.cit.*).

<sup>510</sup>De fato, sobre a figura mítica de Prometeu P-J Proudhon escreve: “Prometeu, segundo a fábula, é o símbolo da atividade humana. Prometeu furta o fogo do céu e inventa as primeiras artes; Prometeu prevê o futuro e quer igualar-se a Júpiter; Prometeu é Deus. Denominaremos, portanto, a sociedade de Prometeu. (...) Quanto mais ele estende suas conquistas sobre a natureza, mais ele fortifica em si mesmo o princípio de vida e de inteligência cujo exercício o torna feliz.” (*Ibid.*, p.147.).

<sup>511</sup>Prometeísmo é um termo que surgiu no interior da economia clássica. Surge pela primeira vez com o economista e filósofo francês P-J Proudhon na obra *Filosofia da miséria*. Proudhon partindo de uma metafísica da economia política concebe a atividade racional humana como sendo uma providência divina. Para explicar o desenvolvimento e progresso da sociedade humana Proudhon utiliza o famoso *Mito de Prometeu*. O fogo que Prometeu roubou dos deuses e deu aos homens representa a inteligência, com ela os homens passam a dominar as ciências que lhes proporciona descobrir as leis da natureza e assim melhorarem a sua vida em todos os aspectos. Em suma, em sentido estrito, prometeísmo está associado à dominação do homem sobre a natureza; definição que pode ser especificada para, domínio da técnica, do conhecimento da natureza que possibilitou o progresso da sociedade humana visando à felicidade geral. A crítica que se faz quando acusa um pensamento de prometeísta é no sentido de que esse domínio sobre a natureza, perpetrado pelo homem, só visa o progresso sem considerar a natureza em si, mas vendo esta como simples meio e instrumento da vontade humana, e que desconsidera os seus limites naturais. (N. do A.).

atividade econômica; escolheu a figura de Prometeu porque a atitude desta personificação representa a ideia de progresso humano, i.é, de superação dos limites impostos pela natureza; o fogo dado aos homens por Prometeu representa a inteligência, com ela os homens passam a dominar os conhecimentos que lhes proporciona descobrir os segredos da natureza. E, portanto, na medida em que aumenta esse domínio sobre a natureza os homens confirmam e consolidam sua extraordinária capacidade racional e, por conseguinte promovem o desenvolvimento social.

Segundo Foster, Marx contrapõe Proudhon, considerando que este em sua *Filosofia da miséria*, com seu ponto de partida no providencialismo, não explica a origem histórica da sociedade humana.<sup>512</sup> De fato, Marx nos *Grundrisse* critica o providencialismo proudhoniano tanto em sua vertente cristã quanto na versão dada pela mitologia grega; pois para ele ambas ignoram a verdadeira origem das relações econômicas, isto é, uma construção histórica executada pelos próprios homens através de sua atividade livre e racional e não uma sociedade dada e acabada.<sup>513</sup>

Por isso, Foster observa que o prometeísmo de Proudhon tem um caráter de explicação mecanicista<sup>514</sup> da história, pois é uma forma de reificação das relações sociais, sendo, portanto, um pensamento que reforça o *status quo* de desigualdade social.<sup>515</sup>

---

<sup>512</sup>“Marx argumentava que Proudhon, em vez de explicar a gênese histórica das relações sociais, reconhecendo que os seres humanos são ‘atores e autores do seu próprio drama’ e que a história é nesse sentido ‘profana’, recorria a noções reificadas: leis imutáveis e princípios eternos (tais como as suas referências às leis de proporção), Prometeu (um ‘tipo estranho’, completamente divorciado do mito original, mas representativo da mitologia do próprio Proudhon) e, acima de tudo, a providência.” (FOSTER, *op. cit.*, 2005, p.185).

<sup>513</sup>“Para Proudhon, entre outros, é naturalmente cômodo produzir uma explicação histórico-filosófica da origem de uma relação econômica, cuja gênese histórica ignora, com a mitologia de que Adão ou Prometeu esbarrou na ideia pronta e acabada, que foi então introduzida.” (MARX, Karl. **Grundrisse**: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política. Tradução de Mário Duayer e Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2011, p.40).

<sup>514</sup>Mecanicismo é a concepção da natureza e da sociedade como máquinas. Nesta perspectiva natureza e sociedade são compreendidas como sendo ordenadas e guiadas por leis científicas, especificamente leis matemáticas. Esta compreensão foi forjada a partir do cartesianismo que apresenta uma visão mecanicista do mundo material; que pode ser vista na célebre comparação do corpo com uma máquina. No livro *As Paixões da Alma*, Descartes afirma: “Julguemos que o corpo de um homem vivo difere do de um morto como um relógio, ou outro autômato (isto é, outra máquina que se mova por si mesma), quando está montado e tem em si o princípio corporal dos movimentos para os quais foi instituído, com tudo o que se requer para a sua ação, difere do mesmo relógio, ou outra máquina, quando está quebrado e o princípio de seu movimento pára de agir.” (DESCARTES, René. Discurso do método. Meditações. Objeções e respostas. **As paixões da alma**. Cartas. Tradução de J. Guinsburg e Bento Prado Júnior. São Paulo: Abril Cultural, 1973, p.228.). Em suma, os fenômenos naturais e os fatos sociais são explicados no mecanicismo por leis necessárias. Por exemplo: o movimento dos planetas é devido à lei da gravitação; o progresso econômico é explicado pela lei da oferta e da procura; etc. O principal aspecto do mecanicismo é o determinismo rigoroso que é devido à causalidade necessária presente em todos os fenômenos naturais e estendido aos fatos sociais. Por isso, o pensamento mecanicista concebe que tudo na natureza e na sociedade tem uma função determinada. (N. do A.).

<sup>515</sup>“Esta espécie de prometeísmo mecanicista era, pois uma forma de reificação (a tradução das relações humanas reais em relação entre coisas) e, portanto uma forma de esquecimento histórico que reforçava o *status quo*.” (FOSTER, *op. cit.*, 2005, p.186.).

Em a *Miséria da filosofia*, Marx critica veementemente esse prometeísmo de Proudhon exposto na *Filosofia da miséria*; como já dito anteriormente, em nota explicativa<sup>516</sup>, Foster observa que Marx é atacado injustamente por seus críticos virulentos como sendo um suposto defensor do prometeísmo, quando de fato a oposição mais explícita que se conhece contra essa doutrina foi realizada pelo próprio Marx no seu livro *Miséria da filosofia*.

Nesta obra Marx mostra a fragilidade da explicação do prometeísmo que demonstra, sem conseguir, como o trabalho dos homens na sociedade produzem um excedente. Marx critica o prometeísmo afirmando que o mesmo é uma teoria frágil tanto na lógica que adota quanto na economia política que propõe explicar.<sup>517</sup>

No primeiro aspecto, Marx argumenta que o *prometeísmo* quando ensina como funciona o processo econômico da sociedade o faz a revelar do indivíduo social.<sup>518</sup> Porém, considera Marx, quando o prometeísmo explica como é a produção e o consumo na sociedade, então se percebe como se trata de uma teoria falseadora da realidade; pois, não explica como a sociedade produz o excedente.<sup>519</sup>

Diante dessas considerações Marx passa então a revelar que a realidade social que o prometeísmo dissimula é o antagonismo das relações sociais. Marx afirma que as relações que o prometeísmo pressupõe não são relações de classes sociais e sim relações puramente individuais; como se fosse possível a pressuposição de um indivíduo social isolado, uma hipótese que se constitui numa contradição performativa. Na verdade, se as relações sociais não são consideradas, então não existe sociedade.<sup>520</sup> Marx explica que se fosse como a teoria de Proudhon, o prometeísmo econômico, faz, i.é, concebe o excedente de trabalho

---

<sup>516</sup> Cf. n. 423.

<sup>517</sup>“Este Prometeu do Sr. Proudhon é um personagem engraçado, tão fraco em lógica quanto em economia política.” (MARX, Karl. *Miséria da filosofia*. Tradução de J. C. Morel. São Paulo: Ícone, 2006, p.114).

<sup>518</sup>“Prometeu, quando apenas nos ensina a divisão do trabalho, a aplicação das máquinas, a exploração das forças naturais e do poder científico, multiplicando as forças produtivas dos homens e dando um excedente comparado a aquilo que produz o trabalho isolado, este novo Prometeu tem apenas a infelicidade ter chegado muito tarde.” (*Ibid.*, *loc.cit.*).

<sup>519</sup>“Mas no momento em que Prometeu se mete a falar de produção e de consumo, ele se torna realmente grotesco. Consumir para ele é produzir; ele consome no dia seguinte aquilo que produziu na véspera e é desta forma que ele possui sempre uma jornada de adiantamento; esta jornada de adiantamento é o seu ‘excedente de trabalho’. Mas se ele consome no dia seguinte aquilo que produziu na véspera, é necessário que no primeiro dia, que não teve véspera, ele tivesse trabalhado por duas jornadas, para que tivesse excedente. Como Prometeu ganhou no primeiro dia este excedente, quando não existia nem divisão do trabalho, em máquinas, nem mesmo conhecimentos de outras forças físicas que não a do fogo? Assim a questão, por ter sido recuada até o primeiro dia da segunda criação; nem por isso deu sequer um único passo adiante.” (*Ibid.*, *loc.cit.*).

<sup>520</sup>“O que é pois, em última instância este Prometeu ressuscitado pelo Sr. Proudhon? É a sociedade, são as relações sociais baseadas no antagonismo das classes. Tais relações não são relações de indivíduo para indivíduo mas sim de operário para capitalista, de arrendatário para proprietário rural, etc. Apaguemos tais relações e teremos aniquilado a sociedade inteira e nosso Prometeu nada mais será que um fantasma sem braços e nem pernas, isto é, sem oficina automática e sem divisão do trabalho, falto enfim de tudo aquilo que lhe demos primitivamente para fazer com que ele obtivesse este excedente de trabalho.” (*Ibid.*, p.116.).

pressupondo uma igualdade entre os indivíduos, então na prática bastava fazer uma distribuição igual da riqueza produzida entre todos os operários. Mas seguramente essa divisão não é realizada na riqueza produzida, pois a igualdade entre os indivíduos pressuposta pelo prometeísmo não leva em conta as condições sociais reais de produção, pois nestas a pretensa riqueza coletiva é apropriada pela classe que explora.<sup>521</sup>

Em suma, o prometeísmo esconde que o excedente produzido na sociedade é o resultado da exploração de uma classe social sobre outra.<sup>522</sup>

Conforme Foster, Marx foi um crítico ferrenho do prometeísmo, pois com esta doutrina o economista francês Proudhon apresenta uma visão metafísica do desenvolvimento tecnológico; como se este não tivesse sua gênese nas relações sociais de produção e exploração. Marx se põe contra o prometeísmo porque este em vez de explicar o progresso maquinário a partir das relações históricas o apresenta como uma invenção espontânea para a solução do problema da divisão do trabalho.<sup>523</sup>

Mas apesar de Marx apresentar essa crítica ao prometeísmo e sem dúvida de expor a primeira crítica sobre esse tema, Foster nos informa que ecomarxistas e ambientalistas que tem escrito sobre a relação entre o pensamento de Marx e a questão ambiental, têm considerado que Marx é um defensor do modo de produção que ele criticou como sendo próprio do prometeísmo, isto é, a dominação irrestrita do homem sobre a natureza. E que o livro *Manifesto comunista* seria a obra que inicialmente revelaria esta lacuna no pensamento marxiano, isto é, caudatário de uma concepção prometeísta no que tange a relação entre homem e natureza.<sup>524</sup>

---

<sup>521</sup>“Se pois na teoria bastasse, como fez o Sr. Proudhon, interpretar a fórmula do excedente de trabalho no sentido da igualdade sem levar-se em conta as condições efetivas de produção, deveria bastar na prática realizar uma distribuição igual entre todos os operários de todas as riquezas efetivamente adquiridas, sem nada modificar nas atuais condições de produção. Tal partilha não asseguraria um grande grau de conforto a cada um dos participantes.” (MARX, *op. cit.*, 2006, p.116).

<sup>522</sup>“Portanto foi necessário, para obter este desenvolvimento das forças produtivas e este excedente de trabalho, que existissem classes sociais que explorassem e classes sociais que padecessem.” (*Ibid.*, *loc.cit.*).

<sup>523</sup>“Marx foi particularmente crítico do prometeísmo mecanicista de Proudhon, da sua derivação do maquinário diretamente da divisão do trabalho – e do tratamento disto como formulação de um ‘objetivo providencial’. O ‘novo Prometeu’ de Proudhon é uma imagem semelhante a um deus que esconde a visão puramente metafísica do maquinário oferecida por Proudhon, que o destaca das relações sociais de produção e exploração e o vê segundo a sua própria lógica tecnológica. Rejeitando a noção de Proudhon de que o maquinário é ‘a síntese’, a solução para a divisão do trabalho, Marx envereda por um longo e detalhado relato das origens históricas do maquinário e da sua relação com a divisão do trabalho.” (FOSTER, *op. cit.*, 2005, p.186.). De fato Marx escreve: “com a introdução das máquinas, a divisão do trabalho no interior da sociedade cresceu, a tarefa do operário no interior da oficina foi simplificada, capital foi concentrado, o homem foi dividido ainda mais.” (MARX, Karl. **Miséria da filosofia**: resposta à filosofia da miséria do Sr. Proudhon. Tradução de José Paulo Netto. São Paulo: Boitempo, 2017, p.123).

<sup>524</sup>“Dada a natureza da crítica anterior de Marx ao ‘prometeísmo’ mecanicista de Proudhon, é um tanto irônico que o *Manifesto*, quando lido de uma perspectiva ecológica, seja frequentemente visto como o lócus primordial da assim chamada visão ‘prometéica’ da relação humano-natural. Segundo esta crítica muito comum, Marx

Sem esquadrinhar, Foster informa que essa concepção, de que Marx é adepto do prometeísmo, é uma acusação do pensamento pós-moderno<sup>525</sup> que fundamenta a teoria ecológica nessa crítica a Marx.<sup>526</sup>

Para Foster, essa rotulação ao pensamento de Marx emergiu da própria crítica marxiana a economia idealista de Proudhon, que surpreendentemente é usada contra a teoria marxiana, como se as considerações idealistas sobre a produção econômica pertencessem a Marx.<sup>527</sup>

Foster pondera que a crítica de Marx ao prometeísmo proudhoniano é claríssima, exceto para aqueles que desconhecem a obra marxiana.<sup>528</sup>

E quanto ao *Manifesto comunista*, obra apontada como marco desse germe prometeísta na concepção marxiana,<sup>529</sup> a verdade é que nela, considera Foster, encontramos listadas por Marx e Engels, críticas explícitas ao economicismo moderno; e, portanto uma perspectiva oposta ao prometeísmo.<sup>530</sup>

adotou o que o ambientalista socialista Ted Benton – ele mesmo um crítico de Marx a este respeito – chamou de ‘uma visão da história ‘prometéica’ ‘produtivista’. Reiner Grundmann, no seu *Marxism and ecology*, defende que a ‘premissa básica de Marx’ foi o ‘modelo prometéico’ da dominação da natureza. (...) Para o liberal Victor Ferkiss (...) ‘a atitude de Marx perante o mundo sempre conservou esse ímpeto prometéico, glorificando a conquista humana da natureza.’ Esta visão é sustentada pelo sociólogo Anthony Giddens, que reclama da ‘atitude prometéica’ que caracterizou o tratamento por Marx da relação homem-natureza nas suas obras em geral (excluídos os seus primeiros escritos), o que significava que ‘a preocupação de Marx em transformar as relações sociais humanas de exploração expressas em sistemas de classe não se estende à exploração da natureza’. O ecologista social John Clark vai ainda mais longe: ‘O homem prometéico de Marx é um ser que não está à vontade na natureza, que não vê a terra como a morada da ecologia.’ Até o socialista revolucionário Michael Löwy acusa Marx de ter adotado uma concepção otimista, prometéica, do desenvolvimento ilimitado das forças produtivas.” (FOSTER, *op. cit.*, 2005, p.190).

<sup>525</sup>A principal característica do pensamento pós-moderno é o relativismo radical. Tudo que é doutrina é reduzida a puro subjetivismo, a mera interpretação individual. Em certo sentido é uma negação as grandes realizações e descobertas das ciências da natureza.

<sup>526</sup>“Esta acusação de ‘prometeísmo’, é importante entender, implica certos pressupostos antimodernistas (pós-modernistas ou pré-modernistas) que se tornaram sacrossantos dentro de boa parte da Teoria Verde.” (*Ibid.*, p.191.).

<sup>527</sup>“Ironicamente, esta crítica de Marx como prometéico – cuja história é muito longa dentro da crítica de Marx, remontando aos primeiros anos da guerra fria – parece ter emergido de forma muito circular da própria crítica de Marx a Proudhon no que diz respeito a isso. Assim, a crítica de Marx das bases mítico-religiosas da análise do maquinário e da modernidade de Proudhon foi de alguma forma transposta (por aqueles que perderam de vista a história real desta crítica) para uma crítica do próprio Marx – como se tais visões fossem características dele, mais que de Proudhon.” (*Ibid.*, *loc.cit.*).

<sup>528</sup>“No caso do assim chamado ‘prometeísmo’, a crítica de Marx a Proudhon a respeito disso não poderia ser mais clara – exceto, é claro, para os que não conseguiram ler o próprio Proudhon, e, portanto não têm um verdadeiro entendimento da natureza da crítica de Marx.” (*Ibid.*, *loc.cit.*).

<sup>529</sup>“O *Manifesto comunista*, como já vimos, é com frequência criticado pela sua alegada defesa direta do ‘prometeísmo’ mecanicista de Proudhon, atribuído com frequência aos próprios Marx e Engels, apesar da crítica inicial de Marx a Proudhon a respeito.” (*Ibid.*, p.195.).

<sup>530</sup>“O *Manifesto*, apesar do seu intento popular, polêmico, já trazia implícito em si uma compreensão da relação entre a concepção materialista da natureza e a concepção materialista da história, bem como importantes ingredientes de uma perspectiva ecológica oposta ao prometeísmo mecanicista de Proudhon.” (*Ibid.*, *loc.cit.*).

#### 4.5 O metabolismo da natureza na obra marxiana

Foster pondera que na principal obra de Marx, *O Capital*, a concepção materialista de história alcançou plena integração com a concepção materialista de natureza.<sup>531</sup> Isto significa que se pode escrutinar nesta referência a relação entre economia e natureza em Marx, o que foi, segundo ele, diligentemente realizado pelo pesquisador ecomarxista Paul Burkett.<sup>532</sup>

Os ecomarxistas<sup>533</sup> discorrem que embora na tradição o pensamento de Marx não seja associado a uma perspectiva ambientalista, e por isso para os críticos ele não teria tematizado sobre os problemas ambientais ocasionados pela produção humana, porém é inegável que a crítica marxiana considera que a produção econômica é um processo social e material, criada e limitada pela relação entre homem e natureza.

De fato Marx explicita no *Capital* o conceito de metabolismo<sup>534</sup> entre sociedade e natureza para definir a atividade produtiva, o trabalho, como um processo entre homem e natureza, mas deixa claro que ela não se refere a atividade instintiva.<sup>535</sup> Por isso, Marx apresenta seu célebre exemplo onde compara as atividades da aranha com a do tecelão e a da

---

<sup>531</sup>“Foi no *Capital* que a concepção materialista de natureza de Marx alcançou plena integração com a sua concepção materialista de história.” (FOSTER, *op. cit.*, 2005, p.195).

<sup>532</sup> Paul Burkett é norte-americano e atua como professor na Universidade de Indiana, EUA. Suas obras discutem a relação entre marxismo e economia sustentável. Suas principais publicações nesse debate são: *Marx and Nature: a red and green perspective* e *Marxism and ecological economics: toward a red and green political economy*. (N. do A.).

<sup>533</sup>No contexto contemporâneo surgiu um debate entre os pesquisadores do marxismo acerca da relação deste com a economia política ecológica; que forjou entre seus participantes uma nova corrente de interpretação do marxismo que recebeu o neologismo de ecomarxismo, que em linhas gerais pode ser definido como a corrente do pensamento marxista que diante da constatação da crise ecológica propõe uma abordagem partindo da teoria social de Marx para seu enfrentamento. Entretanto, não existe unanimidade entre seus proponentes acerca da relação entre o pensamento marxista e a política econômica do discurso ecológico contemporâneo; estabelecendo-se no interior do ecomarxismo duas perspectivas. A que defende que não há problemas na relação entre o marxismo e a política econômica ecológica é denominada de “vermelhos”, enquanto aquela que considera que a relação entre marxismo e ecologismo tem limites é apresentada como “verdes”. (N. do A.).

<sup>534</sup>“A partir de 1840, e até os dias de hoje, o conceito de metabolismo tem sido usado como uma categoria-chave na abordagem da teoria dos sistemas à interação dos organismos com o seu meio ambiente. Ele capta o complexo processo bioquímico da troca metabólica, através do qual um organismo (ou uma determinada célula) se serve dos materiais e da energia do seu ambiente e os converte por meio de várias reações metabólicas nas unidades constituintes do crescimento. Além disso, o conceito de metabolismo é usado para se referir aos processos regulatórios específicos que governam esta complexa troca entre os organismos e o seu ambiente. Hoje, o conceito de ‘metabolismo’ é empregado por Eugene Odum e outros eminentes ecologistas de sistemas para se referir a todos os níveis biológicos, começando com a célula isolada e terminando no ecossistema.” (FOSTER, *op. cit.*, 2005, p.226).

<sup>535</sup>“O trabalho é, antes de tudo, um processo entre o homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu *metabolismo* com a natureza. Ele se confronta com a matéria natural como uma potência natural. A fim de se apropriar da matéria natural de uma forma útil para sua própria vida, ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporeidade: seus braços e pernas, cabeça e mãos. Agindo sobre a natureza externa e modificando-a por meio desse movimento, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. Ele desenvolve as potências que nela jazem latentes e submete o jogo de suas forças a seu próprio domínio. Não se trata, aqui, das primeiras formas instintivas, animais, do trabalho.” (MARX, *op. cit.*, 2013, p.255).

abelha com a do arquiteto.<sup>536</sup> Marx assevera que pressupõe o trabalho como uma atividade que diz respeito unicamente ao homem.<sup>537</sup> Ou seja, este possui uma capacidade que permite-lhe ultrapassar os condicionamentos da natureza. E qual seria esta distintividade da atividade humana em relação a atividade instintiva?

Marx afirma que é a capacidade de projeção, imaginação ou representação do objeto antes de construí-lo. Ou seja, na atividade laboral o resultado do trabalho já existe formalmente. Mas, não caberia objetar que sendo assim, essa distintividade não se limitaria apenas em alterar a forma do material natural? Marx observa que não, pois o trabalho humano além de transformar a natureza, realiza nela o seu propósito que antes tinha premeditado.<sup>538</sup>

De acordo com Foster, Marx ao escrever *O Capital* em 1860 se referencia nas pesquisas de alguns especialistas das ciências naturais da época, o que culminou na apresentação do que o autor de *A ecologia de Marx*, se referenciando nos escritos marxianos, convencionou chamar de a falha metabólica.<sup>539</sup>

Essa consideração revela que havia um discurso científico em pleno século XIX que tinha conhecimento da degradação do solo devido a uma atividade econômica irracional.<sup>540</sup>

#### **4.5.1 A consciência ambiental no contexto de Marx**

Antes de adentrar nos pormenores sobre o conceito de falha metabólica cunhado por Foster, é preciso observar que é lugar comum considerar que no contexto de Marx não havia uma consciência acerca dos problemas ambientais.<sup>541</sup> Foster contradiz essa opinião

---

<sup>536</sup>“uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e uma abelha envergonha muitos arquitetos com a estrutura de sua colméia. Porém, o que desde o início distingue o pior arquiteto da melhor abelha é o fato de que o primeiro tem a colméia em sua mente antes de construí-la com a cera. No final do processo de trabalho, chega-se a um resultado que já estava presente na representação do trabalhador no início do processo, portanto, um resultado que já existia idealmente.” (MARX, *op. cit.*, 2013, p.255).

<sup>537</sup>*Ibid.*, *loc. cit.*

<sup>538</sup>“Isso não significa que ele se limite a uma alteração da forma do elemento natural; ele realiza neste último, ao mesmo tempo, seu objetivo, que ele sabe que determina, como lei, o tipo e o modo de sua atividade e ao qual ele tem de subordinar sua vontade.” (*Ibid.*, p. 256.). Essa observação nos indica que a atividade laboral não se limita apenas a transformar a natureza em que opera, pois se fosse assim a atividade seria instintiva, como a de tantos outros animais. No entanto, ela ao mesmo tempo que modifica a forma do objeto natural, imprime nele o projeto que o homem tinha conscientemente em mira, projeto que se constitui na lei determinante do modo de operar do homem e ao qual ele tem que subordinar sua vontade.

<sup>539</sup>“Ao escrever *O capital* no início da década de 1860, Marx foi profundamente afetado pela análise de Liebig.” (FOSTER, *op. cit.*, 2005, p.218). Justus von Liebig foi um químico alemão que se notabilizou com a pesquisa sobre fertilizantes. (N. do A.).

<sup>540</sup>FOSTER, *op. cit.*, 2005, p.211-212.

<sup>541</sup>“Considera-se que como Marx é um pensador do século XIX, ele, assim como seus contemporâneos, não tematizou questões ambientais. Pois, admiti-se, que é próprio deste contexto não existir uma consciência ambiental, porque a descoberta dos limites dos recursos naturais só vieram a acontecer no século XX.”

apresentando uma série de referências e pesquisadores que no contexto específico de Marx apresentaram críticas a fatos ocorridos no meio ambiente em decorrência da produção capitalista e que contemporaneamente são equiparáveis aos problemas ecológicos.<sup>542</sup>

Uma dessas provas históricas contra esse discurso comum encontra-se nas teorias do economista James Anderson<sup>543</sup> que apresentou em sua obra uma denúncia sobre a perda de fontes naturais de fertilizantes, provocada pelo aumento da divisão entre cidade e campo.<sup>544</sup>

A importância ecológica dessa denúncia é inegável, pois com a escassez de fertilizantes naturais logo a necessidade fez com que o sistema capital desenvolvesse uma indústria de fertilizantes artificiais e antiecológicos que hoje evoluídos luta-se para serem retirados do uso agrícola.

Foster diz que Marx estudou a obra de Anderson e incorporou aos seus escritos suas teses sobre o desenvolvimento agrícola.

Sendo que a maior contribuição deste economista seria a historicização da questão da fertilidade do solo.

Pois, até então se presumia que os diferentes graus de fertilidade eram mero produto da natureza, e deixava-se de lado a fertilidade dada a terra pelo trabalhador.<sup>545</sup>

Foster observa que a teoria sobre o arrendamento diferencial já estava elaborada desde o século XVIII por Anderson na obra *Uma investigação acerca da natureza das leis do cereal*. O arrendamento era uma cobrança pelo uso dos solos mais férteis.

Malthus e Ricardo, escrevendo décadas mais tarde, afirmavam que a fonte do diferencial de fertilidade se devia exclusivamente as condições naturais de produtividade, independentes dos seres humanos.<sup>546</sup> Ao contrário, na teoria de Anderson a existência do arrendamento diferencial era atribuída primordialmente a mudanças históricas na fertilidade do solo, e não a condições de fertilidade absoluta.<sup>547</sup>

(ECOLOGIA E ECOLOGISMO. **Pensamento ecológico: boletim informativo**. São Paulo, n. 15, ago. 1982, p. 32-33.).

<sup>542</sup>Dentre esses pesquisadores Foster cita: Henry Carey, George Waring, James Anderson e Justus von Liebig. (Foster, *op. cit.*, 2005, p.205).

<sup>543</sup>James Anderson (1739-1808), economista político e agricultor escocês. Foster afirma que Marx considera Anderson como o criador da teoria do arrendamento diferencial. Em linhas gerais essa tese concebe o progresso histórico da agricultura. (FOSTER, *op. cit.*, 2005, p.205).

<sup>544</sup>“Anderson afirmou em *Uma investigação minuciosa das circunstâncias que levaram à escassez atual de grãos na Grã-Bretanha*. (1801) que a crescente divisão entre cidade e campo havia levado à perda de fontes naturais de fertilizantes.” (*Ibid.*, p.206.).

<sup>545</sup>“O fulcro da contribuição de Anderson, argumentou Marx escrevendo nas décadas de 1850 e 1860 em *Teorias da mais-valia*, a sua longa exegese tripartite sobre o desenvolvimento da economia política clássica, estava no fato de que Anderson havia historicizado a questão da fertilidade do solo.” (*Ibid.*, p.207).

<sup>546</sup>*Ibid.*, p.205.

<sup>547</sup>*Ibid.*, p.206.

Anderson, ao considerar que são as mudanças na produtividade relativa do solo, e não as condições de fertilidade absoluta, que são responsáveis pelo diferencial de fertilidade; defendia a possibilidade da melhoria continuada do solo, através de adubagem, drenagem e irrigação.<sup>548</sup>

Sendo assim a produtividade do solo menos fértil pode crescer a ponto de chegar muito mais perto da produtividade do solo mais fértil, porém, o contrário também podia ocorrer, isto é, o solo podia ser degradado pelo homem.<sup>549</sup>

Segundo Foster, Anderson afirma que o fracasso na melhoria da fertilidade do solo é decorrência dessa compreensão.<sup>550</sup> E mais, diz que Anderson explicou que a terra na Inglaterra que pertence aos proprietários fundiários e era cultivada pelos agricultores arrendatários consistia num grande obstáculo a agricultura racional, pois o agricultor tendia a evitar todas as melhorias cujo pleno retorno extrapolasse o prazo do arrendamento.<sup>551</sup>

De fato, Marx em *Teorias da Mais-Valia*, no Livro IV de *O Capital*, história da teoria econômica<sup>552</sup>, apresenta diversas referências sobre esse economista e as contribuições de seus escritos.

No Livro IV, Marx atribui a Anderson a teoria da renda em detrimento de Ricardo e Malthus.<sup>553</sup> Em outra nota, Marx afirma que Anderson sustentou explicitamente a capacidade absoluta de melhoramento do solo.<sup>554</sup>

Marx cita ainda a obra *Uma investigação acerca da natureza das leis do cereal, com vista ao novo projeto de lei do cereal proposto para a Escócia de 1777*; onde diz que Anderson expõe de passagem a teoria da renda, pois esse ensaio foi escrito por causa de uma controvérsia que se revela no próprio título, isto é, sobre um ato legislativo iminente em que industriais e donos de terras tinham interesses completamente antagônicos.<sup>555</sup>

---

<sup>548</sup>FOSTER, *op. cit.*, 2005, p.206.

<sup>549</sup>*Ibid.*, *loc.cit.*

<sup>550</sup>*Ibid.*, *loc.cit.*

<sup>551</sup>*Ibid.*, *loc.cit.*

<sup>552</sup>“Entrego hoje ao público o primeiro volume [O processo da produção do capital ] da obra [*O Capital*] que continua meu livro *Contribuição à crítica da economia política*, editado em 1859. (...) O segundo volume desta obra tratará do processo de circulação do capital (Livro II) e das formas concretas do processo de produção capitalista considerado globalmente (Livro III); e o volume terceiro e último (Livro IV), da história da teoria [econômica].”(MARX, Karl. Prefácio da 1ª edição. In: MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Livro I, V.1. Tradução de Reginaldo Sant’Anna. 27ªed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 15-19.).

<sup>553</sup>“Não foi Ricardo quem criou a teoria da renda. Antes dele, West e Malthus puseram-na em letra de forma. Mas a fonte original é Anderson.” (MARX, Karl. **Teorias da mais-valia: história crítica do pensamento econômico** – Livro IV, V.II. tradução de Reginaldo Sant’anna. São Paulo: DIFEL, 1980, p.468.).

<sup>554</sup>“(…) Anderson, sustenta explicitamente a capacidade absoluta de melhoramento de todo o solo.“ (*Ibid.*, p.521.).

<sup>555</sup>“A primeira obra de Anderson, onde ele expõe incidentalmente a teoria da renda, era trabalho polêmico prático, não sobre renda, mas sobre protecionismo. Apareceu em 1777, e o título já diz, primeiro, que visa um

Segundo Marx, essa obra de Anderson era uma polêmica em favor dos interesses dos agricultores e contra os interesses dos industriais.<sup>556</sup>

Marx explica que por essa razão a pesquisa de Anderson não despertou interesse porque foi escrita devido a uma polêmica e, além disso, a atenção naquele contexto estava dirigida para a obra de Adam Smith, *Wealth of Nations* (1776) publicada um ano antes da obra de Anderson.<sup>557</sup>

Marx enfatiza que mesmo numa coletânea de ensaios que Anderson publicou anteriormente, intitulada *Ensaio relativos à agricultura e aos assuntos rurais* (1775) e também numa obra posterior, designada de *Recreações na agricultura, história natural, artes, etc.* (1799); a teoria da renda de Anderson aparece apenas de passagem.<sup>558</sup>

Marx comenta que Anderson não percebeu a grandiosidade de sua teoria, pois se tivesse visto a importância da sua pesquisa poderia tê-la singularizado com o título de “Investigação acerca da natureza da renda”.<sup>559</sup>

Segundo Marx, a importante descoberta da doutrina da renda de Anderson foi plagiada substancialmente por Malthus que a usou como fundamento da sua teoria da população.<sup>560</sup>

Porém, apesar desta apropriação de Malthus, Marx observa que Anderson é adversário da teoria da população, pois sustenta que a terra tem capacidade perene e ascendente de

objeto prático e, segundo, que se refere a um ato legislativo iminente em que industriais e donos de terras tinham interesses opostos: *An enquiry into the Nature of the Corn Laws, with a view to the new Corn Bill proposed for Scotland*, Edimburgo, 1777.“ (MARX, *op. cit.*, 1980, p.553).

<sup>556</sup>“A obra de Anderson era assim polêmica em favor dos interesses dos agricultores (proteção) (e inclusive donos de terra) e contra os interesses dos industriais.” (*Ibid.*, *loc.cit.*).

<sup>557</sup>“Anderson era experiente arrendatário. Sua primeira obra, onde se ventila de passagem a natureza da renda, apareceu em 1777, tempo em que Sir James Stewart ainda era o economista dominante para parte do público, mas em que a atenção geral se dirigia para a *Wealth of Nations*, aparecida um ano antes. Em contrapartida não podia despertar interesse a obra do agricultor escocês, escrita por causa de uma controvérsia de caráter prático e imediato, sem o propósito de tratar da renda e que explica a natureza dela apenas como tema incidental.” (*Ibid.*, p.545.).

<sup>558</sup>“Nessa obra tratou Anderson da renda em caráter acidental e não premeditado. Sua teoria sobre ela reaparece, também de passagem, em um ou dois de seus ensaios da coletânea que ele mesmo publicou em três volumes sob o título: *Essays Relating to Agriculture and rural Affairs*, 3 vol., Edimburgo, 1775-1776. O mesmo se dá na obra *Recreations in agriculture, Natural History, Arts etc.*, Londres (consultá-la no British Museum,) publicada de 1799 a 1802.” (*Ibid.*, p.546.).

<sup>559</sup>“A coisa mudaria de figura se Anderson tivesse pressentido a importância do achado e o singularizasse para o público no título *Inquiry into the nature of rent.*” (*Ibid.*, *loc.cit.*).

<sup>560</sup>“Malthus utilizou a teoria andersoniana da renda para dar pela primeira vez fundamento tanto econômico-nacional quanto real (histórico-natural) à sua teoria da população. (...) Ricardo, pelo visto, não conhecia Anderson, pois no prefácio de sua *Economia política* considera West e Malthus os descobridores [da doutrina da renda]. West, pela maneira original como expõe a lei, podia não conhecer Anderson. A coisa muda com Malthus. Um cotejo cuidadoso de sua obra evidencia que conhece e utiliza Anderson. Era em substância plagiário por ofício.” (*Ibid.*, *loc.cit.*).

melhorar.<sup>561</sup> Ou seja, a doutrina da renda de Anderson refuta a Teoria de Malthus, *On Population*.<sup>562</sup>

E, por fim, Marx comenta textualmente que Anderson não admite que os diferentes graus de fertilidade sejam mero produto natural. Para em seguida, citando Anderson, considerar que decorrem também do trabalho que foi dado a terra.<sup>563</sup>

Em suma, diz Foster, Anderson não só desenvolveu uma análise do arrendamento e da melhoria (e degradação) agrícola de base histórica como também foi um crítico do *Ensaio sobre a População* de Malthus.<sup>564</sup>

Teoria que atualmente nos discursos ambientais alguns consideram como sendo substancialmente ecológica.<sup>565</sup>

Segundo Foster, Marx reviu essas primeiras teorias da agricultura e do arrendamento antes de escrever *O Capital* (1860), e observou uma divisão histórica em relação ao seu contexto.<sup>566</sup> Foster, diz que Marx considera que as causas da exaustão do solo eram

<sup>561</sup>“A teoria da população é o preconceito mais perigoso. A produtividade da agricultura, procura demonstrar ele no plano histórico, sobe com população crescente e baixa com população decrescente.” (ANDERSON, *apud* MARX, *op. cit.*, 1980, p. 574-575).

<sup>562</sup>“A obra de Malthus *On Population* – a primeira edição – uma vez que não contém palavra científica nova, deve ser considerada apenas importuno sermão de capuchinho. (...) A teoria de Malthus, no que depende da teoria de Anderson, está refutada pelo próprio Anderson.” (*Ibid.*, p.552.). Segundo Foster, Malthus argumenta, se apoiando na lei natural, que a declinação da produtividade agrícola das terras férteis dadas à produção era decorrência das pressões populacionais crescentes. Anderson mostra que o problema é devido às mudanças históricas na fertilidade do solo, e não a condições de fertilidade absoluta. (FOSTER, *op. cit.*, 2005, p.205-206).

<sup>563</sup> “Como poderia parecer pela passagem acima, Anderson de maneira nenhuma admite, ao contrário da impressão que poderia dar a passagem acima, que os diferentes graus de fertilidade são mero produto da terra.” (MARX, *op. cit.*, 1980, p.577.). “A diversidade infinita dos solos decorre em parte da possibilidade de esses solos, em relação ao estado original, se terem transformado muito em virtude dos tipos de cultura a que foram submetidos antes, dos adubos.” (ANDERSON, *apud* MARX, *op. cit.*, 1980, p. 577.). “Por um lado, o progresso da produtividade do trabalho universal torna mais fácil arrotear a terra; por outro, o cultivo aumenta as diferenças entre os solos, pois o terreno A, cultivado, e o B, inculto, podem ter tido a mesma fertilidade original, se tirarmos da fertilidade de A, a porção que hoje lhe é natural, mas antes lhe foi dada artificialmente. O próprio cultivo aumenta, portanto a diversidade de fertilidade natural entre os solos cultivados e os incultos.” (*Ibid.*, *loc.cit.*).

<sup>564</sup>FOSTER, *op. cit.*, 2005, p.208.

<sup>565</sup> Hans Jonas em seu *Principio de responsabilidade* é um desses pesquisadores que reeditam o problema do crescimento populacional. Segundo Jonas, “A ameaça de catástrofe do ideal baconiano de dominação da natureza por meio da técnica reside, portanto, na magnitude do seu êxito. Esse êxito tem duplo aspecto: econômico e biológico. (...) Mas o êxito biológico, do qual inicialmente se tinha menos consciência, potencializou e acelerou o perigo: o aumento numérico desse mesmo corpo coletivo metabolizante, ou seja, o crescimento exponencial da população na esfera de influência da civilização técnica, estendendo-se recentemente por todo o planeta. O crescimento da população não só repercute sobre aquele primeiro processo [econômico], acelerando o seu ritmo e multiplicando os seus efeitos, mas lhe tira a possibilidade de parada.” (JONAS, *op. cit.*, 2006, p.235). E em outro lugar Jonas textualmente considera que Malthus foi o primeiro a descobrir o que ele chama de lei ecológica que impede a pilhagem excessiva de uma espécie por outra. “A severa lei da ecologia impedia toda pilhagem excessiva de uma espécie por outra, compreendida primeiramente por Malthus.” (*Ibid.*, p.230).

<sup>566</sup>FOSTER, *op. cit.*, 2005, p.209.

desconhecidas dos economistas que discutiram sobre o arrendamento diferencial porque a química agrícola não era desenvolvida na época.<sup>567</sup>

Foster observa que Marx conseguiu fazer essa importante consideração porque teve acesso a pesquisa do cientista alemão Justus von Liebig que em seu ensaio, *Química orgânica e suas aplicações na agricultura e na fisiologia*, explica que o conhecimento agrícola era limitado, porque na época as propriedades químicas da terra eram desconhecidas.<sup>568</sup>

E de fato encontra-se nos escritos marxianos uma referência elogiosa a respeito da obra desse cientista e de sua contribuição para a crítica a agricultura capitalista, assim como revela, numa pesquisa daquele contexto, uma consciência sobre um problema equiparável as questões que hoje se chamam de ambientais. Marx explicita em *O Capital* seu reconhecimento a pesquisa científica de Justus von Liebig, considerando que a obra deste cientista tem o mérito de mostrar o lado negativo da agricultura capitalista.<sup>569</sup>

#### 4.5.2 A ruptura metabólica

Metabolismo, diz Foster, é um conceito que Marx fez uso com mais precisão na sua obra *O Capital* para explicar a relação entre homem e natureza através da produção social.<sup>570</sup>

Este conceito surge no interior das ciências naturais, especificamente com a Fisiologia, que o utilizava para explicar como ocorriam as trocas materiais dentro dos organismos vivos pelo processo de respiração, porém, posteriormente seu uso foi ampliado para outros campos.<sup>571</sup>

---

<sup>567</sup>FOSTER, *op. cit.*, 2005, p.210.

<sup>568</sup>“Marx fez esta observação depois de ler, na sétima edição de *Organic chemistry in its application to agriculture and physiology*, a avaliação de Liebig sobre o estado do conhecimento agrícola antes de 1840, ano em que saiu a primeira edição da sua notável obra. Segundo Liebig, o conhecimento agrícola antes de 1840 enfatizava o papel do esterco e do ‘poder latente’ na terra ou solo. Visto que na época as propriedades químicas do solo eram desconhecidas.” (*Ibid.*, *loc.cit.*).

<sup>569</sup>“Ter analisado o aspecto negativo da agricultura moderna de um ponto de vista científico é um dos méritos imortais de Liebig.” (MARX, *op. cit.*, 2013, p.573).

<sup>570</sup>“O conceito posterior de metabolismo de Marx, porém, permitiu-lhe expressar esta relação fundamental de forma mais científica e sólida, retratando a troca complexa, dinâmica, entre os seres humanos e a natureza decorrente do trabalho humano.” (FOSTER, *op. cit.*, 2005, p.223).

<sup>571</sup>“A introdução do termo ‘metabolismo’ (*Stoffwechsel*) remonta a 1815 e ele foi adotado pelos fisiologistas alemães nas décadas de 1830 e 1840 para se referir primariamente a trocas materiais dentro do organismo, relacionadas com a respiração.” (*Ibid.*, p.224.).

Foi Liebig que promoveu a ampliação da aplicação do conceito de metabolismo, quando o usou em seu ensaio, *Química animal*, para analisar a degradação de tecidos animais; que pode ser vista como a primeira menção da noção de falha no metabolismo.<sup>572</sup>

Foster, referenciando-se nas obras marxianas, afirma que foi à pesquisa de Liebig em pleno século XIX que levou Marx a considerar o que ele chama de ‘falha metabólica’ na relação entre sociedade e natureza.<sup>573</sup>

Esta ruptura seria em linhas gerais um intercâmbio estranhado na relação entre homem e natureza. Ou seja, a degradação de um e de outro.<sup>574</sup>

De fato, Marx, citando textualmente Liebig, explicita em *O Capital* essa falha no processo do metabolismo social; quando explica que a propriedade fundiária ao esvaziar a população agrícola e aumentar a população industrial produz condições que provocam a ruptura no metabolismo social.<sup>575</sup> Marx nestas considerações não deixa nenhuma dúvida sobre que condições degeneradas são essas e o que as produziu. Ou seja, trata-se da ruptura na relação entre homem e natureza provocada pelo sistema industrial capitalista. Isto fica evidente quando Marx diz que as conseqüências são a ruína do trabalho e da terra. E tem mais, Marx não fica indiferente a degradação do homem e da natureza. Ele textualmente denuncia que o sistema industrial debilita os trabalhadores e esgota a terra.<sup>576</sup> Por isso, é equivocada a crítica virulenta de que em *O capital* de Marx não existe nenhuma referência considerando que a produção capitalista é responsável pela degradação da relação entre

---

<sup>572</sup>“Mas o termo recebeu uma aplicação um tanto mais ampla (e, portanto mais corrente) ao ser usado por Liebig em 1842 na *Animal chemistry*, a grande obra subsequente à *Agricultural chemistry*, de 1840. Na *Animal chemistry*, Liebig introduziu a noção de processo metabólico no contexto da degradação de tecidos. Mais tarde ela foi ainda mais generalizada e surgiu como um dos conceitos-chave, aplicável tanto no nível celular quanto na análise de organismos inteiros, no desenvolvimento da bioquímica.”(FOSTER, *op. cit.*, 2005, p.225).

<sup>573</sup>“Sob a influência de Liebig, que estudou atentamente, copiando extensos trechos da obra de Liebig nos seus cadernos de apontamentos científicos, Marx desenvolveria uma crítica sistemática da exploração capitalista do solo.” (*Ibid.*, p.218.).

<sup>574</sup>“Mais importante que tudo, o conceito de metabolismo deu a Marx um modo concreto de expressar a noção da alienação da natureza (e da sua relação com a alienação do trabalho) que desde os seus primeiros escritos foi central à sua crítica.” (*Ibid.*, p.223.).

<sup>575</sup>“A grande propriedade do solo reduz a população agrícola a um mínimo em diminuição constante e opõe-lhe uma população industrial cada vez maior, aglomerada em grandes cidades, gerando assim as condições para uma ruptura irremediável no metabolismo social, prescrito pelas leis naturais da vida; dessa ruptura decorre o desperdício da força da terra, o qual, em virtude do comércio, é levado muito além das fronteiras do próprio país.” (MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política: Livro III: o processo global da produção capitalista.** Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2017, p. 873.).

<sup>576</sup>“A indústria e a agricultura em grandes escala, exploradas de modo industrial, atuam de forma conjunta. Se num primeiro momento elas se distinguem pelo fato de que a primeira devasta e destrói mais a força de trabalho e, com isso, a força natural do homem, ao passo que a segunda depreda mais diretamente a força natural da terra, posteriormente, no curso do desenvolvimento, ambas se dão as mãos, uma vez que o sistema industrial na zona rural também exaure os trabalhadores, enquanto a indústria e o comércio, por sua vez, fornecem à agricultura os meios para o esgotamento do solo.” (*Ibid.*, *loc.cit.*).

homem e natureza.<sup>577</sup> Em suma, a ruptura no metabolismo social que Marx aponta como consequência da produção capitalista é uma denúncia explícita da degradação da natureza e do homem causada por esse modo de produção.<sup>578</sup>

Portanto, temos uma fundamentação no próprio contexto marxiano que explicita uma consciência do problema da relação entre homem e natureza, visto no esgotamento do solo, no desmatamento e na poluição, que é equiparável a crítica ecológica atual acerca da industrialização sobre o meio ambiente.<sup>579</sup> Marx afirma que a produção capitalista é a razão do excedente populacional da zona urbana e do seu aumento constante; essa imigração do campo para a cidade já denota a ruptura entre homem e natureza. A concentração dos homens numa determinada zona fez com que se deteriorassem suas forças naturais devido a sua dissociação com a terra.

#### 4.5.3 A concepção de sustentabilidade implícita na obra de Marx

---

<sup>577</sup>“Com a predominância sempre crescente da população urbana, amontoada em grandes centros pela produção capitalista, esta, por um lado, acumula a força motriz histórica da sociedade e, por outro lado, desvirtua o metabolismo entre o homem e a terra, isto é, o retorno ao solo daqueles elementos que lhe são constitutivos e foram consumidos pelos homens sob a forma de alimentos e vestimentas, retorno que é a eterna condição natural de fertilidade permanente do solo. Com isso, ela destrói tanto a saúde física dos trabalhadores urbanos como a vida espiritual dos trabalhadores rurais. Mas ao mesmo tempo que destrói as condições desse metabolismo, engendradas de modo inteiramente natural espontâneo, a produção capitalista obriga que ele seja sistematicamente restaurado em sua condição de lei reguladora da produção social e numa forma adequada ao pleno desenvolvimento humano.” (MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013, p. 572-573.).

<sup>578</sup>Essas considerações já são suficientes para demonstrar que Marx não é como indicam seus acusadores, isto é, um pensador produtivista. As afirmações supra demonstram que Marx fez ressalvas a produção capitalista que destrói tanta as forças naturais dos homens quanto às forças naturais da terra. E suas considerações referenciadas nas pesquisas da ciência agrícola significa que Marx não defende um naturalismo absoluto. Portanto, parece que não há como escapar de uma consideração que o naturalismo de Marx tende a se aproximar do que hoje se conhece como desenvolvimento sustentável. (N. do A.)

<sup>579</sup>“Durante o século XIX, a principal preocupação ambiental da sociedade capitalista em toda a Europa e América do Norte era o esgotamento da fertilidade do solo, só comparável às preocupações com a crescente poluição das cidades, o desflorestamento de continentes inteiros e os temores malthusianos de superpopulação. A natureza crítica deste problema da relação com o solo pode ser vista com bastante clareza nas décadas de 1820 e 1830, durante o período de franca crise que engendrou a segunda revolução agrícola. Mas o problema não acabou simplesmente com a ciência da química de solo. Em vez disso, houve um reconhecimento cada vez maior de até onde os novos métodos haviam servido apenas para racionalizar um processo de destruição ecológica.” (FOSTER, *op. cit.*, 2005, p.211-212). Simonnet informa fatos contemporâneos equiparáveis: “a industrialização e a urbanização ocidentais empobreceram a flora e a fauna; noutras regiões do globo, os arroteamentos de matos e a superpastagens aceleraram a erosão e modificaram os regimes das águas, as terras cultiváveis retrocederam, o deserto ganha terreno, meios únicos devastados. A diversidade natural é alterada em todo o lado pelo desenvolvimento. (...) As poluições generalizam-se. As lamas vermelhas, amarelas, verdes e as marés negras coloram perigosamente os mares, os escoamentos intensos de DDT e de pesticidas atacam os ecossistemas terrestres, a atmosfera minada pelas emanações de anidrido sulfuroso, de flúor e de gás carbônico e o aumento dos seus resíduos põem em risco o equilíbrio térmico do planeta.” (SIMONNET, Dominique. **Ecologismo**. Tradução de Virgílio Martinho. Lisboa: Moraes Editores, 1981, p. 23.).

Segundo Foster, a compreensão da falha no metabolismo entre homem e natureza é central na crítica marxiana porque é ela que revela o estranhamento da natureza no interior da sociedade fundada na economia do capital. O que significa dizer, que em Marx a sua crítica a economia política do capital nunca esteve desvinculada da crítica a degradação das condições de existência humana dadas pela natureza. Sendo, portanto, um pressuposto fundamental.<sup>580</sup>

Por isso, uma afirmação que nega essa compreensão não é fundada a partir dos próprios escritos marxianos.

Ademais, observa Foster, a falha no metabolismo entre homem e natureza, provocada pelo sistema capitalista, é também importante na crítica marxiana porque significa que as condições de sustentabilidade dadas naturalmente foram rompidas.<sup>581</sup> Por isso, para Foster é impossível não verificar nessas considerações de Marx uma visão, ainda que implícita, de uma concepção de sustentabilidade equiparável aos moldes do ecologismo contemporâneo.<sup>582</sup>

Segundo Foster, podemos enxergar claramente o entendimento que Marx já antecipadamente tinha de desenvolvimento sustentável, quando ele afirma a necessidade de manter a terra para beneficiar outras gerações.<sup>583</sup>

Foster sustenta essa associação da concepção de desenvolvimento de Marx com a da economia ecológica se referenciando no Relatório “Nosso Futuro Comum”, um dos primeiros documentos em defesa da economia sustentável.<sup>584</sup>

A história do debate sobre a questão ecológica contemporânea em âmbito global começou oficialmente em 1972, na Conferência Mundial de Estocolmo, a primeira Conferência Mundial sobre o Homem e o Meio Ambiente.<sup>585</sup>

Segundo Boff, o principal resultado dos debates desse encontro foi a criação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente.<sup>586</sup>

---

<sup>580</sup>“Marx empregou o conceito de ‘falha’ na relação metabólica entre os seres humanos e a terra para captar a alienação material dos seres humanos dentro da sociedade capitalista das condições naturais que formaram a base de sua existência - o que ele chamou ‘a [s] perpétua [s] condição [ões] da existência humana imposta [s] pela natureza.’” (FOSTER, *op. cit.*, 2005, p.229).

<sup>581</sup>“Insistirem em que essa tal falha metabólica entre os seres humanos e o solo foi em larga escala criada pela sociedade capitalista era afirmar que as condições de sustentabilidade impostas pela natureza haviam sido violadas.” (*Ibid.*, *loc.cit.*).

<sup>582</sup>“Daí ser impossível evitar a conclusão de que a visão de Marx da agricultura capitalista e da falha metabólica nas relações impostas pela natureza entre os seres humanos e o solo o havia levado a um conceito de sustentabilidade ecológica.” (*Ibid.*, *loc.cit.*).

<sup>583</sup>“A ênfase de Marx na necessidade de manter a terra em benefício da ‘cadeia de gerações humanas’, captava a verdadeira essência da noção atual de desenvolvimento sustentável.” (*Ibid.*, p.230).

<sup>584</sup>“desenvolvimento sustentável, celebrenemente definido pela Comissão Brundtland como ‘desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazer suas necessidades.’” (*Ibid.*, *loc.cit.*).

<sup>585</sup>“O alarme ecológico provocado por este relatório [*Os limites do crescimento*] levou a ONU a ocupar-se do tema. Assim realizou entre 05-16 de junho de 1972 em Estocolmo a ‘Primeira Conferência Mundial sobre o Homem e o Meio Ambiente.’”(BOFF, *op.*, *cit.*, 2012, p.34).

Todavia, o grande resultado dessa Conferência é que pela primeira vez foi abordado que questões como: a das armas de destruição em massa, o *apartheid* e o colonialismo estão relacionados aos problemas ecológicos. Essa consideração foi que promoveu uma nova perspectiva acerca da degradação ambiental por isso é preciso enfatizá-la para que não seja ocultada pelo discurso formal.<sup>587</sup>

Foi a partir desta consideração, de que a principal causa da degradação da natureza é o modelo de política econômica vigente, que uma nova perspectiva acerca da degradação ambiental passa a ser promovida. Isto fez com que em 1987, a Comissão Mundial do Meio Ambiente emitisse um documento, o relatório “Nosso Futuro Comum”, que retomou o resultado do debate da Conferência de Estocolmo e lançou nesse documento o conceito de sustentabilidade ou desenvolvimento econômico sustentável, cuja proposta visa compatibilizar o crescimento econômico com o equilíbrio ambiental, de maneira a garantir a satisfação das necessidades das gerações presentes e futuras.<sup>588</sup>

Em suma, é no relatório da Comissão Brundtland que Foster se apóia para relacionar a concepção de Marx ao desenvolvimento sustentável.<sup>589</sup>

A sustentabilidade, uma das teses centrais do ecologismo, defende uma economia que garanta as necessidades das gerações futuras, e, portanto, pressupõe um desenvolvimento que contemple o social. Foster sustenta que em Marx há este mesmo ideário.<sup>590</sup>

<sup>586</sup>“Os resultados não foram significativos, mas seu melhor fruto foi a decisão de criar o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA).” (BOFF, *op. cit.*, 2012, p.34). Acot, por sua vez, considera que: “deve-se notar, contudo, o caráter positivo dos trabalhos do encontro de Estocolmo, onde foram lançadas as bases de uma legislação internacional do meio ambiente, onde se uniu a proibição do armamento atômico aos grandes problemas ecológicos, e onde a discriminação racial, *apartheid* e o colonialismo foram condenados.” (ACOT, *op. cit.*, 1990, p.168.).

<sup>587</sup>A ressalva a Boff perpetuada aqui é somente no que diz respeito à omissão de que o principal debate da Conferência de Estocolmo foi a consideração de que questões sociais como: uso de artefatos da indústria bélica, racismo social e imperialismo colonial são fatores causadores da degradação da natureza. Essa consideração precisa ser enfatizada porque promoveu uma nova perspectiva acerca da degradação ambiental, que anteriormente era vista como resultado puramente de ações pontuais dos indivíduos e agora passa a ser vista como resultante de uma política econômica que desvaloriza a natureza. Enfatizar que o principal fruto da Conferência Mundial do Meio Ambiente ocorrida em Estocolmo foi a criação de uma entidade é perder esse resultado do debate que passou a considerar (oficialmente) a política econômica vigente como responsável pela degradação da natureza. (N. do A.)

<sup>588</sup>“A outra conferência, muito importante, realizou-se em 1984, dando origem à Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, cujo lema era ‘uma agenda global para a mudança’. Os trabalhos desta comissão, composta por dezenas de especialistas, encerraram-se em 1987 com o relatório da primeira ministra norueguesa Gro Harlem Brundtland com o sugestivo título “Nosso futuro comum” (chamado também simplesmente de *Relatório Brundtland*). Aí aparece claramente a expressão ‘desenvolvimento sustentável’, definido como ‘aquele que atende as necessidades das gerações atuais sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atenderem as suas necessidades.’” (BOFF, *op. cit.*, 2012, p.34).

<sup>589</sup>Foster cita a definição de desenvolvimento sustentável contida no relatório emitido pela Comissão Brundtland. (N. do A.)

<sup>590</sup>FOSTER, *op. cit.*, 2005, p.230-231.

De fato, encontramos textualmente em Marx considerações equiparáveis ao conceito de sustentabilidade defendida pelo ambientalismo.

Marx, por exemplo, explicita que a base do modo de produção capitalista é a exploração.<sup>591</sup> A economia capitalista, que é criticada pelos ambientalistas como desenvolvimento antiecológico, é sistematicamente criticada por Marx em seus escritos.

Encontramos explicitamente na obra marxiana a consideração positiva acerca do cultivo racional e consciente do solo.<sup>592</sup>

Marx afirma categoricamente que é este tipo de produção que garante a existência e a reprodução das gerações futuras.<sup>593</sup>

Portanto, há em Marx considerações que tem premissas equiparáveis as da concepção de economia sustentável defendida pelo ambientalismo contemporâneo.

No entanto é preciso observar que apesar de Foster defender este ponto de contato, existe uma crítica da economia ecológica ao marxismo, no que diz respeito à energética e a lei da entropia. Para os ecosocialistas esta é a lacuna do marxismo, pois desconsidera esses fatores em sua teoria do valor econômico.<sup>594</sup>

Segundo essa crítica, é preciso não perder de vista que o ponto de contato entre marxismo e ecologismo é o uso da ciência ecológica com o propósito de intervenção sócio-política.<sup>595</sup>

Nesse sentido, sabe-se que Marx e Engels foram contemporâneos dos cientistas que enunciaram o princípio da conservação de energia e a lei da entropia.<sup>596</sup>

<sup>591</sup>“A propriedade privada do solo e, por conseguinte, a exploração dos produtores diretos do solo, propriedade privada do solo por parte de uns, e conseqüentemente não propriedade por parte dos outros, constituem a base do modo de produção capitalista.” (MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política: Livro III: o processo global da produção capitalista.** Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2017, p. 872).

<sup>592</sup>“Nas duas formas, o cultivo racional e consciente do solo como propriedade perene da comunidade, condição inalienável da existência e reprodução das gerações humanas que se substituem umas às outras, cedem lugar à exploração e o desperdício das forças da terra (isso abstraindo do fato de que a exploração se torna dependente não do estágio de desenvolvimento social alcançado, mas das circunstâncias acidentais e desiguais dos produtores individuais).” (*Ibid., loc.cit.*).

<sup>593</sup>*Ibid., loc.cit.*

<sup>594</sup>“Nos anos recentes a economia ecológica se concentrou pesadamente na energética e na lei da entropia. Neste contexto, afirmou-se por vezes que Marx e Engels erraram ao se recusar a reconhecer a importância dos fluxos materiais e de energia para uma teoria do valor econômico.” (FOSTER, *op. cit.*, 2005, p.233.).

<sup>595</sup>“Quero começar lembrando as relações entre Marxismo e Ecologismo, nas quais ‘ecologismo’ quer dizer a utilização da ciência ecológica para a análise e a intervenção política.” (ALIER, J. Martinez. **Da economia ecológica ao ecologismo popular.** Tradução de Armando de Melo Lisboa. Blumenau: Editora FURB, 1998, p.362.).

<sup>596</sup>“Um dos instrumentos analíticos da ecologia é o estudo dos fluxos de energia dos ecossistemas. Marx e Engels eram contemporâneos de Joule e de J.R. Mayer, que, em 1840 enunciaram o princípio de conservação da energia, sendo também contemporâneos de Clausius e William Thompson (Lord Kelvin), que enunciaram a lei da dissipação da energia (lei da entropia) em 1850.” (*Ibid., loc.cit.*).

Entretanto, postula-se, que mesmo sendo conhecedores destas descobertas, os ‘pais do marxismo’ as desconsideraram do processo econômico, o que revela seu distanciamento do ecologismo, pois o principal estudo deste movimento, *A lei da entropia e o processo econômico*, enfatizam essa relação.<sup>597</sup>

Para essa crítica, esta incompreensão do marxismo da importância dos fluxos de energia para a economia humana faz com que o marxismo, que se pretende materialista, na verdade encontre-se no plano metafísico.<sup>598</sup>

Observa-se que desta crítica surge à pecha de que o marxismo permanece no economicismo que tanto reprova.<sup>599</sup>

Nesta perspectiva a crítica da economia ecológica afirma que assim como não há uma historiografia ecológica burguesa, também tampouco existe a historiografia ecológica marxista, ambas se deteram na economia e não no consumo de energia e de recursos naturais, nem na acumulação de gases na atmosfera, que são questões discutidas a muito tempo, embora seu impacto ambiental seja recente.<sup>600</sup>

Contudo, existem na atualidade economistas marxistas que estudam a contradição entre ecologia e economia; retomando as investigações sobre a contradição entre a lei da entropia e a ilusão de um crescimento contínuo da economia.<sup>601</sup> Porém, outros evitam esta contradição, ficando satisfeitos em dizer que as leis da energética são elaborações teóricas.<sup>602</sup>

Foster rebate essa crítica da economia ecológica argumentando que a acusação de rejeição da energética por parte de Marx e Engels se limita a duas cartas escritas por este

---

<sup>597</sup>“Engels conhecia bem os escritos de Clausius, porém, nas notas que Engels redigiu em 1875 e que foram publicadas cinquenta anos depois na *Dialética da Natureza* (sem dúvida sem perguntar-lhe), Engels acreditou ver uma contradição lógica entre a primeira e a segunda lei da termodinâmica. Engels era contrário à lei da entropia. (...) Nas sucessivas edições de *Dialética da Natureza*, as críticas de Engels com relação a Clausius e à segunda lei receberam demasiada atenção. (...) Se lembrarmos que o estudo mais importante de economia ecológica se chama *The Entropy Law and the Economic Process*, podemos entender os prejuízos causados à relação entre o marxismo e a ciência ecológica e a política ecologista, por esta incompreensão de Engels da importância que o estudo dos fluxos de energia tinha para o estudo da economia humana.” (ALIER, *op. cit.*, 1998, p.363.). “Se repassarmos rapidamente a história do marxismo, o divórcio entre o marxismo e a ecologia energética aparece claramente. (*Ibid.*, p.365). “Portanto, há, desde o princípio, um distanciamento da ecologia energética humana por parte de Marx e Engels, como também por parte dos outros marxistas clássicos.” (*Ibid.*, p.366).

<sup>598</sup>*Ibid.*, p.363.

<sup>599</sup>*Ibid.*, *loc.cit.*

<sup>600</sup>*Ibid.*, p.364.

<sup>601</sup>*Ibid.*, *loc.cit.*

<sup>602</sup>*Ibid.*, p.365.

último.<sup>603</sup> Mesmo assim, nelas, diz Foster, Engels aceita a base científica, apenas põe em questão as transferências de energia.<sup>604</sup>

É preciso informar também que Marx morreu três meses depois do recebimento das cartas e nunca as respondeu e nem tão pouco comentou acerca de seu conteúdo.<sup>605</sup>

Por fim, Foster afirma que a incorporação dos estudos de Liebig por parte de Marx é considerada como capaz de oferecer elementos para uma crítica termodinâmica da agricultura capitalista.<sup>606</sup>

Foster informa ainda que outra crítica a Marx que se destaca é a acusação de que sua teoria do valor nega o papel da natureza na criação de valor.<sup>607</sup> Este equívoco deriva da incompreensão de que a concepção de desenvolvimento em Marx é uma abordagem nos moldes da economia sustentável; e termina caindo num entendimento de que o desenvolvimento defendido por Marx concebe a natureza do mesmo modo que a economia capitalista, isto é, como simples meio ou algo dado gratuitamente para a produção de valor.<sup>608</sup>

Segundo Foster, essa consideração sobre a natureza é uma noção que vem dos fisiocratas e se transformou em dogma da economia política liberal clássica, sendo transportada para a economia neoclássica onde é amplamente usada nos manuais de seus teóricos.<sup>609</sup>

---

<sup>603</sup>“Esta crítica foi lançada sobretudo por Juan Martinez Alier numa série de obras. Não obstante, todo o corpo de ‘evidências’ oferecidas para esta interpretação consiste em duas cartas escritas por Engels a Marx, a pedido deste, avaliando a análise de Podolinsky, três meses antes da morte de Marx.” (FOSTER, *op. cit.*, 2005, p.233).

<sup>604</sup>“Nestas cartas Engels aceitava a base científica geral sobre o qual se erigia a análise de Podolinsky, mas criticava as falhas da sua análise das transferências de energia, incapaz de levar em conta a energia transferida na agricultura pelos fertilizantes e a importância dos combustíveis fósseis. Em geral, Engels acreditava que os obstáculos ao cálculo preciso de transferências de energia envolvidas nas transações econômicas eram tão enormes a ponto de torná-las impraticáveis. Isto está longe de constituir uma rejeição da lei da entropia.” (*Ibid.*, *loc. cit.*).

<sup>605</sup>“O próprio Marx jamais respondeu a esta carta de Engels nem comentou o trabalho de Podolinsky; como Marx morreu alguns meses mais tarde, nem mesmo o seu silêncio nos diz alguma coisa.” (*Ibid.*, *loc. cit.*).

<sup>606</sup>“Daí ser significativo que alguns economistas ecológicos tenham visto a obra de Marx, alinhada com Liebig, como oferecendo os elementos essenciais de uma crítica termodinâmica da agricultura capitalista.” (*Ibid.*, p.234.).

<sup>607</sup>“Uma crítica mais proeminente a Marx, derivada de uma incapacidade de entender a abordagem dele à questão da sustentabilidade, é a alegação de que ele negou o papel da natureza na criação da riqueza ao construir uma teoria trabalhista do valor.” (*Ibid.*, *loc. cit.*).

<sup>608</sup>“Esta crítica, porém, está baseada numa má compreensão fundamental da economia de Marx. A ideia de que a terra era um ‘dom’ da natureza ao capital foi proposta muito antes por Malthus. Marx, embora aceitando tal ideia como uma realidade da produção capitalista, estava, porém, a par das contradições sociais e ecológicas arraigadas nessa visão.” (*Ibid.*, *loc. cit.*).

<sup>609</sup>“Marx atacou Malthus reiteradamente por recair nesta ‘noção fisiocrática’ de que o meio ambiente era um ‘dom da natureza ao homem’, e ao mesmo tempo pela incapacidade de perceber como isto se conectava com as relações sociais historicamente específicas ocasionadas pelo capital. Não obstante, este dogma da economia política liberal clássica foi transportado para a economia neoclássica na obra do grande teórico da economia Alfred Marshall e persistiu nos manuais de economia neoclássica.” (*Ibid.*, *loc. cit.*).

Acusam Marx de algo que ele critica, se ele expõe em seus escritos uma concordância sobre esse tema é para dizer que é sob as leis econômicas do capitalismo que a natureza não tem seu valor reconhecido.<sup>610</sup>

Não deixamos de encontrar em Marx afirmações de que a natureza é fonte da produção de valores e que o próprio trabalho é redutível a natureza.<sup>611</sup>

Portanto, Marx leva em conta tanto o trabalho humano quanto o valor da natureza. Ele não os separa radicalmente como ocorre na lógica da economia capitalista. Pois, não concebe apenas um destes como única fonte de criação de valor. De fato Marx é explícito quando assevera no *Capital* que o trabalho não é a única fonte de criação de valor e nem da riqueza material.<sup>612</sup> Nem poderia ser diferente, pois negar o valor da natureza como valor de uso soa como negar o valor do ar para a respiração.<sup>613</sup>

No ensaio *Crítica do programa de Gotha*, a consideração de Marx acerca da natureza como fonte de valor, é ainda mais clara e objetiva. Marx explica textualmente que o trabalho não é a fonte de toda a riqueza material e espiritual. Para Marx, a natureza é a fonte de toda riqueza material, porque ela é a origem dos valores de uso. O próprio trabalho, diz Marx, é apenas manifestação da natureza.<sup>614</sup> Ele critica aqueles que consideram apenas o trabalho como fonte de todo o valor.<sup>615</sup>

Para Marx, a imposição de que o trabalho é o único criador de riqueza é uma consideração metafísica, pois nela o trabalho claramente aparece como uma força

<sup>610</sup>“De fato, Marx concordava com a economia política liberal clássica que sob a lei do valor do capitalismo não se concedia valor à natureza. (...) Para Marx, porém, isto assinalava meramente uma concepção extremamente estreita, limitada, de riqueza, associada com as relações capitalistas de *commodity* e com um sistema construído em torno do valor de troca.” (FOSTER, *op. cit.*, 2005, p.233).

<sup>611</sup>“O trabalhador nada pode criar sem a natureza, sem o mundo exterior sensível. Ela é a matéria na qual o seu trabalho se efetiva, na qual o trabalho é ativo, e a partir da qual e por meio da qual o trabalho produz. Mas como a natureza oferece os meios de vida, no sentido de que o trabalhador não pode viver sem objetos nos quais se exerça, assim também oferece, por outro lado, os meios de vida no sentido mais estrito, isto é, o meio de subsistência física do trabalhador mesmo.” (MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. Tradução de Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004, p.81).

<sup>612</sup>“O trabalho não é, por conseguinte, a única fonte de valores de uso que produz, da riqueza material.” (MARX, *op. cit.*, 2010, p. 65).

<sup>613</sup>O debate sobre o valor da natureza é muito mais a discussão sobre o valor de uso e valor de troca. De fato a economia moderna não nega o primeiro, porém, a discussão é o valor de troca, que nesta perspectiva centraliza o argumento na *commodity*, para sustentar que o trabalho é a única fonte da riqueza. A nosso ver, tal consideração não justifica a unilateralidade em relação ao valor de uso da natureza. Pois, de fato deste modo não se nega o valor, porém, o secundariza em relação ao valor do trabalho humano. (N. do A.)

<sup>614</sup>“O trabalho não é a fonte de toda riqueza. A natureza é a fonte dos valores de uso (e é em tais valores que consiste propriamente a riqueza material!), tanto quanto o é o trabalho, que é apenas a exteriorização de uma força natural, da força de trabalho humana.” (MARX, Karl. **Crítica do programa de Gotha**. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2012, p.23).

<sup>615</sup>“Essa frase pode ser encontrada em todos os manuais infantis e está correta, desde que se subentenda que o trabalho se realiza com *os objetos e os meios* a ele pertinentes. Mas um programa socialista não pode permitir que tais fraseologias burguesas possam silenciar as *condições* que, apenas elas, dão algum significado a essas fraseologias.” (*Ibid.*, *loc.cit.*).

sobrenatural, isto é, que cria a riqueza a partir do nada.<sup>616</sup> Para Marx, correta e evidente é a máxima lucreciana.<sup>617</sup>

Marx aprofunda esse debate que desconsidera a natureza como fonte de valor e explica qual a verdadeira intenção por trás desta tese absurda. Na verdade, afirma Marx, essa suposição é conveniente para aqueles que tentam a exploração do trabalho. Como se sabe que na realidade o trabalho é condicionado à natureza, então aqueles que têm somente como propriedade a sua força de trabalho, necessariamente serão subjugados e dominados por aqueles que se apropriaram das condições objetivas do trabalho, fazendo destas uma propriedade privada.<sup>618</sup> Portanto, esta é a verdadeira razão em atribuir somente ao trabalho a origem de toda riqueza. Por isso, Marx consciente desta dissimulação, como atesta seus escritos, não pode ser confundido como sendo um pensador que elaborou uma teoria do valor que desconsidera o papel da natureza na criação do valor.

Por último, Foster informa que outra crítica recorrente feita a Marx é que ele em seus escritos apresenta uma visão *cornucopiana*<sup>619</sup> de sociedade.<sup>620</sup>

Segundo esta crítica, Marx supõe que na modernidade a questão da produção foi resolvida, isto é, as forças de produção atingiram um estágio de desenvolvimento tão avançado que são capazes de produzir com abundância; satisfazendo assim as necessidades fundamentais.<sup>621</sup> Por isso, dizem os críticos, em Marx não encontramos preocupações ecológicas tais como escassez dos recursos naturais e limites à produção industrial.<sup>622</sup> Marx,

---

<sup>616</sup>MARX, *op. cit.*, 2012, p.24.

<sup>617</sup>“É evidente, como diz Lucrécio [*De rerum natura* [Sobre a natureza das coisas], livro 1, versos 156-7], que ‘*nil posse creari de nihilo*’. *Do nada não se pode criar nada*. ‘Criação do valor’ é transformação da força de trabalho em trabalho. Por sua vez, a força de trabalho é, antes de mais nada, matéria natural transferida ao organismo humano.” (MARX, *op., cit.*, 2013, p.292.).

<sup>618</sup>“Os burgueses têm excelentes razões para atribuir ao trabalho essa *força sobrenatural de criação*; pois precisamente do condicionamento natural do trabalho segue-se que o homem que não possui outra propriedade senão sua força de trabalho torna-se necessariamente, em todas as condições sociais e culturais, um escravo daqueles que se apropriaram das condições objetivas do trabalho.” (MARX., *op. cit.*, 2012, p.24).

<sup>619</sup>Cornucopiana: termo referente à cornucópia (Do lat.: *cornu copiae*, ‘chifre da abundância’) que é o símbolo da abundância na mitologia. Segundo a lenda a ama de leite de Zeus foi uma cabra. Foster a utiliza (*cornucopian view*), ao que parece retirada dos críticos de Marx, para refutar a crítica que acusa Marx de defensor do desenvolvimento ilimitado. (N. do A.)

<sup>620</sup>“Uma crítica ainda mais importante frequentemente feita a Marx nesta área é a de que ele tinha uma visão extremamente otimista, *cornucopiana* das condições que existiriam na sociedade pós-capitalista graças ao desenvolvimento das forças de produção do capitalismo.” (FOSTER, *op. cit.*, 2005, p.23).

<sup>621</sup>“Daí a afirmação de Alec Nove de que Marx acreditava que o ‘problema de produção havia sido resolvido’ pelo capitalismo, e que a sociedade futura de produtores associados não teria de ‘levar a sério o problema da alocação dos escassos recursos’, o que também implicava que não havia necessidade de um socialismo ‘ecologicamente consciente’”. (*Ibid., loc.cit.*).

<sup>622</sup>“Nesta interpretação, Marx, na sua visão de uma sociedade futura, confiava tanto no pressuposto da abundância que as considerações ecológicas, tais como escassez dos recursos naturais e limites externos à produção, simplesmente desapareceriam.” (*Ibid., loc.cit.*).

nesse sentido, seria assim, tal como o sistema capitalista que tanto critica, um defensor do crescimento ilimitado.

Foster refuta essa acusação afirmando que Marx é um crítico do sistema econômico capitalista e que indica reiteradamente em seus escritos que este é acometido de um grave problema devido à lógica do modo de produção em que se encontra organizado, isto é, Marx analisou o problema do desperdício gerado pela produção capitalista e fez afirmações ao que hoje se equipara as considerações da economia de reciclagem de materiais.<sup>623</sup>

De fato Marx, dedica no *Capital* uma análise sobre o que se chama de ‘*Aproveitamento dos resíduos da produção*’; onde inicia afirmando categoricamente que com o modo de produção capitalista aumentou os resíduos de produção e de consumo.<sup>624</sup> Faz esta consideração implícita na observação de que com o modo de produção capitalista aumentou a utilização dos resíduos.<sup>625</sup> Marx explica que os resíduos da produção são detritos da indústria e da agricultura, enquanto os resíduos de consumo são por um lado as sobras produzidas pelo metabolismo natural do ser humano e por outro o lixo resultante do consumo humano.<sup>626</sup>

Marx considera que os resíduos obtidos na produção são materiais que se perdem na produção, mas que podem ser reutilizados como produtos auxiliares, como por exemplo, as lascas de ferro que sobram na fabricação de máquinas, contudo podem ser utilizados novamente na produção de ferro.<sup>627</sup>

No que tange a utilização dos resíduos produzidos na produção industrial, Marx antecipa a consciência que se tem hoje na economia que defende o ecodesenvolvimento.<sup>628</sup> Ele começa observando que os resíduos do consumo, isto é, as matérias naturais expelidas

---

<sup>623</sup>“Marx insistiu reiteradamente em que o capitalismo era afetado por um problema crônico de produção na agricultura, que em última instância podia ser atribuído à maneira insustentável como se organiza a produção. (...) Marx estava ciente do enorme desperdício gerado na indústria e salientava a necessidade de ‘redução’ e ‘reutilização’ do refugo.” (FOSTER, *op. cit.*, 2005, p.23).

<sup>624</sup>“Com o modo de produção capitalista, amplia-se a utilização dos resíduos da produção e do consumo.” (MARX, *op. cit.*, 2017, p.129).

<sup>625</sup> *Ibid. loc. cit*

<sup>626</sup>“Pelos primeiros, entendemos os detritos da indústria e da agricultura; pelos últimos, em parte, os resíduos resultantes do metabolismo natural do ser humano e, em parte, a forma em que os objetos de consumo se encontram como resíduos após serem consumidos.” (*Ibid., loc.cit.*).

<sup>627</sup>“Portanto, os resíduos da produção são, na indústria química, os produtos auxiliares que se perdem na produção em pequena escala; as lascas de ferro que sobram na fabricação de máquinas e voltam a entrar como matéria-prima na produção de ferro etc.” (*Ibid., loc.cit.*).

<sup>628</sup>“Com o *ecodesenvolvimento* as conseqüências negativas das atividades humanas sobre o meio ambiente são reduzidas por procedimentos e formas de organização da produção que permitem aproveitar todos os elementos complementares e utilizar os *resíduos* para fins produtivos.” (SAAVEDRA, Fernando. **História do debate ambiental na política mundial 1945-1992**: a perspectiva latino-americana. Tradução de Daniel Rubens Cenci. Ijuí-RS: Editora Unijuí, 2014, p.181).

pelos seres humanos, o que hoje chamamos de biodegradáveis<sup>629</sup>, são de extrema importância para a agricultura.<sup>630</sup>

E termina fazendo uma crítica a economia do capital, afirmando, assim como os ecologistas fazem na atualidade, que existe um desperdício gigantesco desses resíduos promovido pela sociedade capitalista.<sup>631</sup>

Marx exemplifica esse desperdício, fazendo uma observação que revela a um só tempo um problema de saneamento e um de poluição, nos moldes das agressões ambientais denunciadas hoje pelo ecologismo. Ele afirma que em Londres, em sua época, a economia capitalista em vez de utilizar as fezes de quatro milhões de londrinos como adubo preferia poluir o rio Tâmisa com elas.<sup>632</sup>

Ademais, Marx afirma que economicamente o reuso dos resíduos é muito mais barato do que as matérias-primas.<sup>633</sup> Ou dizendo de outro modo, o valor econômico da reciclagem de resíduos em relação ao valor das matérias-primas incentiva naturalmente a execução da reciclagem na produção. Marx expõe que com o reuso dos resíduos também acontece o aperfeiçoamento da maquinaria e da ciência, pois, por um lado os materiais antes inaproveitáveis serão transformados em matérias utilizadas numa nova produção. Por outro lado, serão feitas pesquisas visando descobrir propriedades úteis desses detritos.<sup>634</sup>

Marx revela-se tão atento a esta questão do papel e importância dos resíduos na produção que apresenta nesta análise referências de relatórios indicando problemas específicos do desperdício; e aponta soluções para os mesmos.<sup>635</sup>

<sup>629</sup> Biodegradável é um termo da economia sustentável que se refere à decomposição natural de materiais na natureza. Tais materiais são extremamente importantes para a natureza, pois servem para fertilizar a terra. (N. do A.).

<sup>630</sup>“Resíduos do consumo são as matérias naturais expelidas pelos seres humanos, os restos de roupas em forma de retalhos etc. Os resíduos do consumo são de máxima importância para a agricultura.” (MARX, *op. cit.*, 2017, p.129.)

<sup>631</sup>“No que se refere à utilização, tem-se na sociedade capitalista um desperdício colossal; em Londres, por exemplo, com o adubo produzido por 4,5 milhões de seres humanos não ocorre a essa economia fazer nada melhor do que, com enormes custos, utilizá-lo para empestar o Tâmisa.” (*Ibid.*, *loc.cit.*).

<sup>632</sup>*Ibid.*, *loc.cit.*

<sup>633</sup>“O encarecimento das matérias-primas constitui, naturalmente, o estímulo ao reaproveitamento dos resíduos.” (*Ibid.*, *loc.cit.*).

<sup>634</sup>“Em linhas gerais, as condições desse reaproveitamento são a quantidade massiva de resíduos, que só resultam do trabalho em larga escala; a melhora da maquinaria, com a qual matérias que antes eram inutilizáveis em sua forma dada recebem uma nova forma apta a servir na nova produção; e o progresso da ciência, especialmente da química, que descobre as propriedades úteis de tais resíduos.” (*Ibid.*, *loc.cit.*).

<sup>635</sup>“Os assim chamados resíduos desempenham um papel importante em quase toda a indústria. No relatório de fábrica de outubro de 1863, são indicados como uma das principais razões pelas quais, tanto na Inglaterra como em muitas partes da Irlanda, os arrendatários só cultivam o linho em raras ocasiões e de má vontade. (...) Tudo poderia ser evitado mediante o uso de uma maquinaria melhor. A estopa que sobrava como resíduo alcançava quantidades tais que o inspetor de fábricas diz: ‘Fui informado de que em algumas das fábricas gramadeiras na Irlanda os trabalhadores frequentemente levavam os resíduos para casa e lá os utilizavam como combustível no fogão, apesar de ser um material muito valioso.’” (*Ibid.*, p.130.).

Em suma, Marx, como fica claro nestas observações, é um crítico do modo de produção do capital.

#### 4.6 Pensamento ecológico em Marx

Burkett, assim como Foster, também defende que existem em Marx assertivas ecológicas equiparáveis as do discurso ambiental contemporâneo.

Segundo ele, podemos verificar que há um pensamento ecológico em Marx, quando este, por exemplo, considera que a separação dos trabalhadores da terra é um dos fatores que promoveu o surgimento do capitalismo.<sup>636</sup> Esta economia, explica Burkett, fazendo essa separação se apropriou da condição necessária para o trabalho e para a própria existência do homem. Ao fazer isto, o sistema capital transformou a relação entre homem e natureza numa contradição, pois esta passa a aparecer para esse como uma condição exterior que ele só tem acesso pela venda do trabalho.<sup>637</sup>

Esta justificativa está completamente de acordo com o que Marx expõe, por exemplo, quando afirma que a verdadeira razão de se considerar o trabalho como uma força sobrenatural (trabalho sem relação com a natureza) é com vistas à dominação do homem e apropriação das condições objetivas do trabalho.<sup>638</sup>

Burkett afirma que essa contradição na relação entre homem e natureza é um processo que na história está em pleno curso, uma vez que o neoliberalismo é a economia que tem como fonte de riqueza a desapropriação dos homens dos meios de produção e da natureza.<sup>639</sup> A consequência desta contrariedade é que como esse tipo de economia conduz a produção visando somente o lucro, acarreta um desenvolvimento humano e natural que não é sustentável.<sup>640</sup> Ademais, a produção do sistema capital não é baseada nas condições naturais, daí que na ânsia de garantir a maior rentabilidade possível do investimento é perpetrada uma exploração que não respeita as leis de sustentabilidade da natureza.<sup>641</sup>

Um segundo fato que revela um pensamento ecológico em Marx, diz Burkett, pode ser encontrado na teoria marxiana do valor, que a crítica à Marx equivocadamente considera

---

<sup>636</sup>BURKETT, Paul. Marxismo e ecologia. **Odiario. info**, jul. 2007. Entrevista concedida a João Aguiar. Disponível em: <http://www.odiario.info/marxismo-e-ecologia-entrevista-com-paul-burkett/> . Acesso em: 02 jan. 2015.

<sup>637</sup>*Ibid.*, *loc.cit.*

<sup>638</sup>MARX., *op. cit.*, 2012, p.24.

<sup>639</sup>BURKETT, *op. cit.*, 2007, *loc. cit.*

<sup>640</sup>*Ibid.*, *loc.cit.*

<sup>641</sup>*Ibid.*, *loc.cit.*

como uma análise que põe o trabalho como única fonte de produção de valor.<sup>642</sup> Na verdade, Marx em sua crítica a economia política nunca deixa de considerar que a produção de valores não pode dispensar o trabalho e a natureza, pois, o trabalho humano é concebido por Marx como sendo uma relação metabólica entre homem e natureza.<sup>643</sup> A acusação de que Marx concebe o valor apenas no quadro do trabalho sem relação com a natureza é ilegítima, porque esta é a crítica que o próprio Marx faz a economia capitalista. Marx revela em sua crítica que na verdade a produção de riqueza do capital tem origem tanto no trabalho quanto na natureza.<sup>644</sup> O modo de produção capitalista é que concebe o valor da mercadoria pressupondo a separação do trabalho humano das condições necessárias de produção.<sup>645</sup> Parece óbvio que a produção de riqueza não se realiza somente com a força de trabalho, é necessário também os produtos da natureza que permitem a concretização do trabalho humano, pois não há produção realizada pelo trabalho humano que dispensa a natureza.<sup>646</sup> Essas duas assertivas de Burkett para demonstrar o pensamento ecológico de Marx, também servem para demonstrar a concepção de natureza de Marx, que não se confunde com o naturalismo nem tão pouco com o economicismo.

Burkett, em seu ensaio *Marx and nature*, afirma que diferente do que acusam Marx, isto é, de que ele desconsidera a contribuição da natureza para a produção, o que encontramos em seus escritos são afirmações categóricas de que a natureza é à base da produtividade do trabalho.<sup>647</sup>

Burkett explica que em Marx conceitos como: riqueza, valor de uso, força de trabalho etc., são condicionados as condições naturais.<sup>648</sup>

De fato, Marx, quando expõe, por exemplo, que o desenvolvimento econômico dos Estados Unidos se deve ao processo de destruição da natureza promovido pela grande

---

<sup>642</sup>BURKETT, *op. cit.*, 2007, *loc. cit.*

<sup>643</sup>*Ibid.*, *loc. cit.*

<sup>644</sup>*Ibid.*, *loc. cit.*

<sup>645</sup>*Ibid.*, *loc. cit.*

<sup>646</sup>“Toda e qualquer produção é apropriação da *natureza* pelo indivíduo, no quadro e por intermédio de uma forma de sociedade determinada.” (MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. Tradução de Maria Helena Barreiro Alves. 3ªed. São Paulo: Martins Fontes, 2003, p.231).

<sup>647</sup>“Apesar da acusação frequente que fazem de que ele minimiza a contribuição da natureza para a produção, Marx enfatiza a base natural como lugar da produtividade do trabalho, tanto trans-histórico quanto sob o capitalismo. “*Despite the oft-made charge that he downgrades nature’s contribution to production, Marx places great emphasis on the natural basis of labor productivity both transhistorically and under capitalism.* (BURKETT, Paul. **Marx and nature: a red and green perspective**. New York: St. Martin’s Press, 1999, p. 33, tradução nossa).

<sup>648</sup>“Segue-se que a produtividade do trabalho (a capacidade dos seres humanos de produzir valores de uso dentro e através da sociedade) deve ser conceitualizada em termos de condições naturais definidas.” *It follows that the productivity of labor (the ability of human beings to produce use values in and through society) must be conceptualized in terms of definite natural conditions.* (*Ibid.*, *loc. cit.*, tradução nossa).

indústria, ele é categórico em dizer que esta economia só progride na medida em que destrói as fontes originárias de toda a riqueza, que é a terra e o trabalhador.<sup>649</sup>

Do mesmo modo, quando Marx explica no que consistem os valores de uso das mercadorias, ele afirma que estes não são dados só pelo trabalho, mas também pela matéria fornecida pela natureza.<sup>650</sup>

Marx explicita que o homem só pode produzir transformando a natureza e mesmo assim essa modificação é feita através do trabalho que é um processo entre homem e natureza.<sup>651</sup>

Portanto, não é só o trabalho que é a origem dos valores de uso, mas também os produtos da natureza.<sup>652</sup>

Burkett observa que em Marx a produção do trabalho não é gerada como se este fosse uma capacidade em si, isto é, que se trata de uma força que atua de forma independente da natureza. Pelo contrário, a produtividade do trabalho é restringida pelas condições físicas, sendo que estas se referem à compleição natural dos seres humanos e a natureza externa.<sup>653</sup>

Apesar de enfatizar a natureza como base da produtividade, Burkett observa que Marx não se perde no naturalismo (dos fisiocratas, por exemplo), pois deixa claro em seus escritos a consideração de que a produção ocorre também por causa do desenvolvimento social.<sup>654</sup>

Burkett informa que esta consideração juntamente com a concepção de que a natureza é a base da produtividade do trabalho é mantida nas análises de Marx para explicar como se dá o trabalho excedente.<sup>655</sup> Porém, ao considerar a natureza como base do trabalho excedente,

<sup>649</sup>“Quanto mais um país, como os Estados Unidos da América do Norte, tem na grande indústria o ponto de partida de seu desenvolvimento, tanto mais rápido se mostra esse processo de destruição. Por isso, a produção capitalista só desenvolve a técnica e a combinação do processo de produção social na medida em que solapa os mananciais de toda riqueza: a terra e o trabalhador.” (MARX, *op. cit.*, 2013, p.573).

<sup>650</sup>“Os valores de uso, casaco, linho, etc., em suma, os corpos das mercadorias, são conjunções de dois fatores: natureza e trabalho.” (*Ibid.*, p.120).

<sup>651</sup>“O trabalho é, antes de tudo, um processo entre o homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla o metabolismo com a natureza.” (*Ibid.*, p.255).

<sup>652</sup>“Ao produzir, o homem pode apenas proceder como a própria natureza, isto é, pode apenas alterar a forma das matérias. Mais ainda: nesse próprio trabalho de formação ele é constantemente amparado pelas forças da natureza. Portanto, o trabalho não é a única fonte dos valores de uso que ele produz, a única fonte de riqueza material. (*Ibid.*, p.121).

<sup>653</sup>“Além do grau de desenvolvimento, maior ou menor, na forma de produção social, a produtividade do trabalho é restringida por condições físicas. Essas são todas referentes à constituição do próprio homem (raça, etc.) e à natureza circundante.” *Apart from the degree of development, greater or less, in the form of social production, the productiveness of labour is fettered by physical conditions. These are all referable to the constitution of man himself (race, &c.), and to surrounding Nature.* (BURKETT, *op. cit.*, 1999, p. 33, tradução nossa).

<sup>654</sup>“Claro, na medida em que o trabalho e a produção se desenvolvem socialmente, a produtividade do trabalho não pode ser tratada como um fenômeno puramente natural.” *Of course, insofar as labor and production are developed socially, the productivity of labor cannot be treated as a purely natural phenomenon.* (*Ibid.*, p.34, tradução nossa).

<sup>655</sup>“Esta construção social junto com a concepção natural da produtividade do trabalho é mantida nas discussões

Burkett afirma que Marx não deixa de considerar esta base em termos sociais e históricos. Pois, somente assim explica-se como ocorre o trabalho excedente.<sup>656</sup>

De fato Marx, em *O Capital*, critica a economia clássica que não explica a origem do valor excedente, pois concebe o modo de produção econômico capitalista, uma forma particular de produção, como sendo a forma natural da produção social.<sup>657</sup> Desse modo, não se verifica a verdadeira causa da existência do valor excedente.<sup>658</sup>

É verdade que para Marx, o trabalho excedente é específico do modo de produção capitalista.<sup>659</sup> Porém, de modo algum o valor excedente tem sua origem num pretenso aspecto supranatural do trabalho humano ou de uma capacidade própria do modo de produção do capital não condicionada a natureza.<sup>660</sup> Pois, ele entende que independente do modo de produção social a produtividade do trabalho depende de condições naturais.<sup>661</sup> Ou seja, independente de suas formas históricas o trabalho é um processo entre homem e natureza.<sup>662</sup>

Com essas considerações não se pode atribuir a Marx um naturalismo do tipo que se verifica nos Fisiocratas que só consideravam a existência do valor sob a forma da renda da terra.<sup>663</sup> Nem tão pouco é correto atribuir a Marx a pecha de proponente do economicismo, pois como verificado ele não postula o trabalho em si, como se este fosse uma força que age independente da natureza.

que Marx faz acerca da base natural do trabalho excedente.” *This jointly social and natural conception of labor productivity is maintained in Marx’s discussions of the natural basis of surplus labor.* (*Ibid.*, *loc.cit.*, tradução nossa).

<sup>656</sup>“Aqui novamente, no entanto, Marx se apressa em interpretar a base natural do trabalho excedente em termos sociais e históricos. Embora as condições naturais ajudem contabilizar a possibilidade de trabalho excedente, elas não são suficientes para explicar como esse potencial foi realizado historicamente.” *Here again, however, Marx hastens to interpret the natural basis of surplus labor in social and historical terms. Although natural conditions help account for the possibility of surplus labor, they are not sufficient to explain how this potential has been realized historically.* (BURKETT, *op. cit.*, 1999, p. 34, tradução nossa).

<sup>657</sup>“Ricardo jamais se interessa pela origem do mais-valor. Ele o trata como algo inerente ao modo de produção capitalista, que é, a seus olhos, a forma natural da produção social. Quando ele fala da produtividade do trabalho, não identifica nela a causa da existência do mais-valor, mas tão somente a causa que determina a sua grandeza.” (MARX, *op. cit.*, 2013, p.584).

<sup>658</sup>*Ibid.*, *loc.cit.*

<sup>659</sup>“A produção capitalista não é apenas produção de mercadorias, mas essencialmente produção de mais-valor.” (*Ibid.*, p.578).

<sup>660</sup>“Mas em nenhum caso seu mais-produto tem origem numa qualidade oculta, inata ao trabalho humano. Tanto as forças produtivas historicamente desenvolvidas, sociais, quanto as forças produtivas do trabalho condicionadas pela natureza aparecem como forças produtivas do capital, ao qual o trabalho é incorporado.” (*Ibid.*, p.584.).

<sup>661</sup>“Independentemente da forma mais ou menos desenvolvida da produção social, a produtividade do trabalho permanece vinculada a condições naturais.” (*Ibid.*, p.581).

<sup>662</sup>“A produção de valores de uso ou de bens não sofre nenhuma alteração em sua natureza pelo fato de ocorrer para o capitalista e sob seu controle, razão pela qual devemos, de início, considerar o processo de trabalho independentemente de qualquer forma social determinada.” (*Ibid.*, p.255). “Inicialmente, consideramos o processo de trabalho de modo abstrato (ver capítulo 5), independente de suas formas históricas, como processo entre homem e natureza.” (*Ibid.*, p.577).

<sup>663</sup>“Mas, para os fisiocratas, o mais-valor existe exclusivamente na forma de renda fundiária.” (*Ibid.*, p.578)

Burkett afirma que a importante perspectiva ecológica contida na teoria do valor trabalho de Marx é desconsiderada porque a concebem como uma teoria que exclui a importância da natureza na produção humana.<sup>664</sup> Burkett explica que mesmo entre os ecomarxistas é lugar comum essa interpretação, pois, consideram que se o pensamento de Marx apresenta insights ecológicos isto não se deve a sua teoria do valor.<sup>665</sup> Porém, para Burkett, esta tese é insustentável, pois na verdade a tendência do capitalismo para promover a degradação da natureza é revelada na teoria do valor de Marx.<sup>666</sup> Nesta encontram-se as raízes dos problemas ambientais na sociedade capitalista, portanto, em vez dos críticos acusarem Marx de não atribuir valor a natureza, deveriam direcionar suas críticas ao capitalismo, cuja concepção de valor desconsidera o valor intrínseco da natureza.<sup>667</sup> Mészáros nos chama a atenção mostrando como o capitalismo tem lidado com o problema ecológico, isto é, manipulando esta questão em benefício do sistema de expansão da produção de supérfluos e não da recuperação do ambiente.<sup>668</sup> Daí que o modo cataclísmico dado a questão ecológica, diz Mészáros, é com intenção de desviar o público dos problemas econômicos.<sup>669</sup> Segundo

---

<sup>664</sup>“A noção de que a teoria do valor-trabalho de Marx poderia constituir uma importante perspectiva ecológica pode parecer estranha, dada a visão comum de que esta teoria exclui ou diminui a importância da natureza como condição e fator limitante na produção humana.” *The notion that Marx’s labor theory of value might provide an important ecological perspective might seem strange, given the popular view that this theory excludes or downgrades nature’s importance as a condition of and limiting factor in human production.* (BURKETT, *op. cit.*, 1999, p.79, tradução nossa).

<sup>665</sup>“Mesmo entre os ecomarxistas, a posição dominante parece ser que, na medida em que Marx alcançou qualquer insight, isso foi apesar, não por causa, de sua teoria do valor.” *Even among eco-Marxists, the dominant position seems to be that insofar as Marx achieved any ecological insights, this was despite-not because of-his value theory.* (*Ibid.*, *loc.cit.*, tradução nossa).

<sup>666</sup>“Mas o germe da tendência do capitalismo para degradar as condições naturais da existência humana são indiscutivelmente reveladas pela análise fundamental de Marx acerca dos valores de troca.” *But the germ of capitalism’s tendency to degrade the natural conditions of human existence is arguably revealed by Marx’s basic analysis of exchange values.* (*Ibid.*, *loc.cit.*, tradução nossa).

<sup>667</sup>“A análise do valor de Marx tem muito a dizer sobre as raízes sociais dos problemas ambientais do capitalismo, os críticos que culpam Marx por não atribuir o devido valor a natureza deveriam dirigir suas críticas ao capitalismo. De modo geral, esses críticos deixam de apreciar o aspecto histórico e sócio-relacional da teoria de Marx - que o valor como uma forma especificamente capitalista de riqueza não representa a valoração normativa de Marx do valor intrínseco da natureza (por exemplo, em termos estéticos e outros valores de uso).” *Marx’s value analysis has much to say about the social roots of capitalism’s environmental problems, and that the critics who fault Marx for not ascribing value to nature should redirect their criticisms to capitalism itself. Generally speaking, these critics fail to appreciate the historical and social-relational aspect of Marx’s theory—that value as a specifically capitalist form of wealth does not represent Marx’s normative valuation of nature’s intrinsic worth (e.g., in terms of aesthetic and other use values).* (*Ibid.*, p.99, tradução nossa).

<sup>668</sup>“O fato de que o capitalismo lida dessa forma – ou seja, a seu modo – com a ecologia não deveria provocar a mínima surpresa: seria quase um milagre isso não ocorrer. No entanto, a manipulação desta questão em benefício do ‘moderno Estado industrial’ – para empregar uma bela frase do professor Galbraith – não significa que possamos ignorá-la.” (MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. Tradução de Paulo Cezar Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002, p. 988).

<sup>669</sup>“Há dez anos a ecologia podia ser tranquilamente ignorada ou desqualificada como totalmente irrelevante. Atualmente, ela é obrigada a ser grotescamente desfigurada e exagerada unilateralmente para que as pessoas – suficientemente impressionadas com o tom cataclísmico dos sermões ecológicos – possam ser, com sucesso, desviadas dos candentes problemas sociais e políticos. (...) As pessoas deveriam esquecer tudo sobre as cifras

Mészáros, o problema ambiental existe a bastante tempo, contudo foi secundarizado devido ao domínio que a economia do capital tem exercido. Porém, Marx já abordou esta questão dentro dos seus limites socioeconômicos, revelando sua compreensão de que o intercâmbio e o controle humano são pressupostos para o controle efetivo das potências da natureza, que na economia capitalista são postas em movimento de forma cega devido a exploração do trabalho e da natureza.<sup>670</sup> Por isso, diz Mészáros, não lhe causa nenhuma surpresa que a crítica de Marx e suas análises acerca da relação entre homem e natureza sejam consideradas pelos defensores da economia capitalista como anacronismo paroquial.<sup>671</sup>

#### 4.6.1 A importância do pensamento marxista para o ecologismo

O pensamento de Marx tem sido rechaçado não somente porque se atribui a ele supostamente contradições teóricas, mas é comum contrapô-lo a partir de seus associados, como mostram os discursos que afirmam que a prova do fracasso do marxismo foi à derrocada do socialismo real. Pepper considera que o marxismo não pode ser condenado devido às ações daqueles que se dizem ser seus seguidores.<sup>672</sup>

O que ocorre é que a crítica demolidora contra o sistema capital é uma ameaça aos interesses dos que detêm o poder mundial através desse sistema econômico, o que faz com que haja todo tipo de mobilização para impedir a propagação do pensamento de Marx, cujo compromisso é com o socialismo. Por isso, não é de se admirar que até mesmo nos círculos marxistas tenham surgido críticas virulentas contra o pensamento de Marx.<sup>673</sup>

É recorrente a crítica contra o materialismo de Marx, considerando este como voltado

astronômicas despendidas em armamentos e aceitar cortes consideráveis em seu padrão de vida, de modo a viabilizar os custos da recuperação do meio ambiente: isto é, em palavras simples, os custos necessários à manutenção do atual sistema de expansão da produção de supérfluos.” (MÉSZÁROS, *op. cit.*, 2002, p.987).

<sup>670</sup>“(…) O problema da ecologia é real já algum tempo, ainda que evidentemente, por razões inerentes à necessidade do crescimento capitalista, poucos tenham dado alguma atenção a ele. Marx, entretanto (...) abordou esta questão dentro das dimensões de seu verdadeiro significado econômico, e isto há mais de 125 anos. (...) Marx compreendeu perfeitamente, já naquela altura, que uma reestruturação radical do modo prevalecente de intercâmbio e controle humano é o pré-requisito necessário para um controle efetivo das forças da natureza, que são postas em movimento de forma cega e fatalmente autodestrutiva precisamente em virtude do modo prevalecente, alienado e reificado de intercâmbio e controle humano.” ( *Ibid.*, p.988.).

<sup>671</sup>“Causa, portanto, pouca surpresa o diagnóstico profético de Marx ser considerado pelos atuais apologistas do sistema de controle estabelecido nada mais do que um anacronismo paroquial.” ( *Ibid.*, p.988.).

<sup>672</sup>“Não se pode julgar o marxismo, o socialismo ou qualquer outra visão de mundo, unicamente pelas ações dos que as professam.” (PEPPER, David. A perspectiva marxista da natureza e do ambientalismo. In. PEPPER, David. **Socialismo ecológico: da ecologia profunda à justiça social**. Tradução de Gonçalo Couceiro. Lisboa: Instituto Piaget, 2009, p.99.).

<sup>673</sup>“Na prática, os seguidores de Marx têm, por vezes, exercido repressões em seu nome. E porque tem um claro compromisso moral com o socialismo e uma devastadora crítica do capitalismo, ameaça muitos interesses entrincheirados no Ocidente. Assim, não é estranho que os críticos de Marx sejam muitos – indo da imprensa tablóide direitista até aos ‘pós-marxistas’ da esquerda intelectual.” ( *Ibid.*, p.100.).

somente para a produção sem levar em conta a economia da natureza.<sup>674</sup> Assim como a interpretação de que Marx concentrou sua investigação somente na relação entre trabalho e capital, de ter considerado uma economia desvinculada da natureza e de não ter considerado esta como fonte de valor.<sup>675</sup>

Todavia, Pepper discorre sobre a importância do marxismo para o ecologismo, primeiro porque ele mostra que foi no processo de exploração econômica que ocorreu a degradação social dos trabalhadores e da terra, o que hoje é propalado no mundo inteiro como problema ambiental.<sup>676</sup>

Um segundo aspecto relevante do pensamento de Marx, e que desagrade alguns ecologistas, pois dessacraliza a natureza, é que este concebe a relação homem e natureza sem desconsiderar os aspectos econômicos, culturais e sociais, o que revela que a natureza em Marx não é apresentada a partir de uma perspectiva a-histórica.<sup>677</sup>

Por isso, é de supor que se Marx estivesse presente hoje ele certamente não defenderia o ecocentrismo, mas se colocaria a favor do pensamento ecológico que defende a dialética entre homem e natureza.<sup>678</sup>

Sacristán é outro pensador considerado como um dos que contribuiu para o estabelecimento do ecossocialismo.<sup>679</sup> Esse autor, discorrendo sobre alguns vislumbres

<sup>674</sup>“As explicações tradicionais do materialismo histórico enfatizam como os humanos transformam a natureza e minimizam os efeitos da natureza sobre os humanos e os ritmos da economia da natureza.” (O’CONNOR *apud* PEPPER, *op. cit.*, 2009, p.101).

<sup>675</sup>“Deleage pensa que existe, de fato, um conceito total da relação sociedade – natureza em Marx, mas que, ao concentrar a sua análise na relação capital – trabalho, Marx perde uma oportunidade de explorá-la. E continua inexplorada, em grande parte, pelos marxistas. Acusa Marx de afirmar, em *Grundrisse*, que o capitalismo poderia emancipar-se a si próprio dos limites naturais, de não atribuir nenhum valor intrínseco aos recursos naturais, sendo o trabalho a única fonte de valor.” (PEPPER, *op. cit.*, 2009, p. 100).

<sup>676</sup>“Primeiro, o marxismo recorda-nos que, para a maioria das pessoas, os problemas ambientais do século XIX foram claramente infligidos socialmente através da exploração econômica, crescentemente associada ao urbanismo e à industrialização capitalista. Nos dias de hoje e a nível mundial, isto ainda é substancialmente verdade. Por conseguinte, para Marx e Engels, os primeiros lugares onde se infligiu dano ecológico foi nas fábricas e casas dos trabalhadores industriais, grandes explorações agrícolas e barracas rurais.” (*Ibid.*, p.105).

<sup>677</sup>“Alguns verdes sentem-se também desconfortáveis com uma segunda faceta, dialética, do marxismo: a que nos alerta constantemente a sermos históricos, ou seja, a ver o estado do mundo – incluindo a natureza e a nossa relação com ela – não como estática ou imutável, mas vinculada com características específicas culturais, econômicas de sociedades específicas em determinadas épocas e lugares. Isto implica igualmente que os escritos de Marx, por si, não podem estar divorciados deste espírito dos tempos nos quais foram escritos.” (*Ibid.*, p.105).

<sup>678</sup>“Segundo Parsons, se Marx e Engels estivessem ainda vivos, é aceitável supor que se teriam declarado mais vigorosa e explicitamente do lado ecológico da sua dialética homem-natureza. Grundmann observa corretamente que Marx não teria sido um ecocêntrico: ridicularizou todas as formas de adoração e sentimentalização da natureza.” (*Ibid.*, p.106).

<sup>679</sup>“O ecossocialismo se desenvolveu, sobretudo durante os últimos trinta anos, graças às obras de pensadores do porte de Manuel Sacristán.” (LÖWY, *op. cit.*, 2014, p.44.).

ecológicos no marxismo, afirma que nas obras de Marx e Engels existem elementos interessantes sobre o tema ecológico.<sup>680</sup>

Ele começa exemplificando esses elementos com a crítica de Marx e Engels acerca da questão das condições de vida dos trabalhadores, tanto industriais quanto do campo, e da exploração da sua força de trabalho.<sup>681</sup>

Sacristán explica que com o conhecimento atual sobre o ecologismo essa crítica pode ser considerada como o início da ecologia humana, particularmente de uma ecologia do trabalho.<sup>682</sup> Pois a atenção que Marx dá a esse assunto tem relação com a política ecológica e está sistematizado na obra marxiana.<sup>683</sup>

Sacristán enfatiza que Marx explica em seu principal livro essa questão usando uma terminologia bastante ecológica que é a expressão, ‘a degradação do trabalhador no capitalismo’.<sup>684</sup> Na obra *O Capital* Marx apresenta uma ampla descrição de como a produção da economia capitalista, a produção de mais-valia, aumenta o tempo de trabalho promovendo o atrofiamento da força de trabalho humana e conseqüentemente o esgotamento e a morte dos trabalhadores.<sup>685</sup>

De fato Marx expõe claramente a degradação do trabalhador na produção capitalista devido ao aumento do tempo de trabalho.<sup>686</sup> Pois, Marx afirma que o capitalismo só pode

<sup>680</sup>“En las obras de los clásicos, particularmente en la de Marx, em menor medida, en la de Engels, habia elementos interesantes al respecto [de los problemas de ecología].” (SACRISTÁN, Manuel. *Algunos atisbos político-ecológicos de Marx*. In. SACRISTÁN, Manuel. **Pacifismo, ecología y política alternativa**. Barcelona: Icaria Editorial, 1987, p.141.).

<sup>681</sup> “Por exemplo, siempre fue muy tenida en cuenta la crítica por Marx e Engels de las condiciones de vida de la fuerza de trabajo, principalmente de los trabajadores industriales, pero también de los agrícolas y de las clases populares más em general.” (*Ibid.*, *loc.cit.*).

<sup>682</sup>“Con el saber de después, como dicen los italianos, esa crítica se puede considerar elemental ecología humana sobre todo ecología del trabajo en las condiciones del capitalismo ascendente.” (*Ibid.*, *loc.cit.*).

<sup>683</sup>“El tratamiento de este asunto, em la medida en que tiene transcendencia político-ecológica, es bastante profundo em la obra de Marx.” (*Ibid.*, *loc.cit.*).

<sup>684</sup>“Marx ha intentado explicar lo que as veces llama, con término muy ecológico, depredación del trabajador em el medio capitalista.” (*Ibid.*, *loc.cit.*).

<sup>685</sup>“No em ningún texto recóndito, sino em la obra de Marx que es mas leida (al menos eso dicen), em libro I de *El Capital*, hay una larga descripción de cómo la producción capitalista, al ser principalmente producción de plusvalia, busca, constantemente em su época heroica, cuando trabaja sobre la base de la obtención del máximo de lo que Marx llama plusvalia absoluta, la prolongación de la jornada de trabajo, con lo qual, escribe Marx, se atrofia la fuerza de trabajo humana y se produce su agotamiento y su muerte. Esta sería la raíz última de lo que a menudo llama depredación de la fuerza de trabajo, estableciendo un interesante paralelismo con la depredación de la tierra em la agricultura capitalista.” (*Ibid.*, *loc.cit.*).

<sup>686</sup> “A produção capitalista, que essencialmente é produção de mais-valia, absorção do trabalho excedente, ao prolongar o dia de trabalho, não causa apenas a atrofia da força humana de trabalho, à qual rouba suas condições normais, morais e físicas de atividade e de desenvolvimento. Ela ocasiona o esgotamento prematuro e a morte da própria força de trabalho. Aumenta o tempo de produção do trabalhador num período determinado, encurtando a duração de sua vida.” (MARX, *op. cit.* 2010, p.307).

existir se houver produção da mais-valia, portanto, dizendo de outro modo, se houver exploração do trabalho.<sup>687</sup>

A crítica de Marx significa que enquanto a sociedade capitalista estiver erigida não cessará a degradação ambiental, pois a exploração do trabalho humano também é um aspecto da degradação ecológica. Marx compara o capitalismo com um vampiro que só pode se reanimar sugando o trabalhador.<sup>688</sup>

O capitalismo não tem compromisso com a vida do trabalhador, seu único interesse é explorar ao máximo a sua força de trabalho.<sup>689</sup>

A essência do capitalismo é a exploração do trabalho, portanto, não há como fundamentar a partir desse modelo econômico uma sociedade ecológica.

Pois, o capitalismo é uma formação social em que predomina o valor de troca do produto, e deste modo, o trabalho não está limitado às necessidades reais. Logo, é da própria natureza da produção capitalista a avidez pela exploração do trabalho.<sup>690</sup> Somente numa sociedade onde predomina o valor de uso é possível uma produção cuja essência é o trabalho sustentável.

Marx faz uma apresentação detalhada, a partir de uma pesquisa documentada em relatórios, da degradação que os trabalhadores foram submetidos pela exploração do trabalho que sofreram na produção capitalista. Relatos de exploração de trabalho infantil e da exploração das condições dos miseráveis pela indústria nascente.<sup>691</sup>

Carga excessiva de trabalho, alimentação escassa e ambiente insalubre devido à presença de produtos químicos no local de trabalho.<sup>692</sup> Porém, o relato mais impressionante de Marx é sobre a morte de uma trabalhadora londrina anunciada nos periódicos da época como

<sup>687</sup>“Os meios de produção, o capital constante, só existem, do ponto de vista da criação da mais-valia, para absorver trabalho e, com cada gota de trabalho, uma porção proporcional de trabalho excedente.” (MARX, *op. cit.* 2010, p.297).

<sup>688</sup>“O capital é trabalho morto que, como um vampiro, se reunia sugando o trabalho vivo, e, quanto mais o suga, mais forte se torna.” (*Ibid.*, p.271). “O prolongamento do trabalho além dos limites diurnos naturais, pela noite adentro, serve apenas de paliativo para apaziguar a sede vampiresca do capital pelo sangue vivificante do trabalho.” (*Ibid.*, p.297).

<sup>689</sup>“O capital não se preocupa com a duração da vida da força de trabalho. Interessa-lhe exclusivamente o máximo de força de trabalho que pode ser posta em atividade. Atinge esse objetivo encurtando a duração da força de trabalho, como um agricultor voraz que consegue uma grande produção exaurindo a terra de sua fertilidade.” (*Ibid.*, p.307).

<sup>690</sup>“É evidente que, numa formação social onde predomine não o valor de troca, mas o valor de uso do produto, o trabalho excedente fica limitado por um conjunto mais ou menos definido de necessidades, não se originando da natureza da própria produção nenhuma cobiça desmesurada por trabalho excedente.” (*Ibid.*, p.274).

<sup>691</sup>“A metade dos trabalhadores são meninos com menos de 13 anos e adolescente com menos de 18. Essa indústria é tão insalubre, repugnante e mal-famada que somente a parte mais miserável da classe trabalhadora, viúvas famintas etc., cede-lhe seus filhos, ‘crianças esfarrapadas, subnutridas, sem nunca terem frequentado escola.’” (*Ibid.*, p.286).

<sup>692</sup>“O dia de trabalho variava entre 12, 14, 15 horas, com trabalho noturno, refeições irregulares, em regra no próprio local de trabalho, empestado pelo fósforo.” (*Ibid.*, *loc.cit.*).

sendo devido ao excesso de trabalho que realizava dentro de uma oficina superlotada e ao desconforto de sua pequena moradia onde dormia.<sup>693</sup>

Sacristán observa que essa análise da questão da degradação do trabalhador que Marx investiga sistematicamente, que é pouco lembrada pelos que se detém em suas obras, apresenta inclusive uma consciência da importância social do que hoje no discurso ecológico é chamado de indicadores biológicos.

Marx examinando estudos estatísticos de regiões européias mostra a existência de uma correlação entre a estatura dos jovens convocados para o serviço militar e o estabelecimento do capitalismo nessas regiões.<sup>694</sup> De fato Marx, em nota, se referenciando em Liebig, considera que a altura do homem pode ter seu desenvolvimento prejudicado não somente por fatores naturais, mas também devido a fatores sociais.<sup>695</sup> Sacristán observa que Marx não se deteve apenas no âmbito da ecologia humana, o que ele considera que poderia muito bem se chamar a ecologia da força de trabalho nas condições do capitalismo nascente. Marx, afirma Sacristán, também se dete a investigar a habitação e a alimentação.<sup>696</sup>

De acordo com Sacristán, tudo indica que Marx é o primeiro cientista social que tratou pelo viés político a questão do problema das adulterações alimentares.<sup>697</sup>

Encontra-se em Marx a informação sobre a falsificação de pães na cidade de Londres, desmascarada pela intervenção política e também pela publicação de obras científicas.<sup>698</sup>

---

<sup>693</sup>“Nas últimas semanas de junho de 1863, todos os jornais de Londres traziam uma notícia encimada por um título sensacional: ‘Morte por excesso de trabalho.’ Tratava-se da morte da modista Mary Anne Walkley, de 20 anos, que trabalhava numa renomada casa de modas, explorada por uma senhora com o agradável nome de Elisa.(...) Mary Anne Walkley tinha trabalhado 26<sup>1/2</sup> horas sem interrupção, juntamente com 60 outras moças. (...) À noite, elas se revezavam duas a duas numa cama que ficava dentro de um dos cubículos de madeira em que se dividia um quarto de dormir. (...) Mary Anne Walkley adoeceu na sexta-feira e morreu no sábado, sem antes ter terminado sua última tarefa, para surpresa da Sra. Elisa. O médico chamado tarde demais à cabeceira da moribunda, Dr Keys, testemunhou laconicamente perante o júri de instrução: ‘Mary Anne Walkley morreu por ter trabalhado em excesso num quarto superlotado e dormido num cubículo mal ventilado.’” (MARX, *op. cit.* 2010, p. 294-295).

<sup>694</sup>“Esa cuestión, a la que Marx há dado mucha importancia, pero que, sin embargo, se recuerda poço al considerar su obra, indica una conciencia bastante acertada de la importancia social de lo que se podría llamar indicadores biológicos; Marx há estudiado com interés las estadísticas militares de Centroeuropa. (...) Com ellas consigue una significativa curva de la disminución de la estatura media de los mozos llamados al servicio militar, em correlacion com la intauración del capitalismo em esas regiones.” (SACRISTÁN, *op.cit.* , 1987, p.142.).

<sup>695</sup>“Em geral, ultrapassar o tamanho médio de sua espécie indica, dentro de certos limites, progresso dos seres vivos. Quanto ao homem, sua altura diminui quando seu desenvolvimento é prejudicado por condições físicas ou sociais.” (LIEBIG *apud* MARX, *op. cit.*, 2010, p.278.).

<sup>696</sup>“Marx no há estudiado sólo esse plano de la ecologia humana que se podría llamar ecologia de la fuerza de trabajo em condiciones capitalistas tempranas; también ha considerado desde el mismo punto de vista algunos aspectos de la vida cotidiana: principalmente dos: habitacion y alimentación.” (*Ibid.*, p. 143.).

<sup>697</sup>“Marx parece haber sido el primer científico social que há tratado de un modo no exclusivamente médico, sino político, el problema de las adulteraciones, uniendo dos tradiciones separadas: la acción de los gobiernos y los nuevos conocimientos bromatológicos.” (*Ibid.*, *loc.cit.*).

Marx afirma que apesar da promulgação de leis inoperantes para evitar a adulteração de alimentos, o importante foi que a atenção do público inglês foi conduzido para o fato de que a panificação usava de desonestidade adulterando o pão cotidiano com fermento podre.<sup>699</sup>

Sacristan afirma que a análise de Marx sobre as adulterações alimentares permite comparar com denúncias atuais sobre essas ações, pois a motivação é a mesma, ou seja, o objetivo é a produção de produtos que possam baixar o preço da força de trabalho ao mesmo tempo que façam parte da cesta básica do trabalhador que ganha o salário mínimo.<sup>700</sup>

Sacristan ainda observa que Marx afirmou, um século antes dos arautos da ‘revolução verde’ apresentarem seu ativismo contra o economicismo, que a exploração realizada pelo capitalismo rompe o metabolismo entre homem e natureza.<sup>701</sup>

Em suma, evidencia-se, tanto no desdobramento que o ecologismo alcançou tornando-se movimento social, quanto nas apreciações críticas deste como teoria ecossocialista, que há uma concordância sobre a importância do conceito de trabalho em Marx, pois superando as explicações antropológicas, se estabeleceu pela primeira vez a especificidade humana, o que significa que a essência humana não é uma abstração; e sendo remetida a um processo cultural apresenta uma explicação para o problema da separação entre natureza e sociedade.<sup>702</sup>

<sup>698</sup>“A incrível falsificação de pão, principalmente em Londres, foi de início desmascarada pelo comitê de inquérito da Câmara dos Comuns ‘sobre a falsificação de alimentos’ (1855 a 1856) e pela obra do Dr. Hassall, *Adulterations detected*.” (MARX, *op. cit.* 2010, p.289). “O químico francês Chevalier, tratando das adulterações das mercadorias, passa em revista mais de 600 artigos e apresenta, para muitos deles, 10, 20, 30 diferentes processos de falsificação. Acrescenta que não conhece todos os processos e que não menciona todos os que conhece. Para o açúcar, há 6 métodos de falsificação; para o azeite de oliva, 9; para a manteiga, 10; para o sal, 12; para o leite, 19; para o pão, 20; para o aguardente, 23; para a farinha, 24; para o chocolate, 28; para o vinho 30; para o café 32 etc. Nem mesmo o bom Deus escapa dos falsificadores. Vide Rouard de Card, sobre as falsificações dos sacramentos.” (*Ibid.*, *loc.cit.*).

<sup>699</sup>“A consequência dessas revelações foi a lei de 6 de agosto de 1860, destinada a evitar adulteração dos alimentos e bebidas. Foi uma lei inoperante, pois tratava com a maior delicadeza o comerciante. (...) De qualquer modo, o comitê conduziu a atenção do público para seu pão cotidiano e, como isso, para a panificação.” (*Ibid.*, *loc.cit.*). “O inglês, versado na Bíblia, sabia que o ser humano, que não foi predestinado para ser capitalista, senhor de terras ou sinecurista, está condenado a comer o pão com suor do seu rosto, mas não sabia que tinha de comer diariamente, com pão, certa quantidade de suor humano misturado com supurações de abscessos, teias de aranhas, baratas mortas e fermento podre.” (*Ibid.*, p.290.).

<sup>700</sup>“Por cierto que el análisis por Marx de las adulteraciones de los alimentos destinados a clase obrera en el joven capitalismo inglés y centroeuropeo permite apreciar causas muy parecidas a las que possibilitaron el escándalo del aceite de colza desnaturalizado en la España de los años setenta de este siglo. Em los dos casos la motivación es la misma: obtener productos que abaraten la fuerza de trabajo, productos que al entrar en la cesta de consumo del trabajador le permitan subsistir con el salario más bajo posible.” (SACRISTÁN, *op.cit.* , 1987, p.143.).

<sup>701</sup>“Porque la explotación capitalista ‘dificulta el intercambio entre el ser humano y la naturaleza, perturba la eterna condición de una fecundidad duradera de la tierra.’ Eso dicho un siglo antes de que los energúmenos de la ‘revolución verde’ empezaran a hacer sus hazañas.” (*Ibid.*, p.146.).

<sup>702</sup>Como já exposto a idéia da existência de uma separação objetiva entre natureza e sociedade só aparece nos meados do século XIX, pois, até então as reflexões sobre a relação entre natureza e sociedade eram marcadas pelo dualismo, devido às concepções metafísicas. O advento do iluminismo, o progresso científico que interessava a indústria nascente, a degradação acelerada dos modos de vida, fizeram com que o debate sobre a unidade material do mundo se revestisse de grande importância no século XIX. Na tentativa de resolver o

Além disso, de um modo geral o pensamento ecológico contemporâneo afirma que a economia política do capital é a causa da degradação da natureza, e, portanto, converge a um mesmo ponto com a crítica da economia política de Marx. Isto é, ambos questionam a racionalidade econômica que reduz a sociedade e a natureza a simples objeto de lucro.

Outro aspecto que aproxima marxismo e ecossocialismo é o reconhecimento deste último de que o primeiro apresenta uma teoria social que é afim com o pensamento ecológico, ou seja, assim como o marxismo, o ecologismo contemporâneo concebe a relação entre sociedade e natureza como sendo processo, se opondo assim ao mecanicismo da economia moderna.

Portanto, devido a essas convergências apresentadas anteriormente por ecomarxistas que confirmam que de fato existe no pensamento de Marx uma relação positiva entre homem e natureza, pode-se dizer que indubitavelmente existe um diálogo entre o marxismo e o ecossocialismo contemporâneo, acerca da crítica a degradação da natureza que este último promove na atualidade.

## 5 CONCLUSÃO

Na exposição da crítica do ecossocialismo ao marxismo foi mostrado que há uma relação negativa entre ecossocialismo e marxismo, isto é, que existem críticas do ecossocialismo ao pensamento de Marx; porém, também há uma relação positiva entre estes, significando que existe uma contribuição do pensamento de Marx ao ecologismo.

De fato, verifica-se que existe um reconhecimento explícito da própria historiografia ecológica sobre a contribuição do pensamento de Marx ao ecologismo. Essa contribuição diz respeito ao problema da relação entre homem e natureza. Pois, havia, segundo a historiografia ecológica, uma visão estabelecida que legitimava, na relação entre sociedade e natureza, tanto a exploração do homem pelo homem quanto a da natureza pelo homem. Estas formas de exploração eram consideradas como necessidades de manutenção da ordem natural ou de preservação do equilíbrio natural e social; configurando-se, portanto, numa fundamentação marcada pela contradição radical entre homem e natureza.

De acordo com a historiografia ecológica, até então, todas as considerações sobre a

---

problema da definição do homem, tanto as ciências naturais quanto as ciências sociais terminam esbarrando em dualismos. Por isso, o conceito de trabalho de Marx é reconhecido por estabelecer pela primeira vez na história uma separação nítida entre natureza e sociedade, pois é a primeira vez que se apresentou uma separação objetiva que resguarda tanto o conceito de cultura quanto a definição de natureza do humano. (N. do A.)

relação entre sociedade e natureza faziam separações subjetivas entre homem e natureza. Havia a consideração de uma separação subjetiva negativa na relação entre homem e natureza e também a consideração de uma separação subjetiva positiva na relação entre homem e natureza. A negatividade e a positividade da separação subjetiva entre homem e natureza eram concebidas em relação à concepção de natureza.

Na separação negativa a natureza é considerada como algo que não é bom, e, portanto, deve ser segregada do homem. Como consequência são legitimadas ações de dominação irrestrita sobre a natureza. O utilitarismo da natureza é um exemplo de consequência desse tipo de separação subjetiva.

Na separação positiva a natureza é concebida como uma instância mítica que não deve ser violada. A consequência prática desta visão é a inviabilização do desenvolvimento social para a emancipação dos indivíduos. O ecocentrismo exemplifica a consequência dessa separação subjetiva. Segundo a historiografia ecológica, a causa desse problema da relação subjetiva entre sociedade e natureza foi devido ao pensamento arraigado em concepções filosófico-religiosas dualistas, ou seja, pensamentos fundados na religião e na filosofia que fazem separação radical entre homem e natureza, isto é, o homem concebido essencialmente diferente da natureza e a natureza concebida fundamentalmente distinta do homem. O homem concebido como espírito nas concepções religiosas e a natureza sem essência nas concepções filosóficas idealistas. O homem considerado como pura consciência nas concepções filosóficas idealistas e a natureza concebida como matéria pura nas concepções religiosas.

Esse ideário estabelecido de uma separação subjetiva entre homem e natureza começou a ruir a partir da Revolução francesa e do Iluminismo que provocaram o fim das concepções universalizantes e eternizantes das sociedades humanas. Ademais, também contribuiu diretamente para a virada de pensamento, os progressos da ciência que desde o Renascimento abalaram as bases do pensamento metafísico e que no começo do século XIX foram impulsionados pelas necessidades da indústria moderna.

Aliado a todos esses fatos históricos, contribuiu decisivamente para a mudança no ideário de uma separação subjetiva entre homem e natureza, fatos sociais como a degradação acelerada dos modos de vida e o êxodo rural, que fizeram surgir o proletariado e pensadores que passaram a explicar a relação entre sociedade e natureza a partir dessas considerações sociais. Foi a partir desses fatos e contradições sociais que se estabeleceu uma nova forma de pensar a relação entre homem e natureza, a saber, pensar o mundo, a sociedade e a natureza, como uma unidade material. É nesta questão que a contribuição do pensamento de Marx ao

ecologismo é verificada. E é verificada e reconhecida pela própria historiografia ecológica.

Pois, de acordo com a historiografia ecológica, foram Marx e Engels que pela primeira vez na história, estabeleceram uma separação objetiva na relação entre homem e natureza.<sup>703</sup> A historiografia ecológica apresenta uma referência no próprio marxismo, onde este, de modo inequívoco, afirma que é no conceito de trabalho que reside à separação objetiva entre homem e natureza.<sup>704</sup>

Acerca das críticas do ecossocialismo ao marxismo, são apresentadas as seguintes objeções: crítica ao pensamento econômico de Marx<sup>705</sup>; crítica a teoria do valor de Marx<sup>706</sup>; crítica ao materialismo de Marx<sup>707</sup> e crítica ao conceito de natureza de Marx.<sup>708</sup>

O ecossocialismo afirma que o pensamento econômico de Marx é caudatário do ideário produtivista<sup>709</sup>, isto é, não considera os limites da natureza; critica a teoria do valor de Marx<sup>710</sup>, pois diz que esta desconsidera a natureza no processo de formação do valor; critica o materialismo marxiano, pois o considera fundado no antropocentrismo moderno<sup>711</sup>; e se opõe ao conceito de natureza de Marx por considerar que este conceito segue o programa

---

<sup>703</sup>“Marx e Engels, pela primeira vez na história, estabelecerão uma separação nítida, com base no conceito de trabalho, entre natureza e sociedade: ‘podemos distinguir os homens dos animais pela consciência, pela religião e por tudo o que quisermos. Eles próprios começam a se distinguir dos animais logo que se põem a produzir seus meios de existência.’ ” (ACOT, *op.cit.*, 1990, p.153).

<sup>704</sup>“La diferencia esencial entre la sociedad humana y la sociedad animal es que los animales, em el mejor de los casos, recogen [*sammeln*], mientras que los hombres producen [*produzieren*]. Esta diferencia, única, pero capital, basta para impedir la pura y simple transposición de las leyes de las sociedades animales a las humanas.”(MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. **Cartas sobre las ciencias de la naturaleza y las matemáticas**. Traducción Joaquin Jordá. Barcelona: editorial anagrama, 1975, p.86).

<sup>705</sup>“Há, claro, outras críticas ambientalistas comuns dirigidas contra Marx e Engels (para não falar das voltadas contra o marxismo como um todo, além da mencionada acima. Benton, por exemplo, argumenta que Marx foi ‘inconfundivelmente antropocêntrico’ e que resistiu a qualquer contexto que reconhecesse limites naturais ao crescimento econômico.” (FOSTER, John. Marx e o meio ambiente. *In*. WOOD, Ellen. FOSTER, John. (orgs.). **Em defesa da história: marxismo e pós-modernismo**. Tradução de Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999, p.162).

<sup>706</sup>“A teoria marxista de valor, dizem-nos frequentemente, designou o trabalho (força) como origem de todo valor, negando, dessa maneira, qualquer valor intrínseco à natureza.” (*Ibid.*, loc.cit.).

<sup>707</sup>“Afirma-se frequentemente que o materialismo histórico, desde a obra de seus dois fundadores, seria um dos principais meios através dos quais a ideia baconiana de domínio da natureza foi transmitida ao mundo moderno.” (*Ibid.*, p.161.).

<sup>708</sup>“É comum para os críticos de hoje, porém, argumentar que a visão de mundo dos próprios Marx e Engels radicava-se, acima de tudo, na subjugação tecnológica total da natureza.” (*Ibid.*, loc. cit.).

<sup>709</sup>“Os ecologistas acusam Marx e Engels de produtivismo. Esta acusação é justificada? Não, na medida em que ninguém denunciou tanto quanto Marx a lógica capitalista de produção, a acumulação de capital, de riquezas e de mercadorias em si.” (LÖWY. *op.cit.*, 2014, p.25).

<sup>710</sup>“Segundo os ecologistas, Marx, seguindo Ricardo, atribui a origem de todo o valor e de toda riqueza ao trabalho humano, negligenciando a contribuição da natureza.” (*Ibid.*, p.24).

<sup>711</sup>“Quais são as principais críticas dos ecologistas ao pensamento de Marx e Engels? Primeiramente, eles são descritos como partidários de um humanismo conquistador, ‘prometeico’, que opõe o homem a natureza, e que faz dele o mestre e o senhor do mundo natural.” (*Ibid.*, p.22).

baconiano do projeto da modernidade.<sup>712</sup> Em suma, acusam Marx de apresentar uma crítica parcial sobre o sistema capitalista, de supervalorizar o desenvolvimento das forças produtivas e de que suas obras são marcadas pelo cientificismo.<sup>713</sup>

Porém, além de serem constatadas essas críticas virulentas observa-se que elas revelam que o ecossocialismo pressupõe que Marx faz uma separação radical em relação à natureza.

Vejamos esse pressuposto em cada uma dessas críticas que foram expostas.

O ecossocialismo afirma que o pensamento econômico de Marx é produtivista, porque este não considera os limites da natureza no processo econômico. Mas, qual a razão para considerar que o pensamento econômico de Marx é economicista? Porque o ecossocialismo pressupõe que Marx faz uma separação radical entre economia e natureza. Os ecossocialistas criticam a teoria do valor de Marx, porque, segundo eles, esta não considera a natureza no processo de formação do valor. Mas, qual é o motivo para considerar que a teoria do valor de Marx não concebe a natureza como fonte de valor? Porque o ecossocialismo pressupõe que Marx faz uma separação radical entre trabalho e natureza. O ecossocialismo critica o materialismo de Marx, pois, o considera antropocêntrico. Mas qual a razão para considerar o materialismo de Marx caudatário do antropocentrismo moderno? Porque o ecossocialismo pressupõe que Marx faz separação radical entre homem e natureza. Finalmente, o ecossocialismo critica o conceito de natureza de Marx, pois considera que a concepção marxiana de natureza defende que o conhecimento deve ser colocado a serviço da dominação da natureza. Mas, qual é o motivo para considerar que a concepção de natureza em Marx defende o ideário de dominação da natureza? Porque o ecossocialismo pressupõe que Marx faz separação radical entre subjetividade e natureza.

Em suma, é a partir desse pressuposto, isto é, de uma separação radical em relação à natureza, que as críticas do ecossocialismo ao pensamento de Marx estão fundamentadas. Portanto, é dessa pressuposição que decorre a reconsideração que o discurso ecossocialista

---

<sup>712</sup>“Assim, é válido seguir dizendo que o marxismo, ‘progressista’ na origem, nascido sob o signo do ‘princípio da esperança’ e não sob o ‘princípio do medo’, é tão tributário do ideal baconiano quanto sua contraparte capitalista.” (JONAS, *op.cit.*, 2006, p.241).

<sup>713</sup>“No entanto, é verdade que se encontra frequentemente em Marx e Engels (e ainda mais no marxismo ulterior) uma postura pouco crítica a respeito do sistema de produção industrial criado pelo capital e uma tendência a fazer do ‘desenvolvimento das forças produtivas’ o principal vetor do progresso. O texto ‘canônico’ deste ponto de vista é o célebre ‘Prefácio à Contribuição à crítica da economia política’ (1859), um dos escritos de Marx mais marcados por um certo evolucionismo, pela filosofia do progresso, pelo cientificismo (o modelo das ciências da natureza) e por uma visão nada problematizadora das forças produtivas.” (LÖWY. *op.cit.*, 2014, p.25).

reivindica, como simples ajuste, na teoria marxiana.<sup>714</sup>

Na exposição sobre o ecomarxismo, diálogo entre Marx e o ecologismo, verifica-se, a partir de pensadores ecomarxistas, que defendem uma convergência entre o pensamento marxiano e o discurso ecológico, que a tese aqui sustentada, isto é, a relação positiva entre dialética da natureza em Marx e a crítica do ecossocialismo a degradação ambiental, é corroborada. Nessa exposição foi mostrado que há uma relação positiva entre marxismo e ecossocialismo, ou seja, que existe uma questão ecológica na teoria de Marx. Mas, também foi verificado que há uma relação negativa entre marxismo e ecossocialismo, isto é, por um lado, existem assertivas marxianas que demonstram a insuficiência das críticas do ecossocialismo ao pensamento de Marx, por outro lado, existe um fundamento principal, que serve de base as assertivas marxianas que refuta as críticas virulentas do ecossocialismo a teoria marxiana.

De fato, existe uma questão ecológica em Marx. É a questão da alienação do trabalho humano, questão que está em Marx desde os primeiros escritos. A alienação do trabalho humano é ao mesmo tempo a alienação do homem de sua própria atividade singular e a alienação entre homem e natureza. Portanto, esta é a questão ecológica em Marx que está sistematizada em seus escritos a mais de dois séculos. Sobre essa questão é ponto pacífico no discurso ecológico que a causa da degradação da natureza é devido à alienação entre homem e natureza.<sup>715</sup>

Acerca da refutação às críticas do ecossocialismo ela pode ser expressa brevemente recordando que em Marx encontramos a crítica a economia política do capital<sup>716</sup>, a crítica a

---

<sup>714</sup>A reconsideração que o ecossocialismo reivindica na teoria marxiana, não é simples ajuste como sugerem as assertivas dos ecossocialistas. Mas, afeta os fundamentos da teoria de Marx. Pois, concebe-se que as categorias do marxismo estão fundadas num *esquematismo demasiado* que impossibilita a compreensão da crise ecológica.

<sup>715</sup>“A crise do crescimento econômico manifestada na destruição da base dos recursos naturais, no desequilíbrio ecológico, na contaminação ambiental e na degradação da qualidade de vida levou a uma revisão dos princípios morais que guiam a conduta dos homens e que legitimam a tomada de decisões sobre as práticas de uso e exploração dos recursos naturais. Nasceu, assim, a necessidade de criar uma ‘cultura ecológica’ para transformar as relações do homem com a natureza.” (LEFF, *op.cit.*, 2009, p. 281).

<sup>716</sup>“A produção capitalista, portanto, só desenvolve a técnica e a combinação do processo social de produção, exaurindo as fontes originais de toda a riqueza: a terra e o trabalhador.” (MARX, Karl. *op.cit.*, 2010, p. 571). Essa intuição ecológica de Marx sobre as ações do sistema capitalista sobre a natureza e sobre a humanidade é, na verdade, atualizada no manifesto ecossocialista internacional que explicita a crítica a economia política do capital, pois ela já se encontra no *Capital* de Marx a mais de duzentos anos. “Ao contrário, insistimos em enxergar o capital a partir daquilo que ele realmente fez. Agindo sobre a natureza e seu equilíbrio ecológico, o sistema com seu imperativo de expansão constante da lucratividade, expõe ecossistemas e poluentes desestabilizadores, fragmenta habitats que evoluíram milhões de anos de modo a permitir o surgimento de organismos, dilapida recursos, e reduz a vitalidade sensual da natureza às frias trocas necessárias à acumulação de capital. Do lado da humanidade, (...) o capital reduz a maioria das pessoas do mundo a mero reservatório de mão-de-obra, ao mesmo tempo em que descarta os considerados inúteis.” (KOVEL, Joel. LÖWY, Michel. Manifesto ecossocialista internacional. In. SATIE, Luis. **Ecossocialismo ou barbárie**: a relação capital-natureza no Brasil. São Paulo: Clube dos autores, 2009, p.42-43.).

teoria clássica do valor<sup>717</sup>, a crítica ao materialismo em geral<sup>718</sup> e a crítica a subjetividade a-histórica<sup>719</sup>; todas estas considerações foram apresentadas em nossa exposição inicial quando demonstramos, a partir dos escritos marxianos, a dialética da natureza em Marx.

Quanto a hipótese de que existe um fundamento principal que serve de base as assertivas marxianas que demonstram a insuficiência das críticas do ecossocialismo a teoria de Marx; ela está implícita na verificação de que as críticas ao pensamento de Marx revelam que o ecossocialismo pressupõe que Marx faz uma separação radical em relação a natureza. O discurso ecologista afirma que as categorias marxianas são incapazes de fazer compreender a articulação entre as esferas, ideológica, política e econômica, com os processos ecológicos, tecnológicos e culturais que constituem as bases de sustentabilidade da produção. Pois, essa consideração pressupõe que as categorias teóricas de Marx são demasiadamente esquemáticas.<sup>720</sup>

Ou seja, o ecossocialismo pressupõe que o fundamento da teoria de Marx é o esquematismo lógico.<sup>721</sup>

Porém, a crítica marxiana a economia do capital, a crítica marxiana a teoria clássica do valor, a crítica marxiana ao materialismo em geral, a crítica marxiana a subjetividade a-histórica, acrescentando-se a estas, a crítica marxiana a lógica hegeliana; demonstram de modo inequívoco que as categorias teóricas de Marx são analisadas, concebidas e descritas a

<sup>717</sup>“O trabalho não é, por conseguinte, a única fonte dos valores de uso que produz a riqueza material.” (MARX, *op. cit.* 2010, p.65).

<sup>718</sup>“O principal defeito de todo o materialismo existente até agora (o de Feuerbach incluído) é que o objeto [*Gegenstand*], a realidade, o sensível, só é apreendido sob a forma do objeto [*Objekt*] ou da contemplação, mas não como atividade humana sensível, como prática; não subjetivamente.” (MARX; ENGELS. *op.cit.*, 2007, p.533).

<sup>719</sup>“A consciência é, naturalmente, antes de tudo a mera consciência do meio sensível mais imediato e consciência do vínculo limitado com outras pessoas e coisas exteriores ao indivíduo que se torna consciente; ela é, ao mesmo tempo, consciência da natureza (...) – e, por outro lado, a consciência da necessidade de firmar relações com os indivíduos que o cercam constitui o começo da consciência de que o homem definitivamente vive numa sociedade.” (*Ibid.*, p.35).

<sup>720</sup>“As categorias teóricas do marxismo tradicional – modo de produção, formação econômico-social – resultam *demasiado esquemáticas* para se compreender a articulação das esferas ideológica, política e econômica, com os processos ecológicos, tecnológicos e culturais que constituem as bases e as condições de sustentabilidade da produção.” (LEFF, *op. cit.*, 2009, p.282).

<sup>721</sup>A consideração de que as categorias marxianas encontram-se fundadas num *esquematismo demasiado*, insinua que na teoria de Marx há uma dicotomia entre a crítica a economia política do capital e a sua concepção de natureza; por isso que se diz que a primeira está impossibilitada de enfrentar a problemática ambiental. A contestação a essa posição é a referência ao método de Marx. Pois, é este que está sendo negado nessa ressalva, os textos canônicos não deixam dúvidas, o método que Marx apresenta e diz ter utilizado nas suas investigações é o da *lógica dialética*; o *esquematismo lógico*, ao contrário, foi duramente rechaçado em suas obras, vide a crítica a lógica hegeliana confirmando esta refutação. De fato, as críticas a exploração do trabalho, a espoliação dos recursos da terra, a racionalidade destrutiva da economia capitalista, ao fetiche da mercadoria, a superfluidade e ao consumo exacerbado ocupam a centralidade das explicações ecológicas. Contudo, Marx já fez essa investigação no século XIX esclarecendo minuciosamente as críticas mencionadas e as apresentando ao público em vultosos volumes de sua obra fundamental, *O Capital*; que são retomadas pela crítica ecossocialista a degradação ambiental. (N. do A.)

partir do método dialético. É este o fundamento que serve de base as assertivas marxianas que demonstram a insuficiência das críticas do ecossocialismo à teoria de Marx. Marx de fato apresenta em sua crítica a economia política do capital uma defesa em prol do materialismo dialético, pois, de fato Marx apresenta uma consideração dialética entre trabalho e natureza.

A dialética é o método no qual Marx se apóia para fazer sua crítica à economia política e a filosofia idealista. A lógica dialética em Marx é usada para fazer frente à lógica formal enfatizada sobretudo no sistema do capital.

Portanto, se há uma dialética da natureza em Marx, então existe um diálogo entre esta e a crítica do ecossocialismo a degradação ambiental, pois o ecossocialismo quando denuncia a alienação entre homem e natureza, critica o sistema econômico do capital e reivindica o restabelecimento da dialética entre homem e natureza.

## REFERÊNCIAS

- ABRANTES, Paulo (Org.). **Filosofia da Biologia**. Porto Alegre: Artmed, 2011.
- ACOT, Pascal. **História da ecologia**. Tradução Carlota Gomes. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1990.
- ALIER, J. Martinez. **Da economia ecológica ao ecologismo popular**. Tradução de Armando de Melo Lisboa. Blumenau: Editora FURB, 1998.
- ALTVATER, Elmar. **O preço da riqueza: pilhagem ambiental e a nova (des) ordem mundial**. Tradução de Wolfgang Leo Maar. São Paulo: UNESP, 1995.
- ALTVATER, Elmar. Existe um marxismo ecológico? Tradução de Rodrigo Rodrigues. *In*. BORON, Atílio. AMADEO, Javier. GONZÁLEZ, Sabrina. (Org.). **A teoria marxista hoje: problemas e perspectivas**. Buenos Aires: CLACSO, 2006.
- ARON, Raymond. **O marxismo de Marx**. Tradução de Jorge Bastos. 2ªed. São Paulo: ARX, 2005.
- BENTON, Ted. **The Greening of Marxism**. New York: London: The Guilford Press, 1996, p.157-183.
- BENTON, Ted. Marxism and natural limits: an ecological critique and reconstruction. **New Left Review**. London, p.51, 1989. Disponível em: <https://newleftreview.org/I/178/ted-benton-marxism-and-natural-limits-an-ecological-critique-and-reconstruction>. Acesso em: 13 abr. 2015.
- BIOLAT, Guy. **Marxisme et environnement**. Paris: Éditions Sociales, 1973.
- BOFF, Leonardo. **Sustentabilidade: o que é: o que não é**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012
- BOFF, Leonardo. **Ecologia: grito da Terra, grito dos 68 pobres**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2015.
- BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988.
- BURKETT, Paul. **Marx and nature: a red and green perspective**. New York: St. Martin's Press, 1999.
- BURKETT, Paul. Marxismo e ecologia. **Odiario.info**, jul. 2007. Entrevista concedida a João Aguiar. Disponível em: <http://www.odiario.info/marxismo-e-ecologia-entrevista-com-paul-burkett>. Acesso em: 02 jan. 2015.
- BURTT, Edwin. **As bases metafísicas da ciência moderna**. Tradução de José Viegas e Orlando Henriques. Brasília: Editora UNB, 1991.
- CARSON, Rachel. **Primavera Silenciosa**. Tradução de Cláudia Sant'Anna Martins. São Paulo: Gaia, 2010.

CHAGAS, Eduardo. **A Determinação Dupla do Trabalho em Marx**: Trabalho Concreto e Trabalho Abstrato. Revista Outubro, São Paulo, v. 19, p. 1-14, ago. 2011.

COLLINGWOOD, R. G. **Ciência e Filosofia**. 2ª ed. Tradução de Frederico Montenegro. Lisboa: Editorial Presença, 1986.

COLLINGWOOD, R. G. **Idea de la Naturaleza**. Tradução de Eugenio Ímaz. 2ª ed. México: Fondo de Cultura Económica, 2006.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso futuro comum**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991.

CROSBY, Alfred. **Imperialismo ecológico**: a expansão biológica da Europa, 900-1900. Tradução de José Augusto Ribeiro e Carlos Afonso Malferrari. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

DESCARTES, René. Discurso do método. Meditações. Objeções e respostas. **As paixões da alma**. Cartas. Tradução de J. Guinsburg e Bento Prado Júnior. São Paulo: Abril Cultural, 1973.

DELFAUD, Pierre. **As teorias econômicas**. Tradução de Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1987.

DIAS, Genebaldo **Educação ambiental**: princípios e prática. 9ªed. São Paulo: Editora Gaia, 2004.

ECOLOGIA E ECOLOGISMO. **Pensamento ecológico: boletim informativo**. São Paulo, n. 15, ago. 1982.

ENGELS, Friedrich. **Dialética da Natureza**. Tradução de José Moura Ramos e Eduardo Lúcio Nogueira. Lisboa: Editorial Presença, 1974.

FOSTER, John. **A ecologia de Marx**: materialismo e natureza. Tradução de Maria Teresa Machado. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

GAVIRIA, Mario. La subversión ecologista. Transición, Barcelona, n. 6. In. **Pensamento ecológico**: boletim informativo. São Paulo, n. 15, ago. 1982.

JONAS, Hans. **O princípio responsabilidade**: ensaio de uma ética para a civilização tecnológica. Tradução de Marijane Lisboa e Luiz Barros Montez. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

JUNGES, José R. **Ecologia e criação**: resposta cristã a crise ambiental. São Paulo: Edições Loyola, 2001.

LOVELOCK, James. **Gaia**: alerta final. Tradução de Jesus de Paula Assis e Vera de Paula Assis. Rio de Janeiro: Editora Intrínseca, 2010.

KAUTSKY, Karl. **As três fontes do marxismo**. Tradução de Carlos Lourenço. 5ed. São Paulo: Centauro, 2002.

KOVEL, Joel. LÖWY, Michel. Manifesto ecossocialista internacional. *In*. SATIE, Luis. **Ecosocialismo ou barbárie**: a relação capital-natureza no Brasil. São Paulo: Clube dos autores, 2009.

KOVEL, Joel. **El enemigo de la naturaleza: el fin del capitalismo o el fin del mundo?** Traducción de Miguel Ángel Ruocco. Buenos Aires: Asociación civil cultural tesis 11, 2005.  
LEFEBVRE, Henri. *Lógica formal/lógica dialética*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1987.

LEFF, Enrique. O conceito de natureza em Marx. *In*: LEFF, Enrique. **Racionalidade Ambiental**: a reapropriação social da natureza. Tradução de Luis Carlos Cabral. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006, p.48-57.

LEFF, Enrique. **Ecologia, capital e cultura**: a territorialização da racionalidade ambiental. Tradução de Jorge E. Silva. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

LEISS, William. **The domination of nature**. Québec: McGill-Queen's University Press, 1994.

LENOBLE, Robert. **História da ideia de natureza**. Tradução de Teresa Louro Pérez. Lisboa: Edições 70, 1990.

LÖWY, Michel. **O que é o ecossocialismo**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2014.

MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. **Cartas sobre las ciencias de la naturaleza y las matemáticas**. Traducción Joaquin Jordá. Barcelona: editorial anagrama, 1975.

MARX, Karl. **Teoria da mais-valia**: os fisiocratas. Tradução de Márcio Pugliesi. 2ªed. São Paulo: Global Editora, 1978.

MARX, Karl. **Teorias da mais-valia: história crítica do pensamento econômico** – Livro IV, V.II. Tradução de Reginaldo Sant'anna. São Paulo: DIFEL, 1980.

MARX, Karl. **Trabalho Assalariado e Capital**. Tradução de Olinto Beckerman. Rio de Janeiro: Global Editora, 1987.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. Tradução de Maria H. B. Alves e Carlos R. F. Nogueira. 3ªed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. **A sagrada família**: ou a crítica da crítica crítica: contra Bruno Bauer e consortes. Tradução de Marcelo Backes. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

MARX, Karl. **Manuscritos Econômico-Filosóficos**. Tradução Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

MARX, Karl. **Miséria da filosofia**. Tradução de J. C. Morel. São Paulo: Ícone, 2006.

MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. Tradução de Rubens Enderle, Nélio Schneider e Luciano Cavini Martorano. São Paulo: Boitempo: 2007.

MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. **Manifesto comunista**. Tradução de Álvaro Pina. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política: Livro I-Volume 1. Tradução de Reginaldo Sant'Anna . 27ªed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

MARX, Karl. **Grundrisse**: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política. Tradução de Mário Duayer e Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2011.

MARX, Karl. **Formações econômicas pré-capitalistas**. Tradução de João Maia. 7ªed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

MARX, Karl. **Crítica do programa de Gotha**. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2012.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política: Livro III: o processo global da produção capitalista. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl. **Diferença entre as filosofias da natureza em Demócrito e Epicuro**. São Paulo: Global Editora, 1977.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. Tradução de Paulo Cezar Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

MORIN, Edgar. KERN, Anne Brigitte. **Terra-Pátria**. Tradução de Paulo Neves da Silva. Porto Alegre: Sulina, 2003.

O'CONNOR, James. **Causas naturales**: ensayos de marxismo ecológico. México: Siglo XXI, 2001.

PARSONS, Howard. **Marx and Engels on Ecology**. London, England: Greenwood Press, 1977.

ODUM, Eugene. **Ecologia**. Tradución de Carlos Gerhard Ottenwaelder. 3ªed. México: Interamericana, 1972.

PETRELLA, Ricardo. **O manifesto da água**: argumentos para um contrato mundial. Tradução de Vera Lúcia Mello Joscelyne. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

PEPPER, David. **Socialismo ecológico: da ecologia profunda à justiça social**. Tradução de Gonçalo Couceiro. Lisboa: Instituto Piaget, 2009.

POPPER, Karl. **A sociedade aberta e seus inimigos**. Tradução de Milton Amado. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1987.

PRESTIPINO, Giuseppe. **El pensamiento filosófico de Engels**: naturaleza y sociedad em la perspectiva teórica marxista. México: Siglo XXI, 1977.

PROUDHON, Pierre-Joseph. **Sistema das contradições econômicas**: filosofia da miséria.

Tradução de J. C. Morel. São Paulo: Ícone Editora, 2003.

QUAINI Massimo. **Marxismo e geografia**. Tradução de Liliana Lagana Fernandes. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

ROSDOLSKY, Roman. **Gênese e estrutura de O capital de Karl Marx**. Tradução de César Benjamin. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2001.

SAAVEDRA, Fernando. **História do debate ambiental na política mundial 1945-1992: a perspectiva latino-americana**. Tradução de Daniel Rubens Cenci. Ijuí-RS: Editora Unijuí, 2014.

SACRISTÁN, Manuel. **Pacifismo, ecologia y política alternativa**. Barcelona: Icaria Editorial, 1987.

SANTOS, Pedro Sérgio. **Crime ecológico: da filosofia ao direito**. Goiânia: Editora AB, 2004.

SCHMIDT, Alfred. **The concept of nature in Marx**. London: NLB, 1971.

SCHMIDT, Alfred. **El concepto de naturaleza em Marx**. Traducción de Julia M. T. Ferrari de Pietro y Eduardo Pietro. Madrid: Siglo XXI, 1976.

SERRES, Michel. **O mal limpo: poluir para se apropriar?** Tradução de Jorge Bastos. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2018.

SILVA, Michel. (org.). **Marxismo e natureza: ecologia, história e política**. Pará de Minas: MG: Editora Virtual Books, 2010.

SIMONNET, Dominique. **Ecologismo**. Tradução de Virgílio Martinho. Lisboa: Moraes Editores, 1981.

SMITH, Mark. **Ecologism: towards ecological citizenship**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1998.

SMITH, Adam. **A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas**. Tradução de Luiz João Baraúna. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996.

SOARES, Everton. **O perigo verde: princípio da sustentabilidade como contraponto à ecologia radical**. Leme-SP: Editora JH Mizuno, 2015.

WEBER, Max. **História econômica general**. Traducción de Manuel Sánchez Sarto. México: Fondo de Cultura Económica, 2001.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. Tradução de José Marcos Mariani de Macedo. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

WOOD, Ellen. FOSTER, John. (orgs.). **Em defesa da história: marxismo e pós-modernismo**. Tradução de Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.